PRUMO
LOGÍSTICA GLOBAL

Prumo Logística S.A - Companhia Fechada
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração | Prumo: A Prumo avançou significativamente em 2023 na estratégia de negócios de desenvolver o Porto do Açu como a melhor plataforma para acomodar o desenvolvimento e a instalação de projetos de baixo carbono e transição energética do país. O ano tem como marco para a companhia a assinatura de acordo com a Mingyang Smart Energy, para desenvolver uma planta fotovoltaica que ocupará uma área de 371,66 hectares no Porto do Açu, equivalente a cerca de 372 campos oficiais de futebol e com capacidade instalada de 220 MWp. Ainda em renováveis, destacamos a audiência pública para licenciar uma área de 1 milhão de metros quadrados para a instalação de um hub de produção de hidrogênio e derivados de carbono, como amônia verde, no Porto do Açu. O diferencial possibilitará atração ainda maior de companhias globais para o Açu, visando a instalação de plantas e ocupação da retroárea. Para hidrogênio de baixo carbono, foram anunciados Memorandos de Entendimentos com Equinor, SPIC Brasil e Comerc Energia, que seguem em fase de estudo de viabilidade. A Prumo também anunciou acordos para eólica offshore, em memorandos com EDF Renewables. Corio, TotalEnergies, Neoenergia e Ocean Winds. Entre as subsidiárias, 2023 foi um ano marcado por ótimos resultados. Na Porto do Açu Operações (PDA), o Terminal Multicargas quadruplicou sua capacidade estática de armazenamento. Também foi o divulgado o contrato com a Refinaria Sal Cisne, para rota regular de cabotagem entre Rio Grande do Norte e o Açu. Ainda em agrobusiness, foram anunciadas parcerias com Geo Biogás, para estudo de planta de biometano; e com a Toyo Setal, para atrair investidores para uma futura fábrica de fertilizantes azuis e verdes, com capacidade para 1,38 milhão de toneladas de ureia e 781,5 mil toneladas de amônia por ano. O grande marco da PDA certamente foi a assinatura do contrato com a Petrobras para pré-descomissionamento sustentável de três plataformas de produção, que deve se transformar em um hub para este serviço no país. Com a Vale, fizemos a primeira movimentação de briquete verde, produto inovador que pode reduzir em 10% as emissões da siderurgia. Também com a gigante de mineração, celebramos a assinatura de um MOU para o futuro hub de metálicos, que será o indutor da descarbonização do aço no Brasil e também poderá auxiliar empresas globais nas metas de carbono zero. A Vast superou a Petrobras como terminal com maior movimentação de óleo cru neste ano no Brasil e registrou recorde de operações em 2023: foram 215, um aumento de 29,5% no número de operações. Além disso, outro projeto que avançou durante o ano de 2023 foi o de aquisição de participação societária da empresa Terminal de Combustíveis Marítimos do Açu Ltda. ("TECMA") junto à NFX, pendentes algumas condições precedentes para a conclusão do deal. Ferroport segue como o 4º mais importante terminal de minério de ferro do país, com 150 milhões de toneladas embarcadas desde o início das operações, em 2014. Em 2023, firmou acordo com a Anglo American para reuso de água de uso industrial para viabilizar no Açu o maior hub de hidrogênio de baixo carbono do país. Com um extraordinário crescimento de 65% na receita, a Dome apresentou recorde mensal de 85 atracações em agosto/2023 e anunciou a sua entrada no mercado de descomissionamento de linhas submarinas com parceiros do setor de O&G. Por sua vez, a NFX apresentou o maior resultado de sua história, com um EBITDA acima de R$80 milhões e média recorde de mais de 20 mil m³ de venda de MGO por mês. A Reserva Caruara completou um ano de inauguração com números impressionantes: mais de 22 mil visitantes, parcerias com 180 instituições de ensino e 70 programações especiais e mais de um milhão de filhotes da tartaruga *Caretta caretta* devolvidos ao mar. Para 2024, a Prumo conduz sua estratégia avançando em contratos com players de porte mundial, sobretudo em renováveis, foco da companhia para os próximos anos. Seguindo a estratégia global traçada pelos acionistas da holding, o Porto do Açu se estrutura para ser o principal porto-indústria da transição energética no Brasil e abrigar um ecossistema com integração de negócios. A expectativa é que, até o final desta década, os projetos de baixo carbono estejam implementados, sendo um dos poucos portos no mundo com industrialização fóssil e renovável atuando concomitantemente, alavancando a infraestrutura portuária competitiva, os insumos disponíveis e a conectividade logística e de energia, potenciais que reunidos fazem do Açu a plataforma para acelerar a descarbonização das cadeias industriais, especialmente as *hard-to-abate*, como siderurgia. Há oportunidade única para atrair indústrias para o Porto do Açu, com a criação de clusters industriais e cadeias de valor integradas, que irão alavancar o desenvolvimento socioeconômico do país, conciliando crescimento econômico e preservação da natureza.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	6	126.633	271.538	451.981	437.639
Títulos e valores mobiliários	6	13.043	48.258	399.613	484.598
Caixa restrito	6	34.715	36.840	83.713	290.307
Depósitos bancários vinculados	7	-	-	151.563	308.044
Clientes	8	-	-	164.219	139.742
Contas a receber com partes relacionadas	19	4.527	1.815	6.105	17.139
Impostos a recuperar	9	15.371	7.871	34.706	49.285
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	75	430	69.502	28.802
Dividendos a receber	19	33.075	-	58.139	21.100
Outras contas a receber		1.726	68.263	34.504	82.553
Total do ativo circulante		**229.165**	**435.015**	**1.454.045**	**1.859.209**
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	2.745.731	3.074.592
Depósitos bancários vinculados	7	-	-	193.839	187.411
Clientes	8	-	-	113.183	88.371
Contas a receber com partes relacionadas	19	-	-	47.549	24.183
Mútuos com partes relacionadas	19	50.604	44.974	143.209	127.048
Debêntures	13	-	-	654.809	659.393
Créditos com terceiros	14	-	-	68.682	70.031
Depósitos restituíveis	11	-	-	50.430	58.760
Depósitos judiciais	12	363	450	13.130	12.254
Impostos a recuperar	9	3.640	2.647	7.012	4.651
Impostos diferidos	10	-	-	183	372
Outros		1.535	1.535	3.706	2.749
Investimentos					
Participações societárias	15	405.633	564.294	1.417.378	1.561.307
Propriedade para investimento	16	-	-	529.817	529.817
Imobilizado	17	2.560	2.747	4.071.636	4.309.362
Intangível	18	2.067	2.952	57.704	67.166
Direito de uso	25	1.444	859	76.563	40.300
Total do ativo não circulante		**467.846**	**620.458**	**10.194.561**	**10.817.767**
Total do ativo		**697.011**	**1.055.473**	**11.648.606**	**12.676.976**

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	20	3.817	7.655	101.490	74.904
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	-	-	942.482	746.426
Passivo de arrendamento	25	2.481	1.667	13.019	6.027
Salários e encargos a pagar		29.198	27.111	84.230	70.525
Contas a pagar com partes relacionadas	19	20	8	14.186	13.849
Adiantamento de clientes		-	-	4.453	460
Impostos e contribuições a recolher	23	5.513	8.426	32.491	23.861
Imposto de renda e contribuição social a recolher	23	-	-	73.449	16.108
Derivativos - hedge	34	-	-	876	324
Outras contas a pagar		-	-	1	1
Total do passivo circulante		**41.029**	**44.867**	**1.266.677**	**952.485**
Não circulante					
Fornecedores	20	-	-	-	152
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	-	-	12.130.486	12.961.517
Passivos de arrendamento	25	-	246	71.370	39.124
Mútuo com partes relacionadas	19	2.129.088	2.181.338	1.117.102	1.203.954
Obrigações com terceiros		-	-	-	19.880
Impostos e contribuições a recolher	23	62.806	64.848	75.164	64.848
Provisão para contingências	24	-	-	13.870	13.260
Provisão para perda de investimentos	15	2.019.720	1.904.652	119.471	122.732
Impostos diferidos	10	-	-	247.503	193.647
Outras contas a pagar		-	-	11.182	484
Total do passivo não circulante		**4.211.614**	**4.151.084**	**13.786.148**	**14.619.598**
Patrimônio líquido					
Capital social	26	3.292.821	3.292.821	3.292.821	3.292.821
Reservas de capital		(728.726)	(728.726)	(728.726)	(728.726)
Outros resultados abrangentes		838.702	804.794	838.702	804.794
Prejuízos acumulados		(6.958.429)	(6.509.367)	(6.961.539)	(6.519.723)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**(3.555.632)**	**(3.140.478)**	**(3.558.742)**	**(3.150.834)**
Participação de acionistas não controladores		-	-	154.523	255.727
Total do patrimônio líquido		**(3.555.632)**	**(3.140.478)**	**(3.404.219)**	**(2.895.107)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**697.011**	**1.055.473**	**11.648.606**	**12.676.976**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita líquida de serviços	29	-	-	1.431.517	1.048.373
Custo dos serviços prestados	30	-	-	(776.408)	(620.111)
Lucro bruto		**-**	**-**	**655.109**	**428.262**
Receita (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	31	(98.080)	(92.402)	(295.829)	(265.261)
Reversão (provisão) para perda sobre recebíveis	6,7,8	49	(72)	(7.281)	233
Reversão da provisão de perdas de depósitos restituíveis	11	-	-	(159)	4.389
Outras receitas		-	14	2.538	8.662
Outras despesas		-	(58)	(11.956)	(5.445)
Resultado antes do resultado financeiro		**(98.031)**	**(92.518)**	**342.422**	**170.840**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	32	135.131	181.104	1.091.951	1.087.802
Despesas financeiras	32	(7.457)	(22.029)	(1.887.858)	(1.889.167)
		127.674	**159.075**	**(795.907)**	**(801.365)**
Resultado de equivalência patrimonial	15	(478.834)	(583.714)	70.928	64.479
Resultado antes dos impostos		**(449.191)**	**(517.157)**	**(382.557)**	**(566.046)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	-	(74.342)	(16.489)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	129	-	(64.182)	3.141
Prejuízo líquido do exercício		**(449.062)**	**(517.157)**	**(521.081)**	**(579.394)**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(449.062)	(517.157)	(441.794)	(513.464)
Acionistas não controladores		-	-	(79.287)	(65.930)
Prejuízo líquido do exercício		**(449.062)**	**(517.157)**	**(521.081)**	**(579.394)**
Resultado por ação					
Prejuízo líquido por ação ordinária – básico e diluído (em R$)	28	(1,19426)	(1,37536)	(1,17493)	(1,36553)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Prejuízo do exercício	**(449.062)**	**(517.157)**	**(521.081)**	**(579.394)**
Outros resultados abrangentes de operações continuadas				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado (líquidos de impostos):				
Ajustes acumulados de conversão	47.630	(24.105)	47.630	(203.903)
Ganho/perda na operação de *hedge*	(3.026)	1.368	(3.026)	(4.384)
Ganho na variação percentual em investida na GNA	-	-	-	2.314
Perda na variação percentual em investida na PDA	(10.696)	1	(10.696)	(7.660)
Efeito na emissão de ações sem valor nominal na Vast	-	-	-	(22.182)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(415.154)**	**(539.893)**	**(487.173)**	**(815.209)**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(415.154)	(539.893)	(407.886)	(749.279)
Acionistas não controladores	-	-	(79.287)	(65.930)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(449.191)	(517.157)	(382.557)	(566.046)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Amortização de direito de uso	1.204	1.193	15.715	4.671
Depreciação e amortização	1.430	1.420	264.344	252.632
Baixa do imobilizado	-	32	7.281	18.938
Resultado de equivalência patrimonial	478.834	583.714	(70.928)	(64.479)
Variação cambial, monetária e juros	(92.955)	(159.626)	594.378	1.185.028
Amortização do custo de transação	-	-	66.881	107.673
Provisão (reversão) para perda de depósitos restituíveis	-	-	159	(4.389)
Provisão (reversão) para perda - recebíveis	(49)	72	-	8.612
Reversão ao valor recuperável de ativos	-	-	-	(13.725)
Provisão para bônus	23.257	31.420	63.061	61.298
Provisão (reversão) para contingências	-	-	115	(257)
(Aumento) redução em clientes - receita linear	-	-	(32.947)	(34.104)
	(37.470)	**(58.932)**	**525.502**	**955.852**
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Clientes	-	-	(16.342)	(9.145)
Depósitos restituíveis	-	-	8.330	(16)
Depósitos judiciais	-	-	(876)	(811)
Impostos a recuperar	(8.493)	(4.044)	(28.482)	(2.846)
Créditos com terceiros	-	-	10.174	(8.671)
Outros valores a receber	66.538	3.273	38.136	20.270
Fornecedores	(3.839)	(2.899)	26.434	13.018
Partes relacionadas - contas a receber	(2.712)	481	(12.332)	7.142
Adiantamento de clientes	-	-	3.993	(18.185)
Impostos e contribuições a recolher	(4.955)	(961)	153.773	24.096
Partes relacionadas - contas a pagar	12	7	(337)	3.937
Salários e férias a pagar	(21.170)	(37.930)	(46.652)	(60.117)
Outras contas a pagar	-	-	-	(12.682)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	(77.486)	(13.018)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	**(12.089)**	**(101.005)**	**583.835**	**898.824**
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(357)	(258)	(160.807)	(84.594)
Aquisição de ativo intangível	-	(306)	(1.660)	(2.504)
Propriedade para investimentos	-	-	-	(2.867)
Redução de capital em controlada	-	62.441	-	-
Recompra de ações – grupo GNA	55.307	116.830	(29.634)	(64.264)
Redução de capital em controlada por acionista não controlador	-	-	-	(20.735)
Títulos e valores mobiliários	35.215	(15.683)	413.846	(2.998.759)
Aumento de capital em controlada	(258.292)	(862.248)	(72.901)	-
Bônus de subscrição Açu Trucked	-	-	10.542	(1.303.010)
Dividendos recebidos	-	-	246.069	185.547
Empréstimos recebidos de partes relacionadas	34.602	890.214	-	74.098
Caixa líquido proveniente da (usado nas) atividades de investimento	**(133.525)**	**190.990**	**405.455**	**(4.217.088)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital em controlada por acionista não controlador	-	-	-	2.960
Caixa restrito	2.125	(3.377)	206.594	(238.506)
Passivo de arrendamento	(1.416)	(1.388)	(22.995)	(2.996)
Depósitos bancários vinculados	-	-	150.053	(178.432)
Juros pagos	-	-	(1.097.803)	(961.812)
Custo de transação com terceiros	-	-	-	(252.935)
Hedge	-	-	(13.729)	(3.376)
Empréstimos obtidos com terceiros	-	-	-	6.409.786
Empréstimos liquidados com terceiros	-	-	(203.396)	(1.302.611)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	**709**	**4.765**	**(981.276)**	**3.472.078**
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**(144.905)**	**85.220**	**8.014**	**153.814**
No início do exercício	271.538	186.318	437.639	305.567
No fim do exercício	126.633	271.538	451.981	437.639
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	-	-	(6.328)	21.742
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**(144.905)**	**85.220**	**8.014**	**153.814**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

		Reserva de Capital				Outros resultados abrangentes										
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Opções de ações outorgadas	Gastos com emissão de ações	Perda na incorporação reversa de ações de controlada	Reserva de capital reflexa Ferroport	Bônus de subscrição Siemens-reflexa	Ganho/(perda) na variação percentual em investida	Ajuste de avaliação patrimonial /pela perda de controle	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido controladora	Outros	Total	Participação de acionista não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**3.292.821**	**266.974**	**63.336**	**(31.844)**	**-**	**125.182**	**13.231**	**539.512**	**836**	**361.848**	**(5.992.210)**	**(1.360.314)**	**(14.059)**	**(1.374.373)**	**518.066**	**(856.307)**
Prejuízo líquido do exercicío	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(517.157)	(517.157)	3.693	(513.464)	(65.930)	(579.394)
Incorporação reversa de controlada	-	-	-	-	(1.124.252)	-	-	-	-	-	-	(1.124.252)	-	(1.124.252)	(27.729)	(1.151.981)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(203.903)	-	(203.903)	-	(203.903)	(90.011)	(293.914)
Efeito da emissão de ações sem valor nominal na Vast	-	-	-	-	97.060	-	-	(22.182)	-	-	-	74.878	-	74.878	-	74.878
Reconhecimento do Hedge via equivalência	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.384)	-	-	(4.384)	-	(4.384)	(2.346)	(6.730)
Redução de capital da Oiltanking	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.735)	(20.735)
Perda na variação percentual na investida PDA	-	-	-	-	-	-	-	(7.660)	-	-	-	(7.660)	-	(7.660)	7.660	-
Aporte de acionista não controlador do Grupo GNA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.960	2.960
Ganho na variação percentual na investida GNA Holdco	-	-	-	-	-	-	-	-	2.314	-	-	2.314	-	2.314	(2.314)	-
Recompra de ações - Grupo GNA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.261)	(64.261)
Ajuste diferido e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10	367	377
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.292.821**	**266.974**	**63.336**	**(31.844)**	**(1.027.192)**	**125.182**	**13.231**	**509.670**	**(1.234)**	**157.945**	**(6.509.367)**	**(3.140.478)**	**(10.356)**	**(3.150.834)**	**255.727**	**(2.895.107)**
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**3.292.821**	**266.974**	**63.336**	**(31.844)**	**(1.027.192)**	**125.182**	**13.231**	**509.670**	**(1.234)**	**157.945**	**(6.509.367)**	**(3.140.478)**	**(10.356)**	**(3.150.834)**	**255.727**	**(2.895.107)**
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(449.062)	(449.062)	7.268	(441.794)	(79.287)	(521.081)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.630	-	47.630	-	47.630	140	47.770
Recompra de ações - Grupo GNA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.986)	(30.986)
Perda na variação percentual na investida PDA	-	-	-	-	-	-	-	(10.696)	-	-	-	(10.696)	-	(10.696)	10.696	-
Reconhecimento do Hedge via equivalência	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.026)	-	-	(3.026)	-	(3.026)	(1.297)	(4.323)
Ajuste diferido e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)	(470)	378
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.292.821**	**266.974**	**63.336**	**(31.844)**	**(1.027.192)**	**125.182**	**13.231**	**498.974**	**(4.260)**	**205.575**	**(6.958.429)**	**(3.555.632)**	**(3.110)**	**(3.558.742)**	**154.523**	**(3.404.219)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

PRUMO
LOGÍSTICA GLOBAL

Prumo Logística S.A - Companhia Fechada
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Prumo Logística S.A. ("Prumo" ou "Companhia") foi constituída em 2007, com o objetivo de desenvolver empreendimentos de infraestrutura e competências logísticas integradas, principalmente no setor portuário. A Companhia atualmente desenvolve suas operações através das controladas Porto do Açu Operações S.A. ("Porto do Açu"), Vast Infraestrutura S.A. ("Vast"), Gás Natural Açu S.A. ("GNA Holdco"), Gás Natural Açu Infraestrtura S.A. ("GNA Infra"), UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("GNA I"), da controlada indireta em conjunto ("empreendimento controlado em conjunto") Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. ("Ferroport"), do Consórcio Dome Serviços Integrados e do empreendimento controlado em conjunto NFX Combustíveis Marítimos Ltda. ("NFX"). Em 31 de dezembro de 2023, o valor patrimonial consolidado da Companhia é negativo em R$9,05 por ação (R$7,91 em 31 de dezembro de 2022), apresentando prejuízo consolidado no período de R$521.081 (prejuízo consolidado de R$579.394 em 31 de dezembro de 2022) e capital circulante consolidado positivo de R$187.368 (positivo em R$906.724 em 31 de dezembro de 2022). A Administração continua empenhada na busca de outras formas de obtenção de recursos para a continuidade da realização dos planos de negócios da Companhia. **Porto do Açu:** O Porto do Açu segue sendo premiado pelas boas práticas ambientais e operacionais. Em 2023 conquistou a 7ª posição no Ranking 100 Open Startups, na categoria Transporte e Logística e entre as Top 19 companhias, em Middle Market, ficando à frente de diversas empresas de tecnologia que olham diretamente para inovação. O prêmio anual é publicado desde 2016 e destaca as startups mais atraentes para o mercado corporativo e as corporações líderes em open *innovation* com startups. Também foi formalizada a adesão ao Movimento Conexão Circular, promovido pelo Pacto Global, durante participação no "Side-Event SDGS in Brazil" (*Sustainable Development Goals*), na sede da ONU, em Nova Iorque. O Porto do Açu foi o primeiro do setor a aderir ao Movimento, se juntando a outras companhias globais com atividades no país que estabeleceram o acordo com o Pacto Global. Pelo documento, o Açu reforça seus compromissos com modelo de negócios circulares com objetivos claros até 2030, evoluindo ainda mais no uso eficiente de recursos naturais e redução do desperdício, com objetivo de eliminar de forma efetiva resíduos para o meio ambiente. O Terminal Multicargas (T-MULT) atingiu ano passado novo recorde, com movimentação de 2,1 milhão de toneladas. Em 2023, novas soluções logísticas também foram implementadas e houve aumento de 33% (*) de novas cargas movimentadas em comparação a 2022. Desde o início das atividades em 2016, o T-MULT já registrou crescimento anual médio de 43% e o acumulado de 8 milhões de toneladas (*) e 51 clientes no portfólio (*), sendo sete destes novos no ano de 2023. (*) informação não auditada. **Vast Infraestrutura S.A.:** A Vast Infraestrutura S.A. tem por objeto a prestação de serviços logísticos de transbordo de petróleo ("double-banking transshipment"), que ocorre quando os navios estão atracados no píer, para o transporte de carga líquida. O terminal da Companhia possui três berços disponíveis ao longo do quebra-mar de 1,4 km, sendo que dois deles, os berços Norte e Central, tem capacidade para receber até navios exportadores tipo Very Large Crude Carrier ("VLCC") e o berço Sul, com capacidade para operar até navios Suezmax. O referido terminal ("T-Oil"), está licenciado para a movimentação de até 1,2 milhão de barris de óleo por dia. Em 2023, a Vast constituiu, como única acionista, a Vast Terminais e Dutos S.A. ("Vast Dutos"). A Vast Terminais e Dutos S.A. foi criada para desenvolver projetos e não possui atividades operacionais. Em setembro de 2023, a Vast realizou aumento de capital na Vast Dutos no valor de R$ 175.151 por meio de um pagamento restrito, conforme condições previstas na Indenture do Bond de janeiro de 2022. A Vast utilizou recursos mantidos no fundo cambial (títulos e valores mobiliários) para realizar o aumento de capital na Vast Dutos, o qual foi reconhecido como caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial consolidado. *Futuras Aquisições:* A Vast Infraestrutura avançou no processo de aquisição de 100% das quotas sociais da empresa Terminal de Combustíveis Marítimos do Açu Ltda. ("TECMA"). Em dez/23, foi assinado contrato que estabeleceu todos os termos e condições para a compra e venda das quotas da TECMA. Como consequência, a Companhia realizou o pagamento da primeira parcela da transação em uma conta *escrow*. Vale ressaltar que o *closing* da operação está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes. Em que pese uma das condições precedentes - a aprovação da operação pelo CADE - ter sido cumprida em 02/01/2024, este evento não basta para a consecução do *closing*, o qual está condicionado à implementação de outras condições precedentes que seguem pendentes. **Grupo GNA:** A controlada em conjunto indireta UTE GNA I Geração de Energia S.A I ("UTE GNA I") opera (i) uma usina termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.338 MW que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo derivadas de seus contratos de comercialização de energia; (ii) um terminal de regaseificação de GNL ("Terminal de Regaseificação"), o qual disponibilizará capacidade para importar gás natural para o Projeto UTE GNA I, para futuras usinas de energia, e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açu. A UTE GNA I faz parte do desenvolvimento do chamado "Açu Gás Hub", localizado estrategicamente no nordeste do estado do Rio de Janeiro, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos. A usina termelétrica da controlada em conjunto indireta UTE GNA I, em conjunto com o Terminal de Regaseificação de GNL e a Linha de Transmissão 345 kV (*), entraram em operação comercial, com as devidas autorizações regulatórias, em 16 de setembro de 2021. Após início da operação comercial em setembro de 2021, a UTE GNA I permaneceu em despacho até a primeira quinzena de fevereiro de 2022, período no qual a ONS solicitou a interrupção do despacho em razão do aumento dos níveis de armazenamento em todos os subsistemas do SIN, especialmente nos subsistemas SE/CO, NE e N. Desde janeiro de 2021 a UTE GNA I passou a contar com um novo acionista em sua estrutura societária, a empresa SPIC Brasil Energia Participações S.A. ("SPIC"). Com a entrada da SPIC e diluição da participação societária da GNA Infra na UTE GNA I de 67% para 45%, constatou-se, de acordo com as normas contábeis, que houve a perda de controle da GNA Infra sobre sua investida. Pelos motivos citados, a GNA Infra passa a ter o controle compartilhado com os restantes acionistas. Desta forma, após a perda de controle, o investimento da GNA Infra na UTE GNA I foi reavaliado a valor justo da transação. No acordo dos acionistas, existem termos contratuais que estabelecem opção de compra para a SPIC e opção de venda para os restantes acionistas (GNA Infra e Siemens Par), exercível entre 12 meses e 36 meses após o início de operação comercial, para a SPIC tornar-se detentora de 100% das ações da UTE GNA I. No exercício dessas opções, a transação será executada a valor justo através de avaliação realizada por avaliador independente. Nesses termos são estabelecidas condições precedentes para o fechamento, incluindo aprovação/*waiver* dos credores e reorganizações que, com base na experiência passada, levariam em torno de 6 meses para serem obtidas/realizadas. Não há evidências para o reconhecimento contábil dessas opções. A UTE GNA I encontra-se em discussão com a BP Gas Marketing ("bpGM") – parte do grupo econômico BP, seu fornecedor de gás natural liquefeito, acerca da interpretação do mecanismo de precificação do LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado por e entre a bpGM e a UTE GNA I, em 17 de novembro de 2017. A UTE GNA I segue cumprindo todas as obrigações previstas nos contratos celebrados com a bpGM. Nesse espírito, a Companhia pagou, em 07 de março de 2022 e 11 de março de 2022, os valores em discussão para a bpGM, reservando-se ao direito de ser reembolsada de qualquer pagamento em valor superior ao devido, incluindo juros. No dia 29 de julho de 2022 a UTE GNA I propôs procedimento arbitral contra a bp Gás Marketing ltd. ("bpGM") com o objetivo de discutir os valores cobrados pela bpGM e pagos provisoriamente pela UTE GNA I em relação a certas cargas de GNL utilizadas em atendimento às notificações de despacho do Operador Nacional do Sistema ("ONS"), no âmbito do LNG Sale and Purchase Agreement ("LNG SPA") e do Short Term LNG Sale and Purchase Agreement ("Short Term LNG SPA"), ambos celebrados entre bpGM e a UTE GNA I. Por fim, em 01 de março de 2023 a UTE GNA I apresentou suas alegações iniciais ao Tribunal Arbitral, em 14 de junho de 2023 a bpGM apresentou sua defesa, e por fim, em 01 de dezembro de 2023 a UTE GNA I apresentou sua réplica. A GNA HoldCo, trabalha no desenvolvimento de novos projetos, com o intuito de participar em futuros leilões de energia, de modo a viabilizar a implantação de outros empreendimentos. **Ferroport:** Em 2023, foi embarcado 24.040 mil toneladas de minério de ferros, em 145 navios (em 2022, 21.380 mil toneladas, em 144 navios) (*). (*) informação não auditada: Em 29 de dezembro de 2022, a empresa assinou um contrato com o Grupo Ômega Energia para garantir o fornecimento de energia por 20 anos, a partir de janeiro de 2024, com o objetivo de assegurar operações a longo prazo, energia sustentável e redução de custos. Em julho de 2023, a Ferroport adquiriu parte das ações ordinárias da SPE (Sociedade de Propósito Específico) Ômega Desenvolvimento de Energia 4 S.A.

2. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES

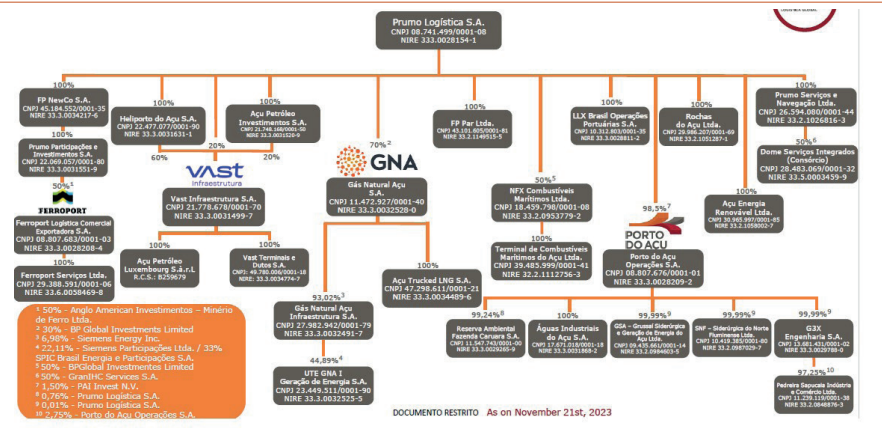
Licenças e autorizações novas ou renovações emitidas em 2023

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu	Licença de operação que autoriza o T-Mult dedicado à movimentação de granéis sólidos (carvão/coque e bauxita) e carga geral (blocos de granito, contêineres e cargas de projetos). Renovação da LO IN034002	LO nº IN03957	21/06/2023	21/06/2035
Porto do Açu	Para o manejo e transporte de fauna silvestre, visando o monitoramento da biota aquática próximo ao Pátio de Cargas Gerais na área do Complexo do Açu, em atendimento a Licença de Instalação Nº IN051258 (Processo E-07/505928/2009)	LI nº IN012936	03/03/2023	03/03/2025
Porto do Açu	Autoriza a extração de água subterrânea para finalidade de consumo e higiene humana e irrigação.	OUT N° IN011479 em renovação a OUT nº IN001541	23/05/2023	23/05/2027
Porto do Açu	Levantamento e manejo de fauna silvestre na área do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), visando subsidiar a elaboração do EIA/RIMA em futuros processos de licenciamento ambiental na área.	AA nº IN05257	10/10/2023	10/10/2025
Porto do Açu	Licença para tamponar um poço tubular, com profundidade de 249,5 metros, para atender as diretrizes do estudo hidrogeológico confeccionado para o local. Poço t2/4 Região Hidrográfica: Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.	AA nº IN001410	10/07/2023	10/07/2024

3. EMPRESAS DO GRUPO PRUMO

		Participação acionária	
	País	31/12/2023	31/12/2022
Controladas diretas			
Porto do Açu Operações S.A. ("Porto do Açu") (a)	Brasil	98,05%	98,37%
LLX Brasil Operações Portuárias S.A. ("LLX Brasil")	Brasil	100,00%	100,00%
NFX Combustíveis Marítimos Ltda. ("NFX") (b)	Brasil	50,00%	50,00%
Vast Infraestrutura S.A. ("Vast") (f)	Brasil	20,00%	20,00%
Gás Natural Açu S.A. ("GNA") (c)	Brasil	70,00%	70,00%
Heliporto do Açu S.A. ("Heliporto")	Brasil	100,00%	100,00%
Açu Petróleo Investimentos S.A. ("Açu Investimentos")	Brasil	100,00%	100,00%
Prumo Serviços e Navegação Ltda. ("Prumo Navegação")	Brasil	100,00%	100,00%
Rochas do Açu Ltda. ("Rochas do Açu")	Brasil	100,00%	100,00%
GNA Comercializadora de Energia Ltda. ("GNA III")	Brasil	-	50%
Açu Energia Renovável Ltda. ("Açu Energia")	Brasil	100,00%	100,00%
FP Par Ltda.	Brasil	100%	100%
FP Newco S.A.	Brasil	100%	100%
Controladas indiretas			
Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (d)	Brasil	50,00%	50,00%
Vast Infraestrutura S.A. ("Vast") (e)	Brasil	80,00%	80,00%
Açu Petróleo Luxembourg S.A.R.L ("AP Lux") (e)	Brasil	80,00%	80,00%
Vast Terminais e Dutos S.A. (Vast Terminais)	Brasil	80,00%	-
GSA - Grussaí Siderúrgica do Açu Ltda. ("GSA")	Brasil	99,24%	99,99%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A.("Reserva Ambiental Caruara") (f)	Brasil	99,20%	99,20%
G3X Engenharia S.A. ("G3X")	Brasil	99,99%	99,99%
Pedreira Sapucaia Ind. e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia")	Brasil	97,25%	97,25%
Águas Industriais do Açu S.A. ("antiga EBN") ("Águas Industriais")	Brasil	100,00%	100,00%
SNF - Siderúrgica do Norte Fluminense Ltda. ("SNF")	Brasil	99,99%	99,99%
UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("GNA I")	Brasil	44,89%	44,89%
Gás Natural Açu Infraestrutura S.A. ("GNA Infra")	Brasil	93,02%	93,02%
Açu Trucked LNG S.A.	Brasil	100,00%	-
Fundo de Investimento Renda Fixa Curto Prazo Prumo	Brasil	99,99%	99,99%
Dome Serviços Integrados ("Dome") (g)	Brasil	50,00%	50,00%
Prumo Participações e Investimentos S.A. ("Prumo Participações")	Brasil	100,00%	100,00%
Ferroport Serviços Ltda	Brasil	100,00%	100,00%
Terminal de Combustíveis Marítimos do Açu Ltda	Brasil	100,00%	100,00%

(a) Empreendimento controlado pela Prumo, com participação de 1,50% do Port of Antwerp International NV ("PAI"); (b) Empreendimento controlado em conjunto pela Prumo e pela BP Global Investment Limited ("BP"), detendo cada acionista 50% das ações; (c) Empreendimento controlado pela Prumo, com participação de 30% da BP Global Investment Limited; (d) Empreendimento controlado em conjunto pela Prumo Participações e pela Anglo American, detendo cada acionista 50% das ações; (e) As ações remanescentes na Vast foram distribuídas de tal forma que a Heliporto ficasse com 60%, Açu Petróleo Investimentos e Prumo Logística com 20% cada. A razão social da Açu Petróleo S.A. foi alterada para Vast Infraestrutura S.A.; (f) Empreendimento controlado em conjunto pela Porto do Açu, com participação de 0,76% da Prumo; (g) O Consórcio Dome é constituído pelas empresas Prumo Serviços e Navegação Ltda. e GranIHC Services., com participações iguais de 50%.



4. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e incluem os ativos diferidos da controlada Porto do Açu e do empreendimento controlado em conjunto Ferroport, que terminarão de ser amortizados em 2025 e 2024, respectivamente, refletidos na controladora por equivalência patrimonial. Portanto, estas demonstrações financeiras individuais em BR GAAP não estão de acordo com o IFRS. A diferença entre o patrimônio líquido individual e o consolidado está relacionada ao referido ativo diferido, que foi reconhecida em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado quando da adoção inicial do IFRS. A amortização desse ativo diferido vem sendo reconhecida no resultado do exercício pelas subsidiárias e por consequência por equivalência patrimonial na controladora. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional. A Administração da Prumo avaliou e então concluiu que não existe incerteza significativa sobre a capacidade da Companhia de continuar em operação. Em 15 de março de 2024, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. b) Base de preparação: As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustada para refletir (i) valor justo por meio do resultado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, com a exceção do Grupo Vast, cuja moeda funcional é o Dólar norte-americano. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Uso de estimativas e julgamentos: Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos, incertezas relacionadas a premissas e estimativas realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 03 – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida; • Nota explicativa 08: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; • Nota explicativa 10 – reconhecimento de ativo fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos ficais possam ser utilizados; • Nota explicativa 15 – equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida; • Nota explicativa 17 – teste de redução ao valor recuperável de ativo imobilizado: principais premissas em relação aos valores recuperável, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; • Nota explicativa 24 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e • Nota explicativa 25 – prazo de arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistentes a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário. e) Base de consolidação: **e.1 Perda de controle:** Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, desreconhece os ativos e passivos e passa a reconhecer o resultado das operações dessa antiga controlada pelo método de equivalência patrimonial a partir do mês em que ocorre a perda de controle, e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada ao seu valor justo na data em que há a perda de controle. A Companhia utilizou como base o CPC 36 (R3) B99 e ICPC 09 (R2) e reclassificou para resultado do período os de ganhos reconhecidos até a data da perda de controle, anteriormente classificados como outros resultados abrangentes. **e.2 Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia o controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **e.3 Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistentes a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário: a) Base de consolidação: (i) Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. (ii) Participação de acionista não-controladores: A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da controlada. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. (iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Quando classificadas como entidades controladas em conjunto, existem acordos contratuais que permitem à Companhia controle compartilhado da entidade e dão ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. (iv) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. b) Moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional, Real, das entidades do Grupo Prumo, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos e passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico, em moeda estrangeira, e são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários: Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Aplicações financeiras com vencimento acima de três meses, títulos adquiridos com a intenção de manter o papel até o vencimento ou investimentos para negociação encontram-se classificados como títulos e valores mobiliários. O Caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA e AAA, baseado nas agências S&P, Moodys e Fitch. O *impairment* estimado no caixa e equivalente de caixa foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco. O caixa e os equivalentes de caixa detêm de um risco baixo de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. d) Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros: Ao ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos. A Companhia reconhece inicialmente os recebíveis e os títulos de dívida emitidos na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão, para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro. *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, A Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: - eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - o pré-pagamento

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

PRUMO
LOGÍSTICA GLOBAL

Prumo Logística S.A - Companhia Fechada
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08

e a prorrogação do prazo; e - os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a Custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumento de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

ii. Passivos financeiros: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. iii. Instrumentos financeiros: A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas especificas no patrimônio líquido. No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. *Hedges* de fluxo de caixa: O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes - ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por *hedge*, determinado com base no valor presente, desde a designação do *hedge*. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("*forward points"*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se o instrumento de *hedge* for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente. iv. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ii. Desreconhecimento: *Ativos financeiros:* O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. *Passivo financeiro:* O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Prumo e suas subsidiárias concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. f) Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta, • Outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar, e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, são reconhecidos no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente, e em função disso, eventuais ajustes podem ser reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. g) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver. h) Propriedade para investimento: Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial. O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Conforme CPC 28 - Propriedade para investimento, a Companhia divulga o valor justo dos terrenos destinados ao arrendamento. i) Redução ao valor recuperável ("*impairment"*): *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Na avaliação do valor recuperável, a Companhia mensurou o valor justo menos as despesas de alienação da UGC Industrial Hub/T-Mult, conforme CPC 01, e identificou a melhora do ambiente macroeconômico, com a perspectiva de medidas benéficas na esfera dos negócios, corroborado pela assinatura de novos contratos, como o de locação de área para instalação das térmicas da GNA. *Ativos financeiros não-derivativos:* A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: - ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; - investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e - ativos de contrato. A Companhia também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: - títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e - outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas ("*forward-looking"*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui" problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em uma situação normal; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. j) Empréstimos, financiamentos e debêntures: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação dos mesmos. k) Benefícios a empregados: *Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *Transações de pagamento baseado em ações:* Em 7 de maio de 2018, a Prumo passou a ser uma Companhia fechada, conforme nota explicativa nº 1. Foi constituído e aprovado pelo Conselho de Administração o novo plano em substituição ao anterior, o *Phantom Options,* conforme mencionado na nota explicativa nº 21. l) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. m) Receita operacional: A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS15 a partir de 2018, e de acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar momento da transferência de controle- em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. As principais receitas do Grupo são provenientes de: (i) Receitas de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento: A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado. (ii) Serviços portuários: Prestação de serviços portuários, direito de acesso e operações logísticas são reconhecidos no resultado. Essas operações portuárias representam obrigações de desempenho para o fornecimento de serviços de infraestrutura portuária para os clientes, ou seja, substancialmente serviços com o mesmo padrão de transferência para o cliente e que permite serem contabilizados como uma única obrigação de desempenho. A receita é reconhecida ao longo do tempo usando o método da porcentagem de conclusão. (iii) Serviços de transbordo de petróleo: Trata-se do processo de transferência de petróleo entre navios. As receitas são contratos de obrigações de performance e o preço da transação para cada obrigação de performance. O termo "obrigação de performance", no que se refere à norma contábil, diz respeito à obrigação da companhia desempenhar a sua obrigação de repassar o controle do bem ou serviço ao cliente. Todos os contratos, com exceção da Petrobras, possuem cláusulas de *take-or-pay*, com variação do número de operações para cada contrato. As cláusulas de *take-or-pay* são mecanismos contratuais que asseguram o recebimento de uma quantidade mínima de operações *double banking*, independentemente de sua realização física, caso o cliente não exerça o direito de realizá-las dentro do prazo estabelecido. A Vast Infraestrutura, reconhece as receitas de *breakage* (quebra) quando a probabilidade de o cliente exercer seus direitos é remota e para as operações *double banking* físicas, as obrigações de performance são consideradas atendidas no momento da desconexão dos mangotes, ao final de cada operação, conforme previsão contratual. Desse modo, após satisfeitas as condições precedentes desta obrigação de performance, as receitas são reconhecidas de acordo com o preço identificado para cada contrato, ou seja, à medida que cada operação é realizada. n) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os recursos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. o) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Os ativos de imposto de renda e contribuição diferidos são revisados trimestralmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. p) Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do quociente entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 / IAS 33 - Resultado por Ação. q) Informação por segmento: Os resultados por segmentos que são relatados à Diretoria da Companhia incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. r) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas possíveis do risco envolvido. s) Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. t) Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis	Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants	1° de janeiro de 2024
* Alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")	1° de janeiro de 2024
Alterações ao CPC 06/IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback	1° de janeiro de 2024
Alterações ao CPC 02/IAS 21	Ausência de conversibilidade	1° de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC

Com base na avaliação da administração, essas novas normas não afetam materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E CAIXA RESTRITO

a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	17.499	70.035	66.129	121.411
Equivalentes de caixa				
CDBs	109.186	201.605	366.323	258.828
Operações compromissadas	-	-	19.617	57.529
	109.186	**201.605**	**385.940**	**316.357**
Provisão de perda estimada (-)	(52)	(102)	(88)	(129)
	109.134	**201.503**	**385.852**	**316.228**
	126.633	**271.538**	**451.981**	**437.639**

Os equivalentes de caixa são recursos aplicados em certificado depósitos bancários (CDB's) e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimentos são de até três meses contados a partir da data de aquisição. Aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB's) com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

b) Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos públicos (a)	13.043	48.258	13.043	48.258
FI cambial (b)	-	-	179.801	269.226
Notas promissórias vinculadas a crédito (c)	-	-	2.952.500	3.241.706
	13.043	**48.258**	**3.145.344**	**3.559.190**
Circulante	13.043	48.258	399.613	484.598
Não circulante	-	-	2.745.731	3.074.592

(a) Os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional foram adquiridos através do Fundo Exclusivo no Bradesco. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização no curto prazo. (b) O Fundo de Investimento Cambial é administrado junto ao Banco BNP Paribas. A Companhia designou os investimentos deste fundo porque representam investimentos que a Companhia pretende manter em um prazo superior a 90 dias para fins estratégicos. Sua classificação financeira é valor justo por meio do resultado. Por sua vez, seus ganhos e perdas impactam o resultado da Companhia. Conforme determinação da Instrução CVM 408/05, as informações consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento exclusivo, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas. (c) A AP Lux utilizou os recursos emitidos pela cédula de crédito vinculada ("CLN") junto aos bancos Itaú e Santander para internalizar os recursos e financiamentos com a Vast., por meio de operação vinculada no Brasil. Os bancos Itaú e Santander utilizaram os recursos que lhes foram cedidos pela Companhia, por meio dos instrumentos Nota de Crédito à Exportação (NCE) e Debênture Cambial com Itaú e Santander, conforme nota explicativa nº 16 – Empréstimos, Financiamentos e debêntures. Essa cédula de crédito vinculada não obriga os bancos a utilizarem recursos próprios para efetuar qualquer liquidação dos valores dos investimentos, portanto, para a liquidação dos investimentos é necessário o pagamento por meio do instrumento Notas de Crédito à Exportação ("NCE") e debêntures cambiais.

c) Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa restrito	34.715	36.840	83.713	290.307
	34.715	**36.840**	**83.713**	**290.307**

O caixa restrito consiste em montantes depositados em conta bancária no percentual de 25% (15% em 31 de dezembro de 2022) sobre os recursos recebidos pela Porto do Açu, conforme estabelecido no anexo I do contrato de financiamento, firmado junto aos credores da Porto do Açu. Esses recursos serão utilizados como "Garantia" ao referido empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). O CDB da Prumo no valor de R$34.715 (R$36.840 em 31 de dezembro de 2022) junto aos Banco ABC Brasil não está disponível para utilização imediata, devido ao contrato de garantia de carta de crédito com o banco emissor.

7. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Porto do Açu (a)	3.410	3.344
GSA	12	23
Vast (b)	190.450	184.157
Prumo Participações (c)	151.521	143.288
GNA Infra (d)	4	160.689
FP Newco	22	**3.999**
	345.419	**495.500**
Provisão de perda esperada - DV	(17)	(45)
	345.402	**495.455**
Circulante	151.563	308.044
Não circulante	193.839	187.411

(a) Os recursos de titularidade da Porto do Açu, depositados na conta do Banco Santander, consistem em obrigações de compensação ambiental fixada no âmbito da licença de instalação nº IN023176, e somente poderão ser utilizados para investimentos em ações e projetos socioambientais previamente aprovados pela Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente, conforme previsto no Termo de Compromisso nº 03/2014; (b) Os depósitos vinculados da Vast se referem a recursos mantidos em dólar em contas no exterior. O montante em depósito referente a essa operação serve como garantia, de acordo com as condições do financiamento; (c) A Prumo Participações possui duas contas reserva referentes ao contrato de financiamento: A Conta Reserva do Serviço da Dívida ("DSRA"), que possui o valor de 6 meses de pagamento do principal mínimo acrescido do juro devido do período; e a Conta Reserva de Pagamento Alvo ("TARA"), que é preenchida com o valor que exceder o montante devido para cada data de pagamento; e (d) Em 20 de abril de 2023 houve a conversão do depósito bancário vinculado em conversão de caixa e equivalente de caixa, onde o montante de R$ 72.901 foi utilizado pela Infra para aumento de capital na UTE GNA I, e o saldo residual foi aplicado para pagamento de recompra de ações da Infra a seus acionistas.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

PRUMO
LOGÍSTICA GLOBAL

Prumo Logística S.A - Companhia Fechada
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08

8. CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cessão do direito real de superfície (a)	135.244	115.013
Serviços portuários (b)	37.605	19.332
Serviços de transbordo de petróleo (c)	104.367	93.526
Outros	1.407	983
	278.623	**228.854**
Provisão de perdas estimadas (-)	(1.221)	(741)
	277.402	**228.113**
Circulante	164.219	139.742
Não circulante	113.183	88.371

(a) Cessão do direito real de superfície de terrenos do Porto do Açu relativo aos clientes: GNA II, Technip, NOV, Intermoor, Edison Chouest, Oceanpact, NFX, VIX Logística, Minas Gusa, Mills; (b) Serviços portuários compreendem armazenagem de cargas, soltas, cargas de projetos de granéis sólidos, pesagem e serviços de recepção; e (c) Serviços de transbordo de petróleo referente à subsidiária Vast. A Controlada Porto do Açu S.A. possui como critério para avaliação de crédito e cálculo da perda esperada de recebíveis a análise dos seguintes itens: - Demonstrações financeiras; - Rating do Serasa. A Companhia efetuou avaliação sobre os riscos de crédito e perda esperada dos recebíveis e não identificou perdas adicionais além dos montantes já contabilizados nessas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia continua avaliando os futuros impactos em seus recebíveis em decorrência da situação financeira e econômica do país e de seus clientes.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre serviços (“ISS”)	7	7	165	61
Imposto sobre circulação de mercadorias (“ICMS”)	-	-	1.220	1.383
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	15.167	7.666	34.250	28.956
CSLL retida na fonte ("CSRF")	-	-	36	44
Imposto de renda retido sobre mútuo	3.636	2.642	3.636	2.642
Crédito não cumulativo (“PIS”)	-	-	881	4.046
Crédito não cumulativo (“COFINS”)	-	-	209	15.587
Outros	201	203	1.321	1.217
	19.011	**10.518**	**41.718**	**53.936**
Circulante	15.371	7.871	34.706	49.285
Não circulante	3.640	2.647	7.012	4.651
IRPJ e CSLL a Recuperar				
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	**75**	**430**	**69.502**	**28.802**
Circulante	75	430	69.502	28.802

10. IMPOSTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos de R$183 e passivos de R$247.503, totalizam o valor líquido de (R$247.320) em 31 de dezembro de 2023 (R$(193.275) em 31 de dezembro de 2022), têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais	95.053	88.925	1.686.554	1.471.317
Base negativa de contribuição social	40.983	35.602	615.446	534.292
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT (a)	-	-	7.318	15.124
Provisão para PLR	-	-	7.815	5.682
Juros Capitalizados	-	-	(12.848)	-
Provisão para perda em investimentos	-	-	7.116	7.116
Provisão para perda estimada créditos	-	-	16.228	15.900
Provisão outras taxas	-	-	2.665	2.666
Diferimento Receita Linear	-	-	(42.882)	-
Diferimento do PIS e COFINS - Receita Linear	-	-	3.966	-
Provisão variação cambial	-	-	(136.057)	(65.818)
Provisão (reversão) perda s/imobilizado	-	-	25.060	29.188
Provisão contingências	-	-	662	460
Apropriação Crédito PIS e COFINS	-	-	16.704	17.093
Diferença de Taxa de Depreciação	-	-	(13.832)	(12.461)
Perda com operações de renda variável	-	-	4.814	2.708
Outros	4.403	4.403	15.224	8.970
Total de créditos fiscais diferidos ativos	140.439	128.930	2.203.953	2.032.237
IR diferido não reconhecido (b)	(140.439)	(128.930)	(2.203.770)	(2.031.865)
Total de impostos diferidos ativos reconhecidos	**-**	**-**	**183**	**372**
Imposto diferido passivo				
Diferença temporária – GNA Infra	-	-	(24.726)	(24.726)
Diferença de base passiva - Vast	-	-	(203.648)	(168.921)
Variação cambial FP Newco	-	-	(19.129)	-
Total de impostos diferidos passivos	**-**	**-**	**(247.503)**	**(193.647)**
Total de impostos diferidos	**-**	**-**	**(247.320)**	**(193.275)**

(a) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferença de tratamento contábil-fiscal sobre o ativo diferido originado a partir de 1º de janeiro de 2009. Enquanto para fins contábeis as despesas consideradas pré-operacionais são reconhecidas no resultado, para fins fiscais são tratadas como se ativo diferido fossem. (b) Trata-se de IR diferido não reconhecido decorrente de prejuízo fiscal e base negativa consolidado, do montante de R$(2.161.291), sendo que: Prumo no valor de R$(130.927), Porto do Açu R$(1.668.708), Prumo Participações R$(238.945), Açu Petróleo Investimentos R$(144.467), e outras em função da ausência de expectativa concreta de resultados tributáveis futuros e outros.

11. DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS

	Consolidado				
	31/12/2022	(Recebimentos)	Reversão da Provisão p/ perda (*)	Atualização monetária	31/12/2023
Porto do Açu	**58.760**	(9.506)	(159)	1.335	**50.430**
	58.760	**(9.506)**	**(159)**	**1.335**	**50.430**

	Consolidado					
	31/12/2021	Adição	(Recebimentos)	Reversão da Provisão p/ perda (*)	Atualização monetária	31/12/2022
Porto do Açu	**58.744**	196	(12.937)	4.389	7.828	**58.760**
	58.744	**196**	**(12.937)**	**4.389**	**7.828**	**58.760**

(*) Reversão de provisão de perda diante do êxito de nova estratégica jurídica. Entre os anos de 2011 e 2015, a Porto do Açu, mediante acordos privados, adquiriu de diversos proprietários/possuidores os direitos sobre as áreas por eles ocupadas, tendo como objetivo viabilizar o recebimento imediato das indenizações pelos antigos ocupantes, bem como a desocupação amigável das áreas destinadas ao desenvolvimento de projetos no Distrito Industrial de São João da Barra. Em razão da celebração dos acordos privados – e consequente adiantamento de indenizações aos proprietários/possuidores de imóveis –, a Companhia passou a ter o direito de realizar para si o levantamento dos valores depositados em juízo nos processos de desapropriação referentes a estes imóveis. No ano de 2023, a Porto do Açu recuperou, por meio de levantamentos em processos de desapropriação, o montante de R$9.506 (R$ 12.397 no ano de 2022) referente aos depósitos iniciais nos processos de desapropriação envolvendo os imóveis por ela adquiridos. A Porto do Açu, com base em parecer de sua assessoria legal externa, entende que, neste fechamento contábil, há a possibilidade jurídica de levantamento de R$53.310 (R$61.481 em 31 de dezembro de 2022) atualmente depositados nas ações judiciais e atualizados, sendo do montante total, reconhecido como provisão de perda o valor de R$ 2.880 (R$ 2.721 em 31 de dezembro de 2022) referente aos casos com prognóstico de remota.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais Porto do Açu (a)	12.129	11.223
Depósitos judiciais Prumo	363	450
Depósitos judiciais	638	581
	13.130	**12.254**

(a) Depósito judicial realizado em ação judicial ajuizada em face da União Federal com o objetivo de discutir o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas (“espelho d’água”), nos termos do “Contrato de Cessão de Espaço Físico em Águas Públicas” celebrado em 6 de outubro de 2010. Em 31 de dezembro de 2023, o valor corrigido dos depósitos judiciais totaliza o montante consolidado estimado de R$ 11.586 (R$ 10.829 em 31 de dezembro de 2022).

13. DEBÊNTURES OSX

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval S.A. (“OSX”), aprovado pela Assembleia Geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juiz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Açu subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de R$734.677 dada as seguintes condições:

	Data de emissão	Data Vencimento (**)	Taxa de juros (a.A)	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Debêntures – 4ª série (*)	08/01/2015	08/01/2055	CDI	723.716	723.716
DIP – 3ª série (*)	15/01/2016	15/01/2036	CDI + 2%	10.961	10.961
Subtotal das Debêntures:				**734.677**	**734.677**
(-) Provisão para perda estimada				(46.031)	(45.541)
Total das Debêntures:				**688.646**	**689.136**
Direito real de superfície (não contabilizado) (vi)				(33.837)	(29.743)
Total:				**654.809**	**659.393**

(*) As Debêntures – 3ª Série tem vencimento em 10 anos, prorrogáveis pelo mesmo período e as Debêntures – 4ª Série tem vencimento em 20 anos, prorrogáveis pelo mesmo período. (**) Data de vencimento considerando a possível prorrogação das debêntures. O montante total de debêntures conforme o plano de recuperação judicial é composto por: (i) R$642.301 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 646.886 em 31 de dezembro de 2022) relativos aos custos de construção do canal do terminal T2; (ii) R$10.961 em 31 de dezembro de 2022 e 2023 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R$12.507 em 31 de dezembro de 2022 e 2023 relativos à linha de transmissão; (iv) R$32.117 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 31.626 em 31 de dezembro de 2022) referentes à cessão do direito real de superfície referente ao período de agosto de 2013 até julho de 2014, (v) R$2.954 em 31 de dezembro de 2022 e 2023 relativos aos custos de licenciamento e (vi) R$33.837 (R$ 29.743 em 31 de dezembro de 2022) referentes à cessão do direito real de superfície devidos a partir de agosto de 2014 até julho de 2015, porém, não contabilizados por não atender plenamente os critérios de reconhecimento de receita (CPC 47/IFRS15), dado à improbabilidade de benefícios econômicos futuro associados a essa transação. Do montante total de Debêntures, a Administração da Porto do Açu constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R$46.031 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 45.541 em 31 de dezembro de 2022), conforme detalha o quadro da nota explicativa acima. Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total dos créditos reconhecidos como Debêntures 3ª e 4ª série, não foram contabilizados, até a data base, por não atenderem aos critérios do CPC 25, o montante de juros remuneratórios de R$ 865.055 (R$680.003 em 31 de dezembro de 2022). Caso, eventualmente, a OSX não honre com o contrato de Debêntures, os montantes descritos nos itens (i) e (iii) serão agregados ao Ativo Imobilizado e “Propriedade para Investimento”, respectivamente, e deverão ser futuramente avaliados com base norma contábil CPC 01 para verificar sua eventual recuperabilidade. Detalhes divulgados na Nota explicativa nº 17 – Imobilizado – Teste de *Impairment*.

14. CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS

a. Créditos com terceiros

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Créditos de Remoc (*)	68.682	64.668
Crédito – Adiantamento contratual	8.550	8.550
Total de créditos:	**77.232**	**73.218**
(-) Provisão para perda estimada	(8.550)	(3.203)
Outros créditos	-	16
	68.682	**70.031**

(*) Referente a obras do entorno. Caso a OSX não honre tais pagamentos, o montante será agregado integralmente ao custo do Ativo Imobilizado “Canal T2” e deverá ser futuramente recuperado por meio das respectivas operações, conforme norma contábil CPC 01 e detalhes divulgados na Nota explicativa nº 17 – Imobilizado – Teste de *Impairment*.

b. Outros valores a receber - OSX:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cessão do direito de uso	420.301	350.043
Total dos créditos:	**420.301**	**350.043**
Direito real de superfície (não contabilizado)	(420.301)	(350.043)
Total:	**-**	**-**

Considerando que em Dezembro de 2012 a Porto do Açu e OSX celebraram um Instrumento Particular para Cessão Onerosa do Direito de Uso e Futura Concessão do Direito Real de Superfície (“Contrato de Cessão”); que em Novembro de 2013 a OSX pediu recuperação judicial, tendo seu plano aprovado, o qual determinava, dentre outras medidas, a suspensão da exigibilidade das contraprestações até Dezembro de 2016; que antes do final do período de carência determinado no plano de recuperação judicial, ambas as partes celebraram novo acordo que suspendia por mais 2 anos a exigibilidade das parcelas posteriores àquelas que foram subscritas em debêntures, ou seja, às parcelas devidas a partir de 2015; e que em setembro de 2018, a Porto do Açu celebrou junto ao Grupo OSX o termo de compromisso e Standstill, o qual estabelecia a suspensão da exigibilidade da cobrança referente às contraprestações enquanto estivesse em vigor, a Porto do Açu notificou o Grupo OSX, em 13 de outubro de 2023, sobre a não renovação do Standstill, o encerrando em 19 de outubro de 2023. Em ato contínuo, a Porto do Açu notificou extrajudicialmente, a OSX, em 23 de outubro de 2023, solicitando que até o dia 30 de outubro de 2023 fosse efetuado o pagamento das Contraprestações vencidas referentes ao período de agosto de 2015 a setembro de 2023, no valor total de R$ 403.359. No último dia do prazo concedido pela Porto do Açu para pagamento, o Grupo OSX propôs a tutela de urgência cautelar como medida preparatória a novo pedido de recuperação judicial e o Juízo da 3ª Vara Empresarial deferiu o pedido liminar formulado para suspender, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, (i) “a exigibilidade das obrigações pecuniárias cobradas em face do Grupo OSX, em especial aquela cobrada pela PDA”; (ii) “os efeitos de toda e qualquer disposição que preveja a rescisão de contratos por inadimplemento de dívidas sujeitas a esta medida ou por ajuizamento de procedimentos concursais de restruturação de passivos, inclusive recuperação judicial”; e (iii) “os efeitos de toda e qualquer disposição que preveja a decretação de vencimento antecipado e/ou amortização acelerada de obrigações já negociadas, inclusive no que se refere às Debêntures da série ímpar emitidas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial…”. Além dos valores apresentados na notificação de cobrança enviada pela Porto do Açu, no total de R$ 403.359 (agosto/2015 a setembro/2023), existem as parcelas de outubro, novembro e dezembro de 2023 (R$16.942), totalizando o saldo devedor de R$420.301, sendo esse montante não reconhecido como receita nas Demonstrações Financeiras, por não atender todos os requisitos estabelecidos no CPC 47 (IFRS 15). O Grupo OSX e os seus principais credores, dentre eles a Porto do Açu, seguem em negociações no âmbito da mediação, de modo que a decisão supramencionada segue surtindo plenos efeitos, com a suspensão dos meios de cobrança. **c. Obrigações com terceiros:** Após análise minuciosa de documentação histórica sobre o tema, a Controladora baixou o valor de R$19.880 (o mesmo de 31 de dezembro de 2022), por entender que este não seria devido.

15. INVESTIMENTOS

a) Participações societárias:

31 de dezembro de 2023													
Controladas diretas (incluindo controle em conjunto)	**%**	**Quantidade ações/quotas (mil)**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Capital social**	**Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC**	**Opções de compras de ações**	**Ágio na emissão de ações**	**Reserva de lucros**	**Ganho (perda) na variação percentual**	**Ganho (perda) na variação cambial**	**Resultado acumulado**
													(5.272.577)
Porto do Açu	98,05%	4.385.484	4.909.917	5.550.012	(640.095)	4.385.484	225.400	1.369	-	20.125	104	-	
LLX Brasil	100,00%	104.780	860	3	857	104.780	-	-	-	-	-	-	(103.923)
FP Newco	100,00%	90	618.470	654.607	(36.137)	-	-	-	-	(58.843)	-	-	22.706
NFX	50,00%	73.430	651.870	519.638	132.232	77.965	-	-	-	-	-	-	54.267
Vast	20,00%	447.042	5.433.317	6.061.036	(627.719)	110.915	-	-	(1.124.252)	105.057	-	280.561	-
Açu Petróleo Investimentos	100,00%	898	6.757	722.313	(715.556)	898	8	-	(224.850)	655	(132.092)	56.979	(417.154)
GNA	70,00%	367.377	472.624	20.718	451.906	630.440	-	-	377.866	-		(5.663)	(550.736)
Prumo Serviços e Navegação	100,00%	11.336	106.703	84.548	22.155	14.915	-	-	-	457	-	-	6.783
Heliporto	100,00%	353.881	19.636	393.427	(373.791)	353.881	12	-	(674.551)	4.970	(16.634)	(105.024)	63.555
Rochas do Açu	99,00%	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
FP Par Ltda	100,00%	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GNA Comercializadora	50,00%	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Açu Energia	99,00%	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-

31 de dezembro de 2022													
Controladas diretas *(incluindo controle em conjunto)*	**%**	**Quantidade ações/quotas (mil)**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Capital social**	**Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC**	**Opções de compras de ações**	**Ágio na emissão de ações**	**Reserva de lucros**	**Ganho/perda na variação percentual**	**Ganho/perda na variação cambial**	**Resultado acumulado**
Porto do Açu	98,37%	3.330.614	5.117.317	5.436.186	(318.869)	3.753.207	599.407	1.369	-	20.139	96	-	(4.693.087)
LLX Brasil	100,00%	104.780	840	-	840	104.780	-	-	-	-	-	-	(103.940)
FP Newco	100,00%	90	586.176	757.074	(170.898)	-	-	-	(58.843)	-	-	-	(112.055)
NFX	50,00%	73.430	542.921	465.750	77.171	155.930	-	-	-	-	-	-	(78.759)
Vast	20,00%	447.042 042	5.767.581	6.530.269	(762.688)	110.915	-	-	(1.124.252)	18.203	-	232.931	-
Açu Petróleo Investimentos	100,00%	898	231	678.966	(678.735)	898	-	-	(224.850)	654	(132.092)	47.453	(370.798)
GNA	70,00%	367.377	734.273	5.629	728.644	630.440	-	-	460.485	-	(30.985)	29.644	(360.940)
Prumo Serviços e Navegação	100,00%	11.336	71.083	56.442	14.641	14.915	-	-	-	-	-	-	(274)
Heliporto	100,00%	416.323	15	454.778	(454.763)	353.881	-	-	(674.551)	1.534	(16.634)	(133.601)	14.608
Rochas do Açu	99,00%	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
FP Par Ltda	100,00%	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GNA Comercializadora	50,00%	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Açu Energia	99,00%	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-

b) Movimentações – Controladora

Controladas diretas	**31/12/2022**	**Aumento de capital**	**Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC**	**Ganho/perda variação percentual**	**Ganho/perda pela variação cambial-reflexa**	**Lucro não realizado**	**Dividendos**	**Outros**	**Provisão para perda em investimentos**	**Equivalência patrimonial**	**31/12/2023**
Porto do Açu	-	632.277	(374.007)	(10.695)	-	-	-	-	323.243	(570.818)	-
LLX Brasil	840	-	-	-	-	-	-	-	-	17	857
Prumo Participações	-	-	-	-	-	3.339	-	-	(3.339)	-	-
NFX	38.585	-	-	-	-	-	-	-	-	27.531	66.116
Vast	-	-	-	-	9.526	-	(6.508)	-	(25.935)	22.917	-
Açu Petróleo Investimentos	-	-	8	-	9.526	-	-	-	36.814	(46.348)	-
Gás Natural	510.055	(55.307)	-	-	-	-	-	(5.553)	-	(132.857)	316.338
Heliporto	-	-	12	-	28.580	-	(16.200)	-	(81.108)	68.716	-
Prumo Serviço de Navegação	14.639	-	-	-	-	-	(2.170)	-	-	9.682	22.151
FP Newco	-	-	-	-	-	-	(7.568)	-	(134.761)	142.329	-
Outros	175	-	-	-	-	-	-	(2)	1	(3)	171
	564.294	**576.970**	**(373.987)**	**(10.695)**	**47.632**	**3.339**	**(32.446)**	**(5.555)**	**114.915**	**(478.834)**	**405.633**

Controladas diretas	**31/12/2021**	**Aumento (redução) de Capital**	**Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC**	**Ganho/perda variação percentual**	**Ganho/perda pela variação cambial-reflexa**	**Lucro não realizado**	**Transferência de participação societária**	**Outros**	**Provisão para perda em investimentos**	**Equivalência patrimonial**	**31/12/2022**
Porto do Açu	-	422.593	439.655	(7.660)	-	-	-	-	(224.684)	(629.904)	-
LLX Brasil	800	-	-	-	-	-	-	-	-	40	840
Prumo Participações	-	-	-	-	-	3.282	-	-	(285.377)	282.095	-
NFX	37.006	-	-	-	-	-	-	-	-	1.579	38.585
Vast	-	-	-	97.061	(31.073)	-	(224.850)	-	151.321	7.541	-
Açu Petróleo Investimentos	-	-	-	(5.545)	(43.194)	-	(224.850)	-	325.216	(51.627)	-
Gás Natural (i)	733.686	(116.830)	-	-	-	-	-	(2.071)	-	(104.730)	510.055
Heliporto	413.839	(62.441)	-	(16.637)	(129.581)	-	(674.552)	-	454.596	14.776	-
Prumo Serviço de Navegação	6.059	-	-	-	-	-	-	-	-	8.580	14.639
FP Newco	-	-	-	-	-	-	-	-	112.055	(112.055)	-
Outros	181	-	-	-	-	-	-	-	1	(7)	175
	1.191.571	**243.322**	**439.655**	**67.219**	**(203.848)**	**3.282**	**(1.124.252)**	**(2.071)**	**533.128**	**(583.712)**	**564.294**

(i) Na AGE de 01 de julho de 2022, foi convencionado o cancelamento de até 110.105 de ações pelo preço de ação de R$ 3,530269, onde no exercício de 2022 foram canceladas 1.970 ações, respectivas à participação da Prumo, que totalizam R$ 172.137, pagas no exercício de 2022 e 2023. Estas ações canceladas eram referentes ao caixa disponível, AFAC e Mútuo com a UTE GNA II. Esta parcela foi integralmente reduzida na linha de reserva de capital, onde o capital social não foi alterado.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

PRUMO
LOGÍSTICA GLOBAL

Prumo Logística S.A - Companhia Fechada
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de participações societárias consolidado é de R$1.417.378 (R$1.561.307 em 31 de dezembro de 2022). O valor consolidado em investimentos é composto da seguinte maneira: 1) R$66.116 (R$38.585 em 31 de dezembro de 2022) se referem à participação da Prumo na empresa NFX; 2) R$973.212 (R$1.006.574 em 31 de dezembro de 2022) se referem à participação na Ferroport, sendo R$970.836 referentes ao investimento direto da Prumo Participações e R$(388) se referem ao aluguel da Ferroport com a Reserva Caruara não eliminado na Porto Açu; 3) R$378.047 (R$516.141 em 31 de dezembro de 2022) é referente a participação indireta da Prumo na GNA I; e 4) R$3 (R$7 em 31 de dezembro de 2022) é referente a outros investimentos. • **Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes ('*impairment*"):** De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia trimestralmente se há indicativos de desvalorização e verifica potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis de cada uma de suas UGCs. São elas: - Administração de Retroárea (Industrial Hub & T-Mult); - *T-Oil*; - T-Gás; e - Portuário. A Companhia considera suas atividades portuárias, sendo elas, arrendamento de área ("*land lease"),* movimentação de cargas (granéis, carga de projeto, cargas cobertas) e atracação de navios como uma única UGC Industrial Hub/T-Mult. Na data base da avaliação a Companhia utilizou o valor em uso por UGC tendo como base as premissas listadas abaixo que incluí fatores internos externos: • Cenário macroeconômico do país; • Período do fluxo de caixa de 22 anos; • Taxa de desconto efetiva "rolling WACC" que apresenta diferenças ano a ano em função da variação dos indicadores que a compõe ao longo das projeções. Para fins referenciais a taxa de desconto utilizada na revisão do fluxo de caixa futuro em 2023 foi de 10,17% a.a. a 13,51% a.a. em termos nominais (de 10,07% a.a. a 11,74% a.a em 2022), baseada na projeção da estrutura de capital ano a ano no custo médio ponderado de capital ("Rolling WACC"); e • Taxa de crescimento de perpetuidade de 3,5% a.a. (3,25% em 2022). Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no plano de cinco anos "5Y Plan" e no planejamento de longo prazo da empresa. O 5Y Plan da companhia é um exercício financeiro realizado anualmente que contempla premissas detalhadas dos próximos 5 anos, em linha com a estratégia vigente, a nível de EBITDA e Fluxo de Caixa. Esse processo está presente dentro do ciclo orçamentário, e envolve todas as áreas responsáveis pelas projeções estratégicas e financeiras. É utilizado um sistema interno para análise dos inputs de forma bem específica e detalhada, com criação de cenários e estresse das premissas para uma maior assertividade e confiabilidade dos números. Após os primeiros 5 anos de fluxo, é utilizado as projeções futuras de mais longo prazo (do 6º ano ao 22º ano) que tem um racional aprovado internamente, porém, com menos detalhes devido a longevidade do fluxo analisado. Esses dados coletados para o 6º ano em diante são revisados anualmente com as áreas envolvidas, e estão de acordo com o planejamento estratégico da empresa. No fim, é considerada uma taxa de perpetuidade correspondente ao IPCA para indicar a continuidade operacional da companhia. O valor contábil dos ativos é composto por: ativo imobilizado, intangível, diferido, propriedades para investimento, direito de arrendamento, debêntures e créditos com a OSX (líquido de obrigações com terceiros). Em 31 de dezembro de 2023, após revisão do teste de Impairment, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de uma nova provisão para recuperabilidade de seus ativos da UGC Industrial Hub/T-Mult. O saldo de provisão de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2023 é de R$62.747 (R$62.747 em 31 de dezembro de 2022). Esta condição de não recuperabilidade permanece em 31 de dezembro de 2023 para estes ativos. • **Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes - UGC T-Gás:** Em decorrência do voto no STF pela constitucionalidade da contribuição FEEF/FOT, a GNA Infra investida direta da Companhia procedeu avaliação de recuperabilidade do seu investimento na controlada em conjunto UTE GNA I em 30 de setembro de 2023. Na data base da avaliação a GNA Infra utilizou o valor em uso tendo como base as premissas listadas abaixo que incluí fatores internos e externos: • Cenário macroeconômico do país; • Período do fluxo de caixa de 21 anos e 3 meses; • Taxa de desconto efetiva - considerando o custo médio ponderado de capital "WACC" de 8,59% em 2023 (rolling WACC). O WACC deriva de um custo de capital próprio efetivo "ke" de 12,17% em 2023 (rolling ke) e um custo de capital de terceiros, após desconto de impostos "kd" de 7,07% em 2023 (rolling kd). O Custo de capital próprio, por sua vez, foi obtido através de um modelo CAPM que considerou uma amostra de empresas do mesmo segmento e seus respectivos riscos "Unlevere Beta". A projeção da estrutura de capital utilizada para alavancagem do índice beta foi a mediana da estrutura das empresas contidas na amostra supracitada. Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no último ciclo orçamentário da UTE GNA I. Este exercício financeiro é realizado anualmente e contempla a avaliação e atualização de premissas de receitas e custos operacionais, incluindo volume de despacho, para toda a vigência do CCEAR (Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado). Estes valores são atualizados no modelo financeiro da UTE GNA I onde são realizadas as projeções de resultados a nível de balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e fluxo de caixa. Para o longo prazo o modelo financeiro da UTE GNA I considera os valores base do exercício orçamentário sendo reajustados com base em suas premissas contratuais específicas e índices projetados nos cenários macroeconômicos adotados, até a data fim dos CCEARs, maio de 2044. Em 31 de dezembro de 2023, a GNA HoldCo não identificou a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade de seus ativos da UTE GNA I e dos investimentos da GNA Infra.

16. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Porto do Açu	450.006	450.006
GSA Grussaí	31.695	31.695
Reserva Ambiental Caruara	5.219	5.219
SNF Siderúrgica	42.897	42.897
	529.817	**529.817**

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos possuem o valor anual indexado pela inflação. Os gastos incorridos na Porto do Açu, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem nas áreas disponíveis do Complexo Industrial do Porto do Açu. As adições demonstradas no quadro referem-se, principalmente, a benfeitorias nestes terrenos destinados a cessão de uso, e outros gastos relacionados ao processo de desapropriação e aquisição das terras. A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos de recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar toda vegetação suprimida pelo processo de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças socioambientais. As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil CPC 28 - *Propriedades para investimento*, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido à singularidade do negócio e consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R$1.824.456 equivalente a *1.959 mil m²* da área total (R$1.749.633 em 31 de dezembro de 2022 equivalente a *1.964 mil m²* da área total).

17. IMOBILIZADO

A composição do imobilizado por empresa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 assim se apresenta:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Prumo	2.560	2.747
Porto do Açu	2.604.964	2.677.846
Reserva Ambiental Caruara	16.394	16.022
Pedreira Sapucaia	462	462
Vast	1.394.536	1.588.165
GNA	31.643	7.414
GNA Infra	856	878
Águas Industriais	7.535	7.742
Prumo Navegação	12.686	8.086
	4.071.636	**4.309.362**

	Consolidado							
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamento	Outros	Total
Taxa anual de depreciação	**3,37%**		**5,32%**	**10,19%**			**10,54%**	
Saldo em 31/12/2022	**3.642.147**	**207.052**	**214.111**	**161.066**	**79.534**	**1.363**	**4.089**	**4.309.362**
Adição	943	-	4.154	6.878	147.865	(234)	1.201	160.807
Transferência	59.172	-	42.467	2.360	(103.999)	-	-	-
Baixa (*)	(19.880)	-	(988)	(117)	(8.133)	-	(21)	(29.139)
Efeito de conversão	(91.450)	(8.644)	(496)	(7.444)	(3.887)	-	(146)	(112.067)
Depreciação	(201.882)	-	(16.216)	(38.184)	-	-	(1.045)	(257.327)
Saldo em 31/12/2023	**3.389.050**	**198.408**	**243.032**	**124.559**	**111.380**	**1.129**	**4.078**	**4.071.636**
Custo	4.641.892	198.408	355.673	390.504	111.380	1.129	13.335	5.712.321
Depreciação acumulada	(1.252.842)	-	(112.641)	(265.945)	-	-	(9.257)	(1.640.685)
Saldo em 31/12/2023	**3.389.050**	**198.408**	**243.032**	**124.559**	**111.380**	**1.129**	**4.078**	**4.071.636**

(*) Baixa de R$19.880 referente aos custos da obra do entorno "Gastos comuns", contrato entre Porto do Açu e OSX, anteriormente contabilizado como custo direto de imobilizado, partindo do pressuposto de sua responsabilidade com a OSX referente ao contrato ora citado. Detalhes nota explicativa nº 12 Debêntures.

	Consolidado							
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamento	Outros	Total
Taxa anual de depreciação	**3,37%**		**5,32%**	**10,19%**			**10,54%**	
Saldo em 31/12/2021	**3.901.535**	**215.382**	**215.882**	**198.765**	**59.913**	**1.127**	**3.116**	**4.595.720**
Adição	209	-	853	13.711	67.359	236	2.225	84.593
Transferência	28.764	-	15.805	1.392	(46.046)	-	1	(84)
Baixa	-	-	(1.359)	(3.103)	(6)	-	(180)	(4.648)
Efeito de conversão	(133.632)	(8.330)	(557)	(20.027)	(1.686)	-	(231)	(164.463)
Depreciação	(154.729)	-	(16.513)	(29.672)	-	-	(842)	(201.756)
Saldo em 31/12/2022	**3.642.147**	**207.052**	**214.111**	**161.066**	**79.534**	**1.363**	**4.089**	**4.309.362**
Custo	4.766.426	207.052	314.374	403.842	79.534	1.363	12.804	5.785.395
Depreciação acumulada	(1.124.279)	-	(100.263)	(242.776)	-	-	(8.715)	(1.476.033)
Saldo em 31/12/2022	**3.642.147**	**207.052**	**214.111**	**161.066**	**79.534**	**1.363**	**4.089**	**4.309.362**

Obras em andamento: Na Porto do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro, incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos em construção é composto, essencialmente, por obras de infraestrutura geral no valor de R$19.321 (R$25.196 em 31 de dezembro de 2022). Redução ao valor recuperável: De acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo para redução de valor recuperável do ativo imobilizado.

18. INTANGÍVEL

	Consolidado				
Custo	Direito de acesso	Licença de uso de software	implantação de sistemas	Outros	Total
Taxa anual de amortização	**3,54%**	**20,00%**	**-**	**-**	
Saldo em 31/12/2022	**75.145**	**23.237**	**524**	**423**	**99.329**
Adição	-	1.440	220	-	1.660
Baixa	-	(136)	(18)	-	(154)
Efeito de conversão	(5.421)	(225)	(24)	(6)	(5.676)
Saldo em 31/12/2023	**69.724**	**24.316**	**702**	**417**	**95.159**
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2022	**(19.770)**	**(12.393)**	**-**	**-**	**(32.163)**
Adição	(5.659)	(1.235)	-	-	(6.894)
Baixa	9	-	-	10	19
Efeito de conversão	1.505	78	-	-	1.583
Saldo em 31/12/2023	**(23.915)**	**(13.550)**	**-**	**10**	**(37.455)**
Total Intangível líquido	**45.809**	**10.766**	**702**	**427**	**57.704**

	Consolidado				
Custo	Direito de acesso	Licença de uso de software	Implantação de sistemas	Outros	Total
Taxa anual de amortização	**3,54%**	**20%**	**-**	**-**	
Saldo em 31/12/2021	**80.370**	**20.689**	**765**	**408**	**102.232**
Adição	-	1.987	517	-	2.504
Baixa	-	(40)	-	-	(40)
Transferência	-	250	(261)	-	(11)
Provisão	-	-	-	-	-
Efeito de conversão	(5.225)	351	(497)	15	(5.356)
Saldo em 31/12/2022	**75.145**	**23.237**	**524**	**423**	**99.329**
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2021	**(18.192)**	**(9.588)**	**-**	**-**	**(27.780)**
Adição	(2.758)	(2.855)	-	-	(5.613)
Baixa	-	7	-	-	7
Efeito de conversão	1.180	43	-	-	1.223
Saldo em 31/12/2022	**(19.770)**	**(12.393)**	**-**	**-**	**(32.163)**
Total Intangível líquido	**55.375**	**10.844**	**524**	**423**	**67.166**

• Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis: O montante dos intangíveis foi incluído nos testes de *impairment* mencionados na nota explicativa nº 17 - Imobilizado.

19. PARTES RELACIONADAS

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas e controladas em conjunto, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Contas a receber			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cessão do direito real de superfície				
NFX Combustíveis Marítimos	-	-	295	295
UTE GNA I	-	-	46.768	24.183
	-	**-**	**47.063**	**24.478**
Serviços portuários				
NFX Combustíveis Marítimos	-	-	25	-
UTE GNA I	-	-	3.052	2.564
	-	**-**	**3.077**	**2.564**
Nota de débito				
Nota de débito - Vast	6	254	-	-
Nota de débito - GNA I (a)	6	-	372	3.138
Nota de débito - GNA II (a)	-	-	354	378
Nota de débito - Ferroport	22	-	22	10.655
Nota de débito - PDA	1.670	1456	-	-
Nota de débito - Prumo Participações	52	52	-	-
Nota de débito - Outros	2.771	53	2.766	109
	4.527	**1.815**	**3.514**	**14.280**
Total contas a receber	**4.527**	**1.815**	**53.654**	**41.322**
Circulante	4.527	1.815	6.105	17.139
Não circulante	-	-	47.549	24.183
Mútuos				
Mútuos - NFX	50.604	44.974	50.604	44.974
Mútuos - GNA I	-	-	92.605	82.074
	50.604	**44.974**	**143.209**	**127.048**
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	50.604	44.974	143.209	127.048
Dividendos a receber				
Ferroport	-	-	58.139	21.100
Vast Infraestrutura	6.545	-	-	-
FP Newco	7.568	-	-	-
Heliporto	16.792	-	-	-
Prumo Serviços de navegação	2.170	-	-	-
Total dividendos a receber	**33.075**	**-**	**58.139**	**21.100**

(a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do grupo GNA.

	Contas a pagar			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Notas de débito				
Nota de débito a pagar - Ferroport	4	-	10.840	10.664
Nota de débito a pagar - Antuérpia	-	-	905	1.846
Nota de débito a pagar - Porto do Açu	1	5	208	-
Nota de débito a pagar - GNA I	-	-	1.366	672
Nota de débito a pagar - Vast	15	-	-	-
Nota de débito a pagar - EIG	-	3	-	667
Nota de débito a pagar - Outros	-	-	867	-
Total contas a pagar com partes relacionadas	**20**	**8**	**14.186**	**13.849**
Mútuo				
EIG Global Energy Partners (a)	1.117.102	1.203.954	1.117.102	1.203.954
Prumo Participações (d)	153.792	153.791	-	-
FP Newco (b)	544.139	544.140	-	-
Vast Infraestrutura (c)	314.055	279.453	-	-
Total mútuos com partes relacionadas	**2.129.088**	**2.181.338**	**1.117.102**	**1.203.954**

(a) Mais detalhes na nota explicativa nota nº 34 – Instrumento Financeiro e gerenciamento de riscos; (b) Em 10 de julho de 2022 a FP Newco, subsidiária integral da Prumo, realizou mútuo no valor de R$544.139, sem juros e com prazo de vencimento indefinido, conforme nota explicativa nº 34 – Instrumento Financeiro; **(c)** Em 14 de julho de 2023 a Vast realizou um contrato de mútuo no valor de R$34.602 com a Prumo. Em 2022, a Vast realizou mútuo com a Prumo no valor de R$279.453, sem juros e com prazo de vencimento indefinido, conforme nota explicativa nº 34 – Instrumento Financeiro; e (d) Em 2022 a Prumo Participações subsidiária integral da Prumo, realizou dois mútuos que totalizaram o valor de 153.792 sem juros e com prazo de vencimento indefinido, conforme nota explicativa nº 34 – Instrumento Financeiro

20. FORNECEDORES

A composição do saldo de fornecedores por empresa em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 assim se apresenta:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prumo (a)	3.817	7.655	3.817	7.655
Porto do Açu (b)	-	-	40.684	26.835
Vast	-	-	35.632	35.790
Outros	-	-	21.357	4.776
	3.817	**7.655**	**101.490**	**75.056**

(a) A redução de R$3.838 é referente a redução da provisão de fornecedores e pagamentos; (b) Aumento de fornecedores impactado principalmente pelo crescimento dos serviços operacionais do Porto do Açu entre os anos de 2023 e 2022.

21. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Com o fechamento do capital em 2018, a Companhia substituiu o plano de pagamento baseado em ações e, no segundo trimestre de 2019, ofereceu a seus executivos direitos de valorização de ações, com liquidação em caixa, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração Em 31 de dezembro de 2023, 19 executivos tinham 16.169 direitos de valorização de ações (em 2022, 15 executivos e 15.865 direitos de valorização de ações). Neste plano de remuneração com base em ações liquidável em caixa ("*Phantom Options*") para retenção dos executivos, pagável em caso de ocorrência de evento de liquidez na Prumo, a Companhia recebe os serviços como contraprestações dos direitos outorgados. As condições para aquisição dos direitos de valorização de ações incluem o transcurso de um período de 5 anos para atingir 100% dos direitos e em 31 de dezembro de 2023, o *vesting* médio era de 66% (em 31 de dezembro de 2022, 58% de *vesting*). Não houve exercício dos direitos em 31 de dezembro de 2023. A Companhia levou em consideração os termos e condições do plano, que exigem retornos esperados em caixa, para calcular o valor justo desses direitos e concluiu que não há efeitos relevantes a serem registrados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

			31/12/2023			31/12/2022
	Empresa	Vencimento	Principal	Juros e atualização monetária	Total	Total
Instituições						
BNDES (Repassadores) (i)	Porto do Açu	15/07/2033	1.034.457	78.290	1.112.747	1.126.880
(-) Custo de transação (i)	Porto do Açu		(54.544)	-	(54.544)	(61.782)
BNDES (Repassadores) (ii)	Porto do Açu	15/07/2033	2.302.198	79.485	2.381.683	2.384.353
(-) Custo de transação (ii)	Porto do Açu		(121.419)	-	(121.419)	(137.531)
Debêntures (iii)	Porto do Açu	15/07/2033	2.054.810	63.611	2.118.421	2.040.789
(-) Custo de transação (iii)	Porto do Açu		(17.049)	-	(17.049)	(19.311)
Subordinated Loan (iv)	FP Newco	30/06/2027	532.543	31.478	564.021	607.474
(-) Custo de transação (iv)	FP Newco		(24.630)	-	(24.630)	(31.151)
Senior Secured Bonds (v)	Prumo Participações	31/12/2031	1.381.230	51.796	1.433.026	1.585.613
(-) Custo de transação (v)	Prumo Participações		(61.480)	-	(61.480)	(76.182)
Debenture Santander (ix)	Vast Infraestrutura	10/07/2035	1.188.076	44.938	1.233.014	1.367.934
NCE Itau (x)	Vast Infraestrutura	10/07/2035	1.663.308	58.984	1.722.292	1.922.939
Bonds 144A/RegS (xi)	AP Lux	13/07/2035	2.851.388	99.799	2.951.187	3.193.891
(-) Custo de transação (xi)	AP Lux		(166.412)	-	(166.412)	(200.021)
Banco ABC (xii)	PSN	19/06/2023	2.097	14	2.111	4.048
			12.564.573	**508.395**	**13.072.968**	**13.707.943**
Circulante			434.087	508.395	942.482	746.426
Não circulante			12.130.486	-	12.130.486	12.961.517

Os juros pagos estão sendo classificados nas atividades de financiamentos nas informações dos fluxos de caixa. As subsidiárias da Prumo possuem financiamentos específicos para captação de recursos com intuito de desenvolvimento de seus projetos. Em 31 de dezembro de 2023 o custo médio de captação para financiamentos em reais é de 11,76% ao ano e em dólares é Dólar + 8,19%. **Porto do Açu** – itens i ao iii: (i), (ii) e (iii) Em 16 de janeiro de 2023 a Companhia realizou os pagamentos de amortização e juros previstos em contrato, nos montantes de R$ 18.196 e R$ 224.225 respectivamente, além do pagamento de R$ 3.287 de amortização extraordinária referentes a eventos de liquidez ocorridos em dezembro de 2022. Em 17 de julho de 2023 a Companhia realizou os pagamentos de amortização e juros previstos em contrato, nos montantes de R$ 18.319 e R$ 301.949 respectivamente, além do pagamento de R$ 10.407 de amortização extraordinária referentes a eventos de liquidez ocorridos em junho de 2023. **FP Newco** – item iv: Em 5 de janeiro de 2023, a FP Newco efetuou o pagamento de juros ao Subordinated Loan, no montante de R$ 27.694. Em 5 de julho de 2023, a FP Newco efetuou o pagamento de juros ao Subordinated Loan, no montante de R$ 38.666. **Prumo Participações** – item v: O cronograma de amortização de principal no contrato apresenta percentuais de pagamentos mínimos (Legal) e permite pagamentos acima do percentual estabelecido (Target), de forma a antecipar o pagamento da curva de amortização (Legal) antecipando o cronograma da dívida. Em 30 de junho de 2023, a empresa efetuou o pagamento de R$ 10.178 de principal e R$ 51.914 de juros, para a conta de pagamento. Em 29 de dezembro de 2023, a empresa enviou os recursos o pagamento de R$ 48.094 de principal e R$ 51,975 de juros, para a conta de pagamento. Devido ao feriado bancário neste dia, a compensação foi efetuada no dia 2 de janeiro de 2024. Como a empresa vem efetuando pagamentos de principal acima do cronograma de amortização legal, tal feito já fez com que a empresa antecipasse o cumprimento das obrigações legais do cronograma em 12 meses. **Vast Infraestrutura** – itens vi ao viii: **Debêntures Santander** (vi): No dia 10 de janeiro de 2023, a Vast Infraestrutura efetuou o pagamento de amortização de principal de R$ 8.012 e juros de R$ 52.523. No dia 10 de julho de 2023, a Vast Infraestrutura efetuou o pagamento de amortização de principal de R$ 14.958 e juros de R$ 48.094. **NCE Itau** (vii): No dia 10 de janeiro de 2023, a Vast Infraestrutura efetuou o pagamento de amortização de principal de R$ 11.346 e juros de R$ 69.519. No dia 10 de julho de 2023, a Vast Infraestrutura efetuou o pagamento de amortização de principal de R$ 20.941 e juros de R$ 63.657. ***Bonds* 144ª/RegS - AP Lux** (viii): No dia 13 de janeiro de 2023, a AP Lux efetuou o pagamento de amortização de principal de R$ 19.450 e juros de R$ 119.176. No dia 13 de julho de 2023, a AP Lux efetuou o pagamento de amortização de principal de R$ 35.898 e juros de R$ 109.126. **Prumo Serviços e Navegação (PSN)** – item (ix): Ao longo do ano de 2023, a empresa efetuou o pagamento de 12 prestações de principal, no valor total de R$ 3.871 e de juros no valor total de R$ 1.197. Destes valores, 50% são consolidados pela PSN, de acordo com a estrutura do consórcio. **Garantias prestadas a favor dos empréstimos: Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da Porto do Açu:** A Prumo é interveniente garantidora, enquanto a EIG LLX Holdings S.A.R.L, a EIG Energy XV Holdings (Flame), LLC, EIG Prumo FIP I, LLC, EIG Prumo FIP II, LLC e EIG Prumo FIP III, LLC são intervenientes anuentes, para os seguintes financiamentos vigentes concedidos à Porto do Açu: • Financiamento via repasse do BNDES concedido pelos bancos Bradesco e Santander Brasil, no montante de R$ 3.494.430 em 31 de dezembro de 2023 (R$3.511.232 em 31 de dezembro de 2022); e • Financiamento via emissão de debêntures, no montante atualizado de R$ 2.118.422 em 31 de dezembro de 2023 (R$2.040.789 em 31 de dezembro de 2022). Além das garantias supracitadas, o pacote de garantias conta com as seguintes garantias reais, elencadas a seguir: **As garantias prestadas pela Porto do Açu:** As garantias prestadas pela companhia em favor dos debenturistas, compartilhadas com os bancos Bradesco e Santander ("Repassadores"), são as seguintes: (i) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Reserva Ambiental Caruara; (ii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Prumo; (iii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açu; (iv) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ativos; (v) Contrato de Cessão Condicional em Garantia de Direitos Contratuais e Outras Avenças; (vi) Carta de Compromisso de

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

PRUMO
LOGÍSTICA GLOBAL

Prumo Logística S.A - Companhia Fechada
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08

Alienação Fiduciária de Imóveis; (vii) Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Rendimentos de Ações e Quotas; (viii) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Autorização e Demais Direitos Creditórios; (ix) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Área do Meio); (x) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Reserva Ambiental Caruara); (xi) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC; e (xii) *Commitment for Additional Funding* (Compromisso para Financiamento Adicional). Além do pacote de garantias acima mencionado, os debenturistas e os Repassadores possuem a garantia fidejussória da controladora Prumo. O interveniente garantidor desta emissão obriga-se solidariamente com a Porto do Açu, perante os debenturistas e Repassadores, como fiador de todas as obrigações contraídas pelo Porto do Açu. As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nos documentos de financiamento acima citados. A totalidade dos ativos e direitos acima elencados garantem 100% do Contrato de Repasse e da Escritura de Emissão de Debêntures. Os bancos repassadores e debenturistas nomearam o Oliveira Trust Servicer S.A. para atuar como agente de garantia dos contratos de financiamento. **As garantias prestadas pela FP Newco:** Sob o contrato de dívida subordinada são: (i) Alienação fiduciária das ações da Prumo Participações pertencentes à FP Newco. **As garantias prestadas pela Prumo Participações:** Sob os contratos de dívida sênior são: (i) Alienação Fiduciária das Ações da Ferroport pertencentes à Prumo Participações; (ii) Alienação Fiduciária das Ações da Prumo Participações pertencentes à controladora Prumo; (iii) Alienação Fiduciária do Mútuo entre Prumo e Ferroport; e (iv) Alienação Fiduciária das Contas e Direitos Creditórios. **As garantias prestadas pela Vast Infraestrutura:** Em favor da AP Lux, com relação aos *Bonds* 144A/RegS são: (i) Alienação Fiduciária das Ações da Vast Infraestrutura; (ii) Alienação Fiduciária dos Ativos pertencentes à Vast Infraestrutura; (iii) Alienação Fiduciária das contas reservas; e (iv) Alienação Fiduciária dos contratos de *"Offtake"* relevantes da Vast Infraestrutura. **As garantias prestadas pela Dome:** (i) Alienação Fiduciária do contrato com a Technip. **Cláusulas restritivas (*Covenants*):** A Prumo Logística é responsável pelos *covenants* financeiros dos contratos de dívida de longo prazo da Porto do Açu, conforme tabela abaixo. A Porto do Açu deixou de ter *covenants* financeiros como condição de default.

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Dívida Líquida / EBITDA	6,5x	6,0x	5,5x	5,0x	4,5x	4,0x	3,5x	3,5x	3,5x
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas	1,3x	1,3x	1,5x	1,5x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x
ICSD	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x

Sendo: "Dívida Líquida": Somatório de todos os empréstimos, financiamentos e debentures e outras dívidas na data final do período de apuração; menos o somatório do caixa e equivalentes de caixa, disponibilidades, títulos, valores mobiliários, aplicações financeiras, caixa restrito e depósitos bancários vinculados na data final do período de apuração. "EBITDA": Resultado operacional antes de resultado financeiro, impostos e contribuições a recolher, depreciação/amortização e equivalência patrimonial. "Despesas Financeiras Líquidas": Despesas financeiras totais menos receitas financeiras totais. "ICSD": Caixa Disponível para o Serviço da Dívida / Serviço da Dívida "Caixa Disponível para o Serviço da Dívida": EBITDA acrescido dos recursos recebidos pela Prumo por meio de suas subsidiárias menos o imposto de renda e os investimentos em imobilizado. "Serviço da Dívida": Somatório do pagamento de juros e amortizações de empréstimos, financiamentos, debêntures e outras dívidas financeiras; e Os *Covenants* Financeiros da Prumo serão calculados por meio de uma consolidação proforma das demonstrações financeiras auditadas das sociedades em que a Prumo detenha participação acionária direta ou indireta, ponderados pela participação acionária total (direta e indireta) detida pela Companhia em cada uma destas sociedades. Eventos de vencimento antecipado automático e não automático: Os contratos possuem cláusulas de eventos de vencimento antecipado automático e não automático. Essa medida é tomada também no caso de haver alteração do controle acionário, direto ou indireto, no tomador no projeto, até a quitação de todas as obrigações do respectivo empréstimo e debêntures, sem prévia e expressa anuência, e também caso ocorra cessão, transferência ou alteração do controle do Porto do Açu ou do Interveniente Garantidor pessoa jurídica, sem prévio consentimento dos credores, exceto se, após tais eventos, o controlador permanecer direta ou indiretamente na situação de Emissor e Interveniente Garantidor do Porto do Açu. A escritura de debêntures autoriza, tão somente, a transferência de ações do Interveniente Garantidor a qualquer terceiro em percentual não superior a 5% (cinco por cento) do capital social total da Prumo Obrigações adicionais do Interveniente Garantidor e do Emissor: Além dos compromissos comuns aplicados aos acordos desta natureza, o pagamento de mútuos aos acionistas realizado pelo Emissor deverá respeitar os termos previstos no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC. Quanto às suas subsidiárias, o Emissor somente estará autorizado a celebrar contratos de mútuo dentro do limite de R$4.000 anuais. O Interveniente Garantidor fica limitado a conceder mútuos a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, exceto às sociedades controladas e à Ferroport; notificar o agente fiduciário sobre alterações nas condições (financeiras ou não) em seus negócios que possam impossibilitar, de forma relevante, o cumprimento de suas obrigações decorrentes da Escritura de Debêntures e/ou dos contratos relativos às contas vinculadas; e dentre as obrigações adicionais relevantes, não constituir, sem o prévio consentimento dos debenturistas, garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, ressalvadas as garantias prestadas nas operações de financiamento de longo prazo já contempladas no plano de negócios. **Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento**

	Controladora						
		Fluxo de caixa			Efeito não caixa		
	31/12/2022	Captação / (Liquidação)	Juros Pagos	Adição de Custos de Transação	Juros, Atualização monetária e Variação cambial	Custo de transação	31/12/2023
Partes relacionadas - Mútuo a pagar	2.181.338	34.602	-	-	(86.852)	-	2.129.088

	Consolidado						
		Fluxo de caixa			Efeito não caixa		
	31/12/2022	Captação / (Liquidação)	Juros Pagos	Adição de Custos de Transação	Juros, Atualização monetária e Variação cambial	Amortização e custo de transação	31/12/2023
Partes relacionadas - Mútuo a pagar	1.203.954	-	-	-	(86.852)	-	1.117.102
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	13.707.943	(203.396)	(1.097.803)	-	599.343	66.881	13.072.968
	14.911.897	**(203.396)**	**(1.097.803)**	**-**	**512.491**	**66.881**	**14.190.070**

	Controladora						
		Fluxo de caixa			Efeito não caixa		
	31/12/2021	Captação / (Liquidação)	Juros Pagos	Adição de Custos de Transação	Juros, Variação monetária e cambial	Custo de transação	30/09/2022
Partes relacionadas - Mútuo a pagar	1.374.838	840.215	-	-	(40.127)	-	2.174.926

	Consolidado						
		Fluxo de caixa			Efeito não caixa		
	31/12/2021	Captação (Liquidação)	Juros Pagos	Adição do Custos de Transação	Juros, Variação monetária e cambial	Amortização e custo de transação	30/09/2022
Partes relacionadas - Mútuo a pagar	1.287.668	-	-	-	(40.127)	-	1.247.541
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	8.176.685	4.314.312	(961.361)	(256.302)	1.026.797	1.398.884	13.699.015
	9.464.353	**4.314.312**	**(961.361)**	**(256.302)**	**986.670**	**1.398.884**	**14.946.556**

23. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ISS	3	5	2.814	2.211
PIS/COFINS	2.779	7.272	14.470	16.546
ICMS	-	-	313	45
IRRF (*)	65.442	65.801	79.432	67.850
PIS/COFINS/CSLL - Retenção	91	187	1.462	854
INSS de terceiros	4	9	482	574
IOF	-	-	-	629
IPTU	-	-	8.669	-
Outros	-	-	13	-
	68.319	**73.274**	**107.655**	**88.709**
Circulante	5.513	8.426	32.491	23.861
Não circulante	62.806	64.848	75.164	64.848
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**-**	**-**	**73.449**	**16.108**

(*) "A Prumo registrou, em 2015, créditos de IRRF no valor de R$75.016, que foram parcialmente compensados com outros tributos federais (valor atualizado R$35.414) e o saldo foi objeto de pedido de restituição (valor atualizado R$66.987). Em setembro de 2020, a Prumo ajuizou ação para que fosse reconhecido o direito ao crédito e o prognóstico para 31 de dezembro de 2023 foi classificado como possível." Em 21 de fevereiro de 2024, foi proferida sentença em 1ª instância julgando procedentes os pedidos da Prumo para o fim de declarar a higidez dos créditos da cia, bem como declarar nulas as cobranças que resultaram nas Certidões de Dívida Ativa.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(449.191)	(517.157)	(382.557)	(566.046)
Resultado das empresas que não contribuíram para despesa do IRPJ e CSLL	-	-	593.318	438.603
Prejuízo ajustado	**(449.191)**	**(517.157)**	**210.761**	**(127.443)**
Alíquota nominal (34%)	152.725	175.833	(71.659)	43.331
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Ajustes Fiscais (diferenças temporárias e permanentes)	(142.808)	(174.528)	(95.485)	(58.805)
Créditos fiscais - Prejuízo fiscal e base negativa	(9.788)	(1.305)	28.620	2.603
Lucro presumido		-		(477)
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	**129**	**-**	**(138.524)**	**(13.348)**
Alíquota efetiva	0,03%	0,00%	-36,21%	-2,36%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(74.342)	(16.489)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	129	-	(64.182)	3.141
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	**129**	**-**	**(138.524)**	**(13.348)**

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10 - Impostos diferidos, com o advento da Lei nº. 12.973, foi revogado o regime tributário de transição (RTT), tornando obrigatório, a partir do ano calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário, devendo os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014, serem amortizados pelo prazo de 10 anos. Adicionalmente, a referida Lei alterou o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que, para o período findo em 31 de dezembro de 2023, tal alteração não produziu efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras.

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas são alvo de alguns processos cujas expectativas de perda são classificadas como prováveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais foram efetuados os devidos provisionamentos, conforme tabela a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2022	Adição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	31/12/2023
Trabalhistas (a)	1.354	704	(411)	(18)	23	1.652
Cível (b)	11.906	80	(12)	-	244	12.218
	13.260	**784**	**(423)**	**(18)**	**267**	**13.870**

	Consolidado				
	31/12/2021	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	31/12/2022
Trabalhistas (a)(a)	1.497	(257)	-	114	1.354
Cível (b) (b)	24.445	-	(12.337)	(202)	11.906
	25.942	**(257)**	**(12.337)**	**(88)**	**13.260**

(a) Ações Trabalhistas: R$ 1.652 (R$ 1.354 em 31 de dezembro 2022) relacionado a diversas reclamações trabalhistas, em sua maioria ajuizada em face de subcontratados da Companhia. (b) Ações Cíveis: R$ 11.848 em virtude da ação judicial proposta pela Mecanorte visando o ressarcimento por supostos prejuízos decorrentes de dois contratos firmados com a Companhia, um de fornecimento de material pétreo e outro de empreitada. R$ 370 se refere à provisão de pagamento de indenização complementar em processos de desapropriação oriundos da criação do Distrito Industrial de São João da Barra, nos quais Companhia vem realizando os pagamentos em decorrência dos contratos celebrados com a CODIN. **b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** As empresas controladas pela Prumo possuem ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Fiscais	102.692	151.673
Trabalhistas	10.807	8.054
Cíveis	54.565	39.977
	168.064	**199.704**

Em 31 de dezembro de 2023, os principais processos de perdas possíveis para as empresas controladas pela Prumo são os que se seguem: **Processos fiscais:** No cenário tributário os processos mais relevantes, no polo passivo, estão em discussão administrativa, perante os órgãos competentes: (i) Auto de Infração aplicado pela Receita Federal do Brasil, objetivando a redução de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no valor de R$ 59.515 e acréscimo na base de cálculo das contribuições de PIS e da COFINS, ocasionando uma cobrança adicional dessas contribuições no valor de R$ 11.701 (em 31 de dezembro de 2022 no valor de R$12.097); (ii) cobranças adicionais de Imposto Territorial Rural ("ITR") na área da Fazenda Caruara, no valor de R$ 11.801 (R$ 11.381 em 31 de dezembro de 2022) e (iii) outros processos nos quais se questiona a cobrança de ISS, IOF e débitos compensados por DCOMPS, totalizando um montante aproximado de R$ 8.202 (R$7.241 em 31 de dezembro de 2022). Existem processos na Prumo e subsidiária no valor de R$11.473 (R$61.439 em 31 de dezembro de 2022) referentes a diversos processos como IRPJ, contribuições previdenciárias, Pis/Cofins. **Processos trabalhistas:** as reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, ações individuais ajuizadas por ex-empregados de empresas contratadas da Companhia, nas quais se questiona a responsabilidade subsidiária da Companhia em assuntos relacionados a adicional de horas extras, horas "intineres", pagamento de FGTS, dentre outros direitos trabalhistas, totalizando o montante aproximado de R$ 7.848 (R$ 6.997 em 31 de dezembro de 2022). E na Prumo e subsidiárias R$2.959(referente a outras R$1.057 em 31 de dezembro de 2022). **Processos cíveis: i) Processos da Porto do Açu:** são demandas judiciais que se referem a diversas ações de indenizatórias, especialmente relacionadas aos contratos celebrados pela Companhia com empresas construtoras, prestadoras de serviços, entre outras, as ações judiciais com sentença prolatada somam um montante total de aproximadamente R$ 44.000 (R$ 38.212 em 31 de dezembro de 2022). **ii) Processos Prumo e Outras subsidiárias:** • Processos cíveis classificados como possíveis na Prumo foram arroladas e totalizam R$365 (R$1.765 em 31 de dezembro de 2022). **Processos de desapropriação**: Em 2008, o Governo do Estado do Rio de Janeiro deu início à implementação do Distrito Industrial de São João da Barra, sendo necessária, para tanto, a desapropriação de imóveis localizados na área. Em 2010, a Companhia celebrou com a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), ente da estrutura estatal fluminense, Promessas de Compra e Venda de lotes do Distrito Industrial de São João da Barra, por meio da qual se obrigou a arcar com os custos das desapropriações, inclusive aqueles relacionados aos processos judiciais em trâmite perante o Poder Judiciário. Nos referidos processos, discute-se exclusivamente o valor justo da indenização a ser paga aos antigos proprietários. Neste contexto, os valores inicialmente depositados em juízo pela CODIN para fins de indenização conferem parcial proteção financeira à Companhia, no entanto, a depender do resultado de cada processo, pode ser necessária a complementação dos referidos valores, motivo pelo qual os assessores legais da Companhia entendem que o prognóstico de perda desses casos é possível. Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2023, o valor estimado de complementação em processos com sentença já prolatada pelo Poder Judiciário totaliza R$ 19.430(R$ 17.645 em 31 de dezembro de 2022). **Processos ambientais:** são ações civis públicas ou ações individuais ajuizadas contra a Companhia que questionam supostos vícios nos processos de licenciamento e obtenção de licenças ambientais, bem como supostos danos ambientais decorrentes da construção do empreendimento Porto do Açu. A Companhia e os consultores jurídicos consideram como inestimável o valor envolvido nesses processos. **25. Direito de Uso / Passivo de Arrendamento:** A IFRS 16 - *Leases* introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

	Consolidado								
	31/12/2022	Adições	Transferência	Amortização	Pagamentos	Juros apropriados	Variação	Eliminação	31/12/2023
Ativos									
Ativo direito de uso	40.300	52.141	-	(15.099)	-	-	(82)	(697)	76.563
Total do ativo	**40.300**	**52.141**	**-**	**(15.099)**	**-**	**-**	**(82)**	**(697)**	**76.563**
Passivos									
Passivo arrendamento	10.196	13.461	20.232	-	(22.995)	-	-	(185)	20.709
(-) Ajuste a valor presente	(4.169)	(5.522)	(9.824)	(616)	-	12.315	-	126	(7.690)
Passivo arrendamento CP	**6.027**	**7.939**	**10.408**	**(616)**	**(22.995)**	**12.315**	**-**	**(59)**	**13.019**
Passivo arrendamento	66.145	79.035	(20.232)	-	-	-	-	(1.355)	123.593
(-) Ajuste a valor presente	(27.021)	(35.027)	9.824	-	-	-	-	1	(52.223)
Passivo arrendamento LP	**39.124**	**44.008**	**(10.408)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.354)**	**71.370**
Total do passivo	**45.151**	**51.947**	**-**	**(616)**	**(22.995)**	**12.315**	**-**	**(1.413)**	**84.389**

	31/12/2021	Adições	Transferência	Amortização	Pagamentos	Juros apropriados	Variação Cambial	Eliminação	31/12/2022
Ativos									
Ativo direito de uso	30.751	25.476	-	(5.642)	-	-	(23)	(10.262)	40.300
Total do ativo	**30.751**	**25.476**	**-**	**(5.642)**	**-**	**-**	**(23)**	**(10.262)**	**40.300**
Passivos									
Passivo arrendamento	7.282	5.350	8.629	-	(9.951)	-	-	(1.114)	10.196
(-) Ajuste a valor presente	(1.378)	(2.251)	(7.612)	-	-	6.138	-	934	(4.169)
Passivo arrendamento CP	**5.904**	**3.099**	**1.017**	**-**	**(9.951)**	**6.138**	**-**	**(180)**	**6.027**
Passivo arrendamento	53.144	43.133	(10.018)	-	-	-	-	(20.114)	66.145
(-) Ajuste a valor presente	(24.526)	(20.756)	7.611	-	-	(1)	-	10.651	(27.021)
Passivo arrendamento LP	**28.618**	**22.377**	**(2.407)**	**-**	**-**	**(1)**	**-**	**(9.463)**	**39.124**
Total do passivo	**34.522**	**25.476**	**(1.390)**	**-**	**(9.951)**	**6.137**	**-**	**(9.643)**	**45.151**

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/12/2023		31/12/2022	
Acionistas	**Quantidade de ações ordinárias (mil)**	**%**	**Quantidade de ações ordinárias (mil)**	**%**
EIG Prumo Fundo de Investimento em Participações	350.054	93,10	350.054	93,10
9 West Finance S.à.r.l.	25.963	6,90	25.963	6,90
	376.017	**100,00**	**376.017**	**100,00**

b) Outros resultados abrangentes: Em 31 de dezembro de 2023, foram reconhecidos outros resultados abrangentes o montante de R$ 42.095, sendo que, incluem os efeitos acumulados de conversão decorrentes de investimento na controlada Vast, cuja moeda funcional é o dólar, tendo registrado um ganho de R$ 47.630 e reconhecimento do *hedge* via equivalência no valor de (R$3.026) e efeito na variação percentual da investida PdA de (R$10.696).

27. PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro (prejuízo) líquido por ação básico e diluído em conjunto, já que não há potenciais ações diluidoras que possam impactar o cálculo do prejuízo por ação diluído. Os prejuízos líquidos básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o período.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Básico				
Numerador básico:				
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(449.062)	(517.157)	(441.794)	(513.464)
Denominador básico:				
Média ponderada de ações (*)	376.017	376.017	376.017	376.017
Prejuízo por ação (em R$) - básico e diluído	**(1,19426)**	**(1,37536)**	**(1,17493)**	**(1,36553)**

(*) As opções de ações não foram incluídas no cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido anti-dilutivo. Desta forma, não há diferença entre o prejuízo por ação básico e o diluído.

28. RECEITA OPERACIONAL

Os principais contratos do Grupo estão relacionados ao aluguel da retroárea, serviços de transbordo e serviços portuários. As receitas são reconhecidas mediante transferências dos bens e serviços aos respectivos clientes, estando seus valores e períodos de reconhecimento sujeitos a demandas futuras, variações na taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cessão do direito real de superfície	254.003	233.995
Serviço de transbordo de petróleo (a)	1.034.509	754.467
Serviços portuários	294.753	172.023
Fornecimento de água	10.873	9.626
Outros	1.052	811
Receita bruta	1.595.190	1.170.922
Impostos sobre receita (Pis/Cofins/ISS/ICMS)	(163.673)	(122.549)
Receita líquida	**1.431.517**	**1.048.373**

(a) Receita maior devido ao aumento da base de clientes, maiores volumes, renovações e ajustes de contratos da Vast Infraestrutura.

29. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Salários e encargos	(52.082)	(36.684)
Serviços de terceiros	(201.950)	(156.437)
Aluguéis e arrendamentos	(17.347)	(5.749)
Depreciação e amortização	(266.873)	(243.699)
Seguros diversos	(7.518)	(7.526)
Combustíveis e lubrificantes	(1.670)	(1.723)
Serviços portuários	(86.123)	(46.839)
Serviços portuários – Oiltanking	(89.996)	(74.114)
Consórcio Dome	(40.782)	(28.822)
Outros	(12.067)	(18.518)
Custo dos serviços prestados	**(776.408)**	**(620.111)**

30. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

A seguir são apresentadas as despesas administrativas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e encargos	(68.239)	(62.911)	(174.097)	(157.427)
Serviços de terceiros	(12.265)	(16.751)	(50.568)	(53.076)
Viagens e estadias	(2.612)	(1.467)	(5.656)	(3.494)
Aluguéis e arrendamentos	(5.397)	(3.494)	(7.642)	(5.880)
Impostos e taxas (*)	(249)	(10)	(10.528)	(7.851)
Depreciação e amortização	(2.639)	(2.613)	(14.169)	(13.604)
Seguros diversos	(636)	(685)	(1.054)	(1.173)
Despesas diversas	(6.042)	(4.471)	(32.115)	(22.756)
Total despesas gerais e administrativas	**(98.079)**	**(92.402)**	**(295.829)**	**(265.261)**

31. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(5)	(4)	(925)	(845)
IOF	(935)	(17.046)	(2.783)	(19.052)
Corretagem e comissões	(3.236)	(4.170)	(76.176)	(106.948)
Juros sobre empréstimos	-	-	(1.200.724)	(1.166.324)
Atualização monetária de empréstimos	-	-	(90.815)	(106.344)
Variação cambial	(2.422)	(49)	(487.215)	(469.378)
Perda de operação com *hedge*	-	-	(18.745)	(15.280)
Arrendamento – IFRS16	(203)	(304)	(8.928)	(3.185)
Multas	(656)	(456)	(727)	(832)
Outros	-	-	(820)	(979)
	(7.457)	**(22.029)**	**(1.887.858)**	**(1.889.167)**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

PRUMO
LOGÍSTICA GLOBAL

Prumo Logística S.A - Companhia Fechada
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Juros sobre mútuos	6.624	9.066	17.154	34.325
Juros sobre aplicações financeiras	35.826	19.909	325.122	51.590
Juros ativos	446	408	4.654	10.457
Variação cambial	88.894	85.682	735.528	912.093
Ganho na liquidação do *hedge*	-	-	4.465	11.762
Outros	3.341	66.039	5.028	67575
	135.131	**181.104**	**1.091.951**	**1.087.802**
Resultado financeiro líquido	**127.674**	**159.075**	**(795.907)**	**(801.365)**

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Prumo utiliza segmentos, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a diretoria da Prumo analisa os relatórios internos da Administração ao menos uma vez por trimestre. A Companhia utiliza o segmento corporativo relativo a operação mencionado na nota explicativa nº 1 – Contexto Operacional. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos relatáveis. • **Segmento Administração de Retroárea (*Industrial Hub & T-Mult*):** Refere-se à atividade de cessão do direito real de superfície relativo à retroárea do Complexo Industrial do porto do Açu para diversos empreendimentos industriais, principalmente para empresas ligadas ao setor petroleiro. O porto do Açu compreende 13.000 hectares, dos quais 210 hectares de áreas já locadas. Inclui-se ainda, no segmento de Administração de Retroárea, o canal do T2, em cujas margens estão se instalando empresas do segmento de Óleo e Gás. A operação no *T-Mult*, localizado no T2 e incluído neste segmento, refere-se à prestação de serviços de operação portuária de embarque e desembarque, estocagem no porto e transporte rodoviário de diversos produtos, tais como carvão mineral, minérios e coque de petróleo e de outras cargas, bem como à atracação de plataformas de petróleo. • **Segmento *T-Oil:*** Refere-se à prestação de serviços de logística de cargas líquidas, operação e exploração do terminal *T-Oil*, e transbordo de cargas líquidas, não se limitando a petróleo bruto e seus derivados, prevendo-se a futura inclusão da operação e exploração de pátio logístico e unidade de tratamento de petróleo para fins de estocagem, tratamento, beneficiamento, mistura e processamento de petróleo. É operado pela Vast Infraestrutura. • **Segmento *T-Gás:*** Refere-se ao projeto de compra e venda de gás natural liquefeito (GNL) ou de gás oriundo da produção offshore e de regaseificação de gás natural liquefeito, geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, bem como de intermediação na compra e venda de energia e de capacidade elétrica. É coordenado pela GNA. • **Segmento Portuário:** Refere-se às demais empresas controladas pela Prumo, inclusive as que não são operacionais e as empresas-veículo detentoras de participações em outras empresas do Grupo, quais sejam, Pedreira Sapucaia, G3X, Águas Industriais, SNF, GSA, Reserva Caruara, LLX Brasil, Açu Petróleo Investimentos, Prumo Participações, Heliporto, Prumo Navegação, Rochas do Açu e Açu Energia.

	31 de dezembro de 2023						
	Industrial Hub & T-Mult	T-Oil	T-Gás	Portuário	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de aluguel e serviços portuários	413.833	928.815	-	94.373	-	(5.504)	1.431.517
Custo dos serviços prestados	(266.962)	(454.565)	-	(58.141)	-	3.260	(776.408)
Resultado bruto	**146.871**	**474.250**	**-**	**36.232**	**-**	**(2.244)**	**655.109**
Receitas (despesas) operacionais							
Administrativas e gerais	(129.797)	(49.984)	(12.280)	(12.154)	(98.079)	6.465	(295.829)
Provisões, reversões e baixas	(7.479)	(43)	17	(18)	49	34	(7.440)
Outras receitas	1.527	736	8.595	271	-	(8.591)	2.538
Outras despesas	(2.461)	(8.294)	(9.425)	(158)	-	8.382	(11.956)
Resultado de equivalência patrimonial (*)	**277**	**-**	**(388.979)**	**545.632**	**(478.835)**	**392.833**	**70.928**
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	**8.938**	**416.665**	**(402.072)**	**569.805**	**(576.865)**	**396.879**	**413.350**
Resultado financeiro	**(588.587)**	**(194.646)**	**21.683**	**(164.754)**	**127.674**	**2.723**	**(795.907)**
Receitas financeiras	78.538	478.657	21.794	447.065	135.131	(69.234)	1.091.951
Despesas financeiras	(667.125)	(673.303)	(111)	(611.819)	(7.457)	71.957	(1.887.858)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(579.649)**	**222.019**	**(380.389)**	**405.051**	**(449.191)**	**399.602**	**(382.557)**
IR e CSLL corrente	-	(62.483)	(5.345)	(6.514)	-	-	(74.342)
IR e CSLL diferido	-	(44.993)	-	(19.318)	129	-	(64.182)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(579.649)**	**114.543**	**(385.734)**	**379.219**	**(449.062)**	**399.602**	**(521.081)**

	31 de dezembro de 2022						
	Industrial Hub & T-Mult	T-Oil	T-Gás	Portuário	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de aluguel e serviços portuários	317.889	688.946	-	62.817	-	(21.279)	1.048.373
Custo dos serviços prestados	(230.135)	(364.076)	-	(37.285)	-	11.385	(620.111)
Resultado bruto	**87.754**	**324.870**	**-**	**25.532**	**-**	**(9.894)**	**428.262**
Receitas (despesas) operacionais							
Administrativas e gerais	(121.947)	(39.358)	(11.461)	(9.277)	(92.402)	9.184	(265.261)
Provisões, reversões e baixas	7.762	(363)	(1)	159	(72)	(2.863)	4.622
Outras receitas	6.437	-	34	2.188	14	(11)	8.662
Outras despesas	(2.363)	(1.755)	(1.269)	-	(58)	-	(5.445)
Resultado de equivalência patrimonial (*)	**1.161**	**-**	**(320.268)**	**173.281**	**(583.713)**	**794.018**	**64.479**
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	**(21.196)**	**283.394**	**(332.965)**	**191.883**	**(676.231)**	**790.434**	**235.319**
Resultado financeiro	**(619.145)**	**(263.776)**	**43.152**	**(132.075)**	**159.074**	**11.405**	**(801.365)**
Receitas financeiras	75.299	418.640	43.412	468.516	181.103	(99.168)	1.087.802
Despesas financeiras	(694.444)	(682.416)	(260)	(600.591)	(22.029)	110.573	(1.889)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(640.341)**	**19.618**	**(289.813)**	**59.808**	**(517.157)**	**801.839**	**(566.046)**
IR e CSLL corrente	-	(3)	(11.742)	(4.745)	-	1	(16.489)
IR e CSLL diferido	-	4.733	-	266	-	(1.858)	3.141
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(640.341)**	**24.348**	**(301.555)**	**55.329**	**(517.157)**	**799.982**	**(579.394)**

(*) Basicamente Ferroport, NFX, GNA I e GNA II

Ativos e passivos por segmento em 31 de dezembro de 2023

	Industrial Hub & T-Mult	T-Oil	T-Gás	Portuário	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo							
Ativo circulante	148.034	794.897	42.084	319.011	229.165	(79.146)	1.454.045
Ativo realizável à longo prazo	1.571.011	3.249.908	94.715	788.132	56.142	(1.718.445)	4.041.463
Investimentos	108.544	27	815.846	1.017.450	413.012	(937.501)	1.417.378
Propriedades para investimentos	450.006	-	-	79.811	-	-	529.817
Imobilizado	2.605.828	1.394.536	32.869	37.077	2.560	(1.234)	4.071.636
Intangível	3.714	51.696	20	209	2.067	(2)	57.704
Direito de arrendamento – IFRS16	17.214	986	-	84.241	1.444	(27.322)	76.563
Diferido	5.564	-	-	-	-	(5.564)	-
Total do ativo	**4.909.915**	**5.492.050**	**985.534**	**2.325.931**	**704.390**	**(2.769.214)**	**11.648.606**
Passivo							
Passivo circulante	358.256	593.200	27.647	325.949	41.029	(79.404)	1.266.677
Passivo não circulante	5.191.727	5.526.568	35.712	2.950.152	4.211.614	(4.129.625)	13.786.148
Patrimônio líquido	(640.068)	(627.718)	922.175	(950.170)	(3.548.253)	1.439.815	(3.404.219)
Total passivo e patrimônio líquido	**4.909.915**	**5.492.050**	**985.534**	**2.325.931**	**704.390**	**(2.769.214)**	**11.648.606**

Ativos e passivos por segmento em 31 de dezembro de 2022

	Industrial Hub & T-Mult	*T-Oil*	*T-Gás*	Portuário	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo							
Ativo circulante	382.145	581.523	216.866	282.517	445.306	(49.148)	1.859.209
Ativo realizável à longo prazo	1.469.455	3.539.043	276.973	707.725	187.521	(1.870.902)	4.309.815
Investimentos	108.471	29	1.018.686	1.007.596	416.089	(989.564)	1.561.307
Propriedades para investimentos	450.006	-	-	79.811	-	-	529.817
Imobilizado	2.678.681	1.588.165	8.292	32.312	2.747	(835)	4.309.362
Intangível	6.028	57.801	22	363	2.952	-	67.166
Direito de arrendamento – IFRS16	10.899	1.020	-	54.549	859	(27.027)	40.300
Diferido	11.634	-	-	-	-	(11.634)	-
Total do ativo	**5.117.319**	**5.767.581**	**1.520.839**	**2.164.873**	**1.055.474**	**(2.949.110)**	**12.676.976**
Passivo							
Passivo circulante	297.528	409.316	18.075	187.855	44.865	(5.154)	952.485
Passivo não circulante	5.138.659	6.115.432	24.725	3.303.740	4.151.085	(4.114.043)	14.619.598
Patrimônio líquido	(318.868)	(757.167)	1.478.039	(1.326.722)	(3.140.476)	1.170.087	(2.895.107)
Total passivo e patrimônio líquido	**5.117.319**	**5.767.581**	**1.520.839**	**2.164.873**	**1.055.474**	**(2.949.110)**	**12.676.976**

33. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, suas controladas apresentam compromissos assumidos de compras futuras no valor de R$943.969 (R$924.223 em 31 de dezembro de 2022), que deverão ser cumpridos no decorrer das suas atividades:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Porto do Açu (a)	750.483	798.754
Prumo	29.424	37.287
Vast (b)	126.543	54.314
GNA (c)	9.441	13.036
Gás Infra	1438	963
Prumo Serviços	1.100	1.091
Águas Industriais	5.650	5.661
Reserva Ambiental Caruara	11.902	12.935
Outros	125	182
	936.106	**924.223**

(a) Refere-se essencialmente ao compromisso assumido pela empresa se refere ao contrato de dragagem de longo prazo representado por R$ 300.107, sendo todo o valor restante alocados em contratos de locação de equipamentos e despesas gerais e administrativas, como: vigilância e segurança, suporte T.I. transporte de funcionários, alimentação, seguros de vida e saúde, viagem, consultorias, manutenção, energia. No encerramento do 4º trimestre, R$100, refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras civil, dragagem referente a projetos e novos contratos a serem executados em 2024. (b) Refere-se as despesas administrativas e custos operacionais para operações double banking; e (c) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos, licença de sistemas, equipamentos de TI, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, viagens e estadias, consultoria de TI, e assessoria financeira.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual. O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluídos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação de nível hierárquico:

	Controladora					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado
Ativos						
Caixa e bancos	17.499	-	-	70.035	-	-
Aplicações financeiras	109.186	-	-	201.605	-	-
Títulos e valores mobiliários	13.043	-	-	48.258	-	-
Caixa restrito	34.715	-	-	36.840	-	-
Mútuo com partes relacionadas	50.604	-	-	44.974	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	4.527	-	-	1.815	-	-
	229.574	**-**	**-**	**403.527**	**-**	**-**
Passivos						
Fornecedores	3.817	-	-	7.655	-	-
Mútuo com partes relacionadas	2.129.088	-	-	2.181.338	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	20	-	-	8	-	-
	2.132.925	**-**	**-**	**2.189.001**	**-**	**-**

		Consolidado					
		31/12/2023			31/12/2022		
	Nível	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado
Ativos							
Caixa e bancos		66.129	-	-	121.411	-	-
Aplicações financeiras		385.940	-	-	316.357	-	-
Títulos e valores mobiliários	II	399.613	-	2.745.731	484.598	-	3.074.592
Caixa restrito		83.713	-	-	290.307	-	-
Clientes		277.402	-	-	228.113	-	-
Depósitos bancários vinculados		345.402	-	-	495.455	-	-
Depósitos restituíveis		50.430	-	-	58.760	-	-
Mútuo com partes relacionadas		143.209	-	-	127.048	-	-
Contas a receber com partes relacionadas		53.654	-	-	41.322	-	-
Debêntures		654.809	-	-	659.393	-	-
Crédito com terceiros		68.682	-	-	70.031	-	-
		2.528.983	**-**	**2.745.731**	**2.892.795**	**-**	**3.074.592**
Passivos							
Fornecedores		101.490	-	-	75.056	-	-
Mútuo com partes relacionadas		1.117.102	-	-	1.203.954	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas		14.186	-	-	13.849	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	II	13.072.968	-	-	13.707.943	-	-
Obrigações com terceiros		-	-	-	19.880	-	-
Derivativos – *hedge*	III	-	-	876	-	-	324
		14.305.746	**-**	**876**	**15.020.682**	**-**	**324**

Valor Justo: O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas bullet e de curto prazo. **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. **Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). **Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, através da abordagem de receita apenas para referência, são de R$ 13.103.007 em 31 de dezembro de 2023 (R$13.423.584 em 31 de dezembro de 2022). Uma parte significativa desse valor consiste em empréstimos com BNDES, FI-FGTS, Bradesco, Santander e fornecedores estrangeiros, e por serem um mercado exclusivo consideramos como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e seus prazos de vencimento, os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não precisou reclassificar seus instrumentos financeiros entre as categorias de instrumentos financeiros previstas no CPC 48. A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos, aprovada pelo Conselho de Administração. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. Os resultados obtidos com estas operações no período e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios para os objetivos propostos. **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. Com exceção do Grupo GNA e Prumo Participações, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não detinham contratos de instrumentos derivativos, em 31 de dezembro de 2023. • **Riscos de Mercado:** (i) Risco cambial: Trata-se do risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia. A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas empresas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas do Grupo Prumo, de forma a minimizar, ou mesmo evitar, o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível a utilização da estratégia do *hedge* natural. Ver abaixo nessa nota explicativa mais detalhes sobre as exposições cambiais do Grupo Prumo. (ii) Risco de taxa de juros: Conforme detalhamento da nota explicativa nº 16 - Empréstimos, financiamentos e debêntures, a identificação de risco de taxas de juros é ligada ao deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, 53,32% do endividamento da Companhia e suas subsidiárias estava associado aos índices de moedas locais, sendo 20,12% corrigidos pelo IPCA, 10,59% pela Selic e 22,62% pela TLP. No que se refere às receitas em Reais, as receitas de aluguel da Porto do Açu são corrigidas pelo IGP-M. Os recursos financeiros estão aplicados em um fundo exclusivo da Prumo, no Banco Bradesco S.A., sob política específica para aplicação em títulos de renda fixa de bancos de primeira linha, indexados com base no CDI e com previsão de liquidez diária. Em relação à mitigação dos riscos à variação das taxas de juros dentro do contexto atual apresentado, onde a empresa possui dívidas corrigidas por índices como SELIC, TLP e IPCA adicionados de uma sobretaxa fixa e possui todo seu caixa aplicado em uma carteira de baixo risco com rentabilidade indexada ao CDI, a Administração não considerou relevante, no curto prazo, o risco de juros associado ao passivo das empresas controladas pela Prumo e, portanto optou por não abrir posição em operações de *hedge* para neutralizar esse risco especifico. A tabela abaixo resume o fluxo futuro de pagamento da dívida em milhares de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nos índices de taxa de juros, sofrendo oscilação (acréscimo) de 25% e 50%, e os incrementos em relação ao caso base. O cálculo de sensibilidade foi feito com base nas projeções do relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, para todas as dívidas da Porto do Açu.

Consolidado - Fluxo de Pagamentos Futuros						
	Cenário Base		Cenário I - Alta de 25%		Cenário II - Alta de 50%	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
BNDES (Selic e TLP)	7.088.440	7.014.301	406.743	389.278	811.898	777.078
Debêntures (IPCA)	4.168.009	4.156.744	428.040	422.080	903.071	890.897
Total	**11.256.449**	**11.171.045**	**834.783**	**811.358**	**1.714.969**	**1.667.975**

As projeções utilizadas no cálculo têm data base em 31 de dezembro de 2023 e foram disponibilizadas até 2027. A partir deste ano, foram utilizados os últimos valores apresentados.

Indicador	2023	2024	2025	2026	2027	2027 em diante
Selic (%a.a.)	11,75	9,00	8,50	8,50	8,50	8,50
IPCA (%a.a.)	4,62	3,90	3,50	3,50	3,50	3,50

(iii) Risco de fluxo de caixa relacionado aos juros flutuantes: Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda, a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas. O risco mais importante associado ao passivo de juros advém da emissão de debêntures corrigidas pelo IPCA, como mencionado no tópico anterior. No entanto, como a receita futura da Companhia também terá o mesmo tipo de correção e ambas são de longo prazo - dívida com vencimento em 2033, fato que aumenta o grau de incerteza sobre o mercado devido ao prazo - existe uma certa neutralização de projeção de receitas com a amortização da dívida, reduzindo o risco em questão. • **Risco de Crédito:** O risco de crédito da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse fator de risco pode ser oriundo das contas a receber e de instrumentos financeiros. A exposição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Para mitigar os riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os ratings das principais agências de risco utilizados no mercado: S&P, Moody's e Fitch, usando a avaliação de risco nacional para longo prazo. A Companhia possui Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio. Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada recebível com base na condição financeira de cada contraparte. A avaliação de crédito foi criada utilizando-se de premissas e dados históricos das principais agências de risco e *bureaus* de crédito. As taxas de perdas são calculadas via uma matriz de multiplicação entre a taxa de perda de crédito esperada de cada recebível e o seu nível de inadimplemento na carteira e por meio do uso do método de rolagem, a probabilidade de receber avança por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. • **Risco Cambial:** Em 31 de dezembro de 2023, 47,83% do endividamento total estava denominado em moeda estrangeira, associados em sua totalidade ao Dólar. A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas do Grupo Prumo, de forma a minimizar, ou mesmo evitar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Na Prumo Participações, o endividamento em moeda estrangeira refere-se aos títulos de dívida emitidos em dólares norte-americanos pela Prumo Participações. O fluxo de caixa destinado a servir o pagamento dessa dívida vem via distribuição de dividendos, trimestralmente, da sua controlada em conjunto Ferroport, cuja receita está atrelada ao dólar norte-americano, sendo ainda a tarifa de movimentação de minério de ferro em vigor corrigida anualmente pelo índice de inflação americano PPI. No caso exclusivo da Ferroport, sua estrutura de custos é denominada em Reais e sua receita mensal é indexada ao Dólar, portanto os resultados operacionais da joint-venture expostos ao risco de variação cambial pelo descasamento de moedas entre receitas e custos. A apreciação do Real frente ao Dólar poderá reduzir a margem operacional e o fluxo de caixa livre da Ferroport. Com relação ao endividamento da Prumo Participações, a Companhia contrata Non-Deliverable-Forwards (NDFs) mensalmente para proteção contra as variações cambiais, conforme disposto nas Informações complementares sobre os instrumentos derivativos. Sobre a Ferroport, há uma política de gestão de risco cambial em vigor, formulada pela Prumo em conjunto com a Anglo American. A Ferroport opera transações envolvendo instrumentos financeiros gerenciados através de estratégias operacionais e controle interno destinadas a liquidez, rentabilidade e proteção. As políticas de controle consistem em monitoramento permanente das taxas contratadas em relação às taxas de mercado vigentes. A estratégia de hedge é proteger a flutuação do Dólar para garantir a receita do fluxo de caixa. Na FP Newco o empréstimo subordinado à dívida sênior da Prumo Participações. O fluxo de pagamentos prevê uma amortização bullet de principal e juros ao final do contrato em junho de 2027 e os pagamentos realizados até então vem de recursos excedentes da Prumo Participações, que por sua vez tem seus recursos oriundos da Ferroport, que conforme explicado acima possui sua receita atrelada ao dólar norte americano. A Prumo celebrou, na qualidade de mutuária, contratos de mútuo com um veículo de investimento administrado por sociedade afiliada, à EIG, controladora da Companhia, no valor de US$ 50.000 cada, totalizando US$ 200.000 ("Contrato de Mútuo"). O saldo de principal e os juros acumulados, conforme estabelecido no Contrato de Mútuo estão sujeitos a determinadas condições de subordinação e pagamento acordadas com os credores de longo prazo da subsidiária Porto do Açu. No momento não há previsão da liquidação desse mútuo, cujo repagamento depende da realização de lucros nas subsidiárias da Prumo. Algumas subsidiárias são denominadas em dólar, o que cria um hedge natural para o Contrato de Mútuo. Na Vast Infraestrutura, o endividamento

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

PRUMO
LOGÍSTICA GLOBAL

Prumo Logística S.A - Companhia Fechada
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08

em moeda estrangeira se refere aos Bonds emitidos pela subsidiária AP Lux, em Dólares norte-americanos. O fluxo de caixa destinado a servir o pagamento dessa dívida está relacionado às operações da própria Vast Infraestrutura, cuja receita está atrelada ao Dólar norte-americano, sendo ainda a tarifa de movimentação de petróleo em vigor corrigida anualmente com base no índice de inflação americano PPI. No caso da Vast Infraestrutura, sua estrutura de custos é denominada em Reais e sua receita mensal, apesar de recebida em Reais, é indexada ao Dólar, estando os resultados operacionais da empresa suscetíveis ao risco de variação cambial dentro do mesmo mês. Uma apreciação do real frente ao Dólar poderá reduzir a margem operacional e o fluxo de caixa livre da Vast Infraestrutura. Com relação ao endividamento, o fato de o serviço da dívida e a receita da Vast Infraestrutura estarem atrelados à mesma moeda resulta em um hedge natural para essa exposição. A tabela abaixo resume o valor atual da dívida em milhões de Reais, por credor, com cenário de sensibilidade nas taxas de câmbio (US$), assumindo oscilações de 10% e 20% para o lado positivo.

31/12/2023	Real	US$	US$
Subordinated Loan (iv)	532.543	585.797	639.052
Senior Secured Bonds(v)	1.381.230	1.519.353	1.657.476
Debentures Santander (ix)	1.294.140	1.423.554	1.552.968
NCE Itau (x)	1.823.477	2.005.825	2.188.172
Bonds 144A/RegS (xi)	2.851.388	3.136.527	3.421.666
Total	**7.882.778**	**8.671.056**	**9.459.334**
31/12/2022	**Real**	**US$**	**US$**
		10%	**20%**
Subordinated Loan (iv)	573.947	631.342	688.736
Senior Secured Bonds(v)	1.528.303	1.681.133	1.833.964
Debentures Santander (ix)	1.318.375	1.450.213	1.582.050
NCE Itau (x)	1.857.623	2.043.385	2.229.148
Bonds 144A/RegS (xi)	3.130.620	3.443.682	3.756.744
Total	**8.408.868**	**9.249.755**	**10.090.642**

• **Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo por meio do resultado abrangente. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue: *Hedge* de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado também no patrimônio líquido, porém em conta diferenciada (custo de *hedge*). Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para o Imobilizado em conta apropriada (*hedge* liquidado) quando o item protegido for efetivamente realizado. Na Prumo Participações todas as receitas são provenientes de pagamentos de dividendos em reais pela Ferroport e transferidos para a empresa trimestralmente. Com a emissão dos *Senior Secured Bonds*, a empresa firmou um compromisso contratual de *hedge*, que determina que o derivativo a ser utilizado para proteção da variação cambial devem ser *Non-deliverable--forwards* ("NDFs"). Os NDFs são contratados mensalmente com valor equivalente a uma média de 1/6 do pagamento semestral de dívida bruta e preenchimento de contas reservas. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no período. **Programa de *hedge* das *non-deliverable forward*:**

	Empresa	NDF contratada em R$		Marcação a mercado (MTM)	
NDF			**Vencimento**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Termo US$	Prumo Participações	2.031	2023	-	(171)
Termo US$	Prumo Participações	3.386	2023	-	(153)
Termo US$	Prumo Participações	2.505	2024	(464)	-
Termo US$	Prumo Participações	4.113	2024	(412)	-
Líquido				**(876)**	**(324)**

• **Risco de Liquidez:** A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar passivos e posições de mercado. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2023. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e não consideram o impacto dos acordos de compensação:

Consolidado	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	101.490	-	-	-	-	101.490
Contas a pagar com partes relacionadas	-	14.186	-	-	-	14.186
Mútuo com partes relacionadas	-	-	-	-	1.117.102	1.117.102
Empréstimos, financiamentos e debêntures	789.126	774.616	1.690.893	6.616.413	12.121.151	21.992.199
Total por faixa de prazo	**890.616**	**788.802**	**1.690.893**	**6.616.413**	**13.238.253**	**23.224.977**

35. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Riscos operacionais		
Danos Materiais	541.743	541.124
Responsabilidade Civil e Danos Ambientais	1.879.627	1.983.143
Lucros Cessantes	724.264	654.799

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Prumo Logística: No âmbito do plano estratégico da Porto do Açu, o qual visa a otimização do fluxo de caixa, aumento da capacidade de investimentos e geração de valor, a Porto do Açu iniciou, no começo de 2023, as negociações com bancos credores para alterar o prazo de pagamentos e certas condições dos atuais contratos de financiamento ("Dívida Original"). Desta forma, as partes celebraram, em 12 de janeiro de 2024 (anterior ao vencimento da parcela de amortização em 15 de janeiro de 2024), um acordo de *Standstill* até 15 de março para a conclusão do processo. Conceitualmente, teremos uma parcela significativa da dívida atual da Porto do Açu migrando para a Prumo, sua controladora, e uma parcela, menor que a atual, que a Porto do Açu consegue pagar com a sua própria geração de caixa advinda das receitas atuais. A Prumo e a Porto do Açu assinaram os documentos relacionados ao reperfilamento da Dívida Original, que consistirá em uma nova emissão de debêntures pela Prumo e em uma emissão de debêntures securitizadas com lastro de direitos creditórios cedidos pela Porto do Açu com emissão pela Virgo Companhia de Securitização ("Virgo"). As debêntures securitizadas emitidas pela Virgo serão emitidas em três séries, no valor total, em reais mil, de até R$ 781.561 sendo duas séries remuneradas a CDI + 3% a.a. e uma série remunerada a IPCA + 6,9717% a.a., com fluxo de pagamentos mensal de abril de 2024 a junho de 2038. As debêntures da Prumo serão emitidas em nove séries no valor total de até R$ 5.183.493 (cinco bilhões, cento e oitenta e três mil, quatrocentos e noventa e três reais), sendo seis séries remuneradas a CDI + 3% a.a. e três séries remuneradas a IPCA + 6,9717% a.a. O fluxo de pagamentos consiste em uma curva esculpida, com pagamentos de juros em janeiro de 2026 e em janeiro 2028 e pagamentos de principal e juros semestrais de janeiro de 2029 a janeiro de 2032. **Porto do Açu**: • **Empréstimos e Financiamentos:** No âmbito do plano estratégico da Porto do Açu, o qual visa a otimização do fluxo de caixa, aumento da capacidade de investimentos e geração de valor, conforme detalhes da nota explicativa de Continuidade Operacional, a Companhia iniciou, no começo de 2023, as negociações com bancos credores para o reperfilamento dos atuais contratos de financiamento conforme abordado nos parágrafos anteriores desta Nota Explicativa. • **Fato Relevante - OSX:** Em 20 de janeiro de 2024, o Grupo OSX apresentou um segundo pedido de recuperação judicial, em que a Porto do Açu figura na qualidade de credor. Outras frentes judiciais e arbitrais entre Porto do Açu e Grupo OSX foram iniciadas e seguem em curso. Apesar dos novos andamentos, o cenário atual não reflete qualquer alteração das Demonstrações Financeiras da Companhia. A Porto do Açu ressalta, ainda, que esses movimentos não afetam as operações do porto e de seus clientes. **Vast Infraestrutura**: • **Pagamento Semestral de Títulos:** Em 16 de janeiro de 2024 a subsidiária efetuou o quarto pagamento semestral de títulos de dívida de US$ 29.238 em conformidade com o contrato de empréstimo. Este pagamento incluiu a terceira amortização do valor principal, em linha com o cronograma de pagamentos previsto através da curva target. • **Novos negócios:** Em janeiro de 2024 foi publicado em Diário Oficial da União a aprovação pelo CADE da aquisição de 100% das quotas da TECMA pela Vast Infraestrutura, estando a efetivação desta transação ainda condicionada à implementação de outras condições precedentes que seguem pendentes até a data deste relatório. **GNA**: • **Capital de giro – UTE GNA I:** Em 03 de janeiro de 2024 a UTE GNA I obteve a título de capital de giro do banco ABC o montante de R$ 150.000 com o vencimento para janeiro de 2025.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Robert Blair Thomas - **Presidente**
Flavio Valle - **Vice-Presidente**
Ricardo Faria Paes - **Conselheiro**
Jorge Marques de Toledo Camargo - **Conselheiro**
Ieda Gomes Yell - **Conselheira**
Franklin Lee Feder - **Conselheiro**

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Rogério Sekeff Zampronha - **Diretor Presidente**
Eugenio Leite de Figueiredo
Diretor Econômico-Financeiro e Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor Vice-Presidente Executivo
Eduardo Quartarone Campos - **Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor Jurídico**
Angela Serpa Caldeira e Silva
Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretora de Capital Humano
Eduardo Ferreira Kantz
Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor de Meio-Ambiente, Sustentabilidade, Governança e Relações Institucionais
Mauro Lourenço de Andrade
Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor de Desenvolvimento de Negócio
Leticia Nabuco Villa-Forte
Diretora sem designação específica, com atribuição de Diretora Econômico-Financeira Adjunta
Mariana Coutinho - **Gerente Controladoria e Fiscal**
Camila Araujo - **Contadora / CRC-RJ 121980-O7**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Diretores da Prumo Logística S.A. Rio de Janeiro - RJ.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Prumo Logística S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materias e outras informações elucidativas. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prumo Logística S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Prumo Logística S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2024

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

www.prumologistica.com.br

COLORTEL S/A SISTEMAS ELETRÔNICOS

CNPJ 42.183.442/0001-60

RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas: Apresentamos a V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demostrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2023. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO

	2023 (R$)	2022 (R$)
Ativo		
Circulante	14.093.902	26.810.128
Disponibilidades	1.073.107	16.129.196
Contas a Receber de Clientes	6.430.753	5.097.606
Estoques	5.768.994	5.003.607
Impostos a Recuperar	281.466	198.415
Outros Valores a Receber	539.583	381.304
Ativo Não Circulante	47.534.681	44.536.689
Investimentos	4.312.462	6.304.811
Imobilizado	43.222.219	38.231.878
Total do Ativo	61.628.583	71.346.817
	2023 (R$)	**2022 (R$)**
Passivo		
Circulante	15.323.962	14.592.970
Empréstimos e Financiamentos	20.705	127.291
Obrigações Fiscais a Recolher	2.027.761	1.991.695
Fornecedores	7.135.093	4.881.238
Fornecedores Locação - CPC06/IFRS16	3.305.746	2.985.158
Contas a Pagar	2.834.658	1.973.694
Dividendos a Pagar	–	2.633.893
Passivo Não Circulante	3.305.473	6.285.596
Empréstimos e Financiamentos	–	112.919
Fornecedores Locação - CPC06/IFRS16	2.205.473	4.779.641
Recursos de Soc.Ligadas e Controladas	1.100.000	1.393.036
Patrimônio Líquido	42.999.147	50.468.251
Capital Social	42.500.000	31.000.000
Reservas de Capital	–	503.216
Reserva de Lucros	499.147	20.912.884
Ações em Tesouraria	–	(1.947.848)
Total do Passivo	61.628.583	71.346.817

NOTAS EXPLICATIVAS

1) As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme a Lei 6.404/76, Lei 11.638/07; 2) O resultado é apurado segundo o regime de competência de exercícios; 3) A depreciação é calculada pelo método linear em função do tempo de vida útil dos bens; 4) Os investimentos relevantes foram avaliados pelo método de Equivalência Patrimonial; 5) O Capital Social subscrito e integralizado, no valor de R$ 42.500.000,00 está representado por 4.186.373 ações ordinárias e 723.667 ações preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não concedem direito a voto.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO

	2023 (R$)	2022 (R$)
Resultado Operacional Bruto	53.071.944	49.404.484
Receita Bruta	84.598.753	80.898.091
Deduções de Vendas	(8.642.532)	(10.445.562)
Custo dos Bens Locados e Produtos Vendidos	(10.423.482)	(10.222.306)
Custo de Depreciação e Amortização	(12.460.795)	(10.825.739)
Despesas Operacionais	(41.647.864)	(39.729.890)
Despesas de Pessoal	25.092.758	21.920.350
Encargos e Contribuições Sociais	5.388.599	4.722.603
Despesas com Prestação de Serviços	4.432.665	3.564.766
Depreciação e Amortização	1.827.349	186.570
Despesas Tributárias	1.353.688	869.687
Despesas de Marketing	441.890	495.089
Outras Despesas Administrativas	3.110.916	7.970.825
Resultado Financeiro	82.188	1.511.368
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(763.926)	2.668.010
Lucro Operacional	10.742.342	13.853.971
Resultado Não Operacional	1.291.236	2.178.693
Lucro do Exercício antes dos Impostos	12.033.578	16.032.665
Provisão Imposto de Renda e Cont. Social	(4.362.179)	(4.604.167)
Lucro Líquido do Exercício	7.671.399	11.428.497
Lucro Líquido do Exercício por Ação	R$1,56	R$2,26
Quantidade de Ações do Capital Social	4.910.040	5.059.873

MATEUS SILVA ARAÚJO ORSINI - Presidente - CPF.: 122.297.626-99
CAMILO SILVÉRIO DOS REIS
Contador - CRC/RJ 054.154/O-5 - CPF.: 758.538.417-34

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO

	2023 (R$)	2022 (R$)
Lucro do exercício	7.671.399	11.428.497
Despesas que não afetam o caixa:		
Encargos Financeiros s/ Financiamentos	(106.586)	(42.246)
Result. Part. Coligadas e Controladas	(3.620.102)	(2.459.791)
Depreciação	19.095.906	11.011.813
Lucro Ajustado	23.040.617	19.938.274
Variações nos ativos e passivos		
Redução de Contas a Receber de Clientes	(1.333.147)	3.435.393
Aumento dos Estoques	(765.387)	(923.291)
Redução de valores a receber	(158.279)	45.924
Redução de Impostos a Recuperar	(83.051)	836.374
Aumento de Fornecedores	2.574.442	2.893.114
Aumento de Obrigações Fiscais	36.065	526.005
Redução do Contas a Pagar	860.964	(480.888)
Pagamento de Lucros e Dividendos	(17.774.396)	(24.139.845)
Aumento de Outras Obrigações	(2.980.122)	1.104.952
Ajuste de Exercícios Anteriores	–	(6.569)
Total	(19.622.911)	(16.708.831)
Fluxo de Caixa das Ativ. Operacionais	3.417.706	3.229.442
Aquisição de Imobilizado	(24.359.259)	(26.408.033)
Redução de Imobilizado (baixa)	274.422	4.570.725
Redução de investimento	5.611.041	15.650.000
Fluxo de Caixa das Ativ. de Investimento	(18.473.796)	(6.187.308)
Caixa Gerado no Período	(15.056.090)	(2.957.866)
Saldo Inicial de Disponibilidades	16.129.196	19.087.062
Saldo Final de Disponibilidades	1.073.107	16.129.196
Variação do Caixa no período	(15.056.090)	(2.957.866)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO

		Patrimônio Líquido				
	Capital Subscrito	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	31.000.000	503.216	–	12.618.058	(1.947.848)	42.173.426
Distribuição de Dividendos	–	–	–	(3.127.103)	–	(3.127.103)
Constituição da Reserva	–	–	–	571.425	–	571.425
Ajuste de Exercícios Anteriores	–	–	–	(6.569)	–	(6.569)
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	10.857.073	–	10.857.073
Saldos em 31 de dezembro de 2022	31.000.000	503.216	–	20.912.884	(1.947.848)	50.468.251
Cancelamento de Ações em Tesouraria	–	(503.216)	–	(1.444.632)	1.947.848	–
Aumento de Capital	11.500.000	–	–	(11.500.000)	–	–
Distribuição de Dividendos	–	–	–	(15.140.503)	–	(15.140.503)
Constituição da Reserva	–	–	–	383.570	–	383.570
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	7.287.829	–	7.287.829
Saldos em 31 de dezembro de 2023	42.500.000	–	–	499.147	–	42.999.147

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

Commit Gás S.A.

CNPJ 42.520.171/0001-91

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Mensagem da Administração: O lucro líquido de 2023 atingiu R$ 495 milhões, valor 5% inferior a 2022 normalizado, impactado pela redução de 11% vs. ano anterior no volume total ex-termo distribuído, atingindo 3,5 milhões de mil m³. Em resultados operacionais, ultrapassou a marca de 321 mil clientes, incremento de 9% vs. ano anterior, e atingiu 7.036 quilômetros de rede construída. Em outubro foi realizado a cisão com as participações das CDLs do Nordeste, criando assim a Norgás. O resultado 2022 normalizado considera o mesmo porftólio da Commit, com 9 meses de resultado as CDLs do Nordeste, assim como retirados os ganhos de capital por venda de ativos.

Balanços patrimoniais

Ativos	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	792.168	1.038.645	708.874	909.410
Contas a receber de clientes	9	111.537	122.215	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10 e 12.2	54.636	119.744	133.218	119.744
Recebíveis de partes relacionadas	10	11.921	291	13.452	789
Ativos financeiros setoriais	13	18.662	20.434	–	–
Gás pago e não retirado	14	16.945	–	–	–
IR e CS		42.084	26.498	30.652	16.715
Outros tributos a recuperar	11	2.991	3.425	–	875
Outros ativos		30.520	7.864	–	1
Ativo circulante		**1.081.464**	**1.339.116**	**886.196**	**1.047.534**
Depósitos judiciais	22.2	940	868	940	868
IR e CS diferidos	21.2	40.736	43.284	–	–
Outros tributos a recuperar	11	56.846	48.327	–	
Outros ativos financeiros		2.423	1.729	–	–
Outros ativos		6.516	2.601	4.018	2.601
Investimentos	12.1	877.964	1.261.433	1.451.330	1.864.360
Direito de uso		4.590	4.429	–	–
Imobilizado		5.776	148	–	5
Ativos de contrato	16	84.556	53.138	–	–
Intangível	15	360.163	346.861	–	–
Ativo não circulante		**1.440.510**	**1.762.818**	**1.456.288**	**1.867.834**
Total do ativo		**2.521.974**	**3.101.934**	**2.342.484**	**2.915.368**

Passivo	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Fornecedores	19	67.512	77.138	6.182	884
Passivos de arrendamentos		1.033	1.821	–	–
IR e CS	21	5.122	6.280	–	1.291
Outros tributos a pagar	20	20.377	41.998	5.081	17.111
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	10 e 23.2	81.273	56.525	81.273	56.525
Pagáveis a partes relacionadas	10	11.297	8.405	9.842	8.405
Salários a pagar		12.310	12.023	6.968	293
Outras contas a pagar		13.544	5.129	629	249
Passivo circulante		**212.468**	**209.319**	**109.975**	**84.758**
Passivos de arrendamentos		4.125	2.778	–	–
Provisão para processos judiciais	22.1	3.835	7.933	4.018	2.601
Passivos financeiros setoriais	13	73.055	53.895	–	–
Passivo não circulante		**81.015**	**64.606**	**4.018**	**2.601**
Patrimônio líquido	23				
Capital social		415.363	655.511	415.363	655.511
Transações de capital		910.736	910.736	910.736	910.736
Reserva de capital		560	560	560	560
Reservas de lucros		901.821	1.261.542	901.821	1.261.542
Ajuste de avaliação patrimonial		11	(340)	11	(340)
Total patrimônio líquido		**2.228.491**	**2.828.009**	**2.228.491**	**2.828.009**
Total passivo e patrimônio líquido		**2.521.974**	**3.101.934**	**2.342.484**	**2.915.368**

Demonstrações dos resultados

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Receita operacional líquida	24	1.007.198	1.198.807	–	–
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	25	(834.383)	(1.013.729)	–	–
Resultado bruto		**172.815**	**185.078**	**–**	**–**
Despesas de vendas	25	(17.900)	(23.847)	–	–
Despesas gerais e administrativas	25	(77.910)	(47.496)	(39.443)	(39.334)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	10.872	331.816	325	336.190
Resultado operacional		**87.877**	**445.551**	**(39.118)**	**296.856**
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido		**87.877**	**445.551**	**(39.118)**	**296.856**
Equivalência patrimonial em investidas	12.1	357.380	366.465	463.302	506.284
Resultado da equivalência patrimonial		**357.380**	**366.465**	**463.302**	**506.284**
Receitas financeiras		105.129	88.763	88.095	41.227
Despesas financeiras		(1.762)	(755)	(236)	(2)
Variações monetárias líquidas		(2.446)	(4.485)	5.148	1.821
Resultado financeiro, líquido	27	**105.813**	**92.493**	**93.007**	**43.046**
Resultado antes do IR e da CS		**551.070**	**904.509**	**517.191**	**846.186**
IR e CS	21	–	–	–	–
Diferido		(2.548)	(17.329)	–	–
Corrente		(53.428)	(117.561)	(22.097)	(76.567)
		(55.976)	**(134.890)**	**(22.097)**	**(76.567)**
Resultado líquido do exercício		**495.094**	**769.619**	**495.094**	**769.619**
Resultado básico e diluído por ação	28	4,46	6,93	4,46	6,93

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital subscrito e integralizado	Reservas de capital: Transações de capital	Reservas de capital: Incentivos fiscais	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Dividendos adicionais propostos	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros Acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2021	**655.511**	**910.736**	**560**	**131.105**	**49.549**	**517.125**	**–**	**(412)**	**2.264.174**
Dividendos adicionais aprovados (AGO/E 26.04.2022)	–	–	–	–	(49.549)	–	–	–	(49.549)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	769.619	–	769.619
Resultado abrangente	–	–	–	–	–	–	–	72	72
Destinações do lucro líquido do exercício:									
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	–	–	–	–	613.312	(613.312)	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio (1,41/ação)	–	–	–	–	–	–	(156.307)	–	(156.307)
Saldo em 31/12/2022	**655.511**	**910.736**	**560**	**131.105**	**–**	**1.130.437**	**–**	**(340)**	**2.828.009**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	495.094	–	495.094
Resultado abrangente	–	–	–	–	–	–	–	351	351
Realização de reserva especial (AGE 16.06.2023)	–	–	–	–	–	(500.000)	–	–	(500.000)
Transferência em cisão parcial	(240.148)	–	–	–	–	(223.543)	–	–	(463.691)
Destinações do lucro líquido do exercício:									
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	–	–	–	–	363.821	(363.821)	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio (1,18/ação)	–	–	–	–	–	–	(131.273)	–	(131.273)
Saldo em 31/12/2023	**415.363**	**910.736**	**560**	**131.105**	**–**	**770.715**	**–**	**11**	**2.228.490**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Lucro líquido do exercício		**495.094**	**769.619**	**495.094**	**769.619**
Itens que não podem ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		**351**	**72**	**351**	**72**
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	12.1	351	72	351	72
Resultado abrangente do exercício		**495.445**	**769.691**	**495.445**	**769.691**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do IR e CS	551.070	904.509	517.191	846.186
Ajustes por:				
Equivalência patrimonial nas investidas	(357.380)	(366.465)	(463.302)	(506.284)
Depreciação e amortização	24.795	21.983	1.646	1.677
Resultado nas alienações de bens do ativo permanente	160	(337.560)	5	(337.560)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	15.163	32.706	–	–
Remuneração sobre bens da concessão indenizáveis	(242)	(29.946)	–	–
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.480	11.113	–	–
Provisão para demandas judiciais	(4.097)	(22.513)	1.417	(1.421)
Juros e variações monetárias, líquidos	1.714	(2.623)	(5.148)	(2.623)
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	–	(7.284)	–	(1.610)
Provisão de bônus e participação no resultado	13.834	4.145	11.852	2.417
Perdas por Desvalorização de Ativos (*Impairment*)	–	997	–	997
	246.497	**209.062**	**63.661**	**1.779**
Variação em:				
Contas a receber de clientes	9.198	(2.366)	–	3.839
IR e CS e outros tributos, líquidos	(112.607)	(131.376)	(55.980)	(76.978)
Partes relacionadas, líquidas	(8.378)	(291)	(10.866)	(789)
Fornecedores e outros passivos financeiros	(8.807)	1.751	(4.938)	(1.009)
Salários a pagar	(14.914)	(8.588)	(5.177)	(3.793)
Gás pago e não retirado	(16.945)	–	–	–
Outros ativos e passivos, líquidos	(14.447)	(9.329)	4.312	(2.619)
	(166.900)	**(150.199)**	**(62.773)**	(81.349)
Caixa líquido gerados (utilizados) nas atividades operacionais	**79.677**	**58.863**	**888**	**(79.570)**
Atividades de investimentos				
Venda de ativos	–	785.480	–	785.480
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	(72.151)	(40.212)	–	–
Aplicações financeiras e recebíveis de ativos financeiros	–	127.976	–	26.219
Dividendos recebidos	347.423	285.362	397.601	370.920
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	**275.272**	**1.158.606**	**397.601**	**1.182.619**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de principal sobre arrendamentos	(1.929)	(1.837)	–	–
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(392)	(247)	–	–
Dividendos pagos	(599.025)	(248.957)	(599.025)	(248.957)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	**(601.346)**	**(251.041)**	**(599.025)**	**(248.957)**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	**(246.477)**	**966.428**	**(200.536)**	**854.092**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.038.645	72.217	909.410	55.318
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	792.168	1.038.645	708.874	909.410
Informação complementar				
IR e CS pagos	53.869	65.036	13.542	65.036

Transações que não envolveram caixa: A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa: **(i)** Registro de direitos de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R$ 4.834, relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento. **(ii)** Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no montante de R$ 2.082 (R$4.376 em 31 de dezembro de 2022). **(iii)** Efeitos da cisão parcial dos investimentos para a Norgás S.A. no montante de R$ 445.051. **Apresentação de juros e dividendos:** Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores mobiliários, assim como, os juros pagos sobre as obras em andamento e ativos de contrato são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos

Demonstrações do valor adicionado

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Receitas				
Receitas de distribuição de gás e outras receitas	1.202.924	1.845.623	350	337.560
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(3.080)	(11.113)	–	–
Receitas relativas à construção de ativos para uso	68.366	38.446	–	–
	1.268.210	**1.872.956**	**350**	**337.560**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo do gás e transporte	(895.573)	(1.158.618)	–	–
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(62.807)	(34.661)	(16.020)	(8.666)
Custos relativos à construção de ativos para uso	(68.366)	(38.446)	–	
Perda/Recuperação de valores ativos	–	(997)	–	(997)
	(1.026.746)	**(1.232.722)**	**(16.020)**	**(9.663)**
Valor adicionado bruto	**241.464**	**640.234**	**(15.670)**	**327.897**
Depreciação e amortização	(24.795)	(21.983)	(1.646)	(1.677)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**216.669**	**618.251**	**(17.316)**	**326.220**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	363.920	374.490	469.844	514.309
Receitas financeiras - inclui variações monetária, cambial e outras receitas	115.430	107.949	94.225	49.879
	479.350	**482.439**	**564.069**	**564.188**
Valor adicionado total a distribuir	**696.019**	**1.100.690**	**546.753**	**890.408**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores	**40.288**	**57.563**	**12.030**	**24.917**
Salários e participações	28.506	52.348	7.397	24.052
Benefícios	7.285	3.529	3.170	586
FGTS	4.497	1.686	1.463	279
Tributos	**156.458**	**257.642**	**38.017**	**88.724**
Federais	70.204	166.937	38.017	88.724
Estaduais	86.254	90.705	–	–
Instituições financeiras e fornecedores	**4.179**	**15.866**	**1.612**	**7.148**
Juros, variações cambiais e monetárias	1.917	14.229	1.220	6.833
Despesas de aluguéis	2.262	1.637	392	315
Acionistas	**495.094**	**769.619**	**495.094**	**769.619**
Dividendos	131.273	156.307	131.273	156.307
Resultado dos acionistas	363.821	613.312	363.821	613.312
Valor adicionado total distribuído	**696.019**	**1.100.690**	**546.753**	**890.408**

Notas explicativas as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. A Companhia e suas operações: A Commit Gás S.A. (denominada "Commit" ou "Companhia"), tem por objeto a participação em sociedades distribuidoras de gás natural canalizado, as quais desempenham as atividades de distribuição, importação, exportação, armazenamento e comercialização de gás natural. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ. A Companhia é uma empresa de participações e, portanto, não tem atuação direta no mercado. Desta forma, o cumprimento da sua função social se dá através das suas investidas, no limite da sua participação. Para cumprir sua missão, a Companhia vem desenvolvendo projetos por meio da participação no capital de empresas. Dentre os projetos que têm participação da Commit, destaca-se a controlada Necta Gás Natural S.A., além de participações societárias (empreendimentos controlados em conjunto e coligadas) em companhias estaduais distribuidoras de gás natural canalizado. **1.1. Cisão parcial:** Em 09 de outubro de 2023, foi aprovada a cisão parcial do portfólio para uma nova companhia denominada Norgás S.A. ("Norgás"). A parcela cindida é composta pela participação societária da Commit nas seguintes empresas: Companhia de Gás do Ceará ("CEGÁS"), Companhia Potiguar de Gás ("POTIGÁS"), Gás de Alagoas S.A. ("ALGÁS"), Sergipe Gás S.A. ("SERGÁS") e Companhia Pernambucana de Gás ("COPERGÁS"). O montante cindido foi de R$ 18.646 referentes a Dividendos e juros sobre capital próprios a receber oriundos dos investimentos acima mencionados, R$445.045 do saldo de Investimentos (conforme nota explicativa 12.1), com as contrapartidas de R$ 240.148 do Capital social e R$ 223.543 da Reserva especial. **1.2. Impactos dos conflitos militares entre Ucrânia e Rússia:** A Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das commodities de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, os efeitos do conflito Ucrânia x Rússia não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos.**2. Base de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador ARSESP e o Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela portaria CSPE nº 22 de 19 de novembro de 1999 e alterado pelas portarias CSPE nº 273 de 23 de dezembro de 2003, CSPE nº 323 de 01 de setembro de 2004 e Deliberação ARSESP nº 1.205 de 18 de agosto de 2021. O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada, em 25 de março de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.1. Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: **3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Estimativas e julgamentos relevantes:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 9 - Análise das perdas de crédito esperadas baseadas nas correspondentes perdas históricas; • Nota 15 - Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível; • Nota 21.2 - IR e CS diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Nota 22.2 - Reconhecimento e mensuração da provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **3.3. Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Commit e de sua controlada em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Commit possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As empresas controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia. A nota explicativa 12.1 apresenta a Companhia consolidada, juntamente com os demais investimentos diretos. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas. **4. Normas contábeis: 4.1. Normas contábeis recentemente adotadas pela Companhia:**

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil	Impacto
Alterações à IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	A IAS 8/CPC 23 introduz a nova definição de estimativa contábil "As estimativas contábeis são montantes monetários nas demonstrações contábeis que estão sujeitas a incerteza de mensuração" e esclarece como as entidades devem distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. Os parágrafos impactados são os itens 5, 32, 34, 38 e 48 e o título do item 32. Ocorre uma distinção entre estimativas contábeis (são aplicadas prospectivamente) e políticas contábeis (são aplicadas retrospectivamente).	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Commit.
Alterações à IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	A IAS 1/ CPC 26 introduz orientações para decisão sobre quais políticas contábeis devem ser divulgadas em suas demonstrações financeiras. Os parágrafos impactados para apoiar na identificação de políticas contábeis materiais são os itens 114, 117, 122, 117A, 117E, 139V e exclusão dos itens 118, 119 e 121.	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Commit.
Alterações à IAS 12/CPC 32 -Tributos sobre o Lucro. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	Alteração de escopo de isenção de reconhecimento inicial e esclarece como as entidades devem contabilizar o imposto diferido em certas transações tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção. Os parágrafos impactados são: Alteração dos incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e b do item 24; inclui o inciso (iii) da letra b do item 15, o item 22A, a letra c do item 24, os itens 98K e 98L e o exemplo 8 do Apêndice B	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Commit.
Alterações à IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	A alteração adiciona uma nova opção de transição para a IFRS 17 (a 'sobreposição de classificação') para aliviar as complexidades operacionais e os desfasamentos contabilísticos únicos na informação comparativa entre passivos de contratos de seguro e *activos* financeiros relacionados na aplicação inicial da IFRS 17. Permite a apresentação de informações comparativas sobre ativos financeiros devem ser apresentadas de forma mais consistente com a IFRS 9 Instrumentos Financeiros.	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Commit.
Alteração CPC 32/IAS 12 - item 4A referente a nova regra tributária Pilar Dois	Tendo em vista que em 2023 muitos países promulgaram regulação tributária voltada a implementar as regras dos modelos globais anti-erosão da base tributária em nível global (GloBE model rules) integrantes do projeto denominado "Pilar Dois" e coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esta legislação causou incertezas na apuração de ativos e passivos fiscais diferidos no contexto do CPC 32 ("Tributos sobre o Lucro"). Em vista deste cenário, o IASB e o AASB propuseram mudanças no IAS 12, que foram implementadas no Brasil mediante a publicação da Resolução CVM nº 197, em 28/12/2023, introduzindo alterações na norma correspondente brasileira (CPC 32). Essas mudanças introduziram uma isenção temporária obrigatória com relação ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois (item 4A do CPC 32). A Resolução CVM nº 197/2023 também introduziu no CPC 32 obrigações de divulgação de informações sobre a exposição da entidade aos tributos do Pilar Dois, sem apresentar requisitos específicos quanto ao nível de detalhamento e permitindo o atendimento desta obrigação com a divulgação de informações sobre o progresso da entidade na avaliação de sua exposição	A Companhia aplicou esta isenção temporária para as demonstrações financeiras com exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, avaliamos o que está no escopo das regulações tributárias que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas em alguns dos países nos quais determinadas entidades pertencentes ao mesmo Grupo Econômico da Commit operam. Em que pese o fato de que a implementação dessas regulações é ainda muito recente e que nenhum país aplicou exigência concreta de imposto mínimo global em 2023, a Companhia, considerando os pontos acima, juntamente com seu Grupo Econômico, efetuou uma avaliação preliminar, apoiada por consultoria especializada, e concluiu não haver expectativa de impactos significativos em relação às jurisdições onde opera. No entanto, a Companhia prosseguirá com os estudos e avaliação mais aprofundada da aplicação das novas regras, para divulgação de qualquer exposição, se houver, nas demonstrações financeiras dos próximos exercícios.

4.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
Alterações à IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.	Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um *sale-leaseback* que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de *sales and leaseback*.
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentações das Demonstrações Contábeis. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.	"Alteração à IAS 1 com a intenção de aprimorar as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (comumente referidos como "*covenants*"). As alterações também responderam às preocupações das partes interessadas sobre a classificação de tal passivo como circulante ou não circulante que surgiram no decorrer do projeto, em especial após discussão e emissão de agenda *decision* por parte do IFRIC.
Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.	"As alterações introduzem dois novos objetivos de divulgação - um na IAS 7 e outro na IFRS 7 - para que a empresa forneça informações sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores que permitiriam ao leitor das demonstrações avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da empresa. Também será necessário divulgar o tipo e o efeito das alterações não monetárias nos valores contábeis dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento do fornecedor."

5. Ativos e passivos financeiros: Política contábil: A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros. Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de "Principal e Juros". Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e nem quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

	Nota	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	8	792.168	1.038.645	708.874	909.410
Contas a receber de clientes	9	111.537	122.215	–	–
Recebíveis de partes relacionadas	10	11.921	291	13.452	789
Ativos financeiros setoriais	13	18.662	20.434	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	12.2	54.636	119.744	133.218	119.744
Total		**988.924**	**1.301.329**	**855.544**	**1.029.943**
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	19	(67.512)	(85.543)	(6.182)	(9.289)
Passivos de arrendamentos		(5.158)	(4.599)	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23.2	(81.273)	(56.525)	(81.273)	(56.525)
Passivos financeiros setoriais	13	(73.055)	(23.345)	–	–
Total		**(226.998)**	**(170.012)**	**(87.455)**	**(65.814)**

continua →★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas da Commit Gás S.A.

6. Mensuração de valor justo reconhecidas: Política contábil: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros. Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: i. o uso de preços de mercado cotados; ii. para "Outros ativos financeiros usamos fluxo de descontado considerando a taxa WACC, adotada pelo órgão regulador no cálculo das tarifas; e Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio. A Companhia e sua controlada possuem uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a Administração avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado. Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos. • Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. • Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve alteração na classificação dos níveis da Companhia. **7. Gestão de risco financeiro: Política contábil:** Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto. O gerenciamento de risco financeiro da Companhia é controlado sob políticas aprovadas pela Administração. A Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. **(i) Risco de mercado:** O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia e sua controlada têm atuação em 100% no mercado nacional, especificamente na área noroeste do Estado de São Paulo conforme contrato de concessão, no entanto, as compras de gás canalizado sofrem alterações no preço de acordo com a variação cambial do dólar, essa variação da moeda estrangeira é absorvida pelo custo do gás a recuperar (ativos/passivos financeiros setoriais), os quais são repassados aos clientes conforme regulação. **(ii) Risco da taxa de juros:** A Companhia possui aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo este ativo financeiro às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a seguir. Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de 25% e 50% é apresentada abaixo:

		Cenários			
Exposição taxa de juros	**Provável**	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
Caixa e equivalentes de caixa	792.168	990.210	1.188.252	594.126	396.084
Total	**792.168**	**990.210**	**1.188.252**	**594.126**	**396.084**

(iii) Risco de crédito: As operações regulares da Companhia a expõem a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Caixa e equivalentes de caixa	792.168	1.038.645
Contas a receber de clientes	111.537	122.215
Recebíveis de partes relacionadas	11.921	291
Total	**915.626**	**1.161.151**

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários. Os ativos líquidos são investidos em CDB (Crédito de depósitos bancários) e aplicações compromissadas. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pela área financeira de acordo com a política da Companhia. **(iv) Risco de liquidez:** A abordagem da Companhia e sua controlada é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação. Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

					Consolidado	
					31/12/2023	**31/12/2022**
	Até 1 ano	**De 1 a 2 anos**	**De 3 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**	**Total**
Fornecedores	67.512	–	–	–	67.512	85.543
Passivos de arrendamentos	1.033	1.562	1.068	1.495	5.158	4.599
Pagáveis a partes relacionadas	11.297	–	–	–	11.297	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	81.273	–	–	–	81.273	56.525
Total	**161.115**	**1.562**	**1.068**	**1.495**	**165.240**	**146.667**

8. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Bancos conta movimento	21.331	5.646	11.549	103
Aplicações financeiras (*)	770.837	1.032.999	697.325	909.307
Total de caixa e equivalentes de caixa	**792.168**	**1.038.645**	**708.874**	**909.410**

(*) As aplicações financeiras são compostas de certificados de depósitos bancários ("CDB") cujos títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado. As aplicações financeiras foram rentabilizadas a taxas em torno de 100% do certificado CDI em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Veja a nota 6 com a análise de sensibilidade sobre os riscos de taxa de juros. **9. Contas a receber de clientes: Política contábil:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional devido a um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém os saldos de contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Contas de gás a receber	56.944	51.395
Receita não faturada (*)	74.710	90.022
Total	**131.654**	**141.417**
Provisão para perdas de crédito esperadas	(20.117)	(19.202)
Total contas a receber	**111.537**	**122.215**
Circulante	111.537	122.215
Total	**111.537**	**122.215**

(*) A receita não faturada refere-se à parcela do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo já registrada no balanço para fins de competência. O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
A vencer	**107.017**	121.495
Vencidas:		
Até 30 dias	**1.532**	10.357
De 31 a 60 dias	**271**	183
De 61 a 90 dias	**137**	86
Mais de 90 dias	**22.697**	9.296
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	**(20.117)**	(19.202)
Total	**111.537**	**122.215**

A variação na perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber é a seguinte:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(7.702)**
(Adições)	(12.849)
Baixas	1.349
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(19.202)**
(Adições)	(2.479)
Baixas	1.564
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(20.117)**

10. Partes relacionadas: Política contábil: As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativo circulante				
Necta Gás Natural S.A.	–	–	80.113	498
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS	7.059	16.262	7.059	16.262
CEG-Rio S.A.	20.708	14.968	20.708	14.968
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS	20.165	21.443	20.165	21.443
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS	5.869	44.257	5.869	44.257
Outros	12.756	23.105	12.756	23.105
Total	**66.557**	**120.035**	**146.670**	**120.533**
Passivo circulante				
Mitsui Gás e Energia Do Brasil Ltda.	41.786	28.002	40.331	28.002
Compass Gás & Energia S.A.	43.931	36.928	43.931	36.928
Outros	6.853	–	6.853	–
Total	**92.570**	**64.930**	**91.115**	**64.930**

b) Transações com partes relacionadas:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Despesas (receitas) compartilhadas				
Mitsui Gás e Energia Do Brasil Ltda.	6.812	7.469	6.812	7.469
Compass Gás & Energia S.A.	3.958	8.100	3.958	8.100
Norgás S.A.	2.160	–	2.160	–
Reembolso de despesas (*)	(15.741)	(3.142)	(15.741)	(4.218)
Total	**(2.811)**	**12.427**	**(2.811)**	**11.351**

(*) Refere-se aos reembolsos de salário e bonificação dos funcionários cedidos para atuação nas distribuidoras. **c) Remuneração dos administradores e diretores:** A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, encargos e benefícios. Apresentamos a seguir em 31 dezembro de 2023, como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Benefícios de curto prazo à administradores	11.379	11.615	6.900	7.751
Benefícios pós-emprego	106	–	106	–
Total	**11.485**	**11.615**	**7.006**	**7.751**

11. Outros tributos a recuperar: Política Contábil: Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
COFINS (*)	44.539	38.280
PIS (*)	9.670	8.284
ICMS	5.628	5.189
Outros	–	–
Total	**59.837**	**51.753**
Circulante	2.991	3.426
Não circulante	56.846	48.327
Total	**59.837**	**51.753**

(*) Em 13 maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo de PIS e COFINS. A Companhia reconheceu créditos referentes ao tema. **12. Investimentos: Política Contábil: a) Controlada:** Controlada é a entidade sobre a qual a Companhia tem controle, é consolidada integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolida quando o controle deixar de existir. A demonstração financeira da controlada é elaborada para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis lineares. Caso necessário, ajustes são feitos na demonstração financeira da subsidiária para adequar as políticas contábeis com a controladora. **b) Coligadas:** Coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. **c) Controladas em conjunto:** Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes. Enquanto em uma operação em conjunto as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. Nas demonstrações individuais, os investimentos em entidades Coligada, Controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada, Empreendimento Controlado em Conjunto e Controlada. Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como uma redução do valor dos respectivos investimentos. As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade. Os investimentos diretos da Companhia estão listados abaixo:

	% de Participação direta da Commit	% no Capital votante	Patrimônio líquido (a)	Lucro líquido do período (a)
Empresa controlada				
Necta Gás Natural S.A.	100,00%	100,00%	563.628	105.922
Empresas controladas em conjunto				
Companhia de Gás Est. Mato Grosso do Sul - MSGÁS (a)	49,00%	49,00%	197.678	56.649
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (a)	41,00%	23,00%	718.985	153.217
Empresas coligadas				
CEG Rio S.A. (a)	37,41%	26,19%	617.901	233.099
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS (a)	24,50%	24,50%	523.671	96.866
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS	49,00%	49,00%	219.756	153.788

(a) Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência, foram utilizadas demonstrações contábeis para o período de 12 meses (defasagem de 30 dias). O cálculo da equivalência patrimonial observa os procedimentos contábeis da Commit (Holding).

12.1. A movimentação dos investimentos está a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Resultado de particip. em investimentos	Dividendos e JSCP	Resultado abrangente	Mantidos para Venda/Outros	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Controlada							
Necta Gás Natural S.A. (a)	602.927	105.922	(133.837)	–	–	(1.646)	573.366
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas							
Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS (a)	234.395	57.823	(24.525)	–	–	–	267.693
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS (a)	165.706	23.732	(57.956)	351	–	–	131.833
CEG-Rio S.A. (a)	232.262	87.192	(70.915)	–	–	–	248.539
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a)	135.274	75.356	(72.108)	–	–	–	138.522
Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul - MSGÁS (a)	79.318	26.556	(14.497)	–	–	–	91.377
Outras participações (a)	414.478	93.261	(62.688)	–	(445.051)	–	–
Total dos investimentos	**1.864.360**	**469.842**	**(436.526)**	**351**	**(445.051)**	**(1.646)**	**1.451.330**
Efeito dos tributos (PIS/COFINS) sobre o JSCP no resultado (b):		(6.540)		Investimento em companhia controlada:			(573.366)
Equivalência patrimonial (resultado) com reflexo dos tributos sobre JSCP:		**463.302**		Investimento nas demonstrações consolidadas:			**877.964**
Equivalência de empresa controlada eliminada da consolidação:		(105.922)					
Equivalência patrimonial (resultado) nas demonstrações consolidadas:		**357.380**					

	Saldo em 01/01/2022	Resultado de particip. em investimentos	Dividendos e JSCP	Resultado abrangente	Mantidos para Venda/Outros (c)	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Controlada							
Necta Gás Natural S.A. (a)	552.053	139.819	(87.299)	–	–	(1.646)	602.927
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas						–	
Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS (a)	187.178	67.877	(20.660)	–	–	–	234.395
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS (a)	135.852	40.658	(10.876)	72	–	–	165.706
CEG-Rio S.A. (a)	238.412	63.023	(69.173)	–	–	–	232.262
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a)	109.278	74.671	(48.675)	–	–	–	135.274
Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul - MSGÁS (a)	81.081	12.436	(14.199)	–	–	–	79.318
Outras participações (a)	407.441	115.824	(55.787)	–	(53.000)	–	414.478
Total dos investimentos	**1.711.295**	**514.308**	**(306.669)**	**72**	**(53.000)**	**(1.646)**	**1.864.360**
Efeito dos tributos (PIS/COFINS) sobre o JSCP no resultado (b):		(8.024)		Investimento em companhia controlada:			(602.927)
Equivalência patrimonial (resultado) com reflexo dos tributos sobre JSCP:		**506.284**		Investimento nas demonstrações consolidadas:			**1.261.433**
Equivalência de empresa controlada eliminada da consolidação:		(139.819)					
Equivalência patrimonial (resultado) nas demonstrações consolidadas:		**366.465**					

(a) O saldo inclui a reclassificação do ágio do ativo intangível para o investimento em função do parágrafo 28, correspondente ICPC 09, cujo valor registrado na Necta o ágio (mais valia) é de R$9.738 (R$11.384 em 31 de dezembro de 2022) e nos empreendimentos em conjunto o ágio (*goodwill*) no valor de R$ 112.893 (R$ 156.789 em 31 de dezembro de 2022), totalizando R$ 122.632 (R$168.173 em 31 de dezembro de 2022). (b) A equivalência patrimonial contabilizada nos "Investimentos" (Ativo) não inclui o impacto do PIS/COFINS incidentes sobre os juros sobre capital próprio propostos pelas investidas, que é registrado como uma dedução do resultado de equivalência patrimonial no Resultado do Exercício. (c) Efeito decorrente dos Estados de Alagoas e do Ceará exercerem os respectivos direitos de preferência para aquisição acionária de 12,06% da Algás e Cegás, respectivamente. **12.2. Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a receber:**

	Consolidado	Controladora
Saldo em 1 de janeiro de 2022	**156.689**	**157.468**
Dividendos propostos	172.197	226.657
Juros sobre capital próprio proposto	53.905	86.744
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(7.818)	(12.936)
Dividendos recebidos	(254.301)	(311.946)
Juros sobre capital próprio recebidos	(31.061)	(58.974)
Dividendos estimados	25.988	25.988
Outros (*)	4.145	6.743
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**119.744**	**119.744**
Dividendos propostos	225.987	325.976
Juros sobre capital próprio proposto	36.849	70.698
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(5.527)	(10.605)
Dividendos recebidos	(287.985)	(338.163)
Juros sobre capital próprio recebidos	(59.438)	(59.438)
Dividendos estimados	39.852	39.852
Valores cindidos - nota explicativa 1.1	(18.646)	(18.646)
Outros (*)	3.800	3.800
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**54.636**	**133.218**

(*) Referem-se à atualização monetária sobre dividendos e juros sobre capital próprios conforme previsto em estatuto social e/ou aprovado em reunião. Em 2023 o montante de R$18.645 foi transferido à Norgás no processo de Cisão. Este montante está apresentado nesta linha. **13. Ativos e passivos financeiros setoriais (reclassificado): Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da controlada Necta Gás Natural S.A., em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário das distribuidoras. Conforme disposto na Deliberação nº 1010, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados as distribuidoras ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário. Ainda, tal Deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, a qual acumulava valores relativos a créditos tributários aproveitados pelas distribuidoras, mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa. Com o advento da referida deliberação, a controlada Necta Gás Natural S.A. entende não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras. A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial (Reclassificado)	Total
Saldo em 31/12/2021	**50.447**	**(52.070)**	**(1.623)**
Custo do gás (i)	(35.472)	3.973	(31.499)
Atualização monetária (iii)	5.459	(5.799)	(340)
Saldo em 31/12/2022	**20.434**	**(53.896)**	**(33.462)**
Custo do gás (i)	(15.162)	–	(15.162)
Créditos tributários (ii)	12.425	(12.425)	–
Atualização monetária (iii)	965	(6.734)	(5.769)
Saldo em 31/12/2023	**18.662**	**(73.055)**	**(54.393)**
Circulante	18.662	–	18.662
Não circulante	–	(73.055)	(73.055)
Total	**18.662**	**(73.055)**	**(54.393)**

(i) Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação do regulador prevê recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes. (ii) Refere-se ao valor líquido de créditos tributários no exercício. (iii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC. No dia 9 de janeiro de 2023, a ARSESP promoveu a audiência pública relacionada ao tema da devolução dos créditos de PIS/COFINS aos clientes, provenientes da exclusão do ICMS das suas bases. Conforme a deliberação nº 1.457 de 27 de setembro de 2023, a disponibilização do Relatório Circunstanciado referente às contribuições recebidas ficou prorrogada em até 120 dias, a contar da data de 29 de setembro de 2023. Dessa forma, até que se concluam as análises dessas contribuições por parte da agência reguladora, o tema segue em aberto e sem concretização acerca de próximos passos, não havendo assim impacto nessas demonstrações financeiras. Para melhor apresentação o montante dos indébitos de PIS e COFINS classificado no grupo "Provisões", no exercício de 2022, foi reclassificado em 2023 para o grupo "Passivos setoriais", uma vez que, fazem parte da composição do tema da devolução dos créditos de PIS/COFINS tratados na audiência pública promovida pela ARSESP. **14. Gás pago e não retirado:** O contrato firme inflexível de compra de gás natural, firmado com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, estabelece compromisso de retirada de volumes de gás natural fixado em um percentual da quantidade de volume contratado. Como no exercício de 2022, a controlada Necta Gás Natural S.A. retirou uma quantidade de gás natural inferior ao volume compromissado, foram efetuadas antecipações de compra de gás referentes aos volumes não retirados, conforme previsto nas regras contratuais, que resultaram no montante atualmente registrado. As quantidades de gás natural pagas e não retiradas poderão ser compensadas, conforme contrato firme inflexível, em até 12 meses após o término do contrato. As projeções feitas pela Administração indicam a compensação total do volume de gás natural pago e não retirado dentro do período contemplado no contrato.

	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	–
Adições	48.084
Compensações	(25.195)
Atualizações	(5.944)
Saldo em 31/12/2023	**16.945**

15. Intangível: Política contábil: a) Ágio: O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios. Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa ("UGC") ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação. **b) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **c) Direito de concessão:** A controlada possui um contrato de concessão pública para o serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a controlada reconhece esse direito como um intangível. Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, são amortizados para corresponder ao período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para as subsidiárias, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelos órgãos reguladores para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão. A amortização é reconhecida pelo método linear e reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura de acordo com as disposições do órgão regulador. A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **d) Amortização:** Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos. Para os ativos relacionados aos contratos de concessão, a amortização é limitada ao prazo máximo da concessão, para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil. **e) Provisão para redução ao valor recuperável:** De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que possam gerar a necessidade de testes sobre o seu valor de recuperação.

				Consolidado
	Direito de Concessão	**Ágio**	**Rede de distribuição de gás**	**Total**
Valor de custo				
Saldo em 31/12/2021	**8.345**	**30.176**	**396.847**	**435.368**
Adições	–	–	–	**–**
Baixas	–	–	(542)	**(542)**
Transferências	–	–	143.198	**143.198**
Amortização AVP	–	–	(958)	**(958)**
Saldo em 31/12/2022	**8.345**	**30.176**	**538.545**	**577.066**
Baixas	–	(1)	(1.391)	**(1.392)**
Transferências	–	–	36.117	**36.117**
Amortização AVP	–	–	(1.694)	**(1.694)**
Saldo em 31/12/2023	**8.345**	**30.175**	**571.577**	**610.097**
Valor de amortização				
Saldo em 31/12/2021	**–**	**(17.145)**	**(194.253)**	**(211.398)**
Adições	–	(1.646)	(17.465)	**(19.111)**
Baixas	–	–	304	**304**
Saldo em 31/12/2022	**–**	**(18.791)**	**(211.414)**	**(230.205)**
Adições	–	(1.646)	(19.408)	**(21.054)**
Baixas	–	–	1.325	**1.325**
Saldo em 31/12/2023	**–**	**(20.437)**	**(229.497)**	**(249.934)**
Saldo em 31/12/2022	**8.345**	**11.385**	**327.131**	**346.861**
Saldo em 31/12/2023	**8.345**	**9.738**	**342.080**	**360.163**

16. Ativo de contrato: Política contábil: Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. As subsidiárias reavaliam a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	**47.841**
Adições	38.446
Transferências (i)	(33.149)
Saldo em 31/12/2022	**53.138**
Adições	68.366
Transferências (i)	(36.948)
Saldo em 31/12/2023	**84.556**

(i) Do montante de R$36.948 (R$33.149 em 2022) cerca de R$540 (R$2.450 em 2022) foram transferidos para o ativo financeiro da concessão devido a bifurcação que compõem a base remuneratória da Companhia, R$36.117 (R$30.699 em 2022) para o intangível e R$291 para o imobilizado. **17. Redução ao valor recuperável: Política contábil:** O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de cinco anos e perpetuados sem considerar uma taxa de crescimento real. A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de impairment para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de impairment para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas da Commit Gás S.A.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma premissa-chave causaria prejuízo. **Teste de redução ao valor recuperável:** Os ativos que possuem vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda e seu valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Desta forma, a Companhia considerou que o menor grupo identificável de ativos é cada uma das controladas e investidas operacionais, visto a proveniência de caixa ser a nível de distribuidora ou negócio específico, bem como a tomada de decisão da Administração é feita com base no resultado e gestão de caixa individualizado de cada empresa. Quando aplicável, a Administração utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso, que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das UGCs determinados pela Administração, com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas às UGCs, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados da Companhia foram elaborados por um período de 5 anos e levados a perpetuidade sem considerar a taxa de crescimento real, baseado no desempenho passado e em expectativas para o desenvolvimento do mercado. As principais premissas utilizadas pela Companhia foram: volume, margem e WACC. Todo fluxo de caixa futuro foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa. Como resultado dos testes anuais, a Companhia concluiu que para o exercício de 31 de dezembro de 2023 não há necessidade de registro de provisão de impairment ou baixa de ágio por expectativa de rentabilidade futura. **18. Compromissos:** Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a controlada possui compromissos financeiros que totalizaram um valor presente estimado de R$796.655 (não auditado), que inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2029. **19. Fornecedores: Política contábil:** As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de gás e transportes de gás	51.952	64.453	–	–
Fornecedores de materiais e serviços	15.560	12.685	6.182	884
Total	**67.512**	**77.138**	**6.182**	**884**

A controlada tem celebrado com a PETROBRAS 2 (dois) contratos de compra e venda de gás natural na modalidade firme inflexível, um com vigência até dezembro/2023 e o outro com vigência até dezembro/2025 também tem celebrado 1 (um) contrato de compra e venda de gás biometano com a Cocal Energia Ltda. vigente até dezembro de 2029. **20. Outros tributos a pagar: Política contábil:** A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS	13.498	23.374	–	–
COFINS	5.190	6.525	4.155	5.848
PIS	1.112	1.393	890	1.251
IRRF	6	9.979	6	9.984
Outros	571	727	30	28
Total	**20.377**	**41.998**	**5.081**	**17.111**

21. IR e CS: Política contábil: A taxa combinada de IR e CS é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido. **a) IR e CS corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **b) IR e CS diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **c) Exposição fiscal:** Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **d) Recuperabilidade do IR e CS diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais. **21.1. Reconciliação das despesas com IR e CS:**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do IR e CS	551.070	904.509	517.191	846.186
IR e CS a taxa nominal (34%)	**(187.364)**	**(307.533)**	**(175.845)**	**(287.703)**
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	111.205	108.998	135.710	145.370
Juros sobre capital próprio	17.000	53.144	17.000	53.144
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas	–	(1.153)	–	(1.153)
Prejuízo fiscal	–	13.205	–	13.205
Outros	3.183	(1.551)	1.038	570
IR e CS	**(55.976)**	**(134.890)**	**(22.097)**	**(76.567)**
Taxa efetiva - %	**10,16%**	**14,91%**	**4,27%**	**9,05%**

21.2. Ativos e passivos de imposto de renda diferido: Em 31 de dezembro de 2023, a controlada possui saldos de diferenças temporárias, no montante de R$119.811 (R$127.306 em 31 de dezembro de 2022), entre o lucro contábil e o lucro tributável, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações. Os créditos diferidos em função da redução ao valor contábil dos direitos de concessão, segundo regras tributárias, serão compensados pelo prazo do contrato de concessão. O efeito decorrente das diferenças temporárias está detalhado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Créditos ativos de:		
Diferenças temporárias		
Provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão	4.689	4.195
Provisão para demandas judiciais	13.530	12.802
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	6.840	6.529
Provisões diversas	6.661	5.625
Outros	3	671
Total	**31.723**	**29.822**
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias		
Efeito do AVP do Ativo Intangível e do Ativo Financeiro	20.443	23.849
PIS e COFINS a recuperar (Provisão)	(11.430)	(10.387)
Total	**9.013**	**13.462**
Total de tributos diferidos registrados	**40.736**	**43.284**
Diferido ativo	40.736	43.284
Total diferido, líquido	**40.736**	**43.284**

A alteração do CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro, vigente a partir de janeiro de 2023, reduziu o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 dessa norma, de modo que não se aplica mais a transações que no reconhecimento inicial dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões, limitado aos prazos das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado
Dentro de 1 ano	–
1 a 2 anos	11.559
2 a 3 anos	3.407
3 a 4 anos	3.407
4 a 5 anos	3.407
Acima de 5 anos	18.956
Total	**40.736**

21.3. Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:

	Consolidado						
	Provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão	Provisão para demandas judiciais	Passivo regulatório	Efeito do AVP do Ativo Intangível e do Ativo Financeiro	PIS e COFINS a recuperar (Provisão)	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	**14.051**	**11.863**	**13.506**	**27.256**	**(9.441)**	**3.379**	**60.613**
Impacto no resultado do exercício	(9.856)	939	(7.880)	(3.407)	(946)	3.821	(17.329)
Saldo em 31/12/2022	**4.195**	**12.802**	**5.626**	**23.849**	**(10.387)**	**7.200**	**43.284**
Impacto no resultado do exercício	494	729	1.035	(3.407)	(1.043)	(357)	(2.548)
Saldo em 31/12/2023	**4.689**	**13.531**	**6.661**	**20.442**	**(11.430)**	**6.843**	**40.736**

22. Provisão para demandas e depósitos judiciais: Política contábil: As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável. A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia possui passivos contingentes em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 em relação a:

22.1. Provisão para demandas judiciais:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	3.453	2.425
Cíveis, ambientais e regulatórias	114	5.338
Trabalhistas	268	170
Total	**3.835**	**7.933**

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2021	**3.771**	**40.834**	**155**	**44.760**
Provisionado no exercício	98	7	15	120
Baixas por reversão / pagamento	(1.444)	(35.503)	–	(36.947)
Saldo em 31/12/2022	**2.425**	**5.338**	**170**	**7.933**
Provisionado no exercício	–	8	104	**112**
Baixas por reversão / pagamento	(368)	(5.236)	(22)	**(5.626)**
Atualização monetária	1.396	4	16	**1.416**
Saldo em 31/12/2023	**3.453**	**114**	**268**	**3.835**

22.2. Depósitos judiciais:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis, ambientais e regulatórias	940	**868**
Total	**940**	**868**

22.3. Perdas possíveis: Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	43.704	39.748
Cíveis, ambientais e regulatórias	68.821	1.049
Trabalhistas	10.051	–
Total	**122.576**	**40.797**

a. Tributárias: As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras intermediárias, estão destacadas abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ/CSLL (*)	43.269	35.291
PIS e COFINS	433	4.122
Outros	2	335
Total	**43.704**	**39.748**

(*) Processos administrativos que a alegam (i) a ausência de comprovação da dedutibilidade de parte dos custos/despesas e (ii) débitos não quitados em decorrência de compensação não homologada. As contingências tributárias referem-se às autuações fiscais de suas subsidiárias principalmente na esfera Federal, avaliadas como perdas possíveis pelos assessores legais e pela Administração e, portanto, sem constituição de provisão, conforme estabelece o CPC 25 / IAS 37. As variações de saldo referem-se a temas já existentes e à atualização monetária dos referidos passivos contingentes. **b. Cíveis, ambientais e regulatórias:** As entidades são partes em uma série de ações judiciais cíveis relacionadas à (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) rescisão de diferentes tipos de contratos; e (iii) cumprimentos de termos de ajustamento de conduta, dentre outras questões. **c. Trabalhistas:** Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos; adicional de insalubridade, adicional de periculosidade; responsabilidade de subsidiária/solidária, dentre outros. **d. Contingências ativas:** 3ª Revisão Tarifária Ordinária: O processamento da 3ª Revisão Tarifária Ordinária da controlada era previsto contratualmente para ter ocorrido até dezembro de 2014, porém, permaneceu inconcluso até dezembro de 2020 em função de diversos questionamentos havidos ao longo de sua implementação. Em 08 de dezembro de 2020, a ARSESP, através da Deliberação nº 1.082, deliberou pela aprovação do resultado da 3ª Revisão Tarifária Ordinária da Necta, estabelecendo, para fins de compensação não tarifária à Companhia, o valor de R$33.660, em moeda de novembro de 2019. O montante ora apontado se refere a diferença entre a receita teto auferida e a receita requerida do 4º ciclo tarifário, calculada conforme parâmetros regulatórios estabelecidos pela ARSESP. Conforme estabelecido pela nota técnica NT.F-0068-2020, emitida pela ARSESP, a Companhia faz jus a recuperação desse valor corrigido monetariamente pelo IGP-M e capitalizado pela taxa Selic até a data de sua compensação, que deverá ser definida futuramente. O valor indicado na deliberação não foi reconhecido nestas demonstrações financeiras por ter sua realização condicionada a manifestação do órgão regulador estadual, não se qualificando, portanto, como um ativo a ser reconhecido. **23. Patrimônio líquido: Política contábil: a) Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. **b) Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404. **c) Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária. Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária. **d) Reserva de retenção de lucros:** A reserva especial refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. **23.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado no valor de R$415.363 (R$655.516 em 31 de dezembro de 2022) está representado por 110.993 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **23.2. Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:**

	Consolidado	Controladora
Saldo em 1 de janeiro de 2022	**123.072**	**123.072**
Dividendos propostos	49.549	49.549
Juros sobre capital próprio proposto	156.307	156.307
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(23.446)	(23.446)
Dividendos e JSCP pagos	(248.957)	(248.957)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**56.525**	**56.525**
Dividendos propostos	581.273	581.273
Juros sobre capital próprio proposto	50.000	50.000
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(7.500)	(7.500)
Dividendos e JSCP pagos	(599.025)	(599.025)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**81.273**	**81.273**

23.3. Destinação do lucro líquido do exercício: A Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício (*)	495.094	769.619
Constituição de reserva legal	–	–
Lucro básico para determinação do dividendo	**495.094**	**769.619**
Juros sobre capital próprio	(50.000)	(156.307)
Dividendos complementares aos mínimos obrigatórios	(81.273)	–
Reserva especial	(363.821)	(613.312)
Total da destinação do resultado	**(495.094)**	**(769.619)**

(*) No lucro líquido do exercício de 2022 temos o efeito das distribuidoras cindidas conforme descrito na nota explicativa 1.1. Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício. **24. Receita operacional líquida: Política contábil:** A Companhia e sua controlada reconhecem receitas das seguintes fontes principais: **i. Receita faturada:** A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseadas nas medições mensais realizadas. **ii. Receita não faturada:** Receita de gás não faturada refere-se a porção de gás fornecida para qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. Com base em sua experiência histórica com operações similares, a Companhia acredita que o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais. **iii. Receita de construção em concessão:** Conforme o ICPC 01 (R1), os valores investidos na construção da infraestrutura necessária para a distribuição do gás canalizado, registrados no ativo intangível, devem ser considerados como serviço prestado ao Poder Concedente. No momento da entrada em operação da infraestrutura é realizada a contabilização da receita pelo mesmo valor do investimento como serviço prestado ao Poder Concedente, ou seja, não há nenhuma margem para construção da infraestrutura. **iv. Receita de prestação de serviços:** As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios, ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança. A seguir, é apresentada a composição da receita da Companhia e sua controlada no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta na distribuição de gás	1.190.332	1.500.696
Receita bruta de prestação de serviços	30	42
Receita de construção	68.366	38.446
Impostos sobre vendas e outras deduções	(251.530)	(340.377)
Receita operacional líquida	**1.007.198**	**1.198.807**

25. Custos e despesas por natureza: Política contábil: Custo dos produtos vendidos e serviços prestados, inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos, gastos de pessoal, depreciação e amortização de ativos, custos de construção e materiais e serviços.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo do gás e transporte	(721.592)	(931.147)	–	–
Custo de construção	(68.366)	(38.446)	–	–
Depreciação e amortização	(24.795)	(21.983)	(1.646)	(1.677)
Materiais e serviços	(44.275)	(30.659)	(16.389)	(8.606)
Gastos com pessoal	(51.416)	(62.537)	(16.979)	(26.349)
Outras despesas	(19.749)	(300)	(4.429)	(2.702)
	(930.193)	**(1.085.072)**	**(39.443)**	**(39.334)**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(834.383)	(1.013.729)	–	–
Despesas com vendas	(17.900)	(23.847)	–	–
Gerais e administrativas	(77.910)	(47.496)	(39.443)	(39.334)
	(930.193)	**(1.085.072)**	**(39.443)**	**(39.334)**

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ganho na alienação de investimentos	–	337.560	–	337.560
Perda no valor de recuperação de ativos	–	(997)	–	(997)
Receitas - multas contratuais	13.765	7.325	–	–
Resultado nas alienações e baixas	(1.557)	(281)	–	–
Provisões regulatórias	(1.383)	–	–	–
Outros	47	(11.791)	325	(373)
Total	**10.872**	**331.816**	**325**	**336.190**

27. Resultado financeiro líquido: Política contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, ajustes de desconto a valor presente dos ativos financeiros e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, as despesas com atualização monetária dos ativos e passivos setoriais, conforme Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado. Os ganhos e perdas monetárias são apresentados de forma líquida.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de aplicações financeiras	102.118	56.289	88.095	41.227
Atualização dos ativos e passivos setoriais	(5.769)	1.010	–	–
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	9.464	35.194	4.912	1.819
Resultado financeiro, líquido	**105.813**	**92.493**	**93.007**	**43.046**
Reconciliação:				
Receitas financeiras	105.129	88.763	88.095	41.227
Despesas financeiras	(1.762)	(755)	(236)	(2)
Variações monetárias, líquidas	2.446	4.485	5.148	1.821
Resultado financeiro, líquido	**105.813**	**92.493**	**93.007**	**43.046**

28. Resultado por ação: Política contábil: Lucro básico por ação: O lucro básico por ação é calculado conforme: i. O lucro atribuível aos proprietários da Companhia, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias. A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido atribuível aos acionistas da Commit	495.094	769.619
Quantidade de ações ordinárias	110.993	110.993
Lucro líquido básico por ação (R$ mil por ação)	**4,46**	**6,93**

29. Eventos subsequentes: 29.1. Captação de debêntures pela controlada: Em 01 de fevereiro de 2024, com o objetivo de obter recursos para utilizar em usos gerais corporativos, a controlada realizou a captação de R$ 70.000, via debêntures simples, com vencimento em 19 de janeiro de 2027, remuneradas pela variação acumulada de 100% das médias diárias do DI - Depósito interfinanceiros, acrescida da sobretaxa de 1,55% ao ano. **29.2. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprios da controlada:** Em 08 de fevereiro de 2024 a Companhia recebeu de sua controlada: (i) juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2023, no valor de R$ 33.849; (ii) última parcela dos dividendos adicionais propostos relativos ao exercício 2022, no valor de R$ 49.810. **29.3. Deliberação ARSESP nº 1.505:** Em 06 de março de 2024, através da deliberação nº 1.505, a Agência Reguladora - ARSESP autorizou a Concessionária, via tarifa (conta gráfica), a realizar a compensação de R$ 6.250, este montante se refere a atualização das compensações realizadas no período de março/23 a janeiro/24 do compromisso de retiradas mínimas mensais estabelecidas nos contratos de suprimentos de gás natural.

Conselho de Administração

Antônio Simões Rodrigues Junior – Presidente do Conselho
Marco Francesco Patriarchi – Conselheiro
Vitor Calazans Baroni – Conselheiro
Guilherme Lelis Bernardo Machado – Conselheiro
Leonardo Gadotti Filho – Conselheiro
Tadaharu Shiroyama – Conselheiro
Luis Carlos Veguin – Conselheiro

Diretoria Executiva

Renato Aparecido Fontalva – Diretor Presidente
Masashi Takano – Diretor Financeiro
Vitor Calazans Baroni – Diretor Corporativo
Gustavo Capacci Renaud – Gerente Controladoria

Contador

Bruno do Prado Castilho – CRC-RJ-102.062/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Diretores e Administradores Commit Gás S.A. Rio de Janeiro - RJ - **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da **Commit Gás S.A. ("Companhia"),** identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Commit Gás S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).* **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior:** As demonstrações contábeis incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação. Os exames das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 25 de abril de 2023, opinião sem modificação sobre as demonstrações contábeis. **Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2024.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC 1 RJ 106634/O-3

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

Norgás S.A.

CNPJ nº 52.583.517/0001-74

Demonstrações Financeiras em 31/12/2023 - Período compreendido entre 09 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Mensagem da Administração: Norgás foi criada em outubro a partir da cisão das participações das CDLs do Nordeste provenientes do portfólio da Commit. Lucro líquido atingiu R$ 6 milhões, em seus 3 meses de existência, com volume distribuído de 297 milhões de m³ no ano e encerrou 2023 com 256 mil clientes e 3.194 quilômetros de rede construída.

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2023
Circulante		
Dividendos e JSCP a receber	4 e 7.2.1	37.934
Recebíveis de partes relacionadas	4	6.985
Ativo mantido para venda	5.4	42.875
		87.794
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Investimentos	5.2	394.160
		394.160
		481.954

Passivo	Nota	31/12/2023
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social	6.1	2.103
Outros tributos a pagar	6.1	1.584
Dividendos e JSCP a pagar	7.2.2	1.330
Pagáveis a partes relacionadas	4	8.976
		13.993
Patrimônio líquido	7	
Capital social realizado		240.148
Reservas de lucros		227.813
		467.961
		481.954

Demonstrações dos resultados

	Nota	31/12/2023
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	8	(6.490)
Tributárias	8	(7)
		(6.497)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos		**(6.497)**
Resultado de participações em investimentos	5.2	19.179
Lucro antes dos impostos		**12.682**
Imposto de renda e contribuição social	6.2	(7.082)
Lucro líquido do exercício		**5.600**
Lucro líquido básico e diluído por ação	7.3	0,05

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Nota	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	7.3	5.600
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		–
Resultado abrangente total		**5.600**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	12.682
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período:	
Resultado de participações em investidas	(19.179)
	(6.497)
Aumento (redução) de ativos e passivos	
Impostos e contribuições	(106)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(6.603)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Dividendos recebidos	6.603
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	**6.603**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	–
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	–
Informação complementar	
Impostos de renda e contribuição social pagos	(3.370)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital subscrito e integralizado	Reservas de lucros: Legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva de retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 09 de outubro de 2023	240.148	–	–	223.543	–	463.691
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	5.600	5.600
Destinações do lucro líquido do exercício:						
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	280	–	3.990	(4.270)	–
Dividendos e juros sobre capital próprio (1,41/ação)	–	–	–	–	(1.330)	(1.330)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**240.148**	**280**	**–**	**227.533**	**–**	**467.961**

Demonstração do valor adicionado

	2023
Receitas	–
Vendas de produtos, serviços e outras receitas	–
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	–
Receitas relativas à construção de ativos para uso	–
	–
Insumos adquiridos de terceiros	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.435)
Perda/Recuperação de valores ativos	–
	(4.435)
Valor adicionado bruto	**(4.435)**
Depreciação e amortização	–
Valor adicionado líquido produzido/(consumido) pela Companhia	**(4.435)**
Valor adicionado recebido em transferência	
Resultado de participações em investimentos	21.265
Receitas financeiras - inclui variações monetária, cambial e outras receitas	–
	21.265
Valor adicionado a distribuir	**16.830**
Distribuição do valor adicionado	
Pessoal e administradores	
Salários e participações	1.411
Benefícios	218
FGTS	76
	1.705
Tributos	
Federais	9.480
Estaduais	–
Municipais	–
	9.480
Instituições financeiras e fornecedores	
Juros, variações cambiais e monetárias	–
Despesas de aluguéis	45
	45
Acionistas	
Dividendos	1.330
Resultado dos acionistas	4.270
Lucros retidos	**5.600**
Valor adicionado distribuído	**16.830**

	2023
Lucro antes dos impostos	12.682
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(4.312)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas	(2.458)
Participação em investimentos controlados em conjunto	(439)
Outros	127
Imposto de renda e contribuição social	**(7.082)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.082)
	(7.082)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	**56,00%**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. A Companhia e suas operações: A Norgás S.A. (denominada "Norgás" ou "Companhia"), tem por objeto a participação em sociedades em distribuidoras de gás natural canalizado, as quais desempenham as atividades de distribuição, importação, exportação, armazenamento e comercialização de gás natural. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ. A Companhia é uma empresa de participações e, portanto, não tem atuação direta no mercado. Desta forma, o cumprimento da sua função social se dá através das suas investidas, no limite da sua participação. A Companhia foi constituída em 09 de outubro de 2023, após aprovada a cisão parcial do portfólio da Commit Gás S.A. A Norgás é composta pela parcela cindida de participação societária nas seguintes empresas: Companhia de Gás do Ceará ("CEGÁS"), Companhia Potiguar de Gás ("POTIGÁS"), Gás de Alagoas S.A. ("ALGÁS"), Sergipe Gás S.A. ("SERGÁS") e Companhia Pernambucana de Gás ("COPERGÁS"). O seu balanço de abertura a seguir:

	09/10/2023
Ativo	
Circulante	
Dividendos e JSCP a receber	18.646
	18.646
Não circulante	
Realizável a longo prazo	
Investimentos	445.045
	445.045
	463.691
Passivo	
Patrimônio líquido	
Capital social realizado	240.148
Reservas de lucros	223.543
	463.691

1.1. Impactos dos conflitos militares entre Ucrânia e Rússia: A Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das commodities de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, os efeitos do conflito Ucrânia x Rússia não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. **2. Base de apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada, em 25 de março de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis. **2.1. Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: **3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Estimativas e julgamentos relevantes:** A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia. **3.2.1.** Definição das unidades geradoras de caixa para teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*): Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio, são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade. **4. Ativos e passivos financeiros:** Política contábil: A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros. Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de "Principal e Juros". Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e nem quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2023
Ativos		
Custo amortizado		
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	4.1.1	37.934
Recebíveis de partes relacionadas	4.1.1	6.985
Total		**44.919**
Passivos		
Custo amortizado		
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	7.2.2	1.330
Pagáveis a partes relacionadas	4.1.1	8.976
Total		**10.306**

4.1. Partes relacionadas: Política contábil: As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores a receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida. **4.1.1. *Transações comerciais e outras operações:*** A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas de seus acionistas Compass Gás e Energia S.A. e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações. As operações referem-se a dividendos e juros sobre capital próprio somados aos valores referentes aos reembolsos de funcionários cedidos e aos valores referentes ao contrato de rateio de custos e despesas com a Commit Gás S.A.

	31/12/2023
Ativo	
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS	2.825
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS	20.912
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	8.112
Companhia de Gás do Estado do Ceará - CEGÁS	975
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS	5.279
Commit Gás S.A.	6.816
	44.919
Passivo	
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	652
Compass Gás & Energia S.A.	678
Commit Gás S.A.	8.976
	10.306
Despesas compartilhadas	
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	
Compass Gás & Energia S.A.	
Commit Gás S.A.	2.160
Reembolso de despesas (*)	(381)
	1.779

(*) Refere-se aos reembolsos de salário dos funcionários cedidos para atuação nas distribuidoras. **4.1.2. Remuneração da administração da Companhia:** A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, encargos e benefícios. Apresentamos a seguir em 31 dezembro de 2023, como segue:

	31/12/2023
Benefícios de curto prazo administradores	807
Benefícios pós-emprego	12
	819

4.2. Gestão de risco financeiro: Política contábil: Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto. O gerenciamento de risco financeiro da Companhia é controlado pela tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e monitora os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios. As operações da Companhia e suas investidas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **4.2.1.** *Risco cambial:* O risco cambial decorre da possibilidade de existência de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelas suas investidas para a aquisição gás natural. A Companhia e suas investidas avaliam permanentemente essas oscilações, na medida em que essas possam impactar significativamente seus fluxos financeiros. **4.2.2.** *Risco de taxa de juros:* A Companhia, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros, em função da inexistência de dívidas e/ou por não acarretarem impacto relevante. **4.2.3.** *Risco de crédito:* As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais incumprimentos quando contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações, em sua completude, com suas investidas e partes relacionadas. As Companhias distribuidoras de gás natural ("Distribuidoras") estão expostas a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, as Distribuidoras adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. **4.2.4.** *Risco de Liquidez:* A abordagem da Companhia e suas investidas é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação. **5. Investimentos:** Política contábil: **Controladas em conjunto:** Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes. Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. Nas demonstrações individuais, os investimentos em entidades Coligada, Controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada, Empreendimento Controlado em Conjunto e Controlada. Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como uma redução do valor dos respectivos investimentos. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

5.1. Investimentos diretos:

	% de Participação direta da Norgás	% no Capital votante	Patrimônio líquido (a)	Lucro líquido do período (a)
Empreendimentos controlados em conjunto				
Companhia de Gás do Estado do Ceará - CEGÁS (a)	29,44%	17,38%	296.057	80.271
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (a)	41,50%	24,50%	514.910	73.969
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS (a)	41,50%	24,50%	174.726	39.519
Companhia Potiguar de Gás -POTIGÁS (a)	83,00%	49,00%	96.230	31.199

(a) Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência, foram utilizadas demonstrações contábeis para o período de 12 meses (defasagem de 30 dias). O cálculo da equivalência patrimonial observa os procedimentos contábeis da Norgás (*Holding*).

5.2. Mutação dos investimentos:

	Saldo em 09/10/2023	Resultado de particip. em investimentos	Dividendos e JSCP	Resultado abrangente	Mantidos para Venda/ Outros	Amortização/ *impairment*	Saldo em 31/12/2023
Empreendimentos controlados em conjunto							
Companhia de Gás do Estado do Ceará - CEGÁS (a)	85.231	6.045	(2.063)	–	–	–	89.213
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (a)	168.914	327	(12.509)	–	–	–	156.732
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS (a)	62.469	3.222	(5.652)	–	–	–	60.039
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS (a)	85.949	8.213	(5.986)	–	–	–	88.176
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS (a) (c)	42.483	3.458	(3.065)	–	(42.876)	–	–
Total dos investimentos	**445.046**	**21.265**	**(29.274)**	**–**	**(42.876)**	**–**	**394.160**
Efeito dos tributos (PIS/COFINS) sobre o JSCP no resultado (b):		(2.086)					
Equivalência patrimonial (resultado) com reflexo dos tributos sobre JSCP:		**19.179**					

(a) O saldo inclui a reclassificação do ágio do ativo intangível para o investimento em função do parágrafo 28, correspondente ICPC 09, cujo valor registrado nos empreendimentos em conjunto é de R$ 40.539. (b) A equivalência patrimonial contabilizada nos "Investimentos" (Ativo) não inclui o impacto do PIS/COFINS incidentes sobre os juros sobre capital próprio propostos pelas investidas, que é registrado como uma dedução do resultado de equivalência patrimonial no Resultado do Exercício. (c) Empresa classificada como "Mantido para a Venda" devido ao processo de alienação das ações detidas pela Norgás (Nota Explicativa 5.4). **5.3. Informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto:** As informações financeiras resumidas das companhias investidas operacionais são as seguintes:

	31/12/2023			
	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Lucro do exercício
Empreendimentos controlados em conjunto				
Companhia de Gás do Estado do Ceará - CEGÁS	425.723	(129.666)	(296.057)	80.271
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS	964.443	(449.533)	(514.910)	73.969
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	234.414	(59.688)	(174.726)	39.519
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS	141.102	(44.872)	(96.230)	31.199

(*) As informações contábeis e financeiras dos empreendimentos controlados em conjunto são consideradas com defasagem de 30 (trinta) dias nas informações contábeis da Norgás. **5.4. Ativos mantidos para a venda:** Alienação integral do investimento na Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS. Considerando o direito de preferência previsto nos Acordos de Acionistas celebrados no âmbito de diversas distribuidoras em que a Norgás detém participação, foi franqueada, aos demais acionistas nas distribuidoras, a possibilidade de manifestar interesse na aquisição preferencial das ações da Norgás em tais sociedades. Em razão da manifestação positiva de um dos acionistas regularmente notificados, em dezembro de 2023, a Norgás celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (CCVAs) com o acionista que manifestou interesse na alienação prioritária da totalidade das ações da Algás detidas pela Norgás. O preço de aquisição está sujeito a ajustes usuais para transações dessa natureza e o fechamento desta operação está sujeito ao cumprimento de condições precedentes, bem como a inexistência de quaisquer restrições legais ou contratuais. **6. Tributos:** Política contábil: Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais. A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido. a) *Imposto de renda e contribuição social corrente:* É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. b) *Exposição fiscal:* Na determinação do valor do imposto corrente, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **6.1. Tributos correntes:**

	Passivo circulante 31/12/2023
Imposto de renda	693
Contribuição social	1.410
	2.103
PIS	282
COFINS	1.300
	1.582

6.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

7. Patrimônio líquido: Política contábil: a) *Capital social:* Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na nota 6. b) *Reserva legal:* É constituída mediante à apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404. c) *Dividendos:* O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária. Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária. d) *Reserva de retenção de lucros:* A reserva especial refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. **7.1. Capital social realizado:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado no valor de R$240.148 está representado por 110.993 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **7.2. Dividendos e juros sobre o capital próprio: 7.2.1.** *Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a receber:*

Saldo em 09 de outubro de 2023	18.646
Dividendos propostos	–
Juros sobre capital próprio proposto	22.554
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(3.383)
Dividendos recebidos	(5.658)
Juros sobre capital próprio recebidos	(945)
Dividendos estimados	6.720
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**37.934**

7.2.2. *Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:*

Saldo em 09 de outubro de 2023	–
Dividendos propostos	1.330
Juros sobre capital próprio proposto	–
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	–
Dividendos e JSCP pagos	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.330**

7.2.3. *Destinação do lucro líquido do exercício:* A Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos é a seguinte:

	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	5.600
Apropriação:	
Reserva legal	(280)
Lucro básico para determinação do dividendo	**5.320**
Juros sobre capital próprio	–
Dividendos mínimos obrigatórios	1.330
Reserva especial	3.990
Total da destinação do resultado	**5.320**

7.3. Resultado por ação: Política contábil: a) *Lucro básico por ação:* O lucro básico por ação é calculado conforme: (i) O lucro atribuível aos proprietários da Companhia, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias.

	31/12/2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Norgás	5.600
Quantidade de ações ordinárias	110.993
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R$ mil por ação)	0,05

8. Custos e Despesas por natureza:

	31/12/2023
Gastos com pessoal e administradores	(2.007)
Materiais, fretes, aluguéis e outros	(914)
Serviços de terceiros	(3.566)
Tributárias	(7)
Total dos custos e despesas por natureza	**(6.494)**
Na Demonstração do Resultado:	
Despesas gerais e administrativas	(6.490)
Tributárias	(7)
Total custos e despesas por natureza	**(6.497)**

9. Demandas judiciais: A Norgás foi constituída a partir da cisão parcial dos investimentos da Commit Gás S.A. em 09 de outubro de 2023 conforme Nota Explicativa 1. Até a presente data, a Companhia não possui qualquer causa ou ação como parte ou ré.

Conselho de Administração

Nelson Roseira Gomes Neto – Presidente do Conselho
Marco Francesco Patriarchi – Conselheiro
Vitor Calazans Baroni – Conselheiro
Demétrio Antonio de Toledo Magalhães Filho – Conselheiro
Leonardo Gadotti Filho – Conselheiro
Tadaharu Shiroyama – Conselheiro
Luis Carlos Veguin – Conselheiro

Diretoria Executiva

Renato Aparecido Fontalva – Diretor Presidente
Masashi Takano – Diretor Financeiro
Vitor Calazans Baroni – Diretor Corporativo
Gustavo Capacci Renaud – Gerente Controladoria

Contador

Bruno do Prado Castilho – CRC-RJ-102.062/O-0

continua →★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

→ continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis da Norgás S.A.

Aos Diretores e Administradores da **Norgás S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Norgás S.A. ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 09 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norgás S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para compreendido entre 09 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).* **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março 2024

BDO

BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC 1 RJ 106634/O-3

PORTO DO AÇU

G3X Engenharia S.A.

(Companhia Fechada)
CNPJ nº 13.681.431/0001-02

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, **1. Mensagem da Administração:** A Administração da G3X Engenharia S.A. ("G3X" ou "Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **2. Agradecimentos:** A Administração da G3X agradece aos Senhores, ao governo federal, aos governos estaduais e municipais, aos parceiros e fornecedores, às comunidades das áreas onde a Companhia desenvolve seus projetos, e, em especial, aos seus colaboradores pela contribuição, dedicação e confiança ao longo de 2023. Ficamos à disposição dos Senhores para elucidar quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Rio de Janeiro, 20 de abril de 2024. **A Administração.**

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10	12	43	63
		10	**12**	**43**	**63**
Não circulante					
Investimentos	5	10	33	-	-
Imobilizado	6	-	-	462	462
Intangíveis		-	15	-	20
		10	**48**	**462**	**482**
Total do Ativo		**20**	**60**	**505**	**545**
Passivo					
Não circulante					
Outros passivos		-	1	484	485
		-	**1**	**484**	**485**
Patrimônio líquido	7				
Capital social		38.791	38.746	38.791	38.746
Reserva de capital		127	151	127	151
Prejuízos acumulados		(38.898)	(38.838)	(38.898)	(38.838)
Total do patrimônio líquido		**20**	**59**	**20**	**59**
Participação de acionistas minoritários		-	-	1	1
Total do patrimônio líquido		**20**	**59**	**21**	**60**
Total do Passivo		**20**	**60**	**505**	**545**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Despesas operacionais					
Despesas administrativas	8	(21)	(17)	(38)	(48)
Outras despesas e receitas		(15)	-	(21)	-
Resultado antes das despesas(receitas) financeiras líquidas e impostos		**(36)**	**(17)**	**(59)**	**(48)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		-	-	-	1
Despesas financeiras		-	-	-	(1)
		-	**-**	**-**	**-**
Resultado de equivalência patrimonial		**(23)**	**(30)**	**-**	**-**
Resultado antes dos impostos		**(59)**	**(47)**	**(59)**	**(48)**
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		**(59)**	**(47)**	**(59)**	**(48)**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(59)	(47)	(59)	(48)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		**(59)**	**(47)**	**(59)**	**(48)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo do exercício	(59)	(47)	(59)	(48)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(59)**	**(47)**	**(59)**	**(48)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(59)	(46)	(60)	(46)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Baixa de ativos intangíveis	15	-	21	10
Resultado de equivalência patrimonial	23	30	-	-
Outras obrigações	-	-	-	2
	(21)	**(16)**	**(39)**	**(36)**
(Aumento) redução de ativos e passivos				
Fornecedores	(1)	-	(1)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(22)**	**-**	**(40)**	**(36)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital por acionista minoritário	20	25	20	25
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**20**	**25**	**20**	**25**
Aumento do caixa e equivalente de caixa	**(2)**	**9**	**(20)**	**(11)**
No início do exercício	12	3	63	74
No fim do exercício	10	12	43	63
	(2)	**9**	**(20)**	**(11)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Consolidado	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido - Controladora	Participação de acionistas não minoritários	Total do Patrimônio Líquido - Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**38.746**	**-**	**127**	**(38.791)**	**92**	**-**	**82**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(47)	(47)	-	(47)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	25	-	-	25	-	25
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**38.746**	**25**	**127**	**(38.838)**	**60**	**-**	**60**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(60)	(60)	-	(60)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	20	-	-	20	-	20
Integralização de capital	45	(45)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**38.791**	**-**	**127**	**(38.898)**	**20**	**-**	**20**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras empresas e na Pedreira Sapucaia Indústria e Comercio Ltda. ("Pedreira Sapucaia"), utilizando-a na exploração de pedras, que inicialmente, foram utilizadas na construção do Porto do Açu, além da indústria da construção civil, construção de usina hidrelétrica, prestação de serviços de engenharia consultiva, contratação na concessão de serviços públicos, entre outros. **2. Licenças e autorizações**

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Pedreira Sapucaia (*)	Implantação das atividades de britagem e extração mineral de granito, para uso na construção civil, em uma jazida inserida em 2 poligonais que totalizam 73,05 ha, processos DNPM 890.220/11 e 890.187/11, cuja frente de lavra efetiva corresponde a 19,89 ha, georreferenciada através das coordenadas UTM (WGS 84) 24K 242.828 m E 7.602.575 m N. O beneficiamento do minério será realizado em duas centrais de britagem, com capacidade total de 600 t/h. (*)	LPI nº IN018049	04/11/2011	04/11/2014
Pedreira Sapucaia (*)	Atividade de extração mineral de granito em blocos, para uso na construção civil, em uma frente de lavra de 5,06 ha, inserida em área de 21,8 há. (*)	LO nº IN016484 AVB001187 AVB001426	02/05/2011	02/05/2016

(*) Licenças em processo de renovação. Prorrogação automática do prazo de expiração de licenças ambientais até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente mediante requerimento tempestivo, prevista na Lei Complementar nº 140/2011. **3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e Principais políticas contábeis:** a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas tomando como base as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"). As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. A autorização para a conclusão desta demonstração financeira foi concedida pelos Diretores da Companhia em 20 de abril de 2024. As principais políticas contábeis descritas em detalhe em parte dos itens abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Companhia. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas quando aplicável para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo ano fiscal. e) Mudanças nas principais políticas contábeis: (i) Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Sociedade não adotou novas normas, estejam elas já emitidas e ainda não aplicáveis ou ainda não adotadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Não se identifica qualquer impacto nas demonstrações financeiras sobre novas normas vindouras. **- CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos:** A Companhia adotou a aplicação inicial do CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019 sobre estas demonstrações financeiras e não gerou impacto. f) Principais políticas contábeis: As políticas contábeis, abaixo descritas, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** Estão representados por aplicações de curto prazo, de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **(ii) Instrumentos financeiros:** *a) Classificação instrumentos financeiros:* Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: instrumento financeiro mensurados pelo valor justo por meio do resultado; instrumento financeiro mensurados pelo custo amortizado; e instrumento financeiro mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **- Custo amortizado:** São ativos financeiros: (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos; e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **- Determinação do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação. a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **iii) Investimentos:** O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. **iv) Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: O custo de materiais e mão de obra direta. Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. **v) Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver. **vi) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **vii) Demais ativos, passivos circulantes e não circulante:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **ix) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. **x) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e equivalentes de caixa	10	12	43	63
	10	**12**	**43**	**63**

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. Aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB's) com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

5. Investimentos

Participações societárias

Controlada direta	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado
31 de dezembro de 2023									
Pedreira Sapucaia	97,25%	21.699	494	484	10	17.850	-	-	(17.840)
31 de dezembro de 2022									
Pedreira Sapucaia	97,25%	21.699	518	484	34	17.850	-	-	(17.715)

Movimentações – Controladora

Controlada direta	2022	Equivalência patrimonial	Perda por variação patrimonial	2023
Pedreira Sapucaia	44	(23)	-	21

Controlada direta	2021	Equivalência patrimonial	Perda por variação patrimonial	2022
Pedreira Sapucaia	74	(30)	-	44

6. Imobilizado: A seguir a composição do imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Taxa anual de depreciação ponderada %	Líquido 2023	Líquido 2022
Terrenos	N/A	462	462
		462	**462**

7. Patrimônio líquido: a) Capital social (*Em Reais*): O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 38.790.635.50 (trinta e oito milhões, setecentos e noventa mil, seiscentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos), dividido em 38.790.635 (trinta e oito milhões, setecentos e noventa mil, seiscentos e trinta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reserva de Capital: A controladora Porto do Açu investiu, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), no ano de 2023, o montante de R$20.000. Tal aporte é irrevogável e irretratável, e conversível na quantidade de ações correspondentes, respeitando-se o seu valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023 não há saldo de AFAC (Em 31 de dezembro de 2022 o saldo era de R$25.000), irrevogáveis e irretratáveis, além de conversíveis na quantidade de ações correspondentes, respeitando-se o seu valor nominal. Durante o exercício social de 2023 foram integralizados R$ 45.000, convertidas na quantidade de ações correspondentes e seguindo o seu valor nominal. **8. Despesas gerais e administrativas:** A Companhia apresenta as despesas administrativas por natureza, como se segue:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Serviço de terceiros	-	-	(13)	(22)
Publicação	(21)	(15)	(21)	(15)
Despesas diversas	-	(2)	(4)	(11)
	(21)	**(17)**	**(38)**	**(48)**

9. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: O efeito da aplicação do CPC 48/IFRS 9 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito em Nota explicativa 2 – Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis. Devido ao método escolhido de transição as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir o novo requerimento. O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. As contas da Companhia possuem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas de curto prazo. O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais:

	Nota	Categoria / Mensuração	Nível	2023 Valor contábil	2023 Valor justo	2022 Valor contábil	2022 Valor justo
Ativos							
Caixa e bancos	4	custo amortizado	Nível 2	43	43	63	63
Total		-	-	**43**	**43**	**63**	**63**

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. (Nível 2) *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). (Nível 3) *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia não detém contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **• Risco de Crédito:** O risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada credor. Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os *ratings* das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo. A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portifólio. **• Risco de Liquidez:** A Companhia e sua controlada monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa suficiente e capacidade de liquidar posições de mercado.

Composição da Diretoria

Eugênio Leite de Figueiredo - Diretor Presidente
Marcelo Chaladovsky - Diretor Financeiro
Vinícius Patel Ventura da Silva - Diretor
Mariana Assunção de Moraes Mansur - Diretor
João Paulo Araújo Braz - Diretor

Evando José Cazemiro Teixeira
Coordenador de Controladoria - Contador CRC RJ 117381/O-5

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

RESERVA AMBIENTAL FAZENDA CARUARA S.A.

(Companhia Fechada)
CNPJ 11.547.743/0001-00

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, **1. Mensagem da Administração:** A Administração da Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Caruara" ou "Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **2. Agradecimentos:** A Administração da Reserva Caruara agradece aos Senhores, ao governo federal, aos governos estaduais e municipais, aos parceiros e fornecedores, às comunidades das áreas onde a Companhia desenvolve seus projetos, e, em especial, aos seus colaboradores pela contribuição, dedicação e confiança ao longo de 2023. Ficamos à disposição dos Senhores para elucidar quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Rio de Janeiro, 20 de abril de 2024. A Administração.

Balanço patrimonial - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	165	328
Clientes	7	94	22
Clientes - Partes Relacionadas	7 e 8	390	391
Imposto a recuperar	9	482	-
Adiantamento a fornecedores		13	50
		1.145	**791**
Não circulante			
Propriedade para investimento	10	5.219	5.219
Imobilizado	11	16.395	16.022
Intangível	12	-	15
Direito de uso	13	30	-
		21.644	**21.256**
Total do ativo		**22.788**	**22.047**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		595	772
Impostos e contribuições a recolher	14	58	171
Partes relacionadas - contas a pagar	8	448	416
Passivo de arrendamento	13	31	-
		1.132	**1.359**
Patrimônio líquido	15		
Capital social		23.546	21.596
Reservas de lucros		243	243
Adiantamento para futuro aumento de capital		500	1.000
Prejuízos acumulados		(2.633)	(2.151)
		21.656	**20.688**
Total do passivo		**22.788**	**22.047**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Capital social	Reserva legal	Lucro / (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**21.002**	**243**	**(1.338)**	**371**	**20.279**
Aumento de capital	594	-	-	-	594
Resultado do período	-	-	(813)	-	(813)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	629	629
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**21.596**	**243**	**(2.151)**	**1.000**	**20.688**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	1.450	1.450
Aumento de capital	1.950	-	-	(1.950)	-
Resultado do período	-	-	(482)	-	(482)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**23.546**	**243**	**(2.633)**	**500**	**21.656**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	16	4.849	4.300
Custos dos serviços prestados	17	(5.402)	(4.348)
Lucro bruto		**(553)**	**(48)**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(177)	(328)
Outras despesas e receitas		235	11
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		**(495)**	**(365)**
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		24	31
Despesas financeiras		(11)	(2)
Resultado antes dos impostos		**(482)**	**(336)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	-	(477)
Lucro do exercício		**(482)**	**(813)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
Lucro do exercício	(482)	(813)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(482)**	**(813)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	(482)	(336)
Provisão para IPRJ e CSLL	-	(477)
Depreciação/Amortização	321	65
Amortização do direito de uso	94	-
Juros apropriados	8	-
Baixa de imobilizado	15	-
Provisão (reversão) para perdas de recebíveis	(6)	-
	47	**(748)**
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos		
Clientes	(73)	40
Contas a receber (a pagar) com partes relacionadas	72	(173)
Impostos a recuperar	(482)	2
Fornecedores	(177)	(531)
Impostos e contribuições a recolher	(113)	70
Outros	4	(192)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	**(816)**	**(1.532)**
Fluxo de caixa das atividades investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(697)	(2.245)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(697)**	**(2.245)**
Fluxo de caixa das atividades financiamentos		
Aumento de capital líquido	-	594
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.450	629
Passivo de arrendamento	(100)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**1.350**	**1.223**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(163)**	**(2.554)**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	328	2.882
No fim do exercício	165	328
	(163)	**(2.554)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Caruara" ou "Companhia"), anteriormente denominada Porto do Açu Siderurgia S.A., foi adquirida pelas controladoras Porto do Açu Operações S.A. ("Porto do Açu") e Prumo Logística S.A. ("Prumo") em 9 de abril de 2010 com objetivo de promover ações de proteção do ecossistema da região do Porto do Açu. Suas atividades consistem basicamente em prestação de serviços de recomposição florestal, constituição e manutenção de servidão florestal ou comercialização de cotas de reserva florestal, realização de pesquisa cientifica, recepção e monitoramento de fauna e flora, ação de educação ambiental, realização de ecoturismo, desenvolvimento de atividades socioeconômicas sustentáveis, conservação de recursos naturais, desenvolvimento de quaisquer outras atividades correlatas e afins relacionadas a implantação do Plano de Manejo da RPPN Caruara e que possam direta ou indiretamente interessar às finalidades da companhia e participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista e a representação de sociedades nacionais ou estrangeiras. Em 2013 a empresa iniciou atividade de locação de área para fins de projeto de recuperação ambiental de vegetação e em 2014 iniciou a comercialização de mudas para o plantio.

2. Licenças e autorizações:

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Reserva Ambiental	Certidão atestando a inexigibilidade de licença para consultoria com objeto de elaboração e execução de projeto de recuperação, restauração e recomposição florestal.	CA nº IN022772	26/03/2013	Indeterminado
Reserva Ambiental	Licença Prévia e de Instalação que autoriza a localização e implantação das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento sustentável da RPPN Caruara.	LPI nº IN009339	16/06/2021	16/06/2023

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e Principais políticas contábeis: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas tomando como base as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"). As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. A autorização para a conclusão desta demonstração financeira foi concedida pelos Diretores da Companhia em 20 de abril de 2024. As principais políticas contábeis descritas em detalhe em parte dos itens abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Companhia. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas quando aplicável para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*Impairment*") de ativos. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: e) Mudanças nas principais políticas contábeis: (i) Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Sociedade não adotou novas normas, estejam elas já emitidas e ainda não aplicáveis ou ainda não adotadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Não se identifica qualquer impacto nas demonstrações financeiras sobre novas normas vindouras. f) Principais políticas contábeis: As políticas contábeis, abaixo descritas, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. i) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Aplicações financeiras com vencimento acima de três meses encontram-se classificados como títulos e valores mobiliários. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detinha Caixa e equivalente de caixa no montante de R$165 (R$328 em 31 de dezembro de 2022). O Caixa e equivalente de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AAA. A provisão de perda estimada foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco. ii) Instrumentos financeiros: *a) Classificação instrumentos financeiros:* Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: instrumento financeiro mensurados pelo valor justo por meio do resultado; instrumento financeiro mensurados pelo custo amortizado; e instrumento financeiro mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **- Custo amortizado:** São ativos financeiros: (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos; e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** São ativos financeiros mantidos: (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos; e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Atualmente a Reserva Ambiental não possui ativos financeiros classificados nessa categoria. **- Valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Atualmente a Reserva Ambiental não possui ativos financeiros classificados nessa categoria. Determinação do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. iii) Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*Impairment*) acumulada se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: O custo de materiais e mão de obra direta. Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. iv) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver. v) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. vi) Demais ativos, passivos circulantes e não circulante: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. vii) Receita operacional: De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar momento da transferência de controle em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo requer julgamento. As principais receitas da Companhia são provenientes de: (i) Receitas de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento: A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado. (ii) Receita Serviços Ambientais: A receita de serviços ambientais decorrente de conservação "recomposição" dos ecossistemas de restingas e vegetação típicas da região é reconhecida ao resultado por competência a partir da existência do fato gerador, ou seja, a prestação de serviço. viii) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. ix) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2023	2022
Caixa e bancos	165	328
	165	**328**

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

5. Clientes:

	2023	2022
Clientes	95	22
Clientes - Partes Relacionadas	399	393
Total de Clientes	**494**	**415**
Provisão para perda estimadas	(10)	(2)
Total de clientes - líquido	**484**	**413**

6. Partes relacionadas

	Contas a receber 2023	Contas a receber 2022
UTE GNA I	44	54
Porto do Açu	355	339
Total:	**399**	**393**

	Contas a pagar 2023	Contas a pagar 2022
Porto do Açu	448	416
Total:	**448**	**416**

	Receitas com partes relacionadas 2023	Receitas com partes relacionadas 2022
Cessão do direito real da superfície:		
UTE GNA I	261	277
VAST Infraestrutura	1.586	1.303
Porto do Açu	1.375	715
Receita Total - cessão do direito real da superfície	**3.222**	**2.295**
Serviços ambientais		
UTE GNA I	229	336
VAST Infraestrutura	91	394
Porto do Açu	634	1.204
Receita total - serviços ambientais	**954**	**1.934**
Organização de programas turísticos		
UTE GNA I	-	5
Receita total - organização de programas turísticos	**-**	**5**
Total geral de receitas com partes relacionadas	**4.176**	**4.234**

7. Impostos a recuperar:

	2023	2022
Imposto sobre serviços ("ISS")	2	2
Programa de integração social ("PIS")	42	42
Contribuição p/ o financiamento da seguridade social ("COFINS")	192	192
Outros (a)	246	246
	482	**482**
Circulante	482	482
Não circulante	-	-

(a) Em 2023, registrado no curto prazo refere-se a créditos oriundos favorável transitado em julgado.

8. Propriedades para Investimento: O valor de R$5.219 em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é referente à parcela do terreno Fazenda Caruara, pertencente à Reserva Caruara. A Companhia aluga esta área para plantio de mudas (recomposição florestal). **9. Imobilizado:**

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Outros	Total
Taxa estimada de depreciação (a.a)	**-**	**4,54%**	**10,00%**	**20,00%**	**16,00%**	**15,68%**	**-**	**-**	
Saldo em 1º/01/2022	**9.223**	**-**	**2**	**3**	**15**	**-**	**4.599**	**-**	**13.842**
Adição	-	131	69	122	102	18	1.914	-	2.356
Baixa	-	-	-	-	-	-	(109)	-	(109)
Transferência	-	6.338	-	-	-	-	(6.338)	-	-
Depreciação	-	(43)	(1)	(18)	(2)	(3)	-	-	(67)
Saldo em 31/12/2023	**9.223**	**6.426**	**70**	**107**	**115**	**15**	**66**	**-**	**16.022**
Adição	-	50	29	22	4	22	91	480	698
Transferência	-	157	-	-	-	-	(157)	-	-
Depreciação	-	(267)	(9)	(25)	(19)	(5)	-	-	(325)
Saldo em 31/12/2023	**9.223**	**6.366**	**90**	**104**	**100**	**32**	**-**	**480**	**16.395**
									-
Custo	9.223	6.676	97	147	126	40	-	480	16.789
Depreciação acumulada	-	(310)	(7)	(43)	(26)	(8)	-	-	(394)
Saldo em 31/12/2023	**9.223**	**6.366**	**90**	**104**	**100**	**32**	**-**	**480**	**16.395**

10. Intangível

	Custo 2023	Custo 2022
Licença de uso de software	-	15

11. Direito de Uso / Passivo de Arrendamento: A norma contábil IFRS 16 - Leases para arrendadores não altera substancialmente o que já era previsto anteriormente. A contabilidade do arrendador continua a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia não possui contratos como arrendadora. No caso dos arrendatários, a IFRS 16 - Leases introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A movimentação em 2023 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

	Taxa incremental anual (%)	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualização monetária	Amortização	Transferências	Pagamentos	Juros apropriados	Saldo em 31/12/2023
Ativos:									
Máquinas e equipamentos		-	122	2	(94)	-	-	-	30
Total do Ativo		**-**	**122**	**2**	**(94)**	**-**	**-**	**-**	**30**
Passivos:									
Máquinas e equipamentos		-	75	2	-	56	(100)	-	33
(-) Encargos financeiros a transcorrer	7,69%	-	(7)	-	-	(3)	-	8	(2)
Passivo arrendamento CP		**-**	**68**	**2**	**-**	**53**	**(100)**	**8**	**31**
Máquinas e equipamentos		-	56	-	-	(56)	-	-	-
(-) Encargos financeiros a transcorrer	7,69%	-	(3)	-	-	3	-	-	-
Passivo arrendamento LP		**-**	**53**	**-**	**-**	**(53)**	**-**	**-**	**-**
Total do Passivo		**-**	**121**	**2**	**-**	**-**	**(100)**	**8**	**31**
Resultado									
Amortização		-	-	-	(94)	-	-	-	(94)
Despesa de juros		-	-	-	-	-	-	(8)	(8)
Resultado arrendamento		**-**	**-**	**-**	**(94)**	**-**	**-**	**(8)**	**(102)**

12. Impostos e contribuições a recolher: Os impostos e contribuições a recolher são apresentados no quadro a seguir:

	2023	2022
ISS	10	9
PIS/COFINS	-	9
ICMS	-	4
IRRF	4	3
PIS/COFINS/CSLL - Ret.	12	12
IRPJ/CSLL	-	99
INSS de Terceiros	32	34
OUTROS	-	-
	58	**171**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	2023	2022
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(481)	(336)
Prejuízo líquido ajustado	(481)	**(336)**
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	164	-
Ajustes para derivar a alíquota efetiva		
Diferenças Permanentes	(10)	-
Créditos fiscais não reconhecidos - Diferenças Temporárias	(2)	-
Créditos fiscais não reconhecidos - Prej. Fiscal e Base Negativa CSLL	(152)	-
IR/CSLL (Lucro Presumido e Adicional 10%) *(a)*	-	(477)
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	**-**	**(477)**
Alíquota efetiva	**-**	**142%**
IR e CSL Corrente *(a)*	-	(477)
IR e CSL Diferido	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	**-**	**-**

(a) Até o ano de 2022 a RAFC apurava o IRPJ e a CSLL pelo regime do Lucro Presumido e em 2023 a sociedade passou a apurar pelo regime do Lucro Real. Nesse sentido, os anos de 2022 e 2023 não podem ser comparados pela mesma estrutura de apresentação. A Companhia registra o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34% a.a. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício de apuração. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

	2023	2022
Imposto diferido ativo		
Prejuízos fiscais	111	-
Base negativa de contribuição social	39	-
PDD	2	-
Outros	-	-
Total de créditos fiscais diferidos ativos	**152**	**-**
Provisão para realização		
IR diferido não reconhecido - *Valuation allowance (a)*	(152)	-
Total de impostos diferidos	**-**	**-**

(a) Trata-se de provisão para não realização do IRPJ e CSLL diferidos em função de, em 31 de Dezembro de 2023, os critérios de avaliação da probabilidade de que haverá disponibilidade de lucro tributável futuro não terem sido atingidos. **13. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social da Companhia está representado por 23.546 (21.596 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, sem valor nominal. Pelas reuniões de Assembleia Geral Extraordinária de: • Em 30 de janeiro de 2023, foi realizado o aumento de capital da Companhia, pela Porto do Açu, mediante a emissão de 1.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1 (um real) por ação pelo valor total do preço de emissão de R$ 1.000.000 destinados à conta de capital social da Companhia, mediante uso de adiantamento para futuro aumento de capital; • Em 21 de dezembro de 2023, foi realizado o aumento de capital da Companhia, pela Porto do Açu, mediante a emissão de 950.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1 (um real) por ação pelo valor total do preço de emissão de R$ 950.000 destinados à conta de capital social da Companhia, mediante uso de adiantamento para futuro aumento de capital; b) Adiantamento para futuro aumento de capital: A controladora Porto do Açu investiu, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), no ano de 2023, o montante de R$1.450.000. Tal aporte é irrevogável e irretratável, e conversível na quantidade de ações correspondentes, respeitando-se o seu valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de AFAC é de R$500.000 (R$1.000.000 em 31 de dezembro de 2022), irrevogáveis e irretratáveis, além de conversíveis na quantidade de ações correspondentes, respeitando-se o seu valor nominal. Durante o exercício social de 2023 foram integralizados R$ 1.950.000, convertidas na quantidade de ações correspondentes e seguindo o seu valor nominal. c) Dividendos: As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não irá distribuir dividendos no exercício tendo em

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

RESERVA AMBIENTAL FAZENDA CARUARA S.A.

(Companhia Fechada)
CNPJ 11.547.743/0001-00

vista o prejuízo apurado. d) Reserva Legal: É constituída à razão de 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **14. Receita líquida:** Os contratos da Companhia estão relacionados a prestação de serviços ambientais. Os efeitos da adoção do CPC 47/IFRS 15 sobre as receitas de contratos com clientes da Companhia não foram relevantes conforme descrito na Nota explicativa 2 - Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

Receitas com clientes	**2023**	**2022**
Vendas de mudas	19	11
Serviços ambientais	714	66
Aluguéis	476	202
Total de receitas com clientes	1.209	279
Receitas com partes relacionadas		
Serviços ambientais	953	1.934
Aluguéis	3.223	2.295
Outros	-	5
Total de receitas com partes relacionadas	**4.176**	**4.234**
Deduções sobre receitas brutas	(536)	(213)
Receita líquida	**4.849**	**4.300**

15. Custo do serviço prestado	**2023**	**2022**
Serviços de terceiros	(4.663)	(3.651)
Aluguéis	(123)	(74)
Depreciação e Amortização	(296)	(46)
Impostos e taxas	(23)	(2)
Publicidade	(184)	(110)
Custos diversos	(113)	(465)
	(5.402)	**(4.348)**

16. Despesas gerais e administrativas	**2023**	**2022**
Serviços de terceiros	(98)	(48)
Impostos e taxas	(14)	(13)
Depreciação	(27)	(19)
Publicidade	(19)	(296)
Indenizações	(4)	58
Despesas diversas	(15)	(10)
	(177)	**(328)**

17. Resultado financeiro	**2023**	**2022**
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	13	25
Outras receitas financeiras	11	6
	24	**31**
Despesas financeiras		
Despesas com arrendamentos financeiros	(8)	-
Despesas bancárias	(3)	(2)
	(11)	**(2)**
Resultado financeiro líquido	**13**	**29**

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: O efeito da aplicação do CPC 48/IFRS 9 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito em Nota explicativa 2 - Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis. Devido ao método escolhido de transição as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir o novo requerimento. O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. As contas da Companhia possuem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas de curto prazo. O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais:

			2023		2022	
Ativos	**Categoria / Mensuração**	**Nível**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Caixa e bancos	custo amortizado	Nível 2	165	165	328	328
Clientes	custo amortizado	Nível 2	95	95	22	22
Clientes - Partes Relacionadas	custo amortizado	Nível 2	399	389	391	391
			659	**649**	**741**	**741**
Passivos						
Fornecedores	custo amortizado	Nível 2	1.075	1.075	772	772
Outros passivos financeiros	custo amortizado	Nível 2	448	448	416	416
Passivos de arrendamento	custo amortizado	Nível 2	31	31	-	-
			1.554	**1.554**	**1.188**	**1.188**

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. (Nível 2) *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). (Nível 3) *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia não detém contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **• Risco de Crédito:** O risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os *ratings* das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo. A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portifólio. A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de recebimento de 30 dias para nossos clientes. As exposições em cada risco de crédito foram segmentadas por tipo de recebíveis. Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada segmento com base na condição de inadimplemento e na experiência real de perda de crédito nos últimos exercícios. As taxas de perdas são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. **• Risco de Liquidez:** A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2023. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Sem Vencimento	**Até 6 meses**	**De 6 a 12 meses**	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 5 anos**	**Mais que 5 anos**	**Total**
Passivos financeiros							
Fornecedores	-	1.075	-	-	-	-	**1.075**
Passivos de arrendamentos	-	31	-	-	-	-	**31**
Outras contas a pagar	-	448	-	-	-	-	**448**
Total por faixa de prazo	**-**	**1.554**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.554**

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2022. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Sem Vencimento	**Até 6 meses**	**De 6 a 12 meses**	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 5 anos**	**Mais que 5 anos**	**Total**
Passivos financeiros							
Fornecedores	-	722	-	-	-	-	**722**
Outras contas a pagar	-	416	-	-	-	-	**416**
Total por faixa de prazo	**-**	**1.138**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.138**

19. Cobertura de seguros	**2023**	**2022**
Risco operacional	7	-
Responsabilidade civil	4	-
Resultado financeiro líquido	**11**	**-**

Composição da Diretoria

Eugênio Leite de Figueiredo - Diretor Presidente
Marcelo Chaladovsky - Diretor Financeiro
Vinícius Patel Ventura da Silva - Diretor
Mariana Assunção de Moraes Mansur - Diretor
João Paulo Araújo Braz - Diretor
Evando José Cazemiro Teixeira - Coordenador de Controladoria
Contador CRC RJ 117381/O-5

EMPRESA COMERCIAL EXPORTADORA (TRADING COMPANY) - CACEX DG 3/002

Sede: Rio de Janeiro-RJ - Rua Visconde de Piraja Nº 608 - Sala 803 - C.G.C. 33.334.608/0001-01
Filiais: Londrina-PR, Mirassol-SP, Varginha-MG, Rondonópolis-MT.

inter-continental de café s.a.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A Administração da Companhia em cumprimento às determinações legais e estatutárias, vem submeter à apreciação de V.Sas., o Relatório de Atividades desenvolvidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, assim como as respectivas demonstrações financeiras (em reais). Rio de Janeiro, 18 de abril de 2024.

Alain Robert Danon Assa - Diretor

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)

ATIVO	**2023**	**2022**
CIRCULANTE	**70.576.777,28**	**53.057.369,63**
Caixa e equivalentes de caixa	66.946.758,51	49.870.049,82
Estoque	29.722,38	29.722,38
Contas a Receber	153.958,46	153.958,46
Tributos a recuperar	3.395.991,92	2.947.704,85
Adiantamentos	50.346,01	55.934,12
NÃO CIRCULANTE	**16.812.327,80**	**32.770.828,26**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**130.536,78**	**127.367,64**
Depósitos Judiciais	130.536,78	127.367,64
Investimentos	**7.569.889,54**	**15.247.763,78**
Imobilizado	**9.111.901,48**	**17.395.696,84**
TOTAL DO ATIVO	**87.389.105,08**	**85.828.197,89**

PASSIVO	**2023**	**2022**
CIRCULANTE	**7.647.571,85**	**490.914,43**
Fornecedores	741,79	741,79
Obrigações tributárias	130.921,39	125.989,02
Imposto de renda e contribuição social a pagar	58.589,61	77.957,73
Obrigações trabalhistas e sociais	177.993,43	187.853,19
Dividendos Propostos	7.180.952,93	–
Emprestimos e Financiamentos	94.753,55	94.753,55
Provisão para contingências	3.619,15	3.619,15
NÃO CIRCULANTE	**–**	**–**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**79.741.533,23**	**85.337.283,46**
Capital Social	64.255.135,58	91.185.763,20
Reservas de Lucros	15.460.092,77	21.082.147,88
Prejuízos Acumulados	–	(26.930.627,62)
Resultado abrangente (CTA)	26.304,88	–
TOTAL DO PASSIVO	**87.389.105,08**	**85.828.197,89**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)

	Capital	**Reserva Legal**	**Reserva de Lucros a Realizar**	**Prejuízos Acumulados**	**Resultado Abrangente (CTA)**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**91.185.763,20**	**6.275.974,76**	**14.520.044,40**	**(32.367.073,29)**	**–**	**79.614.709,07**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	5.722.574,39	–	5.722.574,39
Reserva Legal	–	286.128,72	–	(286.128,72)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**91.185.763,20**	**6.562.103,48**	**14.520.044,40**	**(26.930.627,62)**	**–**	**85.337.283,46**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	7.558.897,82	–	7.558.897,82
Redução de Capital Social	(26.930.627,62)	–	–	26.930.627,62	–	–
Reversão de Reserva de Lucro a Realizar	–	–	(6.000.000,00)	6.000.000,00	–	–
Reserva Legal	–	377.944,89	–	(377.944,89)	–	–
Dividendos Pagos	–	–	–	(6.000.000,00)	–	(6.000.000,00)
Dividendos Propostos	–	–	–	(7.180.952,93)	–	(7.180.952,93)
Resultado Abrangente (CTA)	–	–	–	–	26.304,88	26.304,88
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**64.255.135,58**	**6.940.048,37**	**8.520.044,40**	**–**	**26.304,88**	**79.741.533,23**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)

	2023	**2022**
Fluxos de caixa das atividade operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	7.558.897,82	5.722.574,39
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e Amortização	688.595,29	694.106,30
Crédito com Depreciação	(63.695,08)	(64.204,80)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.704.179,12	(3.347.268,31)
Variação Cambial Líquida sobre Investimentos	–	965.548,38
	15.887.977,15	**3.970.755,96**
Redução (Aumento) nos Ativos Operacionais		
Tributos a recuperar	(384.591,99)	256.544,18
Depósitos Judiciais	(3.169,14)	–
Contas a Receber	5.588,11	2.500,00
	(382.173,02)	**259.044,18**
Redução (Aumento) nos Passivos Operacionais		
Obrigações tributárias	(14.435,75)	55.747,06
Obrigações trabalhistas	(9.859,76)	42.499,24
	(24.295,51)	**98.246,30**
Caixa Líquido Gerado nas Operações	**15.481.508,62**	**4.328.046,44**
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**15.481.508,62**	**4.328.046,44**
Fluxo de Caixa da Atividades de Investimentos		
Baixa do Imobilizado	7.595.200,07	–
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimentos	**7.595.200,07**	**–**
Fluxo de Caixa da Atividades de Financiamentos		
Pagamentos de Dividendos	(6.000.000,00)	–
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamentos	**(6.000.000,00)**	**–**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	**17.076.708,69**	**4.328.046,44**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	**49.870.049,82**	**45.542.003,38**
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	**66.946.758,51**	**49.870.049,82**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)

	2023	**2022**
Receita Bruta de Vendas e Serviços Prestados	–	–
Venda de Mercadorias	–	–
Deduções da Receita Bruta de Vendas e Serviços Prestados	–	–
Devoluções s/ Receita de Vendas	–	–
Tributos Incidentes s/ Receita de Vendas	–	–
Receita Líquida	–	–
Custos das Vendas e dos Serviços Prestados	–	–
Custos das mercadorias vendidas	–	–
Lucro Bruto	–	–
Receitas (Despesas) Operacionais	**2.226.506,79**	**2.165.380,76**
Despesas gerais e administrativas	(557.088,55)	(402.943,53)
Remunerações, enc. sociais e benefícios	(2.558.918,80)	(2.136.173,46)
Serviços contratados	(962.556,99)	(802.387,54)
Depreciação e amortização	(624.900,21)	(629.901,50)
Impostos taxas e contribuições	(25.930,31)	(26.372,40)
Outras receitas (despesas) operacionais	14.660.080,77	2.815.890,88
Resultado de equivalência patrimonial	(7.704.179,12)	3.347.268,31
Resultado Financeiro Líquido	**6.448.864,37**	**4.566.969,40**
Receitas Financeiras	6.533.450,71	5.668.194,88
Despesas Financeiras	(84.586,34)	(1.101.225,48)
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**8.675.371,16**	**6.732.350,16**
Contribuição Social	(301.890,00)	(273.646,52)
Imposto de Renda	(814.583,34)	(736.129,25)
Lucro Líquido do Exercício	**7.558.897,82**	**5.722.574,39**
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	**271.071**	**271.071**
Lucro por quota do capital social no fim do exercício	**27,98**	**21,11**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

1. Informações gerais : A Inter-Continental de Café S/A é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo principal a compra, venda e exportação de produtos primários, especialmente de café, no mercado nacional e internacional, direta ou indiretamente, inclusive nas bolsas de mercadorias no Brasil e no exterior. A Sociedade tem sede na Rua Visconde de Pirajá nº 608 - Sala 803, Rio de Janeiro, RJ - CEP 22.410-002. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizado pela diretoria em 18 de abril de 2024. **2 - Resumo das principais políticas contábeis**: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1 - Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. **3 - Patrimônio líquido : (i) Capital social** - O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está representado por 271.071.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. **(ii) Dividendos mínimos obrigatórios** - Ao acionista é assegurado o direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **4 - Demais observações** - o complemento da notas explicativas estarão a disposição dos acionistas na sede da companhia.

ALAIN ROBERT DANON ASSA - Diretor - CPF 946.679.857-04 **MARCEL STEINBERG - Diretor - CPF 087.399.637-21**
VICENTE PINHEIRO DE LIMA - Contador CRC 1SP 290.166/O-0 - CPF 308.944.718-56

ALTO PAINEIRAS-CORCOVADO ARTES E LANCHES S/A

CNPJ Nº 42.967.599/0001-87

Relatório da Administração: Srs Acionistas em Conformidade com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à sua aprovação as Demonstrações Financeiras findadas em 31 de dezembro de 2023 a 2022.

Balanço Patrimonial em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	**2023**	**2022**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.491	922
Contas a receber de clientes	1.036	651
Estoques	531	326
Adiantamento a Terceiros	22	28
Tributos a recuperar	16	4
Despesas antecipadas e outros	3	2
Total do ativo circulante	**3.099**	**1.933**
Partes relacionadas	7	–
	7	–
Intangível	128	494
Total do ativo não circulante	**135**	**494**
Total do ativo	**3.234**	**2.427**

Passivo	**2023**	**2022**
Circulante		
Fornecedores	793	563
Obrigações sociais a recolher	463	312
Tributos a recolher	512	248
Repasse a realizar	80	70
	1.848	1.193
Total do passivo	**1.848**	**1.193**
Capital social	1.000	1.000
Reservas	386	234
Total do patrimônio líquido	**1.386**	**1.234**
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.234**	**2.427**

Demonstração do Resultado em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Operações continuadas	**2023**	**2022**
Receita bruta	16.234	9.375
Impostos diretos e devoluções	(2.746)	(1.535)
Receita Líquida	**13.488**	**7.840**
Custo das vendas	(10.130)	(6.138)
Lucro bruto	**3.358**	**1.702**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(728)	(356)
Outras receitas operacionais, líquidas	2	–
Resultado operacional	**2.632**	**1.346**
Despesas financeiras	(41)	(27)
Receitas financeiras	105	17
Despesas financeiras, líquidas	64	(10)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.696**	**1.336**
Imposto de renda e contribuição social	(943)	(477)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	1
Resultado líquido do período	**1.753**	**860**

Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	**2022**
Lucro líquido do exercício	**1.753**	860
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**1.753**	860

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido em 31/12/2023 e 2022
(Em milhares de reais)

		Reserva de Lucro				
	Capital social	**Legal**	**Investimento**	**Reserva de capital**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Em 31 de dezembro de 2021	**954**	**9**	**165**	**–**	**–**	**1.128**
Integralização de capital	46	–	–	–	–	46
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	860	860
Distribuição de dividendos	–	–	(800)	–	–	(800)
Constituição de reserva legal	–	43	–	–	(43)	–
Constituição de reserva de investimento	–	–	817	–	(817)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**1.000**	**52**	**182**	**–**	**–**	**1.234**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.753	1.753
Distribuição de dividendos	–	–	(1.601)	–	–	(1.601)
Constituição de reserva legal	–	87	–	–	(87)	–
Constituição de reserva de investimento	–	–	1.666	–	(1.666)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**1.000**	**52**	**247**	**–**	**–**	**1.386**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.696	1.336
Ajustes		
Depreciação e amortização	500	296
	3.196	1.632
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(385)	(374)
Estoques	(205)	(25)
Tributos a recuperar	(12)	(3)
Outros ativos	5	129
Fornecedores	230	341
Obrigações sociais a recolher	151	258
Tributos a recolher	(33)	45
Outros passivos	10	70
Caixa proveniente das operações	2.957	2.073
Impostos de renda e contribuição social pagos	(646)	(434)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	2.311	1.639
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição em ativos intangíveis	(134)	(535)
Partes relacionadas	(7)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(141)	(535)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	46
Dividendos distribuídos aos acionistas	(1.601)	(800)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.601)	(754)
Redução (geração) líquida de caixa e equivalentes de caixa	569	350
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	922	572
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.491	922

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais). **1. Informações gerais:** Na elaboração destas Demonstrações Financeiras, foram obedecidos os preceitos estabelecidos pela Lei 6.404/1976, bem como as prerrogativas estabelecidas pela legislação em vigor, além de normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC.

Pablo Ricardo de Oliveira Morbis - CEO; **Adelio Demeterko** - Dir. Operacional
Tatiane da Silva Martins - Contadora - CRC RJ 115967/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

Águas Industriais do Açu S.A.

(Companhia Fechada)
CNPJ nº 17.671.018/0001-18

PORTO DO AÇU

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, **1. Mensagem da Administração:** A Administração da Águas Industriais do Açu S.A. ("Águas Industriais" ou "Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **2. Agradecimentos:** A Administração da Águas Industriais agradece aos Senhores, aos governos federal, estaduais e municipais, aos parceiros e fornecedores, às comunidades das áreas onde a Companhia desenvolve seus projetos, e, em especial, aos seus colaboradores pela contribuição, dedicação e confiança ao longo de 2023. Ficamos à disposição dos Senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Rio de Janeiro, 20 de abril de 2024. A Administração.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.835	5.852
Clientes	5	863	874
Clientes – partes relacionadas	5 e 8	55	53
Impostos a recuperar	6	1.219	1.512
Despesas antecipadas		44	22
Outros valores a receber		43	3
		8.059	**8.316**
Não Circulante			
Depósitos judiciais	7	639	581
Impostos diferidos	9	59	91
Imobilizado	10	7.534	7.742
Intangível	11	20	27
Direito de uso	12	27.321	27.027
		35.573	**35.468**
Total do ativo		**43.632**	**43.784**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		235	268
Salários e encargos a pagar		260	207
Partes relacionadas – contas a pagar	8	411	329
Dividendos a pagar		345	634
Passivo de arrendamento	12	514	442
Impostos e contribuições a recolher	13	1.182	1.545
Outras obrigações	12	4	3
		2.951	**3.427**
Não circulante			
Passivo de arrendamento	12	29.352	28.232
		29.352	**28.232**
Patrimônio líquido	14		
Capital social		9.737	9.737
Reserva de Lucro		1.592	2.388
Total do patrimônio líquido		**11.329**	**12.125**
Total do passivo e patrimônio líquido		**43.632**	**43.784**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

	Nota	2023	2022
Receita líquida de serviços	15	10.502	10.513
Custo sobre o serviço prestado	16	(5.255)	(4.114)
Lucro bruto		**5.247**	**6.399**
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	17	(528)	(520)
Provisão para perdas sobre recebíveis		120	(112)
Outras despesas e receitas		(8)	35
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**4.831**	**5.802**
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		528	952
Despesas financeiras		(2.757)	(2.660)
		(2.229)	**(1.708)**
Resultado antes dos impostos		**2.602**	**4.094**
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(1.119)	(1.469)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(31)	46
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**1.452**	**2.671**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

	2023	2022
Lucro ou prejuízo líquido do exercício	1.452	2.671
Total dos resultados abrangentes do exercício	**1.452**	**2.671**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucro (Prejuízo) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**9.641**	**96**	**351**	**1.082**	**-**	**11.170**
Aumento de capital	96	(96)	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	2.671	2.671
Reserva legal	-	-	134	-	(134)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(634)	(634)
Dividendos adicionais propostos pagos ref. ao resultado de 2021	-	-	-	(1.082)	-	(1.082)
Dividendos adicionais propostos ref. ao resultado de 2022	-	-	-	1.903	(1.903)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.737**	**-**	**485**	**1.903**	**-**	**12.125**
Resultado do exercício	-	-	-	-	1.452	1.452
Dividendos adicionais propostos pagos ref. ao resultado de 2022	-	-	-	(1.903)	-	(1.903)
Reserva legal	-	-	72	-	(72)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(344)	(344)
Dividendos adicionais propostos ref. ao resultado de 2023	-	-	-	1.035	(1.035)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**9.737**	**-**	**558**	**1.035**	**-**	**11.330**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**1.452**	**2.671**
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Provisão para IRPJ de CSLL	(1.119)	(1.469)
IRPJ e CSLL diferidos	(31)	46
Depreciação e amortização	367	355
Amortização direito de uso	1.366	1.312
Juros apropriados	2.916	2.575
Baixa de imobilizado	16	11
Provisão (reversão) para perda sobre recebíveis	120	(112)
	5.087	**5.389**
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos		
Clientes	11	380
Partes relacionadas – contas a receber e a pagar	81	(1.469)
Impostos a recuperar	324	(292)
Depósitos Judiciais	(58)	(36)
Despesas antecipadas	(22)	3
Salários e encargos a pagar	53	30
Fornecedores	(33)	97
Impostos e contribuições a recolher	756	1.923
Outros	(200)	266
Caixa líquido proveniente das (usado) atividades operacionais	**5.999**	**3.040**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(169)	(238)
Caixa líquido proveniente das (usado) atividades de investimento	**(169)**	**(238)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aporte de capital	(3.383)	(4.085)
Passivo de arrendamento	(2.537)	(1.443)
Dividendos pagos	73	134
Caixa líquido proveniente das (usado) atividades de financiamento	**(5.847)**	**(5.394)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(17)**	**(2.592)**
Aumento do caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	5.852	8.444
No fim do exercício	5.835	5.852
	(17)	**(2.592)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. Contexto operacional: Águas Industriais do Açu S.A. ("Águas Industriais" ou "Companhia"), anteriormente denominada EBN – LLX Empresa Brasileira de Navegação Ltda., foi constituída em 20 de março de 2012, com objetivo captação, adução, reservação, tratamento e purificação, e distribuição de água para fins industriais e serviços relacionados e de participar em outras sociedades. **2. Licenças e autorizações:** Licenças ou autorizações obtidas até 31 de dezembro de 2023:

Empresa	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Águas Industriais	Outorga que autoriza a captação de água no poço T2-5. Objeto detalhado: "extração de água bruta em um poço tubular, com as finalidades de uso consumo e higiene humana, uso industrial (operações portuárias, instalações industriais e equipamentos, sistema de resfriamento, fornecimento a embarcações, sistema de aspersão de cargas), construção civil e limpeza de dependências, na Região Hidrográfica IX – Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, na quantidade e sob as condições constantes deste documento, sujeitos à cobrança, na forma prevista na Lei Estadual nº 4.247/03, em consonância com o § 1º do art. 27 da Lei Estadual nº 3.239/99. Número CNARH: 33.0.0289908/20 Ponto: Poço T2-5 Código de interferência: 1119684 Vazão máxima instantânea: 95,0 m³/h Vazão média: 95,0 m³/h Volume máximo diário: 1.900,0 m³/dia Tempo: 20 h/d Período: 30 d/mês Coordenadas geográficas: Lat. 21° 52' 33,0" S e Long. 41° 2' 0,7" O DATUM: SIRGAS2000 Lançamento informativo: Volume máximo diário de 78,32 m³ realizado em um canal de navegação artificial conectado diretamente ao mar, denominado pelo requerente de Canal do terminal 2."	OUT Nº IN010339	08/10/2021	08/10/2026

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e Principais políticas contábeis: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas tomando como base as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"). As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. A autorização para a conclusão desta demonstração financeira foi concedida pelos Diretores da Companhia em 20 de março de 2024. As principais políticas contábeis descritas em detalhe em parte dos itens abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Companhia. b) Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas quando aplicável para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas 13 - Reconhecimento de receita: se a receita de serviços de fornecimento de água é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo. **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas 9 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. e) Mudanças nas principais políticas contábeis: (i) Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Sociedade não adotou novas normas, estejam elas já emitidas e ainda não aplicáveis ou ainda não adotadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Não se identifica qualquer impacto nas demonstrações financeiras sobre novas normas vindouras. f) Principais políticas contábeis: As políticas contábeis, abaixo descritas, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(i) Caixa e equivalentes caixa:** Estão representados por aplicações de curto prazo, de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **(ii) Contas a receber:** Para o contas a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico no qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível. **(iii) Instrumentos financeiros:** *a) Classificação instrumentos financeiros:* Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: instrumento financeiro mensurados pelo valor justo por meio do resultado; instrumento financeiro mensurados pelo custo amortizado; e instrumento financeiro mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. - Custo amortizado: São ativos financeiros: (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos; e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Determinação do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação. *b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **(iv) Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: O custo de materiais e mão de obra direta. Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. **(v) Intangíveis:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver. **(vi) Benefícios a empregados:** *a. Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(vii) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(viii) Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **(ix) Receita operacional:** O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 – Receitas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar momento da transferência de controle em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo requer julgamento. **(x) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. **(xi) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4. Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	281	1.005
Aplicações financeiras	5.555	4.848
	5.836	**5.853**
Provisão de perdas estimadas	(1)	(1)
	5.835	**5.852**

5. Clientes	2023	2022
Fornecimento de água (Partes relacionadas – nota 8)	55	53
Fornecimento de água	878	1.008
	933	**1.061**
Provisão de perdas estimadas	(15)	(134)
	918	**927**

6. Impostos a recuperar	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	99	79
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	1.122	1.433
	1.221	**1.512**

7. Depósitos Judiciais: Realização de deposito judicial referente a Ação Cível no qual a Águas Industriais do Açu é parte integrante do processo, somando um montante de R$ 639 em 30 de dezembro de 2023 (R$ 581 em 31 de dezembro de 2022).

	Depósitos judiciais				
	2022	Adições	Baixas	Atualização monetária	2023
Cível	581	-	-	58	639
	581	**-**	**-**	**58**	**639**

8. Partes relacionadas	Contas a receber	
	2023	2022
Fornecimento de água:		
UTE GNA I	-	36
Porto do Açu	55	17
	55	**53**
	Contas a pagar	
	2023	**2022**
Notas de débito:		
Porto do Açu	406	328
Prumo	5	-
	411	**328**
	Receitas	
	2023	**2022**
UTE GNA I	545	747
Porto do Açu	671	1.597
	1.216	**2.344**

9. Impostos diferidos: A Companhia registra o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto que as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

	2023	2022
Imposto diferido ativo		
Provisão para PLR	54	45
Provisão para perdas estimadas	5	46
Total de impostos diferidos	**59**	**91**

10. Imobilizado	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Móveis e utensílios	Total
Taxa estimada de depreciação (a.a.)	**2,63%**	**14,17%**		**17,22%**	
Saldo em 01/01/2022	**6.798**	**715**	**330**	**13**	**7.856**
Adição	58	180	-	1	239
Transferência	330	-	(330)	-	-
Depreciação	(238)	(113)	-	(3)	(354)
Saldo em 31/12/2022	**6.948**	**782**	**-**	**11**	**7.741**
Adição	87	82	-	-	169
Depreciação	(243)	(132)	-	(1)	(376)
Saldo em 31/12/2023	**6.792**	**732**	**-**	**10**	**7.534**
Custo	7.343	1.219	-	15	8.577
Depreciação acumulada	(551)	(487)	-	(5)	(1.043)
Saldo em 31/12/2023	**6.792**	**732**	**-**	**10**	**7.534**

11. Intangível	Licença de uso de software	Implantação de sistemas	Total
Taxa estimada de amortização (a.a.)	20%	-	-
Saldo em 01/01/2022	**31**	**11**	**42**
Baixa	-	(11)	(11)
Amortização	(4)	-	**(4)**
Saldo em 31/12/2022	**27**	**-**	**27**
Baixa	(16)	-	**(16)**
Baixa de amortização	9	-	**9**
Saldo em 31/12/2023	**20**	**-**	**20**
Custo	20	-	**20**
Amortização acumulada	-	-	**-**
Saldo em 31/12/2023	**20**	**-**	**20**

12. Direito de Uso / Passivo de Arrendamento: A norma contábil IFRS 16 – Leases para arrendadores não altera substancialmente o que já era previsto anteriormente. A contabilidade do arrendador continua a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia não possui contratos como arrendadora. No caso dos arrendatários, a IFRS 16 - Leases introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A movimentação em 2023 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo (*):

	Saldo em 2022	Adições	Amortização	Transferências	Pagamentos	Juros apropriados	Saldo em 2023
Ativos:							
Terrenos	27.027	1.660	(1.366)	-	-	-	27.321
Total do Ativo	**27.027**	**1.660**	**(1.366)**	**-**	**-**	**-**	**27.321**
Passivos:							
Terrenos	3.198	185	-	3.383	(3.383)	-	3.383
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Terrenos	(2.756)	(160)	-	(2.869)	-	2.916	(2.869)
Passivo arrendamento CP	**442**	**25**	**-**	**514**	**(3.383)**	**2.916**	**514**
Terrenos	63.952	3.702		(3.383)	-	-	64.271
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Terrenos	(35.720)	(2.068)		2.869	-	-	(34.919)
Passivo arrendamento LP	**28.232**	**1.634**		**(514)**	**-**	**-**	**29.362**
Total do Passivo	**28.232**	**1.634**	**-**	**-**	**(3.383)**	**2.916**	**29.866**
Resultado							
Amortização – Terrenos	-	-	(1.366)	-	-	-	(1.366)
PIS / COFINS sobre amortização	-	-	119	-	-	-	119
Despesa de juros – Terrenos	-	-	-	-	-	(2.916)	(2.916)
PIS / COFINS sobre juros	-	-	-	-	-	194	194
Resultado arrendamento	**-**	**-**	**(1.247)**	**-**	**-**	**(2.722)**	**(3.969)**

(*) Taxa de desconto utilizada 10,12%. Refere-se a contrato de cessão direito real de superfície em que a controladora Porto do Açu cede terreno para a Subsidiária Águas Industriais pelo prazo de 25 anos.

13. Impostos e contribuições a recolher	2023	2022
PIS/COFINS	40	55
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	10	12
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	1.118	1.469
PIS / COFINS/ CSLL – Ret.	10	5
INSS retido na fonte	1	4
ISS retido de terceiros	3	-
	1.182	**1.545**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.602**	**4.094**
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	(885)	(1.392)
Ajustes para derivar a alíquota efetiva:		
Outras adições permanentes	(308)	(55)
Ajuste adicional de IRPJ	43	24
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	**(1.150)**	**(1.423)**
Alíquota efetiva	(44,20%)	(35,89%)
Corrente	(1.119)	(1.469)
Diferido	(31)	46
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	**(1.150)**	**(1.423)**

14. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital da Companhia está representado por 9.736.904 ações ordinárias, sem valor nominal. **b) Dividendos** As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício social de 2023 foram gerados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 344 e foram propostos dividendos adicionais no valor de R$ 1.035, a serem pagos em exercícios subsequentes. Referente ao exercício social de 2022 foram gerados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 634 e foram propostos dividendos adicionais no valor de R$ 1.903, que foram pagos ao longo de 2023. **c) Reservas de Lucro:** Formada majoritariamente por Reserva Legal, que é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da lei 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. No encerramento do exercício social de 2023 foi calculado e registrado Reserva Legal no montante de R$ 73. **15. Receita líquida de serviços:** Os contratos da Companhia estão relacionados ao fornecimento de água. Os efeitos da adoção do CPC 47/IFRS 15 sobre as receitas de contratos com clientes da Companhia não foram relevantes conforme descrito na Nota explicativa 2 – Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

	2023	2022
Receita bruta		
Fornecimento de água	10.327	8.763
Fornecimento de água - partes relacionadas	1.216	2.843
Total receita bruta	**11.543**	**11.606**
Imposto sobre receita (Pis/Cofins)	(1.041)	(1.093)
Receita líquida	**10.502**	**10.513**

16. Custo sobre o serviço prestado: A Companhia apresenta os custos operacionais, como se segue:

	2023	2022
Salários e encargos	(1.064)	(969)
Serviços de terceiros	(1.851)	(1.681)
Aluguéis e arrendamentos	(102)	(99)
Depreciação e amortização	(378)	(352)
Amortização direito de uso – nota nº 12	(1.247)	(1.016)
Seguros diversos	(31)	(28)
Custos diversos	(582)	31
	(5.255)	**(4.114)**

17. Despesas administrativas: A Companhia apresenta as despesas gerais administrativas por natureza, como se segue:

	2023	2022
Despesas Gastos compartilhados	(303)	(376)
Serviço de terceiros	(190)	(103)
Impostos e taxas	(6)	(6)
Depreciação e amortização	(1)	(3)
Despesas diversas	(28)	(32)
	(528)	**(520)**

18. Resultado financeiro	2023	2022
Despesas financeiras		
Despesa financeira arrendamento – nota nº 12	(2.721)	(2.574)
Outras despesas financeiras	(36)	(86)
	(2.757)	**(2.660)**
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	381	852
Juros ativos	147	100
	528	**952**
Resultado financeiro líquido	**(2.229)**	**(1.708)**

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: O efeito da aplicação do CPC 48/IFRS 9 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito em Nota explicativa 2 – Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis. O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ati-

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

Águas Industriais do Açu S.A.

(Companhia Fechada)
CNPJ nº 17.671.018/0001-18

vos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. As contas da Companhia possuem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas de curto prazo. O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais:

			2023		2022	
	Categoria / Mensuração	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Caixa e bancos	custo amortizado	Nível 2	281	281	1.005	1.005
Aplicações financeiras	custo amortizado	Nível 2	5.555	5.554	4.848	4.848
Clientes	custo amortizado	Nível 2	878	863	1.008	874
Clientes partes relacionadas	custo amortizado	Nível 2	55	55	53	53
			6.769	**6.753**	**6.914**	**6.780**
Passivos						
Fornecedores	custo amortizado	Nível 2	235	235	268	268
Outros passivos financeiros	custo amortizado	Nível 2	411	411	328	328
Passivo de arrendamentos	custo amortizado	Nível 2	29.866	29.866	28.674	28.674
			30.512	**30.512**	**29.270**	**29.270**

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. (Nível 2) *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). (Nível 3) *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Objetivos e estratégias de gerenciamento de risco:** As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia não detém contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. · **Risco de Crédito:** O risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os *ratings* das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo. A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portifólio. Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada recebível com base na condição financeira de cada contraparte. A avaliação de crédito foi criada utilizando-se de premissas e dados históricos das principais agências de risco e bureau de crédito. As taxas de perdas são calculadas via uma matriz de multiplicação entre a taxa de perda de crédito esperada de cada recebível e o seu nível de inadimplemento na carteira e por meio do uso do método de rolagem, a probabilidade de receber avança por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. · **Risco de Liquidez:** A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2023. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	235	-	-	-	-	**235**
Passivo de arrendamento	251	263	566	3.817	24.969	**29.866**
Outros valores a pagar	1.791	-	-	-	-	**1.791**
Total por faixa de prazo	**2.277**	**263**	**566**	**3.817**	**24.969**	**31.892**

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2022. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	268	-	-	-	-	**268**
Passivo de arrendamento	215	226	444	1.817	25.971	**28.673**
Outros valores a pagar	2.389	-	-	-	-	**2.389**
Total por faixa de prazo	**2.872**	**226**	**444**	**1.817**	**25.971**	**31.330**

21. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são as seguintes:

	2023	2022
Riscos operacionais (Danos materiais)	13.160	13.160
Responsabilidade Civil (Danos a terceiros)	10.000	10.000
Lucros cessantes	3.000	3.500
	26.160	**26.660**

Composição da Diretoria

Eugênio Leite de Figueiredo - Diretor Presidente
Marcelo Chaladovsky - Diretor Financeiro
Vinicius Patel Ventura da Silva - Diretor
Mariana Assunção de Moraes Mansur - Diretora
João Paulo Araujo Braz - Diretor

Evando José Cazemiro Teixeira
Coordenador de Controladoria -Contador CRC RJ 117381/O-5

GRAN SERVICES S.A.

CNPJ nº 11.010.481/0001-32 - NIRE 333.0032410-1

Ata da Reunião do Conselho de Administração
Realizada em 15 de Abril de 2024

1. Local e Data da Reunião: No dia 15 de abril de 2024, às 11h, na sede da Gran Services S.A. ("Companhia") localizada na cidade de Macaé, estado do Rio de Janeiro, na estrada Hidelbrando Alves Barbosa, s/nº, km 6, Bairro Parque Aeroporto, CEP 27.963-506. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma do Parágrafo Sétimo do artigo 9° do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Miguel de Almeida Gradin; Secretária: Clarice Silveira Dias Garcia. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre (a) nos termos do artigo 9º, §8º (ii), do estatuto social da Companhia, a celebração pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, do "Instrumento de Transação", entre o Fundo de Investimento em Direitos Credítórios Não Padronizados Options, inscrito no CNPJ nº 29.010.636/0001-4, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Options II, inscrito no CNPJ nº 33.360.335/0001-70, a Graal Participações S.A., inscrita no CNPJ nº 14.826.903/0001-30, a Cirrus Energy B.V., inscrita na Câmara de Comércio da Holanda sob o nº 863160761, Bernardo Afonso de Almeida Gradin, inscrito no CPF sob o nº 316.183.245-00, e Miguel de Almeida Gradin, inscrito no CPF sob o nº 454.867.945-68 ("instrumento de Transação") e (b) nos termos do artigo 9º, § 8º, (xiii) do estatuto social da Companhia, no contexto da Ia (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, para colocação privada, da Companhia ("Emissão"), a ser realizada pela Companhia nos termos e condições previstos no *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da Gran Services S.A."* ("Escritura de Emissão"), deliberar sobre a autorização para outorga e constituição, pela Companhia em favor do(s) titular(es) das debêntures da Emissão ("Debenturista(s)") nos termos do artigo 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406/2002 e do artigo 66-B da Lei nº 4.728/1965, da Cessão Fiduciária Petrobras e da Cessão Fiduciária Equinor (conforme definidas abaixo) pela Companhia em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão). **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem qualquer restrição ou ressalva, os membros do Conselho de Administração da Companhia resolvem: **5.1** Nos termos do artigo 9º, § 8º, (ii) do estatuto social da Companhia, **aprovar,** celebração pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, do Instrumento de Transação; e **5.2** Nos termos do artigo 9°, § 8º, (xiii), do estatuto social da Companhia, **aprovar,** sujeita à ratificação pela Assembleia Geral da Companhia, a outorga e constituição, pela Companhia, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão), de cessão fiduciária de (i) direitos creditórios, de quaisquer naturezas, principais e acessórios, performados e não performados, presentes e futuros, de titularidade da Companhia e devidos pela **Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras,** sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.167/0001-01 ("Petrobras"). decorrentes do contrato nº 5900.0126126.23.2, celebrado entre a Petrobras e a Companhia, em 15 de janeiro de 2024, para prestação de serviços de manutenção e reparação em unidades de produção marítimas e para fornecedores de bens ("Contrato Petrobras 1"); (ii) direitos creditórios, de quaisquer naturezas, principais e acessórios, performados e não performados, presentes e futuros, de titularidade da Companhia e devidos pela Petrobras, decorrentes do contrato nº 5900.0122775.22.2, celebrado entre a Petrobras e a Companhia em 23 de dezembro de 2022, para prestação de serviços de manutenção e reparação em unidades de produção marítimas com fornecimento de partes e peças ("Contrato Petrobras 2") e, em conjunto com Contrato Petrobras 1, os ("Contratos Petrobras"); e (iii) direitos creditórios, presentes e futuros, detidos pela Companhia contra o Banco Depositário (conforme definido na Escritura de Emissão), em razão da conta vinculada de titularidade da Companhia e de movimentação exclusiva do Agente Fiduciário ("Conta Vinculada Petrobras"), incluindo (1) os direitos creditórios referentes a todos os recursos depositados na Conta Vinculada Petrobras ou que venham a ser nela depositados; (2) os direitos creditórios referentes a todos os recursos em trânsito, existentes ou futuros, com origem ou destino na Conta Vinculada Petrobras; e (3) as aplicações, existentes ou futuras, realizadas, de tempos em tempos, com os recursos depositados na Conta Vinculada Petrobras, incluindo rendimentos, juros, correções monetárias, multas e demais acessórios ("Cessão Fiduciária Petrobras"). A Cessão Fiduciária Petrobras será constituída mediante os respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia ("Contratos de Cessão Fiduciária Petrobras"), cujos termos e condições serão negociados entre as respectivas partes signatárias e a diretoria da Companhia, e serão refletidos na Escritura de Emissão. Adicionalmente, nos termos do artigo 9º, § 8º, (xiii), do estatuto social da Companhia, aprovar, sujeita à ratificação da Assembleia Geral da Companhia e à implementação das Condições Suspensivas Equinor descritas abaixo, a outorga e constituição, pela Companhia, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão), de cessão fiduciária de (i) direitos creditórios, de quaisquer naturezas, principais e acessórios, performados e não performados, presentes e futuros, de titularidade da Companhia e devidos pela Equinor Brasil Energia Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob o nº 04.028.583/0001-10 ("Equinor"), decorrentes do contrato n° 4600026065, celebrado entre a Equinor e a Companhia, em 23 de maio de 2022, para prestação de serviços de manutenção e modificação para o campo de Peregrino; e (ii) direitos creditórios, presentes e futuros, detidos pela Companhia contra o Banco Depositário (conforme definido na Escritura de Emissão), em razão conta vinculada de titularidade da Companhia e de movimentação exclusiva do Agente Fiduciário a ser constituída quando da implementação das Condições Suspensivas Equinor (conforme descritas abaixo) ("Conta Vinculada Equinor"), incluindo (1) os direitos creditórios referentes a todos os recursos que venham a ser depositados na Conta Vinculada Equinor; (2) os direitos creditórios referentes a todos os recursos em trânsito com origem ou destino na Conta Vinculada Equinor; e (3) as aplicações a serem realizadas, de tempos em tempos, com os recursos depositados na Conta Vinculada Equinor, incluindo rendimentos, juros, correções monetárias, multas e demais acessórios ("Cessão Fiduciária Equinor"). A Cessão Fiduciária Equinor será constituída mediante o respectivo contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia ("Contrato de Cessão Fiduciária Equinor"), cujos termos e condições serão negociados entre as respectivas partes signatárias e a diretoria da Companhia, e serão refletidos na Escritura de Emissão. Adicionalmente, a obrigação de constituição da Cessão Fiduciária Equinor está sujeita à implementação das seguintes condições suspensivas cumulativas; (i) extinção da cessão fiduciária de direitos creditórios a ser constituída em favor da Caixa Econômica Federal, instituição financeira inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04 ("CEF"); e (ii) que, quando da extinção da cessão fiduciária de direitos creditórios a ser constituída em favor da CEF, haja saldo devedor superior a 40% (quarenta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão ("Condições Suspensivas Equinor"). Para fins de clareza, o Contrato de Cessão Fiduciária Equinor será celebrado entre as respectivas partes signatárias desde já, mas sua eficácia e a eficácia da Cessão Fiduciária Equinor ficarão condicionadas à verificação cumulativa das 2 (duas) Condições Suspensivas Equinor aqui descritas, de modo que a Cessão Fiduciária Equinor somente será efetivamente eficaz após a verificação cumulativas das 2 (duas) Condições Suspensivas Equinor aqui descritas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei das S.A., que lida e conferida, foi aprovada e assinada pelos membros do Conselho de Administração da Companhia presentes. Todos os termos e expressões grafados em maiúsculo na presente ata e não expressamente aqui definidos terão o significado atribuído a tais termos e expressões na Escritura de Emissão. Macaé, 15 de abril de 2024. Mesa: **Miguel de Almeida Gradin -** Presidente; **Clarice Silveira Dias Garcia -** Secretária. **Membros de Conselho de Administração: Miguel de Almeida Gradin; Mario Augusto Silva; Philippe Lamoure. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro -** Empresa: Gran Services S.A. NIRE: 333.0032410-1. Protocolo: 2024/00342772-6. Data do protocolo: 17/04/2024. Certifico o arquivamento em 18/04/2024 sob o número 00006192278. **Gabriel Oliveira de Souza Voi -** Secretário-Geral.

LIGHT S.A. - Em Recuperação Judicial
CNPJ/ME nº 03.378.521/0001-75
NIRE 33.3.0026.316-1
Companhia Aberta

Certidão da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração ("Conselho") da Light S.A. - Em Recuperação Judicial "Light" ou ("Companhia"), realizada em 23 de fevereiro de 2024, lavrada sob a forma de Sumário dos Fatos. 1. Data, horário e local: Em 23 de fevereiro de 2024, às 18 horas, realizada por videoconferência, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. **2. Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. Hélio Calixto da Costa, Presidente do Conselho de Administração, Firmino Ferreira Sampaio Neto, Vice-Presidente do Conselho de Administração, Abel Alves Rochinha, Hélio Paulo Ferraz, Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure, Pedro de Moraes Borba, Raphael Manhães Martins, Wendell Alexandre Paes de Andrade de Oliveira, e Yuiti Matsuo Lopes. Como convidados, mas sem participar das votações, o Diretor-Presidente, Alexandre Nogueira Ferreira, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Rodrigo Tostes Solon de Pontes, o Diretor de Administração e de Gente e Gestão, Carlos Vinicius de Sá Roriz, os representantes do Escritório de Advocacia Barbosa, Müssnich, Aragão ("BMA"), Conrado de Castro Stievani e Eduardo G. Wanderley, do Escritório Wald, Antunes, Vita e Blattner Advogados, Eduardo Cezar Chad, a representante da Consultoria BR Partners, Fabiana Balducci e o Assistente Jurídico, Igor Martins Mesquita, escolhido para secretariar a mesa. **3. Convocação, instalação e lavratura da ata:** Convocação dispensada, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia e reunião devidamente instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração que decidiram que a ata será lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos. **4. Mesa: Presidente:** Hélio Calixto da Costa. **Secretário:** Igor Martins Mesquita. **5. Ordem do dia e Deliberações:** Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas: a) Consignar que, inicialmente, os Diretores presentes, em conjunto com os assessores externos da Companhia, apresentaram os principais termos e condições propostos para o Plano de Recuperação Judicial Modificativo da Companhia, conforme material de apoio disponibilizado aos Conselheiros e devidamente arquivado no Portal de Governança. b) Depois de esclarecidos os questionamentos suscitados e à luz do material apresentado, o Conselho de Administração decidiu aprovar, por unanimidade, com o registro de abstenção de voto do Conselheiro Raphael Manhães Martins, os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial Modificativo e a sua apresentação nos autos do processo de Recuperação Judicial da Companhia, em curso perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Recuperação Judicial"). c) O Conselho de Administração decidiu, ainda, por unanimidade, com o registro de abstenção de voto do Conselheiro Raphael Manhães Martins, autorizar a Diretoria da Companhia ("Diretoria") a tomar as providências e praticar todos os atos necessários com relação à efetivação da matéria aprovada, bem como autorizar que a Diretoria continue mantendo contatos e discussões com credores e demais *stakeholders*, envidando esforços para que sejam concluídas negociações com vistas ao equacionamento do endividamento da Companhia sujeito à Recuperação Judicial, podendo praticar todos os atos em todas as jurisdições nas quais tais medidas sejam necessárias, incluindo a divulgação da deliberação ora tomada ao Mercado, nos termos da legislação em vigor, sendo certo que serão observados os trâmites e procedimentos societários aplicáveis para a eventual adoção de quaisquer medidas que, nos termos do Estatuto Social da Companhia, requeiram aprovação prévia específica do Conselho de Administração. Certificamos que a presente certidão é cópia fiel da ata da Reunião do Conselho de Administração da Light S.A. - em Recuperação Judicial – realizada em 23 de fevereiro de 2024, às 18 horas, por videoconferência. **Igor Martins Mesquita** - Secretário da Mesa. **Arquivado na Jucerja nº 6133625 em 15/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral**.

LIGHT S.A. - Em Recuperação Judicial
CNPJ/ME Nº 03.378.521/0001-75
NIRE Nº 33.3.0026.316-1
Capital Aberto

Extrato da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração ("Conselho") da Light S.A. - Em Recuperação Judicial ("Light" ou "Companhia"), realizada em 30 de janeiro de 2024, lavrada sob a forma de Sumário dos fatos. 1. Data, horário e local: Em 30 de janeiro de 2024, às 10 horas, realizada na Sede da Companhia, localizada na Avenida Marechal Floriano, 168, parte, 2º andar, corredor A, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20080-002 ("Sede") e por videoconferência, sendo considerada realizada na Sede, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia ("Reunião"). **2. Presentes:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. Hélio Calixto da Costa, Presidente do Conselho de Administração, Firmino Ferreira Sampaio Neto, Vice-Presidente do Conselho de Administração, Abel Alves Rochinha (somente nos itens 7.1 a 7.10), Hélio Paulo Ferraz, Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure, Pedro de Moraes Borba, Raphael Manhães Martins (por videoconferência), Wendell Alexandre Paes de Andrade de Oliveira (por videoconferência) e Yuiti Matsuo Lopes. Compareceram, também, como convidados, sem, contudo, participarem das votações, o *Chief Executive Officer* (CEO), Alexandre Nogueira Ferreira, o *Chief Operating Officer* (COO), Carlos Vinícius de Sá Roriz, o Diretor de Distribuição Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão, o *Controller*, Vicente Cortes de Carvalho, o Consultor Financeiro, Gustavo Nasser Moreira, a advogada, Renata Yamada Bürkle, o Assistente Jurídico Sênior, Igor Martins Mesquita e a *Governance Officer*, Paula Regina Novello Cury, convidada para secretariar a Mesa. **3. Convocação, instalação e lavratura da ata:** Convocação da reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2024, nos termos do art. 10 do Estatuto Social e devidamente instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. O Conselho, por unanimidade, decidiu que a ata será lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos. **4. Mesa: Presidente:** Hélio Calixto da Costa; **Secretária:** Paula Regina Novello Cury. **7. Assuntos Deliberativos Tratados: 7.2. Alteração na Diretoria Executiva da Companhia e das suas Subsidiárias - Diretoria Financeira e de Relações com Investidores: 7.2.1. Eleição do Sr. Rodrigo Tostes Solon de Pontes para o Cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Light S.A.:** Com a recomendação do CPG, o Conselho de Administração, por unanimidade, elegeu o Sr. Rodrigo Tostes Solon de Pontes, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da carteira de identidade nº 103.681.490, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/ME sob o n° 706.348.079-0, com endereço comercial na Av. Marechal Floriano, 168, parte, 2º andar, corredor A, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20080-002, para o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, com efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2024, para o cumprimento restante do mandato a encerrar-se em 31 de agosto de 2024. **7.4. Alteração na Diretoria Executiva da Companhia - Diretor sem designação específica - função Jurídica Tributária e Estratégica: 7.4.3.Eleição da Diretora sem designação específica para exercer as funções Jurídica Tributária e Estratégica:** Com a recomendação do CPG, o Conselho de Administração, por unanimidade, elegeu a Sra. Renata Yamada Bürkle, brasileira, divorciada, advogada, portadora da carteira de identidade nº 126.009, expedida pela OAB/RJ, e inscrita no CPF/ME sob o n° 090.618.417-71, com endereço comercial na Av. Marechal Floriano, 168, parte, 2º andar, corredor A, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20080-002, para o cargo de Diretora sem designação específica, que exercerá a função de Diretora Jurídica Tributária e Estratégica, para o cumprimento restante do mandato a encerrar-se em 31 de agosto de 2024. Declaro que o presente é um extrato da ata da reunião ordinária do Conselho de Administração da Light S.A.- Em Recuperação Judicial, realizada no dia 30.01.2024, às 10 horas, na Sede da Companhia**.** Paula Regina Novello Cury - Secretária da Mesa. **Arquivado na Jucerja nº 6109024 em 01/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral**.

LIGHT S.A. - Em Recuperação Judicial
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 03.378.521/0001-75
NIRE 33.3.0026.316-1

Extrato da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração ("Conselho") da Light S.A. – Em recuperação judicial ("Light" ou "Companhia"), realizada em 09 de janeiro de 2024, lavrada sob a forma de sumário dos fatos. 1. Data, horário e local: Em 09 de janeiro de 2024, às 20h30, realizada por videoconferência, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia ("Reunião"). **2. Presentes:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. Hélio Calixto da Costa, Presidente do Conselho de Administração, Firmino Ferreira Sampaio Neto, Vice-Presidente do Conselho de Administração, Abel Alves Rochinha, Hélio Paulo Ferraz, Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure, Pedro de Moraes Borba, Raphael Manhães Martins, Wendell Alexandre Paes de Andrade de Oliveira e Yuiti Matsuo Lopes. Compareceu, também, a Secretária Executiva do Conselho de Administração, Ana Cristina Fonseca dos Santos, convidada e escolhida para secretariar a mesa. **3. Convocação, instalação e lavratura da ata:** Convocação dispensada, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia e reunião devidamente instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração que decidiram que a ata será lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos. **4. Mesa: Presidente:** Hélio Calixto da Costa; **Secretária:** Ana Cristina Fonseca dos Santos. **5. Ordem do dia: Assuntos deliberativos:** (i) Alteração na composição das Diretorias Executivas da Light, Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA") e Light Energia S.A. ("Light Energia"); e (ii) Outros assuntos de interesse do Conselho de Administração. **6. Abertura dos Trabalhos:** O Presidente da Mesa, Sr. Hélio Calixto da Costa, abriu os trabalhos relatando sobre a ordem do dia. **7. Assuntos Deliberativo Tratados: 7.1. Alteração na composição das Diretorias Executivas da Light S.A.; Light Serviços de Eletricidade S.A. e Light Energia S.A.:** Considerando o recebimento pelo Presidente do Conselho de Administração, nesta data, da carta de renúncia do Sr. Eduardo Guardiano Leme Gotilla do cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia, e nos demais cargos ocupados no Grupo Light, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, o seguinte: (i) Aprovar a eleição do Sr. Alexandre Nogueira Ferreira como Diretor de Relações com Investidores interino da Companhia, com efeitos a partir da presente data; (ii) Aprovar a orientação de voto a ser proferido pelos representantes da Companhia: na Reunião do Conselho de Administração da Light SESA no sentido de eleger o Sr. Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão como Diretor de Relações com Investidores interino da Light SESA; e (iii) Aprovar a orientação de voto a ser proferido pelos representantes da Companhia na Reunião do Conselho de Administração da Light Energia no sentido de eleger o Sr. Carlos Vinícius de Sá Roriz como Diretor de Relações com Investidores interino da Light Energia; Os Conselheiros autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias à implementação das deliberações ora tomadas, bem como a divulgação de Fato Relevante, informando os acionistas e o mercado sobre as alterações na Diretoria Executiva da Companhia. Declaro que o presente é um extrato da ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 09 de janeiro de 2024, às 20h30min, realizada mediante videoconferência. **Ana Cristina Fonseca dos Santos -** Secretária da reunião. **Arquivado na Jucerja nº 6089689 em 20/02/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - secretário geral**.

AUTO VIAÇÃO ABC S.A.
CNPJ/MF: 31.694.813/0001-52 - NIRE: 33.3.0028789-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Auto Viação ABC S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Neto, 136, Alcântara, CEP: 24.730-590 ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. B12; e 02 de abril de 2024, na pág. B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 144; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. 20; e 02 de abril de 2024, na pág. 12. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmaua@vmaua.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO -** Diretor-Presidente.

AUTO ÔNIBUS ALCÂNTARA S.A.
CNPJ/MF: 31.520.745/0001-05 - NIRE: 33.3.0027348-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Auto Ônibus Alcântara S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Acácio, 363, Boassu, CEP 24467-110 ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 11:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 04 de abril de 2024, na pág. B5; e 05 de abril de 2024, na pág. B4, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 133; 04 de abril de 2024, na pág. 24; e 05 de abril de 2024, na pág. 8. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmaua@vmaua.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO -** Diretor-Presidente.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

GRAN SERVICES S.A.

CNPJ nº 11.010.481/0001-32 - NIRE 333.0032410-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 16 de Abril de 2024

1. Local e Data da Assembleia: No dia 16 de abril de 2024, às 11h, na sede da Gran Services S.A. ("Companhia") localizada na cidade de Macaé, estado do Rio de Janeiro, na estrada Hidelbrando Alves Barbosa, s/n, km 6, Bairro Parque Aeroporto, CEP 27.963-506. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, na forma do §4° do artigo 124 da Lei n° 6.404/1976 ("Lei das S.A.") conforme se verifica pelas assinaturas no "Livro de Presença de Acionistas" e apostas na ata a que se refere esta assembleia. **3. Mesa:** Presidente: Miguel de Almeida Gradin; Secretária: Clarice Silveira Dias Garcia. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a realização, pela Companhia, da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, para colocação privada, da Companhia ("Emissão"), nos termos e condições previstos no "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da Gran Services S.A.*" ("Escritura de Emissão"); (ii) a ratificação e a autorização da outorga e constituição, pela Companhia em favor do(s) titular(es) das debêntures da Emissão ("Debenturista(s)") nos termos do artigo 1.361 e seguintes da Lei n° 10.406/2002 ("Código Civil") e do artigo 66-B da Lei n° 4.728/1965, de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos dos Contratos Petrobras (conforme definido abaixo) em garantia das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão, conforme deliberado pelo Conselho de Administração nesta data; (iii) a ratificação e a autorização da outorga e constituição, pela Companhia em favor do(s) Debenturista(s), nos termos dos artigos 125 e 1.361 e seguintes do Código Civil e do artigo 66-B da Lei n° 4.728/1965, observadas as Condições Suspensivas Equinor (conforme definidas abaixo), de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos do Contrato Equinor (conforme definido abaixo) em garantia das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão, conforme deliberado pelo Conselho de Administração nesta data; (iv) a autorização para outorga e constituição, pelo(s) acionista(s) da Companhia, em favor do(s) Debenturista(s), nos termos do artigo 66-B da Lei n° 4.728/1965, do Decreto-Lei n° 911/1969, dos artigos 40 e 113, parágrafo único, da Lei das S.A., bem como com os artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, de alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia em garantia das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão; (v) a autorização à diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e outorga e constituição das garantias, incluindo, mas não se limitando, a negociação dos termos e condições e celebração da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia (conforme abaixo definido) e dos demais contratos e documentos necessários à implementação da Emissão e outorga e constituição das garantias; e (vi) a ratificação dos atos já praticados anteriormente à realização desta assembleia pela diretoria da Companhia, ou por seus procuradores, conforme o caso, para a consecução da Emissão e outorga e constituição das garantias. **5 • Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem qualquer restrição ou ressalva, os acionistas presentes resolvem: **5.1 Aprovar** a realização, pela Companhia, da Emissão, cujas principais condições são as seguintes: **I. Data de emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 16 de abril de 2024 ("Data de Emissão"). **II. Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R$ 130.590.000,00 (cento e trinta milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil reais), na Data de Emissão. **III. Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única. **IV. Quantidade:** Serão emitidas 130.590 (cento e trinta mil, quinhentos e noventa) Debêntures (as "Debêntures"). **V. Conversibilidade, Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações da Companhia, escriturais e nominativas, sem a emissão de cautelas ou certificados. Para todos fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador das Debêntures. **VI. Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das S.A., com garantia fidejussória adicional. **VII. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). **VIII. Prazo, Preço e Forma de Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas, à vista, por meio de boletim de subscrição, pelo Valor Nominal Unitário. A totalidade das Debêntures será integralizada por meio da entrega da totalidade dos direitos creditórios detidos pelo(s) Debenturista(s) contra a Cirrus Energy B.V. ("Cirrus"), oriundos do "Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças", datado de 16 de abril de 2024. **IX. Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. **X. Amortização do Valor Nominal Unitário:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 12 (doze) parcelas trimestrais e consecutivas, sendo a 1ª (primeira) parcela devida em 15 de julho de 2024 e as demais parcelas devidas sempre no dia 15 (quinze) de cada trimestre subsequente, até a Data de Vencimento (conforme definida abaixo), conforme o cronograma de pagamento estabelecido na Escritura de Emissão (cada uma das datas de pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, uma "Data de Pagamento do Valor Nominal Unitário"). **XI. Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, incidirão, a partir da Data de Emissão, juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa (*spread)* de 5,0000% (cinco inteiros por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser calculada nos termos da Escritura de Emissão ("Remuneração"). **XII. Pagamento da Remuneração:** A Remuneração será paga trimestralmente, sendo o 1º (primeiro) pagamento devido em 15 de julho de 2024 e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 (quinze) de cada trimestre subsequente, até a Data de Vencimento (conforme definida abaixo) (cada uma das datas de pagamento da Remuneração, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). **XIII. Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão data de vencimento em 15 de abril de 2027 ("Data de Vencimento"). **XIV. Local e Método de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia por meio do Escriturador. **XV. Amortização Extraordinária Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, de forma parcial ou integral, sem que qualquer multa ou prêmio seja devido em favor do(s) Debenturista(s), limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, calculado nos termos da Escritura de Emissão ("Amortização Extraordinária Facultativa"). A Amortização Extraordinária Facultativa será realizada mediante o pagamento, na seguinte ordem: (a) das multas eventualmente devidas nos termos da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão); (b) dos Encargos Moratórios devidos, se houver; (c) de todas as despesas necessárias para proteger os direitos e interesses do(s) Debenturista(s) ou realizar os seus créditos, inclusive Honorários Advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao(s) Debenturista(s) (conforme estabelecido na Escritura de Emissão); e (d) da Remuneração das Debêntures devida na Data da Amortização Extraordinária Facultativa. Feitos os pagamentos relacionados nos itens (a) a (d) acima, o saldo disponível dos recursos referentes à Amortização Extraordinária Facultativa, se houver, será utilizado da seguinte forma: (x) 50% (cinquenta por cento) de tal saldo disponível será utilizado para a amortização antecipada das parcelas de Amortização de Principal vincendas na data e/ou nas datas imediatamente posteriores à data da Amortização Extraordinária Facultativa; e (y) 50% (cinquenta por cento) de tal saldo disponível será utilizado para a amortização antecipada das parcelas de Amortização de Principal vincendas, em ordem cronológica inversa, desde a Data de Vencimento até a data da Amortização Extraordinária Facultativa. Na hipótese de Amortização Extraordinária Facultativa, os valores devidos a título de Remuneração serão calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa. **XVI. Resgate Antecipado Facultativo:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, sem que qualquer multa ou prêmio seja devido em favor do(s) Debenturista(s) ("Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado Facultativo será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) das multas eventualmente devidas nos termos da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão); (b) dos Encargos Moratórios devidos, se houver; (c) de todas as despesas necessárias para proteger os direitos e interesses do(s) Debenturista(s) ou realizar os seus créditos, inclusive Honorários Advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao(s) Debenturista(s) (conforme definido na Escritura de Emissão); (d) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definida na Escritura de Emissão) ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data do Resgate Antecipado Facultativo; e (e) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão. **XVII. Amortização Extraordinária Compulsória e Resgate Antecipado Compulsório:** Caso ocorra a Captação Extraordinária Dome (conforme definido na e nos termos da Escritura de Emissão), a Companhia deverá realizar a amortização extraordinária compulsória das Debêntures, sem que qualquer multa ou prêmio seja devido em favor do(s) Debenturista(s), em até 2 (dois) dias úteis a contar da data do recebimento dos recursos oriundos da Captação Extraordinária Dome (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Amortização Extraordinária Compulsória"). A Amortização Extraordinária Compulsória será realizada mediante o pagamento, na seguinte ordem: (a) das multas eventualmente devidas nos termos da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão); (b) dos Encargos Moratórios devidos, se houver; (c) de todas as despesas necessárias para proteger os direitos e interesses do(s) Debenturista(s) ou realizar os seus créditos, inclusive Honorários Advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao(s) Debenturista(s) (conforme definido na Escritura de Emissão); e (d) da Remuneração das Debêntures devida na Data da Amortização Extraordinária Compulsória. Feitos os pagamentos relacionados nos itens (a) a (d) acima, o saldo disponível de recursos referentes à Amortização Extraordinária Compulsória, se houver, será utilizado da seguinte forma: (x) 50% (cinquenta por cento) de tal saldo disponível será utilizado para a amortização antecipada das parcelas de Amortização de Principal vincendas na data e/ou nas datas imediatamente posteriores à data da Amortização Extraordinária Compulsória; e (y) 50% (cinquenta por cento) de tal saldo disponível será utilizado para a amortização antecipada das parcelas de Amortização de Principal vincendas, em ordem cronológica inversa, desde a Data de Vencimento até a data da Amortização Extraordinária Compulsória. Caso os recursos oriundos da Captação Extraordinária Dome sejam suficientes para liquidar totalmente o Saldo Devedor das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), com o consequente resgate da totalidade das Debêntures, ocorrerá o resgate antecipado compulsório da totalidade das Debêntures, conforme estabelecido na Escritura de Emissão ("Resgate Antecipado Compulsório"). O Resgate Antecipado Compulsório será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) das multas eventualmente devidas nos termos da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão; (b) dos Encargos Moratórios devidos, se houver; (c) de todas as despesas necessárias para proteger os direitos e interesses do(s) Debenturista(s) ou realizar os seus créditos, inclusive Honorários Advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao(s) Debenturista(s); (d) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definida na Escritura de Emissão) ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data do Resgate Antecipado Compulsório; e (e) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura. **XVIII. Bônus de Adimplência:** Desde que a Companhia, a Cirrus e os Fiadores estejam adimplentes com todas as suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias (exceto pelas Obrigações Não Pecuniárias Secundárias), previstas na Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme declarado pela Companhia e verificado e apurado pelo Agente Fiduciário com base nas informações que lhe tenham sido disponibilizadas, sobre o valor a ser pago ao(s) Debenturista(s), nos termos da Escritura de Emissão, em decorrência de Amortização Extraordinária Facultativa, Amortização Extraordinária Compulsória, Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Compulsório será concedido à Companhia um desconto, a título de bônus de adimplência, em valor fixo e certo, não sujeito a atualização monetária ou quaisquer acréscimos, nas seguintes hipóteses não cumulativas: (i) na hipótese de Amortização Extraordinária Facultativa, Amortização Extraordinária Compulsória, Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Compulsório que, de forma isolada ou conjunta, resulte no pagamento integral do Saldo Devedor das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão) até 30 de dezembro de 2024 (inclusive), será aplicado um desconto de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais); ou (ii) na hipótese de Amortização Extraordinária Facultativa, Amortização Extraordinária Compulsória, Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Compulsório que, de forma isolada ou conjunta, resulte no pagamento integral do Saldo Devedor das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão) até 30 de junho de 2025 (inclusive), será aplicado um desconto de R$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). **XIX. Vencimento Antecipado:** Nos termos previstos na Escritura de Emissão, na ocorrência de determinados eventos ali definidos, o(s) Debenturista(s) poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir o pagamento, pela Companhia, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, do somatório do saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures acrescido(a) das multas eventualmente devidas nos termos da Escritura e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão); (b) dos Encargos Moratórios devidos, se houver; (c) de todas as despesas necessárias para proteger os direitos e interesses do(s) Debenturista(s) ou realizar os seus créditos, inclusive Honorários Advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao(s) Debenturista(s) (conforme definido na Escritura de Emissão); (d) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data de cálculo em questão; e (e) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão. **XX. Garantias Reais:** Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Emissão, nos termos da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão), serão constituídas as seguintes garantias reais, nos termos dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil e do artigo 66-B da Lei n° 4.728/1965: (a) Alienação fiduciária de ações: alienação fiduciária sobre a totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade de Cirrus, na qualidade de única acionista da Companhia ("Alienação Fiduciária"). A Alienação Fiduciária será constituída mediante o respectivo contrato de alienação fiduciária de ações em garantia "Contrato de Alienação Fiduciária", cujos termos e condições serão negociados entre as respectivas partes signatárias e serão refletidos na Escritura de Emissão. (b) Cessão fiduciária de direitos creditórios (Contratos Petrobras): cessão fiduciária de (i) direitos creditórios, de quaisquer naturezas, principais e acessórios, performados e não performados, presentes e futuros, de titularidade da Companhia e devidos pela **Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras,** sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o n° 33.000.167/0001-01 ("Petrobras"), decorrentes do contrato n° 5900.0126126.23.2, celebrado entre a Petrobras e a Companhia, em 15 de janeiro de 2024, para prestação de serviços de manutenção e reparação em unidades de produção marítimas e para fornecedores de bens ("Contrato Petrobras 1"); (ii) direitos creditórios, de quaisquer naturezas, principais e acessórios, performados e não performados, presentes e futuros, de titularidade da Companhia e devidos pela Petrobras, decorrentes do contrato nº 5900.0122775.22.2, celebrado entre a Petrobras e a Companhia em 23 de dezembro de 2022, para prestação de serviços de manutenção e reparação em unidades de produção marítimas com fornecimento de partes e peças ("Contrato Petrobras 2") e, em conjunto com Contrato Petrobras 1, os "Contratos Petrobras"; e (iii) direitos creditórios, presentes e futuros, detidos pela Companhia contra o Banco Depositário (conforme definido na Escritura de Emissão), em razão da conta vinculada de titularidade da Companhia e de movimentação exclusiva do Agente Fiduciário ("Conta Vinculada"), incluindo (1) os direitos creditórios referentes a todos os recursos depositados na Conta Vinculada ou que venham a ser nela depositados; (2) os direitos creditórios referentes a todos os recursos em trânsito, existentes ou futuros, com origem ou destino na Conta Vinculada; e (3) as aplicações, existentes ou futuras, realizadas, de tempos em tempos, com os recursos depositados na Conta Vinculada, incluindo rendimentos, juros, correções monetárias, multas e demais acessórios ("Cessão Fiduciária Petrobras"). A Cessão Fiduciária Petrobras será constituída mediante os respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia ("Contratos de Cessão Fiduciária Petrobras"), cujos termos e condições serão negociados entre as respectivas partes signatárias e a diretoria da Companhia, e serão refletidos na Escritura de Emissão. (c) Cessão fiduciária de direitos creditórios (Equinor): cessão fiduciária de (i) direitos creditórios, de quaisquer naturezas, principais e acessórios, performados e não performados, presentes e futuros, de titularidade da Companhia e devidos pela Equinor Brasil Energia Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob o n° 04.028.583/0001- 10 ("Equinor"), decorrentes do contrato n° 4600026065, celebrado entre a Equinor e a Companhia, em 23 de maio de 2022, para prestação de serviços de manutenção e modificação para o campo de Peregrino ("Contrato Equinor"); e (ii) direitos creditórios, presentes e futuros, detidos pela Companhia contra o Banco Depositário (conforme definido na Escritura de Emissão), em razão Conta Vinculada de titularidade da Companhia e de movimentação exclusiva do Agente Fiduciário, incluindo (1) os direitos creditórios referentes a todos os recursos que venham a ser depositados na Conta Vinculada; (2) os direitos creditórios referentes a todos os recursos em trânsito com origem ou destino na Conta Vinculada; e (3) as aplicações a serem realizadas, de tempos em tempos, com os recursos depositados na Conta Vinculada, incluindo rendimentos, juros, correções monetárias, multas e demais acessórios ("Cessão Fiduciária Equinor"). A Cessão Fiduciária Equinor será constituída mediante o respectivo contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia ("Contrato de Cessão Fiduciária Equinor" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária e o Contrato de Cessão Fiduciária Petrobras, os "Contratos de Garantia"), cujos termos e condições serão negociados entre as respectivas partes signatárias e a diretoria da Companhia, e serão refletidos na Escritura de Emissão. Adicionalmente, a eficácia da Cessão Fiduciária Equinor está sujeita à implementação das seguintes condições suspensivas cumulativas: (i) extinção da cessão fiduciária de direitos creditórios a ser constituída em favor da Caixa Econômica Federal, instituição financeira inscrita no CNPJ sob o n° 00.360.305/0001-04 ("CEF"); e (ii) que, quando da extinção da cessão fiduciária de direitos creditórios a ser constituída em favor da CEF, haja saldo devedor superior a 40% (quarenta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão, ou seja, de R$ 52.236.000,00 (cinquenta e dois milhões, duzentos e trinta e seis mil reais) ("Condições Suspensivas Equinor"). Para fins de clareza, o Contrato de Cessão Fiduciária Equinor será celebrado entre as respectivas partes signatárias desde já, mas sua eficácia e a eficácia da Cessão Fiduciária Equinor ficarão condicionadas à verificação cumulativa das Condições Suspensivas Equinor, de modo que a Cessão Fiduciária Equinor somente será efetivamente eficaz após a verificação cumulativa das 2 (duas) Condições Suspensivas Equinor. **XXI. Garantia Fidejussória:** Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Emissão, nos termos da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão), **Bernardo Afonso de Almeida Gradin,** casado em regime de separação total de bens com Adriana Meyer Barbuda Gradin, com endereço profissional na Av. Prof. Almeida Prado, 532 Prédio Bionano 50 - Butantã, São Paulo - SP, CEP 05508-901, inscrito no CPF sob o n° 316.183.245-00, portador da cédula de identidade RG n° 1.832.123-20, expedida pela SSP/BA ("BG"), e **Miguel de Almeida Gradin,** casado em regime de separação total de bens com Paola Mavropoulos Beekhuizen Villar Gradin, com endereço profissional na Av. Prof. Almeida Prado, 532 Prédio Bionano 50 - Butantã, São Paulo - SP, CEP 05508901, inscrito no CPF sob o n° 454.867.945-68, portador da cédula de identidade RG n° 1.832.125-92, expedida pela SSP/BA ("MG" e, em conjunto com BG, "Fiadores"), obrigam-se, em favor do(s) Debenturista(s), de forma irrevogável e irretratável, como fiadores e principais pagadores, solidariamente com a Companhia e entre si, das Obrigações Garantidas (conforme descrita na Escritura de Emissão), nos termos da Escritura de Emissão e dos artigos 818 e seguintes do Código Civil. **XXII. Condições Suspensivas da Emissão:** A eficácia da Emissão está condicionada à comprovação de implementação das seguintes condições suspensivas cumulativas: (i) celebração dos Documentos da Emissão pelas partes respectivas; (ii) arquivamento desta ata perante a Junta Comercial competente e publicação desta ata no jornal adotado pela Companhia para efetuar suas publicações, com a divulgação simultânea da íntegra da referida ata na página do referido jornal na rede mundial de computadores; (iii) registro do Contrato de Alienação Fiduciária nos cartórios de títulos e documentos das cidades de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, e de São Paulo, Estado de São Paulo, bem como averbação da Alienação Fiduciária no livro de registro de ações de emissão da Companhia; e (iv) registro dos Contratos de Cessão Fiduciária Petrobras nos cartórios de títulos e documentos das cidades de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, e de São Paulo, Estado de São Paulo, bem como constituição definitiva da trava de domicílio bancário, via Programa Progredir, nos termos do Regulamento do Programa Progredir, para o futuro pagamento de recebíveis relativos a cada um dos Contratos Petrobras objeto da Cessão Fiduciária Petrobras ("Condições Suspensivas"). As Condições Suspensivas deverão ser satisfeitas em até 90 (noventa) dias a partir da Data de Emissão ("Data Limite"). Na data em que houver o cumprimento da última das Condições Suspensivas (ou da renúncia pelo Agente Fiduciário), a Emissão se tomará plenamente válida e eficaz, sem a necessidade de qualquer formalidade adicional ("Data de Fechamento" e "Fechamento", respectivamente), devendo a Companhia comunicar tal fato ao Agente Fiduciário em 2 (dois) Dias Úteis. As Condições Suspensivas são para benefício exclusivo do(s) Debenturista(s) e só podem ser renunciadas pelo Agente Fiduciário, integral ou parcialmente, pelo envio de notificação à Companhia, a qualquer momento, a exclusivo critério do(s) Debenturista(s), que poderão, a qualquer momento, renunciar a uma ou mais Condições Suspensivas e exigir que o Fechamento ocorra, sem prejuízo do cumprimento das obrigações de fazer previstas como Condição(ões) Suspensiva(s) e que sejam renunciada(s), posteriormente ao Fechamento. Caso ocorra a renúncia pelo Agente Fiduciário à Condição Suspensiva prevista no item (iv) acima, a comprovação do registro definitivo de Conta Vinculada, via Programa Progredir, como local de pagamento exclusivo (domicílio bancário) dos recebíveis relativos a cada um dos Contratos de Cessão Fiduciária Petrobras, passará a ser considerado automaticamente uma obrigação a ser cumprida pela Companhia após o Fechamento, devendo a Companhia e os Fiadores empregarem, de boa-fé e sempre tempestivamente, todos os esforços necessários e razoáveis para que o registro definitivo mencionado sejam realizado no menor prazo possível. Se for atingida a Data Limite e houver renúncia da Condição Suspensiva prevista no item (iv) acima, deverá ser assinado, em até 3 (três) Dias Úteis do recebimento da notificação de renúncia encaminhada pelo Agente Fiduciário, um instrumento de aditamento à Escritura de Emissão para fins de modificar a frequência das Datas de Pagamento da Remuneração de juros remuneratórios das Debêntures de trimestral para mensal ("1° Aditamento à Escritura"). Na hipótese de a constituição definitiva da trava de domicílio bancário, via Programa Progredir, ocorrer após a celebração do 1º Aditamento, deverá ser assinado, em até 3 (três) Dias Úteis da confirmação da constituição definitiva da trava de domicílio bancário, um instrumento de aditamento à Escritura de Emissão para fins de modificar a frequência das Datas de Pagamento da Remuneração de juros remuneratórios das Debêntures de mensal para trimestral ("2° Aditamento à Escritura"). **XXIII. Demais Características:** As demais características das Debêntures serão especificadas na Escritura de Emissão. **5.2** Nos termos do art. 9º, §8°, item (xiii) do Estatuto Social da Companhia, **ratificar** a deliberação do Conselho de Administração da Companhia tomada nesta data, aprovando, neste ato, a outorga e constituição, pela Companhia, da Cessão Fiduciária Petrobras, conforme descrita no item 5.1 desta ata, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão). **5.3** Nos termos do art. 9º, §8°, item (xiii) do Estatuto Social da Companhia, **ratificar** a deliberação do Conselho de Administração da Companhia tomada nesta data, aprovando, neste ato, a outorga e constituição, pela Companhia, da Cessão Fiduciária Equinor, conforme descrita no item 5.1 desta ata, observadas as Condições Suspensivas Equinor, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão). **5.4** Nos termos do art. 7º, item *d*, do Estatuto Social da Companhia, **autorizar** a constituição, pelo acionista da Companhia em favor do(s) Debenturista(s), da Alienação Fiduciária sobre a totalidade das ações de emissão da Companhia, conforme descrita no item 5.1 desta ata, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão). **5.5 Autorizar** expressamente a diretoria da Companhia (por si ou seus procuradores), a adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e/ou à outorga das (ou, conforme o caso, à obrigação de outorgar as) garantias fiduciárias ora aprovadas, incluindo, sem limitação, à negociação dos termos e condições (incluindo, sem limitação, os eventos de vencimento antecipado e obrigações da Companhia) e celebração da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e/ou dos demais contratos e documentos necessários à implementação da Emissão e outorga e constituição das garantias. **5.6 Ratificar** os atos já praticados anteriormente à realização desta assembleia pela diretoria da Companhia (por si ou seus procuradores), confome o caso, para a consecução da Emissão e outorga e constituição das garantias. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei das S.A., que lida e conferida, foi aprovada e assinada pelos acionistas presentes. Todos os termos e expressões grafados em maiúsculo na presente ata e não expressamente aqui definidos terão o significado atribuído a tais termos e expressões na Escritura de Emissão. Confere com o original lavrado em livro próprio. Macaé, 16 de abril de 2024. **Mesa: Miguel de Almeida Gradin -** *Presidente;* **Clarice Silveira Dias Garcia -** *Secretária.* **Acionista: Cirrus Energy B.V. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro -** Certifico o arquivamento em 18/04/2024 sob o nº 00006191451. Protocolo 2024/00340301-0 em 16/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

GRUPO FQM HOLDING S.A.

CNPJ 27.059.432/0001-24

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022, bem como as Demonstrações de Resultado, Demonstrações do Resultado Abrangente, das Mutações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa. Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário. RJ, 19/04/2024. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial em 31/12 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
ATIVO	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	96	4	18.652	15.662
Contas a receber de clientes	–	–	473.528	464.037
Crédito com partes relacionadas	94	110	–	–
Estoques	–	–	362.023	323.393
Impostos a recuperar	–	–	30.646	50.395
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	829
Despesas antecipadas	–	–	32.393	58.453
Dividendos e JCP a receber	6.166	5.820	–	–
Outros ativos	–	–	7.793	7.035
Total do ativo circulante	**6.356**	**5.934**	**925.035**	**919.804**
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Impostos a recuperar	–	–	53.864	55.281
Despesas antecipadas	–	–	15.251	938
Depósitos judiciais	–	–	11.430	7.226
Aplicação financeira	–	–	19.186	17.393
Outros ativos	–	3.223	–	3.221
Crédito com parte relacionada	9.697	–	9.697	–
Impostos diferidos	–	–	17.510	15.325
	9.697	**3.223**	**126.938**	**99.384**
Investimentos	1.553.520	1.419.985	–	–
Imobilizado	8.900	8.900	148.071	143.142
Ativos de direito de uso	–	–	43.643	8.694
Intangível	–	–	859.388	857.450
Total do ativo não circulante	**1.572.117**	**1.432.108**	**1.178.040**	**1.108.670**
TOTAL DO ATIVO	**1.578.473**	**1.438.042**	**2.103.075**	**2.028.474**
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	–	–	243.756	245.533
Obrigações sociais	–	–	40.040	45.428
Impostos, taxas e contribuições	7	12	8.493	7.097
Empréstimos e financiamentos	–	–	137.643	137.157
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	1.240
Passivos de arrendamento	–	–	13.452	8.342
Outros passivos	–	–	15.259	22.796
Contas a pagar - partes relacionadas	–	8.601	–	–
Total do passivo circulante	**7**	**8.613**	**458.643**	**467.593**
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	–	–	20.044	105.169
Passivos de arrendamento	–	–	37.343	1.762
Outros passivos	–	–	400	400
Impostos, taxas e contribuições	–	–	7.392	8.490
Impostos diferidos	–	–	15.862	–
Provisão para riscos	–	–	–	15.631
Contas a pagar - partes relacionadas	15.075	–	–	–
Total do passivo não circulante	**15.075**	**–**	**81.041**	**131.452**
TOTAL DO PASSIVO	**15.082**	**8.613**	**539.684**	**599.045**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social subscrito	992.045	992.045	992.045	992.045
Capital social a integralizar	(133.657)	(185.413)	(133.657)	(185.413)
Reserva de capital	420.995	420.995	420.995	420.995
Reservas de lucros	284.008	201.802	284.008	201.802
Total patrimônio líquido	**1.563.391**	**1.429.429**	**1.563.391**	**1.429.429**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.578.473**	**1.438.042**	**2.103.075**	**2.028.474**

Demonstração do Resultado em 31/12 (Valores expressos em Milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
RECEITA LÍQUIDA	–	–	2.087.186	2.062.592
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	–	–	(1.201.358)	(1.156.133)
LUCRO BRUTO	–	–	885.828	906.459
RECEITAS (DESPESAS)				
Despesas com vendas	–	–	(550.552)	(536.655)
Despesas gerais e administrativas	–	–	(71.872)	(92.002)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.740)	(1.789)	2.168	(8.217)
Resultado de equivalência patrimonial	177.010	187.538	–	–
	175.270	185.749	(620.256)	(636.874)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	175.270	185.749	265.572	269.585
RESULTADO FINANCEIRO	1	(1)	(81.545)	(75.404)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	175.271	185.748	184.027	194.181
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	(27)	(8)	(10.032)	(24.627)
Diferidos	–	–	1.249	16.186
	(27)	(8)	(8.783)	(8.441)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**175.244**	**185.740**	**175.244**	**185.740**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12 (Valores expressos em Milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	175.244	185.740	175.244	185.740
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	**175.244**	**185.740**	**175.244**	**185.740**

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras do ano de 2023, auditadas por Auditoria Independente, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

Diretor Presidente - Fernando Gabriel Itzaina Sanchez
Diretor VP Administrativo Financeiro - Fabio Alejandro Baimeluj
Contador - Renato de Oliveira Caetano - CRC-RJ 092331/O-7

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12 (Valores expressos em Milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	175.271	185.748	184.027	194.181
Ajustes em:				
Depreciação e amortização	1.848	1.894	26.713	29.183
Depreciação arrendamento	–	–	10.464	9.502
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(90)	2.432
Custo residual de ativo imobilizado e intangível baixado	–	–	1.350	6.204
Custo residual arrendamento	–	–	1.281	–
Provisão para perda e obsolescência dos estoques	–	–	11.931	(4.515)
Provisão para riscos	–	–	231	4.636
Resultado de equivalência patrimonial	(177.010)	(187.538)	–	–
Provisão (Reversão) para participação no resultado	–	–	(5.981)	10.883
Despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	34.331	37.211
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	–	–	(9.400)	(77.885)
Estoques	–	–	(50.561)	(19.569)
Impostos a recuperar	–	–	18.981	(11.424)
Despesas antecipadas	–	–	11.746	14.386
Depósitos judiciais	–	–	(4.204)	(1.734)
Outros ativos	(6.459)	(112)	(6.406)	1.972
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	–	–	(8.216)	38.468
Obrigações sociais	–	–	593	2.688
Impostos, taxas e contribuições	(4)	12	2.504	13.251
Passivo de arrendamento	–	–	55.376	11.288
Outras obrigações	6.475	–	(49.031)	(8.151)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**121**	**4**	**225.639**	**253.007**
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	–	–	(34.271)	(36.915)
Juros sobre arrendamentos pagos	–	–	(4.220)	(1.921)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(29)	–	(10.990)	(32.544)
Recebimento de dividendos	41.282	43.827	–	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**41.374**	**43.831**	**176.158**	**181.627**
Fluxo de Caixa das atividades de Investimento				
Pagamento pela aquisição de imobilizado	–	–	(17.662)	(16.896)
Pagamento pela aquisição de intangível	–	–	(17.266)	(12.519)
Caixa restrito	–	–	(1.794)	521
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**–**	**–**	**(36.722)**	**(28.894)**
Fluxo de Caixa das atividades de Financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	100.000	47.896
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	–	–	(184.699)	(136.808)
Pagamento de arrendamento	–	–	(10.465)	(9.549)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(41.282)	(43.827)	(41.282)	(43.827)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**(41.282)**	**(43.827)**	**(136.446)**	**(142.288)**
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**92**	**4**	**2.990**	**10.445**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	–	15.662	5.217
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	96	4	18.652	15.662
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**92**	**4**	**2.990**	**10.445**
Transações que não envolvem Caixa				
Aquisição de ativos de arrendamento mercantil	–	–	(45.726)	(9.330)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reservas para Expansão	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**992.045**	**(392.028)**	**420.995**	**21.566**	**204.223**	**–**	**1.246.801**
Integralização de capital social	–	206.615	–	–	–	–	206.615
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	185.740	185.740
Destinação do lucro líquido do exercício:							
(-) Constituição de reserva de lucros	–	–	–	9.287	132.340	(141.627)	–
(-) Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(165.614)	(44.113)	(209.727)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**992.045**	**(185.413)**	**420.995**	**30.853**	**170.949**	**–**	**1.429.429**
Integralização de capital social	–	51.756	–	–	–	–	51.756
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	175.244	175.244
Destinação do lucro líquido do exercício:							
(-) Constituição de reserva de lucros	–	–	–	8.762	124.861	(133.623)	–
(-) Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(51.417)	(41.621)	(93.038)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**992.045**	**(133.657)**	**420.995**	**39.615**	**244.393**	**–**	**1.563.391**

FARMOQUÍMICA S.A.

CNPJ 33.349.473/0001-58

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022, bem como as Demonstrações de Resultado, Demonstrações de Resultado Abrangentes, das Mutações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa. Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário. RJ, 19/04/2024. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	**2023**	**2022**
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.403	2.004
Contas a receber de clientes	11.312	10.288
Estoques	142.663	188.922
Impostos a recuperar	12.117	5.004
Instrumentos financeiros derivativos	–	829
Créditos com partes relacionadas	50.818	101.246
Despesas antecipadas	418	151
Outros ativos	2.993	2.858
Total do ativo circulante	**221.724**	**311.302**
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos judiciais	7.032	5.850
Créditos com partes relacionadas	5.288	–
Impostos a recuperar	26.165	36.620
Impostos diferidos	8.613	6.600
	47.098	**49.070**
Investimento	8.792	8.792
Imobilizado	110.535	105.662
Direito de uso	1.431	60.485
Intangível	64.480	1.097
Total do ativo não circulante	**232.336**	**225.106**
TOTAL DO ATIVO	**454.060**	**536.408**
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	77.707	127.299
Obrigações sociais	12.265	13.888
Impostos, taxas e contribuições	1.192	1.205
Empréstimos e financiamentos	60.084	58.871
Instrumentos financeiros derivativos	–	1.241
Passivos de arrendamento	691	1.010
Dividendos e JCP a pagar	4.661	4.505
Débito com partes relacionadas	6.356	5.021
Outras Obrigações	833	1.436
Provisão de contas a pagar	1.148	2.863
Total do passivo circulante	**164.937**	**217.339**
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	400	8.463
Passivos de arrendamento	919	266
Contas a pagar	–	400
Provisão para riscos	6.911	7.234
Total do passivo não circulante	**8.230**	**16.363**
TOTAL DO PASSIVO	**173.167**	**233.702**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	156.731	156.731
Reserva de capital	7.307	7.307
Reservas de lucros	116.855	138.668
Total patrimônio líquido	**280.893**	**302.706**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**454.060**	**536.408**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2023	**2022**
RECEITA LÍQUIDA	590.948	600.523
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(523.215)	(517.014)
LUCRO BRUTO	67.733	83.509
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas com vendas	(23.289)	(18.281)
Despesas gerais e administrativas	(11.451)	(9.934)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.843	(14.166)
	(32.897)	(42.381)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	34.836	41.128
RESULTADO FINANCEIRO	(8.661)	(10.010)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26.175	31.118
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	(8.563)	(12.438)
Diferidos	2.013	287
	(6.550)	(12.151)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**19.625**	**18.967**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2023	**2022**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.625	18.967
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	**19.625**	**18.967**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2023	**2022**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	26.175	31.117
Ajustes em:		
Depreciação e amortização	20.363	22.048
Depreciação Arrendamento	937	1.210
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	178	(380)
Custo residual de ativo imobilizado e intangível baixado	1.120	6.022
Provisão para perda e obsolescência dos estoques	5.255	(3.792)
Provisão para riscos	(323)	668
Provisão para participação no resultado	(641)	2.265
Despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos	9.327	2.691
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(1.202)	15.152
Estoques	41.004	(51.805)
Impostos a recuperar	1.329	(655)
Crédito com partes relacionadas	–	30.096
Despesas antecipadas	(268)	334
Depósitos judiciais	(1.182)	(1.308)
Outros ativos	45.835	1.158
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(51.306)	51.591
Obrigações sociais	(982)	2.461
Impostos, taxas e contribuições	3.839	(6.389)
Passivo de arrendamento	1.561	108
Outras obrigações	(1.332)	(3.196)
	99.687	**99.396**
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	(8.979)	(2.236)
Juros sobre arrendamentos pagos	(144)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.402)	(15.054)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**80.163**	**82.106**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela aquisição de imobilizado	(16.294)	(16.591)
Pagamento pela aquisição de intangível	(14.057)	(9.983)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(30.351)**	**(26.574)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos	100.000	47.895
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	(108.048)	(60.152)
Pagamento de arrendamento	(1.083)	–
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(41.282)	(43.687)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**(50.413)**	**(55.944)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(601)**	**(412)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.004	2.416
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.403	2.004
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(601)**	**(412)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva subvenção	Reserva de lucros: Reservas para expansão	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**156.731**	**7.307**	**24.682**	**10.370**	**127.982**	**–**	**327.072**
Lucro líquido do período:	–	–	–	–	–	18.967	18.967
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de lucros	–	–	948	–	13.514	(14.462)	–
(-) Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(38.827)	(4.505)	(43.332)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**156.731**	**7.307**	**25.630**	**10.370**	**102.669**	**–**	**302.707**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	19.625	19.625
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de lucros	–	–	981	–	13.983	(14.964)	–
(-) Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(36.777)	(4.661)	(41.438)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**156.731**	**7.307**	**26.611**	**10.370**	**79.875**	**–**	**280.894**

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações financeiras do ano de 2023, auditadas por Auditoria Independente, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

Diretor VP Industrial: Carlos Alexander Guimarães Moreira.
Contador: Renato de Oliveira Caetano - CRC-RJ 092331/O-7.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

DIVCOM S.A.

CNPJ 03.755.215/0001-00

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs Acionistas**,** em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022, bem como as Demonstrações de Resultado, Demonstrações do Resultado Abrangente, das Mutações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa. Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário. RJ, 19/04/2024. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial em 31/12 (Valores expressos em Milhares de Reais - R$)

	2023	2022
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	16.015	12.788
Contas a receber de clientes	462.197	453.732
Estoques	238.604	144.386
Impostos a recuperar	17.471	44.313
Crédito com partes relacionadas	3.649	7.650
Despesas antecipadas	31.970	58.302
Outros ativos	3.390	2.791
Total do ativo circulante	**773.296**	**723.962**
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Impostos a recuperar	27.699	18.661
Despesas antecipadas	15.251	938
Depósitos judiciais	4.363	1.376
Aplicação financeira	19.186	17.393
Créditos com partes relacionadas	13.268	–
Impostos diferidos	15.135	15.899
	94.902	**54.267**
Imobilizado	6.510	6.402
Ativos de direito de uso	42.626	8.724
Intangível	377.831	378.849
Total do ativo não circulante	**521.869**	**448.242**
TOTAL DO ATIVO	**1.295.165**	**1.172.204**
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	165.875	118.039
Obrigações sociais	27.358	31.026
Impostos, taxas e contribuições	6.980	5.511
Empréstimos e financiamentos	77.560	78.285
Passivos de arrendamento	13.359	7.923
Débito com partes relacionadas	62.797	107.898
Outros passivos	13.273	18.437
Total do passivo circulante	**367.202**	**367.119**
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	20.044	96.706
Impostos, taxas e contribuições	6.754	7.780
Passivos de arrendamento	36.224	2.075
Provisão para riscos	7.679	7.112
Total do passivo não circulante	**70.701**	**113.673**
TOTAL DO PASSIVO	**437.903**	**480.792**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	147.873	147.873
Reserva de capital	25.943	27.792
Reservas de lucros	683.446	515.747
Total patrimônio líquido	**857.262**	**691.412**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.295.165**	**1.172.204**

Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12
(Valores expressos em Milhares de Reais - R$)

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	167.699	178.368
Resultado Abrangente Total do Exercício	**167.699**	**178.368**

Demonstração do Resultado em 31/12
(Valores expressos em Milhares de Reais - R$)

	2023	2022
Receita Líquida	**2.052.285**	**1.987.760**
Custo dos Produtos Vendidos	**(1.224.860)**	**(1.162.500)**
Lucro Bruto	**827.425**	**825.260**
Receitas (Despesas)		
Despesas com vendas	(528.920)	(516.381)
Despesas gerais e administrativas	(57.934)	(68.109)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.883	(2.246)
	(584.971)	**(586.736)**
Lucro Antes do Resultado Financeiro	**242.454**	**238.524**
Resultado Financeiro	**(72.786)**	**(64.491)**
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**169.668**	**174.033**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Correntes	(1.205)	11.564
Diferidos	(764)	(15.899)
	(1.969)	4.335
Lucro Líquido do Exercício	**167.699**	**178.368**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12
(Valores expressos em Milhares de Reais - R$)

	Capital social	Res. de capital Res. especial de ágio	Res. de lucros Res. de Incentivo fiscal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**147.873**	**29.686**	**337.379**	**–**	**514.938**
Amortização reserva especial de ágio	–	(1.894)	–	–	(1.894)
Lucro líquido do exercício:	–	–	–	178.368	178.368
Destinação do lucro líquido do exercício:					
(–) Constituição de reserva de incentivo fiscal	–	–	178.368	(178.368)	–
Saldos em 31/12/2022	**147.873**	**27.792**	**515.747**	**–**	**691.412**
Amortização reserva especial de ágio	–	(1.849)	–	–	(1.849)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	167.699	167.699
Destinação do lucro líquido do exercício:					
(–) Constituição de reserva de incentivo fiscal	–	–	167.699	(167.699)	–
Saldos em 31/12/2023	**147.873**	**25.943**	**683.446**	**–**	**857.262**

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações financeiras do ano de 2023, auditadas por Auditoria Independente, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12
(Valores expressos em Milhares de Reais - R$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2023	2022
Lucro líquido do exercício	169.668	174.033
Ajustes em:		
Depreciação e amortização	5.215	6.049
Depreciação arrendamento	10.108	8.845
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(268)	2.812
Custo residual de ativo imobilizado e intangível baixado	–	7
Custo residual arrendamento	1.240	–
Provisão para perda e obsolescência dos estoques	6.677	(724)
Provisão para riscos	566	3.598
Provisão para participação nos resultados	(5.215)	8.450
Despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos	28.292	34.521
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(8.197)	(93.019)
Estoques	(100.895)	29.927
Impostos a recuperar	18.568	(11.640)
Despesas antecipadas	12.019	14.049
Depósitos judiciais	(2.987)	(472)
Outros ativos	(9.867)	(1.943)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	43.112	(13.228)
Obrigações sociais	1.547	299
Impostos, taxas e contribuições	(1.268)	21.560
Passivo de arrendamento	53.703	12.027
Outras obrigações	(92.639)	(42.753)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**129.379**	**152.398**
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	(29.029)	(34.886)
Juros sobre arrendamentos pagos	(4.160)	(1.833)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(257)	(16.956)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**95.933**	**98.723**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamento pela aquisição de imobilizado	(1.176)	(305)
Pagamento pela aquisição de intangível	(3.129)	(2.270)
Aplicação financeira - Caixa restrito	(1.792)	523
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(6.097)**	**(2.052)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	(76.650)	(76.656)
Pagamento de arrendamento	(9.959)	(9.089)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**(86.609)**	**(85.745)**
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.227**	**10.926**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.788	1.862
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	16.015	12.788
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.227**	**10.926**
Transações com Efeito não Caixa		
Aquisição arrendamento mercantil	(45.249)	(9.907)

Diretor Presidente - Fernando Gabriel Itzaina Sanchez; Diretor VP Administrativo Financeiro - Fabio Alejandro Baimeluj; Contador - Renato de Oliveira Caetano - CRC-RJ 092331/O-7.

SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS

CNPJ nº 44.019.198/0001-20 - NIRE 33300270256

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 17 de novembro de 2023, lavrada na forma sumária: **1. Data, hora e local:** 17 de novembro de 2023, às 10:00 horas, na sede social, na Rua da Glória, 122, salas 701 e 702, Glória, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.241-180. **2. Presença:** Fração superior a 97% dos acionistas titulares do Capital Social com direito a voto e fração superior a 65% de acionistas titulares de ações preferenciais sem direito a voto, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. Presentes, também, o Diretor Presidente, **Sr. Pedro Cláudio de Medeiros Bocayuva Bulcão**, brasileiro, casado, empresário; Diretora, **Sra. Ione de Medeiros Bocayuva Bulcão**, brasileira, viúva, empresária; Diretora Técnica, **Sr.ª Celina Maria Lins**, brasileira, divorciada, atuária; Diretor Administrativo Financeiro**, Sr. Marcelo Domingues Salustiano,** brasileiro, casado, engenheiro e Diretor de Controles Internos, **Sr. Deul José Pereira**, brasileiro, casado, auditor. Constatado o não comparecimento dos Auditores Independentes, sendo dispensada sua presença pela totalidade dos acionistas presentes, conforme disposições dos §§ 1º e 2º do art. 134, da Lei 6.404/76. **3. Representação:** A Sinaf Participações S.A., CNPJ 12.315.814/0001-02, acionista presente é representada por sua procuradora Rosângela Lourenço dos Santos, constituída há menos de 01 (um) ano. **4. Instalação e Composição de Mesa**: Marcelo Domingues Salustiano, Presidente e Rosângela Lourenço dos Santos, Secretária. **5. Publicações:** 1) Edital de convocação para realização da Assembleia Geral Extraordinária, marcada para o dia 17 de novembro de 2023, publicado nas edições dos dias 07, 08 e 09 de novembro de 2023, do Jornal Diário Comercial, veículo de circulação no Estado do Rio de Janeiro, em sua forma digital e no mesmo dia, no mesmo veículo, em sua forma impressa, no Segundo Caderno - Publicidade Legal nas folhas B6, B2 e B1, respectivamente. **6. Ordem do dia:** Alterar o estatuto social para: **a)** Atender à Resolução CNSP nº 431/2021, com a indicação do Diretor Técnico responsável pelo cumprimento do disposto na resolução em comento. **b)** Alterar as atribuições dos Diretores para melhor refletir o atendimento às disposições legais. **c**) Declarar que a Companhia, pertencente ao grupo S3 (Segmento 3), não participará do Compartilhamento de Informações (Open Insurance), nos termos da Resolução CNSP nº 415/2021. **7. Deliberações: a)** Em atendimento à Resolução CNSP nº 431/2021, foi deliberada a indicação da Diretora Técnica responsável pelo cumprimento do disposto na resolução em comento. **b)** Em razão da deliberação aprovada acima, para melhor refletir o atendimento às disposições legais, foi alterado o artigo 18 dos estatutos sociais. **c)** Declara que a companhia pertencente ao grupo S3 (Segmento 3), não participará do Compartilhamento de Informações (Open Insurance), nos termos da Resolução CNSP nº 415/2021. Em razão das deliberações acima, foi dado uma nova redação ao artigo 18 do Estatuto Social: "***Artigo 18*** *- Compete, privativamente: I - Ao* ***Diretor Presidente****: a) manter a coordenação entre a Diretoria e Assembleia Geral; b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, votando e tendo voto de qualidade em caso de empate; c) dirigir a elaboração do planejamento geral da sociedade e as relações externas; d) cumprir e fazer cumprir fielmente o presente Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral, respeitadas as normas legais em vigor; e) a responsabilidade pelos controles específicos para prevenção e combate dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a prevenção e coação do financiamento ao terrorismo, nos termos da* ***Circular SUSEP nº 612/2020*** *e* ***234/2003****, bem como pelo cumprimento do disposto na* ***Lei nº 9.613/98*** ***e*** ***Lei nº 12.683/2012****; II - Ao* ***Diretor Vice-Presidente****: a) substituir o Diretor Presidente nos casos de falta ou impedimento do Diretor Presidente; b) o exercício da Presidência quando não for eleito o Diretor Presidente pela Assembleia Geral; III - Ao* ***Diretor Administrativo Financeiro****: a) a responsabilidade administrativa e financeira da sociedade, cabendo-lhe a supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução dos respectivos objetos sociais -* ***Circular SUSEP nº 234/2003****; b) a responsabilidade pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e auditoria independente -* ***Resolução CNSP nº 432/2021****; c) substituir o Diretor Técnico em suas faltas e impedimentos; IV - Ao* ***Diretor Técnico****: a) a responsabilidade pelas Relações com a SUSEP, cabendo-lhe responder pelo relacionamento com a Autarquia, nos termos da* ***Circular SUSEP nº 234/2003****; b) a responsabilidade pelas atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais e notas técnicas, bem como cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundo -* ***Resolução CNSP nº 432/2021****; c) a responsabilidade pelo registro de apólices e endossos emitidos e cosseguros aceitos, nos termos da* ***Resolução CNSP nº 143/2021****; d) o registro das operações de seguros, nos termos da* ***Resolução CNSP nº 383/2020****; e) a responsabilidade pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados* ***Resolução CNSP nº 431/2021****. V - Ao* ***Diretor de Controles Internos****: a) orientar e supervisionar: i) a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, na forma da legislação em vigor; e ii) as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos; b) prover as Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, na forma da legislação em vigor; e c) informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: i) riscos novos ou emergentes; ii) níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração; iii) ações relativas à gestão de riscos; e iv) deficiências relativas ao Sistema de Controles Internos e à Estrutura de Gestão de Riscos e seu respectivo saneamento; d) responsável pelos controles internos nos termos da* ***Resolução CNSP 416/2021*** *e controles específicos para prevenção contra fraudes; e) responsável pelo cumprimento da política institucional de conduta, nos termos da* ***Resolução CNSP nº 382/2020****; VI - Aos* ***Diretores sem designação específica*** *caberá atuação nas áreas designadas pela Assembleia Geral que os eleger, cabendo-lhes ainda substituir o Diretor com designação específica nas suas faltas e impedimentos, desde que suas atribuições não conflitem com o que prescreve a legislação".* **8. Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período, não tendo nenhum acionista requerido o seu funcionamento. **9. Documentos arquivados:** Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta Ata. **10. Impedimento de voto:** Deixaram de votar nas diversas deliberações os legalmente impedidos. **11. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, lavrando-se no livro próprio a presente Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2023. **MESA: Marcelo Domingues Salustiano -** Presidente; **Rosângela Lourenço dos Santos -** Secretária. **ADMINISTRADORES: Pedro Cláudio de M. Bocayuva Bulcão -** Diretor Presidente; **Ione de Medeiros Bocayuva Bulcão -** Diretora Vice-Presidente; **Celina Maria Lins -** Diretora Técnica; **Marcelo Domingues Salustiano -** Diretor Administrativo Financeiro; **Deul José Pereira -** Diretor de Controles Internos. **ACIONISTA: Sinaf Participações S.A. Rosângela Lourenço dos Santos -** OAB/RJ nº 121.530 - Procuradora. **DECLARAÇÃO:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Marcelo Domingues Salustiano -** Presidente **Rosângela Lourenço dos Santos -** Secretária. **Estatuto Social. CAPÍTULO I - Da denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social. Artigo 1º** - A **SINAF Previdencial Cia. de Seguros** é uma sociedade seguradora do ramo de seguros de pessoas, que se regerá pelo presente estatuto social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A sociedade tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **§ Primeiro** - A sociedade terá sua área de atuação no Estado do Rio de Janeiro. **§ Segundo** - A critério da Diretoria, poderá a sociedade abrir ou extinguir filiais, agências, sucursais e escritórios em qualquer parte dos Estados previstos no parágrafo primeiro deste artigo, respeitadas as prescrições legais. **Artigo 3º** - A sociedade tem por objeto social operar em seguros de pessoas, assim como em planos de pecúlio e rendas de previdência privada aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes. **Artigo 4º** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **CAPÍTULO II - Do Capital e das Ações. Artigo 5º** - O capital social é de R$ 36.808.022,66 (trinta e seis milhões, oitocentos e oito mil, vinte e dois reais e sessenta e seis centavos) representado por 1.779.369.614 (um bilhão, setecentos e setenta e nove milhões, trezentos e sessenta e nove mil e seiscentos e quatorze) ações nominativas, no valor de R$ 20,69 (vinte reais e sessenta e nove centavos) por mil ações, sendo 1.615.451.529 (um bilhão, seiscentos e quinze milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil e quinhentos e vinte e nove) ações ordinárias e 163.918.085 (cento e sessenta e três milhões, novecentos e dezoito mil e oitenta e cinco) ações preferenciais, inconversíveis de uma espécie em outra. **§ Primeiro** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§ Segundo** - A ação é indivisível em relação à Sociedade, sendo certo que, quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **§ Terceiro** - A sociedade poderá emitir títulos múltiplos de ações, cautelas e/ou certificados de ações, os quais, da mesma forma que as ações, serão sempre assinados por dois Diretores. **CAPÍTULO III - Da Assembleia Geral. Artigo 6º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos três meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que o exigirem os interesses sociais, obedecidas as prescrições legais. **Artigo 7º** - A Assembleia Geral será instalada pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, por aquele que o substituir, e será dirigida por um Presidente escolhido pelos acionistas, o qual convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Artigo 8º** - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por seus representantes legais, ou por procurador, desde que o instrumento de mandato tenha sido depositado na sede social até 72 (setenta e duas) horas antes da data de sua realização. **Artigo 9º** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, um quarto do capital social com direito a voto; em segunda convocação com qualquer número. **CAPÍTULO IV - Da Administração. Artigo 10º** - A administração da sociedade compete à Diretoria. **Artigo 11** - O prazo de gestão dos membros da Diretoria é de 3 (três) anos, admitida a reeleição, dispensados os Diretores da prestação de garantia da gestão. **Parágrafo Único** - Os membros da Diretoria terão remuneração mensal, que será fixada anualmente pela Assembleia Geral, de modo global ou individualizado, observadas as prescrições legais. **Da Diretoria. Artigo 12** - A Diretoria será composta de 2 (dois) a 8 (oito) membros, acionistas ou não, sendo designados Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor Técnico, Diretor de Controles Internos, e os demais diretores, sem qualquer designação específica. **§ Primeiro** - Poderão ser nomeados para os cargos de Diretores pessoas naturais residentes no País. Aos membros da Diretoria é vedado, sob pena de perda do mandato, desempenhar funções estranhas às atividades da sociedade que, a juízo da Assembleia Geral, conflitem com os interesses da sociedade. **§ Segundo** - O número de diretores será fixado pela Assembleia Geral, que, inclusive, poderá não eleger o Diretor Presidente, caso em que o Diretor Vice-Presidente acumulará suas funções. **§ Terceiro** - O prazo de gestão da Diretoria se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos. **Artigo 13** - Nos casos de impedimento ou faltas ocasionais do Diretor Presidente, será ele substituído pelo Diretor Vice-Presidente, que atuará sem prejuízo de suas demais atribuições; e na falta ou impedimento do Diretor Vice-Presidente ou Administrativo Financeiro ou Diretor Técnico ou Diretor de Controles Internos serão eles substituídos, por qualquer diretor eleito sem designação específica. **Artigo 14** - Em caso de vacância de cargo na Diretoria, a Assembleia Geral proverá o cargo vago, e o substituto eleito exercerá o mandato pelo prazo que caberia ao substituído. **Artigo 15** - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente, e somente deliberará com a presença da maioria de seus membros. **Parágrafo Único** - As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão; no caso de empate, o Diretor Presidente, ou aquele que o substituir, usará o voto de qualidade. **Artigo 16** - Compete à Diretoria: a) executar os planos e programas aprovados pela Assembleia Geral; b) executar a política de produção, técnica, administrativa e financeira; c) admitir ou demitir funcionários e representantes, fixando-lhes a remuneração; d) elaborar e acompanhar o orçamento da sociedade; e) deliberar sobre a instalação ou extinção de filiais, agências, sucursais, escritórios e representações da sociedade; f) elaborar o relatório anual e as demonstrações financeiras da sociedade e a proposta de distribuição de lucros líquidos do exercício, para o fim de serem submetidos à Assembleia Geral; g) além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria fica, também, investida de todos os poderes para a contratação de empréstimos em instituições financeiras, podendo para tanto dar em garantia bens imóveis, móveis e semoventes, mediante hipotecas ou outras garantias reais; adquirir, onerar e alienar bens móveis e imóveis. **Parágrafo Único**. São de responsabilidade da diretoria da sociedade: I - definir as atividades e os níveis de controle para todos os negócios; II - estabelecer os objetivos dos mecanismos de controle e seus procedimentos; III - verificar sistematicamente a adoção e o cumprimento dos procedimentos definidos; IV - avaliar continuamente os diversos tipos de riscos associados às atividades da sociedade; V - acompanhar e implementar a política de conformidade de procedimentos, com base na legislação aplicável, revendo-a semestralmente; VI - implantar política de prevenção contra fraudes; e VII - implantar política de subscrição de risco. **Artigo 17** - A sociedade considerar-se-á obrigada quando representada: a) Conjuntamente por 2 (dois) diretores; b) Conjuntamente por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, na extensão dos poderes que houverem sido outorgados; ou c) Conjuntamente, por 2 (dois) procuradores, na extensão dos poderes que houverem sido outorgados. **§ Primeiro** - Dependerá da assinatura do Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor o ato que importar em: a) Alienação, aquisição e gravame de bens imóveis; b) Prestação de garantias em favor de terceiros, desde que no interesse da Sociedade; c) Obrigação e/ou liberação de operações ativas e passivas quando o valor envolvido for superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). **§ Segundo -** Os instrumentos de mandato outorgados pela Sociedade deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daqueles para fins judiciais, terão prazo máximo de validade de 1 (um) ano e vedarão o substabelecimento total ou parcial. **§ Terceiro** - Na emissão de duplicatas e respectivos endossos para cobrança, nas aplicações e resgates de investimentos, bem como no endosso de cheques e de ordens de pagamento para depósito em Banco em conta da Sociedade, será suficiente a assinatura de um único Diretor ou Procurador. **Artigo 18** - Compete, privativamente: I - Ao **Diretor Presidente**: a) manter a coordenação entre a Diretoria e Assembleia Geral; b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, votando e tendo voto de qualidade em caso de empate; c) dirigir a elaboração do planejamento geral da sociedade e as relações externas; d) cumprir e fazer cumprir fielmente o presente Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral, respeitadas as normas legais em vigor; e) a responsabilidade pelos controles específicos para prevenção e combate dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a prevenção e coação do financiamento ao terrorismo, nos termos da **Circular SUSEP nº 612/2020** e **234/2003**, bem como pelo cumprimento do disposto na **Lei nº 9.613/98 e Lei nº 12.683/2012**; II - Ao **Diretor Vice-Presidente**: a) substituir o Diretor Presidente nos casos de falta ou impedimento do Diretor Presidente; b) o exercício da Presidência quando não for eleito o Diretor Presidente pela Assembleia Geral; III - Ao **Diretor Administrativo Financeiro**: a) a responsabilidade administrativa e financeira da sociedade, cabendo-lhe a supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução dos respectivos objetos sociais - **Circular SUSEP nº 234/2003**; b) a responsabilidade pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e auditoria independente - **Resolução CNSP nº 432/2021**; c) substituir o Diretor Técnico em suas faltas e impedimentos; IV - Ao **Diretor Técnico**: a) a responsabilidade pelas Relações com a SUSEP, cabendo-lhe responder pelo relacionamento com a Autarquia, nos termos da **Circular SUSEP nº 234/2003**; b) a responsabilidade pelas atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais e notas técnicas, bem como cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundo - **Resolução CNSP nº 432/2021**; c) a responsabilidade pelo registro de apólices e endossos emitidos e cosseguros aceitos, nos termos da **Resolução CNSP nº 143/2021**; d) o registro das operações de seguros, nos termos da **Resolução CNSP nº 383/2020**; *e) a responsabilidade pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados* ***Resolução CNSP nº 431/2021****.* V - Ao **Diretor de Controles Internos**: a) orientar e supervisionar: i) a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, na forma da legislação em vigor; e ii) as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos; b) prover as Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, na forma da legislação em vigor; e c) informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: i) riscos novos ou emergentes; ii) níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração; iii) ações relativas à gestão de riscos; e iv) deficiências relativas ao Sistema de Controles Internos e à Estrutura de Gestão de Riscos e seu respectivo saneamento; d) responsável pelos controles internos nos termos da **Resolução CNSP 416/2021** e controles específicos para prevenção contra fraudes; e) responsável pelo cumprimento da política institucional de conduta, nos termos da **Resolução CNSP nº 382/2020**; VI - Aos **Diretores sem designação específica** caberá atuação nas áreas designadas pela Assembleia Geral que os eleger, cabendo-lhes ainda substituir o Diretor com designação específica nas suas faltas e impedimentos, desde que suas atribuições não conflitem com o que prescreve a legislação. **CAPÍTULO V - Do Conselho Fiscal. Artigo 19** - O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que somente será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, na conformidade legal. **Artigo 20** - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número e a sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral que o eleger. **§ Primeiro** - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere. **§ Segundo** - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos, faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes. **CAPÍTULO VI - Do exercício Social, Demonstrações Financeiras, Reservas e Aplicações. Artigo 21** - O exercício social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Único -** Poderá a sociedade levantar balanços intermediários, na forma da lei. **Artigo 22** - No fim de cada exercício serão elaboradas, com observância das prescrições legais, as seguintes demonstrações financeiras: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado do Exercício; c) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos acumulados; d) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. **§ Primeiro** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **§ Segundo** - Do lucro líquido do exercício, serão destinados: a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; b) Constituição de Reservas para contingências, na forma autorizada em lei; c) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, a título de dividendos aos acionistas, observado o disposto nos artigos 201 e 202 da Lei nº 6.404/76, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua declaração, ressalvada a hipótese de deliberação em contrário, da Assembleia Geral, caso em que o pagamento deverá ser efetuado dentro do exercício em que for declarado. **§ Terceiro** - Com o objetivo de compensar eventual diminuição de lucro, em consequência de perda provável em período futuro, a Assembleia Geral, poderá, por proposta da Diretoria, constituir reserva nos termos do artigo 196 e parágrafos, da Lei 6.404 de 15.12.1976, e, bem assim, constituir a reserva de que trata o artigo 197 da mesma lei. **§ Quarto** - Por voto favorável da unanimidade dos acionistas presentes, a Assembleia Geral poderá decidir pela distribuição de dividendo inferior àquele previsto no parágrafo 2º, letra "c" deste artigo, ou a retenção de todo o lucro. **§ Quinto** - No exercício em que for distribuído aos acionistas o dividendo mínimo de que trata este artigo (letra "c" do § 2º), poderá ser atribuída aos administradores participação nos lucros da sociedade, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos mesmos ou 10% (dez por cento) dos lucros, prevalecendo o limite que for menor, que será rateado entre eles segundo proposto pelo Diretor Presidente. **§ Sexto** - A Assembleia Geral decidirá sobre o destino do saldo dos lucros remanescentes, os quais poderão ser total ou parcialmente distribuídos, como dividendos suplementares aos acionistas, ou atribuídos a reserva especial para futuro aumento de capital. **§ Sétimo** - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão e reverterão em benefício da sociedade. **CAPÍTULO VII - Da Liquidação da Sociedade. Artigo 23** - A Sociedade entrará em liquidação nos casos legais, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1.967. **CAPÍTULO VIII - Das Disposições Transitórias. Artigo 24** - O presente Estatuto passará a vigorar imediatamente, observadas as prescrições legais. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2023. **MESA: Marcelo Domingues Salustiano -** Presidente; **Rosângela Lourenço dos Santos -** Secretária. **ADMINISTRADORES: Pedro Cláudio de M. Bocayuva Bulcão -** Diretor Presidente; **Ione de Medeiros Bocayuva Bulcão -** Diretora Vice-Presidente; **Celina Maria Lins -** Diretora Técnica; **Marcelo Domingues Salustiano -** Diretor Administrativo Financeiro; **Deul José Pereira -** Diretor de Controles Internos. **ACIONISTA: SINAF Participações S.A. Rosângela Lourenço dos Santos -** OAB/RJ nº 121.530 - Procuradora. **DECLARAÇÃO:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Marcelo Domingues Salustiano -** Presidente; **Rosângela Lourenço dos Santos** - Secretária. Jucerja nº 6141441 em 20/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

CULTURA INGLESA IDIOMAS S.A.

CNPJ 17.855.050/0001-53

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**4.867**	6.118
Contas a receber de terceiros	**6.811**	5.143
Contas a receber com partes relacionadas	**335**	329
Despesas antecipadas	**1.738**	2.957
Tributos a recuperar	**1.895**	1.917
Outros ativos	**705**	423
Total do circulante	**16.351**	16.887
Não circulante		
Depósitos judiciais	**827**	15.079
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**12.461**	13.249
Investimentos	**1.495**	1.952
Imobilizado	**10.744**	15.432
Intangível	**51.497**	53.375
Ativo de direito de uso	**37.640**	55.806
Total do não circulante	**114.664**	154.893
Total do ativo	**131.015**	171.780

Passivo	2023	2022
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	**25.531**	59.353
Contas a pagar a terceiros	**3.797**	3.405
Passivo de arrendamento	**16.647**	17.241
Obrigações sociais e gratificações a pagar	**6.269**	11.046
Obrigações tributárias	**2.024**	2.081
Adiantamentos de clientes	**4.225**	4.991
Outros	**287**	326
Total do circulante	**58.780**	98.443
Não circulante		
Passivo de arrendamento	**39.330**	56.515
Provisão para contingências	**773**	14.671
Provisão para benefício de assistência médica	**13.746**	8.981
Total do não circulante	**53.849**	80.167
Patrimônio líquido		
Capital social	**146.770**	78.770
Adiantamento para futuro aumento de capital	**10.000**	12.500
Resultados abrangentes	**(9.078)**	(5.209)
Prejuízos acumulados	**(129.306)**	(92.891)
Total do patrimônio líquido	**18.386**	(6.830)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**131.015**	171.780

Thomaz Fernando Sugimoto - CPF 261.758.898-00 - Diretor
Luis Augusto Tiburcio - CRC SP 198979/0-5 - Responsável Técnico

Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
Receita operacional líquida	**116.186**	134.803
Custo dos serviços prestados	**(49.412)**	(47.955)
Lucro bruto	**66.774**	86.848
Receitas e (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	**(90.951)**	(102.534)
Resultado de equivalência patrimonial	**(456)**	(422)
Outras	**13**	1.605
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras	**(24.620)**	(14.503)
Despesas financeiras	**(12.552)**	(20.774)
Receitas financeiras	**1.545**	1.927
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(35.627)**	(33.350)
Imposto de renda e contribuição social	**(788)**	44
Prejuízo do exercício	**(36.415)**	(33.306)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(36.415)**	(33.306)
Benefício pós emprego efeito atuarial	**(3.869)**	(5.209)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(40.284)**	(38.515)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Capital social	AFAC	Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	24.801	18.000	–	(59.585)	(16.784)
Adiantamento para aumento de capital	–	48.469	–	–	48.469
Integralização de capital social	53.969	(53.969)	–	–	–
Benefício pós emprego efeito atuarial	–	–	(5.209)	–	(5.209)
Prejuízo do exercício	–	–	–	(33.306)	(33.306)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	78.770	12.500	(5.209)	(92.891)	(6.830)
Adiantamento para aumento de capital	**–**	**65.500**	**–**	**–**	**65.500**
Integralização de capital social	**68.000**	**(68.000)**	**–**	**–**	**–**
Beneficio pós emprego efeito atuarial	**–**	**–**	**(3.869)**	**–**	**(3.869)**
Prejuízo do exercício	**–**	**–**	**–**	**(36.415)**	**(36.415)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**146.770**	**10.000**	**(9.078)**	**(129.306)**	**18.386**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
antes do imposto de renda e contribuição social	**(35.627)**	**(33.350)**
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	**7.147**	9.587
Depreciação de direito de uso de arrendamento	**15.273**	11.200
Baixas de imobilizado e intangível	**(570)**	10.279
Equivalência patrimonial	**457**	422
Provisão para devedores duvidosos	**2.625**	(385)
Provisão para contingências	**517**	55
Encargos financeiros sobre financiamentos	**6.670**	11.130
Juros sobre arrendamentos	**3.885**	6.593
Provisão para benefício de assistência médica	**896**	232
Variação em ativos e passivos		
Contas a receber	**(4.293)**	(1.068)
Despesas antecipadas	**1.219**	902
Depósitos judiciais	**(163)**	(1.209)
Outros ativos	**(260)**	(500)
Créditos e débitos com controladas	**(6)**	(184)
Adiantamento de clientes	**(766)**	(543)
Contas a pagar	**392**	(585)
Obrigações sociais e fiscais	**(4.834)**	3.062
Outros passivos	**(39)**	133
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(7.477)**	15.771
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	**(582)**	(6.221)
Dividendos recebidos	**–**	1.065
Caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimentos	**(582)**	(5.156)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de financiamentos	**(40.492)**	(45.258)
Amortização de arrendamentos	**(18.200)**	(20.158)
Adiantamento para futuro aumento de capital	**65.500**	48.469
Dividendos antecipados	**–**	(770)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	**6.808**	(17.717)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(1.251)**	(7.102)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**6.118**	13.220
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**4.867**	6.118
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(1.251)**	(7.102)

Gypsolite do Brasil S/A Indústria e Comércio de Gesso

C.N.P.J.(MF) nº 33.965.146/0001-20

Demonstrações Financeiras

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e contratuais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas de Notas Explicativas, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos à disposição de V.Sas., na sede social, para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Duque de Caxias, 31 de dezembro de 2023. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial	2023	2022
Ativo/Circulante	**9.934,80**	**9.934,80**
Banco	(380,00)	(380,00)
Outros Créditos	(5.000,00)	(5.000,00)
Impostos a Recuperar	15.314,80	15.314,80
Não Circulante	**6.908.254,01**	**6.908.254,01**
Outros Créditos	231.522,31	231.522,31
Coligadas	4.646.751,04	4.646.751,04
Investimentos	2.029.980,66	2.029.980,66
Ativo Total	**6.918.188,81**	**6.918.188,81**

Balanço Patrimonial	2023	2022
Passivo/Circulante	**1.531.843,54**	**1.531.843,54**
Títulos a Pagar	140.764,15	140.764,15
Salários a Pagar	144.746,26	144.746,26
Obrigações Trabalhistas	85.811,18	85.811,18
Impostos a Recolher	1.160.521,95	1.160.521,95
Não Circulante	**28.542,63**	**19.395,63**
Coligadas	28.542,63	19.395,63
Patrimônio Líquido	**5.357.802,64**	**5.366.949,64**
Capital Social	1.070.000,00	1.070.000,00
Reserva Legal	22.583,56	22.583,56
Resultado Acumulado	4.265.219,08	4.274.366,08
Passivo Total	**6.918.188,81**	**6.918.188,81**

Demonstração de Resultado	2023	2022
Resultado Operacional	(9.147,00)	(7.099,90)
Resultado Financeiro	–	–
Resultado Operacional	**(9.147,00)**	**(7.099,90)**
Resul. ant. IRPJ e CSLL	**–**	**–**
Provisão p/CSLL		
Provisão p/IRPJ		
Resultado Líquido	**(9.147,00)**	**(7.099,90)**
Resultado por Ações	(0,01)	(0,01)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Histórico	Capital Social	Reserva Legal	Resultado Acumulado	Saldos Finais
Saldo em 31.12.2022	1.070.000,00	22.583,56	4.274.366,08	5.366.949,64
Resultado do Exercício	–	–	(9.147,00)	(9.147,00)
Saldo em 31.12.2023	**1.070.000,00**	**22.583,56**	**4.265.219,08**	**5.357.802,64**
Resultado Acum. por ações	5,33	–	–	–

Diretoria

Eneida Melo Cruz - Diretora Presidente
Eunice Melo Cruz - Diretora Administradora
Esmeralda Melo Cruz Nastari - Diretora

Contador

Élis César Dias dos Santos - Contador-CRC-1SP320051/O-9

Notas Explicativas

1 - Práticas Contábeis: As demonstrações, elaboradas conforme a Lei 6.404/76 e princípios contábeis geralmente aceitos, adota o regime de competência. Os valores realizáveis e exigíveis, com prazo de vencimento superiores a um ano, estão registrados no Não Circulante. Os estoques estão registrados pelo custo médio e o imobilizado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada linearmente, pela aplicação das taxas legais vigentes. **2 - Capital:** O capital social integralizado é representado por R$ 1.070.000,00 (Um Milhão e Setenta Mil Reais) representado por 800.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

VIAÇÃO MAUÁ S.A.

CNPJ/MF: 31.688.609/0001-29 - NIRE: 33.3.0027347-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Viação Mauá S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Acácio, 363, Boassu, CEP 24.467-110 ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. B4; e 02 de abril de 2024, na pág. B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 144; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. 20; e 02 de abril de 2024, na pág. 12. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmaua@vmaua.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO -** Diretor-Presidente.

REGATA IMOB EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF: 12.979.051/0001-96 - NIRE: 33.3.0029479-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Regata Imob Empreendimentos S.A., sociedade anônima com sede social localizada na Cidade Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Miguel de Frias, 77, sala 1701, Centro ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. B12; e 02 de abril de 2024, na pág. B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 133; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. 20; e 02 de abril de 2024, na pág. 12. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmaua@vmaua.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO -** Diretor-Presidente.

ICARAÍ AUTO TRANSPORTES S.A.

CNPJ/MF: 28.547.537/0001-95 - NIRE: 33.3.0028793-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Icaraí Auto Transportes S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Neto, 166, Alcântara, CEP 24.730-590 ("Companhia") que serão realizadas no dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024; e Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) deliberar sobre a alteração da sede da Companhia. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. B4; e 02 de abril de 2024, na pág. B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 144; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. 20; e 02 de abril de 2024, na pág. 12. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGOE ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmaua@vmaua.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO -** Diretor-Presidente.

GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 17.765.891/0001-70
NIRE 33.3.0030675-7 - *Companhia Fechada*

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os acionistas do **GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.** ("**Companhia**"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**") e no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 8 de maio de 2024, às 10 horas ("**Assembleia**"), na sede social da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo de Brito, nº 13, Botafogo, CEP 22.280-100, a fim de discutirem e deliberarem sobre: (i) a retificação do *caput* do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, com a sua consequente consolidação e homologação; e (ii) a ratificação de todas as deliberações tomadas em Assembleias Gerais da Companhia realizadas no período entre 16 de fevereiro de 2024 e a data de realização da Assembleia. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia portando documento de identidade. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. A Administração da Companhia, adicionalmente, permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e instruções adicionais que se façam necessários. Rio de Janeiro, 17 de abril de 2024. **Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos** - Presidente do Conselho de Administração.

VIAÇÃO ACARI S/A.

CNPJ: 33.197.120/0001-80.

CONVOCAÇÃO: Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em assembleia geral ordinária, conjuntamente, no dia **29/04/2024**, ás 9:30 horas em 1º convocação com a totalidade dos acionista, em nossa sede social na Rua Miguel Rangel, 493, Cascadura, RJ, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) destinação do resultado do exercício; c) eleição da diretoria e a fixação de seus honorários; d) assuntos gerais. Informamos que documentos a que se refere o art. 133 da lei 6404/76, encontram-se a disposição dos senhores acionistas na sede da sociedade. Rio Janeiro, 17 de Abril de 2024 – A Diretoria.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL

CNPJ/MF 33.127.002/0001-03 - NIRE 33.3.0033600-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL** ("Companhia") para, com base no disposto no parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76, regulamentado pelo Anexo V, da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, participar da Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a realizar-se no dia 29 de abril de 2024, às 16:00 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Zoom, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** exame das contas da administração e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** proposta de constituição da reserva legal; **(iii)** proposta de distribuição de dividendos, incluindo a parcela de juros sobre capital próprio; **(iv)** proposta de destinação do saldo do lucro líquido do exercício de 2023; e **(v)** fixação da remuneração anual e global da administração para o ano calendário de 2024. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que pretenderem participar da AGO por meio da Plataforma Zoom deverão enviar à Companhia (por meio dos e-mails a.baroncini@norsul.com , rodrigo.cuesta@norsul.com fernando.lacerda@norsul.com e maria.sanches@norsul.com), com antecedência mínima de 48h em relação ao horário marcado para o início da AGO, ou seja, até às 16:00 horas (horário de Brasília) do dia 27 de abril de 2024, solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando toda a documentação necessária para a representação dos acionistas na respectiva AGO, observado o disposto na regulamentação aplicável. Os acionistas que se fizerem representar por procurador, deverão enviar cópia digitalizada dos instrumentos de mandato, acompanhados do documento de identificação do mandatário com foto e demais documentos comprobatórios dos poderes necessários à outorga do mandato, aos e-mails acima indicados, com a mesma antecedência acima mencionada. Uma vez recebida a solicitação e verificados os documentos de identificação e representação apresentados, a Companhia enviará ao acionista as instruções para cadastro no sistema eletrônico de participação da AGO. Informações Gerais: A participação por meio de tal sistema digital conjugará áudio e imagem, sendo que os acionistas que desejarem participar desta forma deverão manter a sua câmera ligada durante o curso da AGO com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, bem como a segurança, a confiabilidade e a transparência do conclave, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da Plataforma Zoom. A AGO será integralmente gravada. As imagens e áudios assim obtidos poderão ser utilizados com a finalidade de identificar os acionistas presentes à AGO e computar os votos proferidos em relação a cada uma das deliberações. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia, previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas que desejarem ter acesso aos documentos relativos à AGO por meio digital poderão solicitá-los aos e-mails: a.baroncini@norsul.com, rodrigo.cuesta@norsul.com e fernando.lacerda@norsul.com e maria.sanches@norsul.com, devendo indicar um e-mail para que lhe sejam enviados tais documentos.

Luciano Puccini Medeiros
Presidente do Conselho de Administração

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.

TEIXEIRA DUARTE

CNPJ: 24.447.770/0001-45

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GRUPO TEIXEIRA DUARTE 100 ANOS CONSTRUINDO UM MUNDO MELHOR

RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores, em cumprimento as disposições legais, submetemos a apreciação e aprovação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31/12/2023. Estamos à disposição de V.Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos que julgarem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.532	8.499
Contas a receber de clientes	5	132.973	148.983
Estoques		2.293	2.484
Impostos a recuperar	6	9.248	7.742
Adiantamento a fornecedores de materiais		2.888	4.005
Despesas antecipadas	7	1.024	2.814
Partes relacionadas	15	19.289	12.851
Outros créditos		8.583	12.901
Total do ativo circulante		**182.830**	**200.279**
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos	24	20.673	10.691
Outros créditos		288	347
Imobilizado e intangível	8	5.467	18.208
Total do ativo não circulante		**26.428**	**29.246**
TOTAL DO ATIVO		**209.258**	**229.525**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	15.274	31.638
Passivo de arrendamentos	10	1.138	2.350
Financiamentos	11	8.144	13.513
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	11.816	10.519
Impostos e contribuições a recolher	13	2.998	4.525
Adiantamentos de clientes	14	10.764	13.454
Partes relacionadas	15	115.296	97.305
Outras contas a pagar	16	8.072	3.933
Provisão para garantia		1.727	2.091
Total do passivo circulante		**175.229**	**179.328**
NÃO CIRCULANTE			
Passivo de arrendamentos	10	585	1.197
Financiamentos	11	341	303
Partes relacionadas	15	-	24
Provisões contenciosas	17	2.332	1.782
Provisões de contratos onerosos	18	3.935	1.154
Provisões trabalhistas		5.145	4.919
Total do passivo não circulante		**12.338**	**9.379**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
Capital social		20.492	20.492
Reservas de lucros		1.199	20.326
Total do patrimônio líquido		**21.691**	**40.818**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**209.258**	**229.525**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicada)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Teixeira Duarte Engenharia e Construções, S.A. ("Sucursal" ou "Sociedade") iniciou suas operações em 23 de março de 2016, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem por objeto a atividade de engenharia civil e da construção de obras públicas e particulares, em todos os seus domínios e atividades conexas, executando todo o tipo de edifícios e infraestruturas, incluindo trabalhos, estudos e projetos em quaisquer dessas áreas e outras específicas, nomeadamente da geotecnia, das fundações, da reabilitação, da metalomecânica, das obras subterrâneas, ferroviárias e marítimas, bem como a prestação de serviços de assistência, manutenção, reparação, operação, gestão e exploração dessas estruturas e de equipamentos nelas integrados, tais como infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, portuárias e marítimas, aeroportuárias, mineiras, de produção e distribuição de energia, bem como de captação, tratamento e distribuição de água. A Teixeira Duarte Engenharia e Construções, S.A. é uma sucursal da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. ("TD-EC"), sediada em Portugal. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade apresenta capital circulante positivo de R$ 7.601 (em 2022 R$ 20.951 positivo), patrimônio líquido de R$ 21.691 (em 2022 R$ 40.818) e reserva de lucros acumulados de R$ 1.199 (em 2022 R$ 20.326 de retenção de lucros acumulados). A Sociedade apresenta contratos firmados, em adjudicação e a angariar com clientes para os próximos exercícios no montante aproximado de R$ 2.464.047 (em 2022 R$ 430.556) e a Administração implementou controles sobre gestão de obras em 2023 com o objetivo de melhorar a rentabilidade. Com base nesse panorama, a Administração da Sociedade e da Matriz entendem estarem presentes os pressupostos para a continuidade normal e lucrativa das operações da Sociedade, o que também se baseia em orçamento de resultados preparado para os próximos sete anos e que evidencia a formação de lucros suficientes para a recuperação dos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e despesas temporariamente indedutíveis. 1.1. Consórcios - A Sociedade participa em diversos Consórcios, cujos montantes de seus ativos e passivos, bem como de suas receitas e despesas, estão linha a linha e proporcionalmente a participação da Sociedade, consideradas nas demonstrações financeiras, como segue: (a) Consórcio TAV, constituído em 26 de abril de 2018, com participação de 32,99%, e que teve por objetivo a execução de ampliação e reforma do aeroporto de Salvador. (b) Consórcio RMG, constituído em 15 de outubro de 2019, com participação de 82,00%, e que tem por objetivo a elaboração de projetos básicos e executivos de pontes metálicas a serem executadas utilizando material proveniente das estruturas auxiliares de sustentação da Ponte Hercílio Luz. (c) Consórcio FGS, constituído em 07 de janeiro de 2020, com participação de 100,00%, e que tem por objetivo a execução de obras em 25 pontos da rodovia SC/390. (d) Consórcio TDAR, constituído em 09 de fevereiro de 2021, com participação de 50,00%, e que tem por objetivo a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos complexos integrantes do Bloco Nordeste. (e) Consórcio Fronteiras, constituído em 10 de dezembro de 2021, com a participação de 55,05%, e que tem por objetivo a execução das obras remanescentes para a construção da Barragem de Fronteiras, no Município de Crateús, Estado do Ceará. (f) Consórcio TDAR Construtor Amazônia, constituído em 03 de outubro de 2022, com a participação de 50,00%,, e que tem por objetivo a execução do Projeto Executivo e Obras, na infraestrutura aeroportuária, que inclui a Reforma e Ampliação dos Terminais de Passageiros e de outras Edificações (adiante designado por "Construção Civil/Edificações") e vias terrestres, Sistemas de pistas, Pátio de aeronaves e vias de acesso e de serviço associadas (adiante designado por "Infraestruturas"). (g) Consórcio TAV de Despesas Amazônia, constituído em 03 de outubro de 2022, com a participação de 21,21%, e que tem por objetivo a execução do Projeto Executivo e Obras, na infraestrutura aeroportuária, que inclui a Reforma e Ampliação dos Terminais de Passageiros e de outras Edificações (adiante designado por "Construção Civil/Edificações") e vias terrestres, Sistemas de pistas, Pátio de aeronaves e vias de acesso e de serviço associadas (adiante designado por "Infraestruturas").

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS - 2.1 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no curso normal do negócio, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração avalia regularmente a capacidade da Sociedade em dar continuidade normal às suas atividades operacionais. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Moeda funcional e de apresentação - A moeda funcional da Sociedade é o Real (R$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. 2.2 Resumo das principais práticas contábeis - 2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa - Incluem saldos em conta corrente e aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na nota explicativa nº 4. 2.2.2 Contas a receber de clientes - Registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos faturados e ajustados pelo reconhecimento da receita em virtude da evolução de cada obra. São ajustados a valor presente quando aplicável. Quando julgada necessária, é registrada perda por redução ao valor recuperável, com base na avaliação dos saldos com risco de realização e negociações em andamento por cliente, e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. 2.2.3 Estoques - Os estoques de almoxarifado são apresentados pelo custo médio de aquisição. O custo médio de aquisição corresponde ao preço de compra deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável. A provisão para perdas nos estoques corresponde a estimativa de perda apurada pela Sociedade. 2.2.4 Imobilizado - Registrado ao custo de aquisição ou construção e acrescido dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção de bens, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8. Custos posteriores à aquisição são capitalizados se aumentarem os futuros benefícios econômicos do ativo específico com que se relacionam. Outros gastos que não cumprirem com essa condição são reconhecidos no resultado conforme forem incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. 2.2.5 Intangível - A avaliação da vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Os gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software são registrados ao custo de aquisição, sendo amortizados de acordo com o prazo de vida útil estimado. Gastos subsequentes apenas são capitalizados quando aumentarem os futuros benefícios econômicos dos ativos a eles vinculados. Nos demais casos é feita apropriação direta ao resultado conforme os gastos forem incorridos. 2.2.6 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *"impairment"*) - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, em especial, o imobilizado e o intangível, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não foram identificados ajustes ao valor recuperável de ativos. 2.2.7 Outros ativos e passivos - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Os outros ativos e passivos são acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos. 2.2.8 Provisões - Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 2.2.9 Instrumentos financeiros - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, sob condições correntes de mercado, em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício. Ativos financeiros - A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado correspondem a ativos mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou c) For um derivativo que não seja designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Os ativos financeiros são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. (ii) Investimento mantido até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixo que a Sociedade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. (iii) Empréstimos e Recebíveis: representam contas a receber e outras contas a receber com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo e são classificados como "Empréstimos e recebíveis". Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. (iv) Ativos financeiros "Disponíveis para venda": correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "Disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros - Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". (i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. (ii) Outros passivos financeiros: incluindo fornecedores, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida do passivo financeiro. 2.2.10 Contratos de prestação de serviços de construção - A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida em virtude da evolução de cada obra. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de aditivos contratuais. A receita do contrato é reconhecida no resultado de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos para fazer frente aos custos reconhecidos como resultado no período em que são incorridos. Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo na rubrica "Contas a receber de clientes". Os valores recebidos antes da realização do correspondente serviço são registrados no balanço patrimonial como passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes". 2.2.11 Apuração do resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. 2.2.12 Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social são calculados, respectivamente, às alíquotas de 15%, com adicional de 10% quando exceder R$240, e de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de imposto de renda e contribuição social e diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS Julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e as incertezas relativas a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros. Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas demonstrações financeiras, que envolvem risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício estão a seguir apresentadas: • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Adicionalmente, há o uso de estimativas referentes à vida útil do ativo imobilizado, provisões para riscos e perdas com redução do valor recuperável de ativos financeiros e desembolsos futuros tidos como prováveis. Essas estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e o impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos bancários	408	676
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	6.124	7.823
Total	6.532	8.499

(*) Referem-se a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário - CDB, com remuneração média de 98% do CDI (100,25% do CDI em 2022) para as quais inexistem multas ou outras restrições para seu resgate imediato.

5. CONTAS A RECEBER	31/12/2023	31/12/2022
Prestação de serviços faturados (a)	76.290	58.603
Prestação de serviços a faturar	56.857	90.521
Provisão para perdas	(174)	(141)
Total	132.973	148.983

(a) Inclui o valor de R$ 40.483 mil vencido desde 2022 e objeto de Execução de Título Extrajudicial, que a Administração, também com base na opinião dos seus Consultores Jurídicos, entende ser de provável realização. Com relação aos demais valores, referem- se, basicamente, a faturas próprias da Sociedade bem como o percentual de recebíveis em cada Consórcio em que participa, com vencimentos em até 30 dias e que foram substancialmente recebidos em janeiro de 2024.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	5.463	3.359
Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL	659	543
Programa de Integração Social – PIS	178	136
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	837	644
Instituto Nacional Seguridade Social – INSS	1.776	2.736
Outros	335	324
Total	9.248	7.742

7. DESPESAS ANTECIPADAS - Refere-se a gastos com seguros e gastos com equipamentos em comodato que são apropriados ao resultado conforme o período de vigência dos contratos.

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros (Obras, equipamentos e veículos)	1.024	2.814
Total	1.024	2.814

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - O saldo e a movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados como segue:

	Taxa anual (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Líquido 2023	Líquido 2022
Equipamentos de produção	10%	1.073	(708)	365	9.644
Equipamentos de transporte	20%	48	(48)	-	108
Equipamentos de informática	20%	3.652	(1.994)	1.658	1.799
Equipamentos administrativos outros	10%	157	(52)	105	32
Ferramentas e utensílios	10%	423	(11)	412	2.359
Edificações	10%	-	-	-	4
Softwares	20%	1.259	(722)	537	330
Intangíveis em curso	*	543	-	543	-
Arrendamentos direito de uso	*	9.160	(7.313)	1.847	3.932
Total		16.314	(10.851)	5.463	18.208

	Taxa anual (%)	2022	Adições	Baixas	2023
Custo:					
Equipamentos de produção	10%	35.294	63	(34.284)	1.073
Equipamentos de transporte	20%	461	-	(413)	48
Equipamentos de informática	20%	3.460	466	(274)	3.652
Equipamentos administrativos outros	10%	66	91	-	157
Ferramentas e utensílios	10%	12.832	2.062	(14.471)	423
Edificações	10%	163	-	(163)	-
Softwares	20%	860	399	-	1.259
Intangíveis em curso	*	-	543	-	543
Arrendamentos direito de uso	*	15.114	1.429	(7.383)	9.160
Total do Custo		68.250	5.053	(56.988)	16.313
Depreciação:					
Equipamentos de produção	10%	(25.650)	(2.785)	27.727	(708)
Equipamentos de transporte	20%	(353)	(23)	328	(48)
Equipamentos de informática	20%	(1.661)	(598)	265	(1.994)
Equipamentos administrativos outros	10%	(34)	(18)	-	(52)
Ferramentas e utensílios	10%	(10.473)	(1.426)	11.888	(11)
Edificações	10%	(159)	(2)	161	-
Softwares	20%	(530)	(192)	-	(722)
Arrendamentos direito de uso	*	(11.182)	(2.658)	6.528	(7.313)
Total do Custo		(50.042)	(7.702)	46.897	(10.851)
Imobilizado e intangível, líquidos		18.208	(2.649)	(10.091)	5.467

O saldo e a movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro 2022 estão apresentados como segue:

	Taxa anual (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Líquido 2022	Líquido 2021
Equipamentos de produção	10%	35.294	(25.650)	9.644	13.140
Equipamentos de transporte	20%	461	(353)	108	7
Equipamentos de informática	20%	3.460	(1.661)	1.799	1.658
Equipamentos administrativos outros	10%	66	(34)	32	33
Ferramentas e utensílios	10%	12.832	(10.473)	2.359	4.251
Edificações	10%	163	(159)	4	20
Softwares	20%	860	(530)	330	331
Arrendamentos direito de uso	*	15.114	(11.182)	3.932	6.342
Total		68.250	(50.042)	18.208	25.782

	Taxa anual (%)	2021	Adições	Baixas	2022
Custo					
Equipamentos de produção	10%	33.325	1.969	-	35.294
Equipamentos de transporte	20%	348	113	-	461
Equipamentos de informática	20%	2.797	728	(65)	3.460
Equipamentos administrativos outros	10%	58	8	-	66
Ferramentas e utensílios	10%	12.539	293	-	12.832
Edificações	10%	163	-	-	163
Softwares	20%	713	147	-	860
Arrendamentos direito de uso	*	12.446	3.207	(539)	15.114
Total do Custo		62.389	6.465	(604)	68.250
Depreciação					
Equipamentos de produção	16%	(20.185)	(5.465)	-	(25.650)
Equipamentos de transporte	20%	(341)	(12)	-	(353)
Equipamentos de informática	20%	(1.139)	(565)	43	(1.661)
Equipamentos administrativos outros	10%	(25)	(9)	-	(34)
Ferramentas e utensílios	16%	(8.288)	(2.185)	-	(10.473)
Edificações	10%	(143)	(16)	-	(159)
Softwares	20%	(382)	(148)	-	(530)
Arrendamentos direito de uso	*	(6.104)	(4.497)	(581)	(11.182)
Total da depreciação		(36.607)	(12.897)	(538)	(50.042)
Imobilizado e intangível, líquidos		25.782	(6.432)	(1.142)	18.208

* Os ativos de direito de uso (arrendamentos) são depreciados de maneira linear respeitando o tempo de vigência dos contratos de locação. Por questões estratégicas operacionais a Administração da Companhia resolveu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, alienar os equipamentos utilizados no processo operacional para empresa pertencente ao grupo Teixeira Duarte, que atua no mesmo ramo operacional. Essa alienação não afeta a continuidade operacional da Companhia, que tem a possibilidade de alugar tais equipamentos para continuar em operação normal dos seus negócios. A seguir apresentamos um resumo da operação:

	31/12/2023
Equipamentos de produção	34.284
Depreciação acumulada de equipamentos de produção	(27.727)
Ferramentas e utensílios	14.471
Depreciação acumulada de ferramentas e utensílios	(11.888)
Outros ativos	851
Depreciação acumulada de outros ativos	(754)

Valor residual	9.237
Venda para parte relacionada (Nota 15) (*)	53.641
Vendas para terceiros	4.989
Outras	1.875
Total (Nota 22)	51.268

(*) O valor de venda dos equipamentos foi determinado com base em laudo de avaliação, preparado por empresa especializada.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota explicativa	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	**277.053**	**381.122**
Custos dos serviços prestados	21	(297.292)	(343.431)
(PREJUÍZO) / LUCRO BRUTO		**(20.239)**	**37.691**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas, gerais e tributárias	21	(40.655)	(36.816)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	53.357	296
		12.702	**(36.520)**
(PREJUÍZO) / LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIROS		**(7.537)**	**1.171**
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	23	1.330	1.128
Despesas financeiras	23	(22.902)	(18.914)
		(21.572)	**(17.786)**
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(29.109)**	**(16.615)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferido	24	9.982	5.750
		9.982	**5.750**
PREJUIZO DO EXERCÍCIO		**(19.127)**	**(10.865)**
Prejuízo por ação em Reais		(0,93)	(0,53)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(19.127)	(10.865)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(19.127)	(10.865)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reservas de lucro Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2021	**10.100**	**-**	**31.191**	**31.191**	**41.291**
Aumento de capital	10.392	-	-	**-**	(10.392)
Prejuízo do exercício	-	-	(10.865)	**(10.865)**	(10.865)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	20.326	(20.326)	**-**	-
SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2022	**20.492**	**20.326**	**-**	**20.326**	**40.818**
Prejuízo do exercício	-	-	(19.127)	**(19.127)**	(19.127)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	(19.127)	19.127	**-**	-
SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2023	**20.492**	**1.199**	**-**	**1.199**	**21.691**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

9. FORNECEDORES	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores no exterior	615	361
Fornecedores no país	14.659	31.277
Total	15.274	31.638
Circulante	15.274	31.638

10. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO	Valor
Saldo em 31/12/2022	3.547
Arrendamentos reconhecidos CPC 06 (R2) / IFRS 16	575
Juros sobre os contratos de arrendamento	756
Pagamento de arrendamento	(3.155)
Saldo em 31/12/2023	1.723
Circulante	1.138
Não Circulante	585
	1.723

	Valor
Saldo em 31/12/2021	5.874
Arrendamentos reconhecidos CPC 06 (R2) / IFRS 16	3.207
Juros sobre os contratos de arrendamento	831
Pagamento de arrendamento	(6.365)
Saldo em 31/12/2022	3.547
Circulante	2.350
Não Circulante	1.197
	3.547

11. FINANCIAMENTOS	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (a)	8.485	13.816
Total	8.485	13.816
Circulante	8.144	13.513
Não circulante	341	303

	Taxa a.m.	2024	2025	2026	2027	Total
Banco Daycoval	0,8739	190	128	-	-	318
Banco Daycoval	1,2900	81	93	107	13	294
Banco Bradesco	1,4200	7.873	-	-	-	7.873
Total		8.144	221	107	13	8.485

	Taxa a.m.	2023	2024	2025	Total
Banco Daycoval	0,8739	171	176	127	474
Banco Bradesco	1,4200	13.342	-	-	13.342
Total		13.513	176	127	13.816

(a) As garantias dos financiamentos são os próprios bens e aval da diretoria

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(19.127)	(10.865)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	7.702	12.897
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	10.091	1.142
Juros sobre os contratos de arrendamento	756	831
Provisões de estoque	76	25
Provisão créditos com liquidez duvidosa	(33)	-
Provisões contenciosas	550	1.782
Provisões trabalhistas	226	(672)
Provisões oneroso	2.781	1.154
Impostos diferidos	(9.982)	(5.750)
Provisão para garantia	(364)	(4.224)
Variação cambial – com terceiros	(166)	450
Variação cambial – partes relacionadas	7	235
	(7.483)	(2.995)
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	16.043	(31.834)
Estoques	115	(1.835)
Impostos a recuperar	(1.506)	(2.845)
Adiantamento a fornecedores	1.117	(1.814)
Despesas antecipadas	1.790	397
Outros créditos	4.377	(9.753)
Fornecedores	(16.198)	9.557
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.297	2.469
Impostos e contribuições a recolher	(1.527)	(5.604)
Adiantamentos de clientes	(2.690)	(39.402)
Outros passivos	4.139	754
Partes relacionadas	(11.610)	13.951
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	966
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(12.136)	(67.988)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições do imobilizado e intangível	(5.053)	(6.465)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.053)	(6.465)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes relacionadas	23.132	60.379
Financiamentos	(5.330)	13.212
Arrendamentos	(2.580)	(3.158)
Aumento de capital	-	10.392
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	15.222	80.825
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.967)	6.372
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	8.499	2.127
No fim do exercício	6.532	8.499
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.967)	6.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações previdenciárias - Instituto Nacional do Seguro Social INSS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	3.155	1.905
Provisão para férias e encargos sociais	6.682	6.855
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	986	670
Outros	993	1.089
	11.816	10.519

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	47	44
Programa de Integração Social - PIS	371	323
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.503	1.494
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	643	882
Imposto sobre Serviços – ISS	434	643
Instituto Nacional de Seguro Social – INSS Retidos de terceiros	-	1.139
Total	2.998	4.525

14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES - A seguir apresentamos a composição dos adiantamentos por projeto:

	31/12/2023	31/12/2022
Associação Brasileira D'a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	60	8.935
Concessionaria dos Aeroportos da Amazonia S.A.	5.739	3.521
Engetec Construções e Montagens S.A.	889	467
Plewades Empreendimentos Imobiliários Ltda	6	71
Upcon 36 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	-	122
Álya Construtora S.A.	13	-
TDSP - Princesa Isabel Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	12	-
Geo Tecnica Fundações Ltda	1.220	-
Gol Incorporadora Ltda	5	-
MME 2 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	82	-
Izp Haddock Empreendimentos Imobiliários S.A.	92	-
Empresa Construtora Brasil S.A.	115	-
Hugarias Empreendimentos Imobiliários Ltda	207	-
Associação Beneficiente e Cultural Beit Hassofer	56	-
Consorcio Ponte Rio Tocantins	1.355	-
Alvorada Incorporação e Participação SPE Ltda	196	-
Rede Moriah Saúde Ltda	580	-
Pátio Uberlandia Shopping Ltda	32	-
Hesa 202 - Investimentos Imobiliários Ltda	57	-
Outros	48	338
Total	10.764	13.454

15. PARTES RELACIONADAS - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos no balanço patrimonial apresentam os seguintes valores:

Ativo	2023 Contas a receber (a)	2023 Mútuo a receber (b)	2023 Outras contas a receber (c)	2023 Total	2022 Contas a receber (a)	2022 Mútuo a receber (b)	2022 Outras contas a receber (c)	2022 Total
Empa S/A Serviços de Engenharia	-	-	4.499	**4.499**	1.281	-	-	**1.281**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Matriz)	1.357	-	-	**1.357**	938	-	968	**1.906**
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas S.A.	-	-	642	**642**	589	-	-	**589**
TDSP - Participações Ltda.	-	-	2.022	**2.022**	-	4.022	-	**4.022**
Somafel – Engenharia e Obras Ferroviárias Ltda.	-	-	179	**179**	185	-	-	**185**
TDGI Facilites e Manutenção de Instalação Ltda.	-	-	212	**4.725**	91	2.649	-	**2.740**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Sas Colômbia)	-	4.513	-	**3.925**	-	1.249	212	**1.461**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Colômbia)	2.474	1.451	-	**896**	-	-	-	**-**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Equador)	896	-	222	**222**	223	-	-	**223**
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários	-	-	378	**378**	-	-	255	**255**
TDSP - Princesa Isabel Empreendimentos Imobiliários	-	-	186	**186**	-	-	89	**89**
TDSP - Carolina Ribeiro Empreendimentos Imobiliários	-	-	-	**-**	-	-	90	**90**
TDSP - Furnas Empreendimentos Imobiliários	-	-	258	**258**	-	-	-	**-**
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários	-	-	-	**-**	-	-	-	**-**
TDSP - Nilo Empreendimentos Imobiliários	-	-	-	**-**	-	-	10	**10**
	4.727	**5.964**	**8.598**	**19.289**	**3.307**	**7.920**	**1.624**	**12.851**
Circulante				19.289				12.851

(a) refere-se substancialmente a faturas de venda de ativos imobilizados entre empresas do grupo. (b) os mútuos entre empresas vinculadas são corrigidos pela SELIC acrescidos de um spread de 0,15% a.m. com vencimento até 2026. (c) refere-se substancialmente a transferências de custos entre empresas vinculadas e rateio dos serviços financeiros-administrativos e outros reembolsos de custos.

Passivo	2023 Contas a pagar (a)	2023 Mútuo a pagar (b)	2023 Outras contas a pagar (c)	2023 Total	2022 Contas a pagar (a)	2022 Mútuo a pagar (b)	2022 Outras contas a pagar (c)	2022 Total
Empa S/A Serviços de Engenharia	-	45.741	1.206	**46.947**	-	-	-	**-**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Matriz)	3.056	-	388	**3.444**	73	-	6.535	**6.608**
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas S.A.	-	23.626	32	**23.658**	-	8.388	-	**8.388**
Teixeira Duarte - Eng.Const. (Sucursal de Moçambique), S.A.	-	-	4	**4**	4	-	-	**4**
TDSP - Participações Ltda.	-	35.767	4.029	**39.796**	5.531	76.688	-	**82.219**
Somafel – Engenharia e Obras Ferroviárias Ltda.	-	1.118	30	**1.148**	-	-	-	**-**
TDGI Facilites e Manutenção de Instalação Ltda.	14	-	285	**299**	110	-	-	**110**
	3.070	**106.252**	**5.974**	**115.296**	**5.718**	**85.076**	**6.535**	**97.329**
Circulante				115.296				97.305
Não Circulante				-				24

(a) refere-se substancialmente a faturas de serviços financeiros, administrativo, equipamentos e gerenciais rateados com as empresas Matrizes. (b) os mútuos entre empresas vinculadas são corrigidos pela SELIC acrescidos de um spread de 0,15% a.m.com prazo previsto de pagamento até 2024. (c) refere-se substancialmente a transferências de custos entre empresas vinculadas e rateio dos serviços financeiros-administrativos e outros reembolsos de custos.

31 de dezembro de 2023	Vendas	Serviços	Despesas e repasses	Juros	Total
TDGI Facilites e Manutenção de Instalação Ltda.	-	125	59	448	632
Empa S/A Serviços de Engenharia. (nota 8)	53.641	1.881	2.289	(3.597)	54.214
Somafel – Engenharia e Obras Ferroviárias Ltda.	-	162	89	(435)	(184)
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas S.A.	-	605	152	(3.322)	(2.565)
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários	-	419	283	1	703
TDSP - Princesa Isabel Empreendimentos Imobiliários	-	177	119	-	296
TDSP - Nilo Empreendimentos Imobiliários	-	5	3	-	8
TDSP - Carolina Ribeiro Empreendimentos Imobiliários	-	6	3	-	9
TDSP - Furnas Empreendimentos Imobiliários	-	159	103	-	262
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Matriz)	298	(160)	(820)	(70)	(752)
TDSP - Participações Ltda.	-	(2.593)	(1.238)	(12.596)	(16.427)
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Co)	896	-	-	-	896
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Sas Co)	2.262	-	-	202	2.464
Total	**57.097**	**786**	**1.042**	**(19.369)**	**39.556**

31 de dezembro de 2022	Vendas	Serviços	Despesas e repasses	Juros	Total
TDGI Facilites e Manutenção de Instalação Ltda.	-	(3.249)	132	(54)	(3.171)
Empa S/A Serviços de Engenharia.	-	(4.208)	(21)	980	(3.249)
Somafel – Engenharia e Obras Ferroviárias Ltda.	-	(544)	1	109	(434)
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas S.A.	-	712	-	1.535	2.247
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários	-	(338)	-	-	(338)
TDSP - Princesa Isabel Empreendimentos Imobiliários	-	(140)	-	-	(140)
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários	-	(11)	-	-	(11)
TDSP - Nilo Empreendimentos Imobiliários	-	(89)	-	-	(89)
TDSP - Carolina Ribeiro Empreendimentos Imobiliários	-	(349)	-	-	(349)
TDSP - Furnas Empreendimentos Imobiliários	-	(904)	-	-	(904)
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Matriz)	-	-	(2.140)	(230)	(2.370)
TDSP - Participações Ltda.	-	-	(43)	8.455	8.412
Total	**-**	**(9.120)**	**(2.071)**	**10.795**	**(396)**

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR	31/12/2023	31/12/2022
Créditos com consórcios	5	3.700
Provisões de contas a pagar	1.376	-
Outros passivos (Terracom/Alves Ribeiro)	6.691	233
Total	8.072	3.933

17. PROVISÕES CONTENCIOSAS - Em 31 de dezembro de 2023, com base na análise individual de processos em andamento e tendo como suporte a opinião dos advogados externos da Sociedade, existem processos provisionados, avaliados como sendo de perda provável, no montante de R$ 2.332 e R$ 1.782 referentes a 31 de dezembro de 2022. A Sociedade também está envolvida em outros processos de natureza cível, tributária e trabalhista, surgido no curso normal dos seus negócios, avaliados como tendo possibilidade de perda possível, estimado em R$ 4.787 em 31 de dezembro de 2023, os quais não estão provisionados por adesão a regra contida no CPC 25.

18. PROVISÕES DE CONTRATOS ONEROSOS - Refere-se a constituição de provisão oriunda de contratos em andamento com margem negativa já identificadas.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social é representado por 20.492.000 ações com valor nominal unitário de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritos e integralizados pela Teixeira Duarte Engenharia e Construções S. A. sediado em Portugal.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2023	2022
Receita bruta de serviços	302.550	405.228
(-) impostos e deduções (PIS/COFINS/ISS)	(25.497)	(24.106)
Receita operacional líquida	277.053	381.122

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas, gerais e tributárias	2023
Materiais	(77.552)	(1.600)	(79.152)
Serviços de terceiros	(59.568)	(5.191)	(64.759)
Mão-de-obra e pessoal	(99.664)	(14.287)	(113.951)
Aluguéis e condomínios	(4.000)	(2.025)	(6.025)
Depreciações e amortizações	(3.381)	(4.321)	(7.702)
Locação de equipamentos	(36.385)	(1.293)	(37.678)
Despesas tributárias	(353)	(3.407)	(3.760)
Gastos gerais*	(16.205)	(5.438)	(21.643)
Provisões (reversões)	(184)	(3.093)	(3.277)
	(297.292)	**(40.655)**	**(337.947)**

	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas, gerais e tributárias	2022
Materiais	(85.990)	(1.070)	(87.060)
Serviços de terceiros	(83.579)	(4.652)	(88.231)
Mão-de-obra e pessoal	(97.084)	(19.984)	(117.068)
Aluguéis e condomínios	(7.328)	(3.070)	(10.398)
Depreciações e amortizações	(5.879)	(7.018)	(12.897)
Locação de equipamentos	(41.150)	(1.448)	(42.598)
Despesas tributárias	(457)	(2.127)	(2.584)
Gastos gerais	(21.183)	(2.644)	(23.827)
Provisões (reversões)	(781)	5.197	4.416
	(343.431)	**(36.816)**	**(380.247)**

*No montante de R$ 5.438 apresentados na despesa administrativa, R$ 418 referem-se a honorários de consultoria advocatícia associados conforme mencionado na nota 22.

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LIQUIDAS	2023	2022
Alienação de ativos fixos e investimentos (nota 8)	51.268	325
Recuperação de impostos (*)	2.335	-
Outras receitas/despesas	(246)	(29)
Total	53.357	296

(*) Correspondem a créditos apurados relativos a pagamentos que a Administração da Sociedade entende ter efetuado a maior, referentes a contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros (INCRA, SENAI, SESI, SENAC, etc.). Esses créditos foram objeto de compensação, em 2023, com os valores de outros tributos federais que deveriam ser recolhidos, através da emissão de várias DCOMP - Declaração de Compensação. Essa redução de passivos tributários, em contrapartida de Outras Receitas Operacionais, baseou-se no fato de até aquele momento haviam sido bem-sucedidos os pedidos administrativos e ações judiciais impetrados por diversos contribuintes, nos quais foi defendida a Tese de que, legalmente, tais contribuições deveriam estar limitadas, em sua base de cálculo, ao teto de 20 (vinte) salários-mínimos. Relativamente a essa questão, em 25 de outubro de 2023 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou e suspendeu (devido ao pedido de vistas de um dos juízes) o julgamento do Tema Repetitivo n.º 1079, no qual justamente se discutia a existência ou não de limitação na base de cálculo a ser usada para recolhimento das mencionadas contribuições parafiscais. Apenas um voto havia sido proferido até o momento da suspensão, pela Ministra relatora, e contrário à Tese da limitação da base de cálculo daquelas contribuições. Dias antes do início desse Julgamento, a Sociedade havia impetrado Mandado de Segurança junto ao Delegado da Receita Federal em São Paulo, em caráter liminar, objetivando a suspensão da exigibilidade da contribuição a terceiros devida ao INCRA, SESI, SENAI, SENAC entre outras do Sistema S, pleiteando a limitação da sua base de cálculo a 20 (vinte) salários- mínimos. A Liminar, no entanto, ainda aguarda manifestação do MM Juízo, provavelmente por tratar de tema ainda sendo objeto de apreciação através do Tema Repetitivo no. 1079, no âmbito do STJ. Honorários de consultoria advocatícia associados a essas iniciativas montaram em R$ 418 e estão registrados na rubrica Gastos Gerais (Nota 21). A Administração da Sociedade, apoiada na opinião de seus Conselheiros Legais, entende como possível a ocorrência de perda com essa questão, pelo que nenhuma correspondente provisão foi constituída para os valores dos tributos federais e acréscimos não recolhidos, o que está de acordo com as regras do CPC 25 e IAS 37.

23. RESULTADO FINANCEIRO	2023	2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	8	79
Juros e atualização monetária	512	243
Variação cambial	806	806
Outras receitas	4	-
	1.330	1.128
Despesas financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(21.331)	(13.679)
Juros, multas e descontos concedidos	(1.284)	(4.073)
Variação cambial	(94)	(705)
Tarifas bancárias	(192)	(456)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
	(22.902)	(18.914)
	(21.572)	(17.786)

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(29.109)	(16.615)
Adições (exclusões), líquido	2.759	(4.314)
Prejuízo fiscal	(26.350)	(20.929)
IRPJ e CSLL diferido sobre prejuízo fiscal - 34%	8.960	7.116
Imposto de renda e contribuição social – diferido no exercício	1.022	(1.366)
Efeito do imposto diferido no resultado do exercício	9.982	5.750
Imposto diferido - ativo em 2022 e 2021	10.691	4.941
Saldo do Imposto diferido - ativo em 31/12/2023 e 2022	20.673	10.691

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.

TEIXEIRA DUARTE

CNPJ: 24.447.770/0001-45

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GRUPO TEIXEIRA DUARTE 100 ANOS CONSTRUINDO UM MUNDO MELHOR

Imposto Diferido

	2023	2022
Despesas temporárias:		
Provisão multa do FGTS	144	817
Provisão contrato oneroso	2.781	(616)
Provisão para contingências fiscais	565	(36)
Provisão créditos com liquidez duvidosa	33	-
Provisão garantia pós-obra	(364)	(4.224)
Perdas em estoques	78	25
Outros	(230)	16
Redução de despesas temporárias	3.007	(4.018)
Compensação de prejuízo fiscal	-	-
Base da variação no ano para cálculo do imposto diferido	3.007	(4.018)
Imposto de renda e contribuição social – diferido no exercício	1.022	(1.366)

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$ 20.673 (R$10.691 em 31 de dezembro de 2022), de impostos diferidos mantidos no ativo não circulante, é originário de diferenças temporárias entre o registro contábil de despesas e sua aceitação como despesas dedutíveis para fins de formação do lucro real, as quais serão compensadas contra lucros tributáveis futuros e também de prejuízos fiscais do ano de 2023. Esses ativos são de realização provável conforme a Administração da Sociedade, situação essa que é revisada ao final de cada exercício, sendo reduzidos em seu valor caso sua realização não seja mais provável. A seguir a composição da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos: Composição do Imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo:

Até exercício de 2022	10.691
Exercício de 2023	9.982
	20.673

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à fiscalização pelas autoridades tributárias por um prazo de cinco anos a partir do arquivamento, que deve ocorrer até o dia 31 de julho do exercício subsequente ao de referência. Várias outras declarações de impostos federais, estaduais e municipais, contribuição previdenciária e similares também estão sujeitas à fiscalização por prazos variáveis de tempo, conforme as legislações aplicáveis.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Sociedade possui instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras de liquidez imediata, contas a receber pela prestação de serviços faturados, outras contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar que estão classificados como avaliados pelo custo amortizado. A Sociedade não transaciona instrumentos derivativos e não tem nenhum compromisso que não esteja registrado nas demonstrações financeiras nem divulgado em notas explicativas. A Administração da Sociedade é da opinião de que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. A Sociedade não possui instrumentos financeiros avaliados ao valor justo e está exposta a taxas de juros referenciais nos saldos de caixa e equivalentes de caixa, vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Gestão dos riscos de liquidez, capital e operacional - A Sociedade gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital tendo em vista o desenvolvimento de suas operações estando sujeita às condições do mercado, economia e indústria.

26. SEGUROS - A Sociedade mantém apólices de seguros de naturezas diversas, contratados com algumas das principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa da Sucursal e levaram em consideração a natureza e o grau de riscos envolvidos nos negócios. A Administração entende que a cobertura é razoável considerando os padrões do setor.

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

	2023	2022
Adição de contratos de arrendamentos	1.429	3.207

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 29 de fevereiro de 2024.

Diretoria:
Fernando Ribeiro Antunes Martins — José Jorge Lisboa Santos Rosa
Pedro José Amaral Pereira Salvador
Contador: Daniel de Souza Joaquim CRC: 1SP219226/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. Aos Acionistas e Administradores da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. São Paulo - SP. Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Contribuições Parafiscais - Limite de Vinte Salários-Mínimos em sua Base de Cálculo** - Conforme explicado na Nota 24, a Sociedade entendeu possuir créditos tributários, devido a pagamentos efetuados (a maior) de contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros (INCRA, SENAI, SESI, SENAC, etc.) sem que a base de cálculo das mesmas tivesse sido limitada a 20 (vinte) salários-mínimos. Como tal, utilizou esses créditos em 2023 para compensar os valores de outros tributos federais, no montante de R$ 2.335, os quais, portanto, deixaram de ser recolhidos em tempo hábil. A Administração da Sociedade, apoiada na opinião de seus Conselheiros Legais, entende como possível a ocorrência de perda com essa questão pelo que, de acordo com o CPC 25 e IAS 37, nenhuma correspondente provisão foi constituída para os tributos federais não recolhidos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024.

MOORE

MOORE MSLL LIMA LUCCHESI
Auditores e Contadores Ltda. CRC 2SP019.874/O-3
Sérgio Lucchesi Filho - Contador CRC 1 SP 101.025/O-0

pág. 02/02

Serimob Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 10.452.930/0001-30 - NIRE 3530044824-3

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 - Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Relatórios de Administração: Senhores Acionistas, a administração da Serimob Empreendimentos Imobiliários S.A. apresenta o Relatório da Administração, que acompanha as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2023, elaboradas em conformidade com a legislação societária, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes. **Mensagem aos acionistas:** Durante o exercício financeiro de 2023, a Companhia prosseguiu no desenvolvimento de seu objeto social, como previsto em seu Estatuto Social. **Desempenho:** A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2023. As demonstrações financeiras completas encontram-se na sede da Companhia.

A Administração

Balanços patrimoniais	2023	2022
Ativo	**88.340**	**39.351**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	18.500	4.751
Outras contas a receber (Nota 6)	13.915	3.954
Estoques (Nota 7)	55.902	30.646
Tributos a Recuperar	23	–
Não circulante	**78.663**	**82.597**
Investimentos (Nota 8)	48.020	82.597
Outras contas a receber (Nota 6)	30.643	–
Total do ativo	**167.003**	**121.948**

Balanços patrimoniais	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**2.758**	**595**
Fornecedores	1.670	459
Obrigações tributárias (Nota 9)	1.088	136
Não circulante	**11.287**	**10.857**
Obrigações tributárias (Nota 9)	10.837	10.837
Fornecedores e outras contas a pagar	–	20
Cauções	450	–
Patrimônio Líquido	**152.958**	**110.496**
Capital social	82.490	118.939
Ajuste de avaliação patrimonial	21.418	21.418
Reserva legal	2.524	191
Lucros/Prejuízos acumulados	46.526	(30.052)
Total passivo patrimônio líquido	**167.003**	**121.948**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social subscrito	Reservas legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**118.939**	**24**	**21.418**	**(33.242)**	**107.139**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.357	3.357
Redução de capital social	–	–	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial exercício anterior	–	–	–	–	
Reserva Legal	–	167	–	(167)	–
Saldos em 31/12/2022	**118.939**	**191**	**21.418**	**(30.052)**	**110.496**
Lucro do líquido do exercício	–	–	–	46.662	46.662
Reserva Legal	–	2.333	–	(2.333)	–
Redução de Capital (Absorção Prejuízo)	(32.249)	–	–	32.249	–
Distribuição de Dividendos	(4.200)	–	–	–	(4.200)
Saldos em 31/12/2023	**82.490**	**2.524**	**21.418**	**46.526**	**152.958**

Demonstrações do resultado do exercício	2023	2022
Receita de Vendas, líquidas (Nota 13)	63.944	9.246
Custo dos imóveis vendidos	(11.868)	(6.005)
Lucro bruto	**52.076**	**3.241**
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas administrativas (Nota 14)	(4.566)	(1.586)
Outras receitas/(despesas) operacionais	239	2.882
Resultado operacional	**47.749**	**4.537**
Receitas financeiras	1.129	137
Despesas financeiras	(31)	–
Resultado financeiro, líquido	**1.098**	**137**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**48.847**	**4.674**
Imposto de Renda e contribuição social correntes (Nota 15)	(2.185)	(343)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos (Nota 15)	–	(974)
	(2.185)	(1.317)
Lucro Líquido do exercício	**46.662**	**3.357**

Demonstrações dos fluxos de caixa	2023	2022
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Lucro líquido do exercício	**46.662**	**3.357**
Ajustes para reconciliar o lucro ou prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Ajustes do valor justo	(318)	(2.864)
Imposto diferido		974
	46.344	**1.467**
Decréscimo/(Acréscimo) nos ativos e passivos operacionais		
Outras contas a receber	(9.961)	(3.347)
Estoques	(25.256)	
Tributos a Recuperar	(23)	
Outras contas a receber	(30.643)	
Fornecedores	1.191	153
Obrigações tributárias	952	(118)
Caução	450	
Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades operacionais	**(16.628)**	**(1.845)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Baixa de investimentos	34.895	6.004
Partes relacionadas		(17.600)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**34.895**	**(11.596)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(4.200)	
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(4.200)**	
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**13.749**	**(13.441)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.751	18.192
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18.500	4.751
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**13.749**	**(13.441)**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Informações gerais: A Serimob Empreendimentos Imobiliários S.A. é uma Companhia constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Pedroso Alvarenga, 584, 19º andar, conjunto 193, setor A, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04531-001. A Companhia está envolvida primariamente na compra, venda e administração de imóveis próprios. Em 24 de outubro de 2012, foi transformada de Ltda. para Sociedade Anônima de capital fechado, alterando sua denominação social de Serimob Empreendimentos Imobiliários Ltda. para Serimob Empreendimentos Imobiliários S.A. A Companhia passou a ser administrada por um Conselho de Administração, composto por três membros (acionistas da Companhia ou não) e uma Diretoria composta por dois Diretores (acionistas da Companhia ou não) e todos renunciaram ao pró-labore que tinham direito. A necessidade de caixa para liquidação das obrigações de curto e longo prazos da Companhia é avaliada permanentemente pela Administração que solicita aporte de capital ao acionista sempre que necessário. As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 5 de abril de 2024. **2. Resumo das principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária. **2.1. Base de elaboração e preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com base nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), também aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados em milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico reconhecidos nos balanços patrimoniais. **2.3. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (moeda funcional). **2.4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **b) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo. **2.5. Instrumentos financeiros:** Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado. Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto. **(a) Ativos financeiros, classificação, reconhecimento e mensuração.** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **(a)** Ao custo amortizado; **(b)** Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; **(c)** Mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **(i) Custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. **(ii) Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros nessa categoria. **(iii) Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos". **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas, quando aplicável, da do reconhecimento de perdas para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização. **2.7. Estoques:** Os estoques compreendem bens adquiridos e destinados à venda, incluindo obras de arte, terrenos e outros imóveis para revenda. Na transferência de propriedade para investimento escriturada pelo valor justo para estoque, o custo considerado da propriedade para subsequente contabilização de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 ou o CPC 16 é o seu valor justo à data da alteração de uso. **2.8. Reclassificação para propriedade para investimento:** Quando o uso da propriedade, muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. **2.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos:** O valor contábil líquido dos ativos, que não aqueles mensurados pelo seu valor justo são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, a perda é reconhecida. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.10. Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo de quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. **2.11. Obras de Arte:** As obras de arte são incialmente mensuradas a valor de custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. **2.12. Fornecedores e outras contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13. Provisões para riscos processuais:** Reconhecidas quando a Sociedade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 11. **2.14. Imposto de Renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o Lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.15. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.16. Receita operacional: Venda de bens:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos imóveis foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **Receita de aluguel:** A receita de aluguel de ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. **2.17. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações em fundos de investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o regime de competência. **2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC PME - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Gestão de risco financeiro: 3.1. Considerações gerais e políticas:** A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração. A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Sociedade. **3.2. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. **(a) Risco de crédito:** A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. **(b) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **3.3. Gestão de capital**: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. **3.4. Estimativa do valor justo**: Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia: **• Nível 1**: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais; **• Nível 2**: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); **• Nível 3**: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis). Em 31 de dezembro de 2022, a mensuração da totalidade dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio (*swap* e *forwards*) é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, como valor resultante descontado ao valor presente. **Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado: Aplicações financeiras**: Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. **Contas a receber e fornecedores:** Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas. **4. Normas, revisões e interpretações: 4.1.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022**: As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. **b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado:** Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado. **c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020:** Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo; **d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15**: Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS. **4.1.2 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023**: Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a. Alteração na norma IAS 8/CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; b. Alteração na norma IAS 12/CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; c. Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; d. Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 - trata da responsabilidade em um retroarrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e. Alteração na norma IAS 1/CPC 26: **a. Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024.** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos da Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir: **b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024.** Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2023	2022
Bancos - conta corrente	3.669	13
Aplicações financeiras	14.831	4.738
	18.500	**4.751**

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) mantidas em instituições financeiras nacionais, consideradas de "primeira linha" e não possuem garantias atreladas ou penalidades em caso de resgate antecipado, remuneradas à média de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Esses títulos são considerados pela Administração como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **6. Outras contas a receber:**

	2023	2022
Outras contas a receber	44.558	3.954
	44.558	**3.954**

O saldo é composto por circulante e não circulante, conforme segue:

	2023	2022
Outras contas a receber - Circulante	13.915	
Outras contas a receber - Não Circulante	30.643	
	44.558	

O saldo é composto de vendas dos estoques e de recebimentos de partes relacionadas.

7. Estoques:

	2023	2022
Imóveis a comercializar	55.902	30.646
	55.902	**30.646**

Estoques são as unidades que vieram transferidas de propriedades para investimentos considerando que a Administração da Companhia iniciou o processo de venda desses ativos com a contratação de especialistas e negociação com interessados.

8. Investimentos:

	2023	2022
Propriedades para investimentos (8.1)	21.049	56.857
Obras de arte (8.2)	26.712	25.730
Móveis e Utensílios	259	–
	48.020	**82.587**

8.1. Propriedade para investimento

	2023	2022
Seculum II - Faria Lima Conj 101	10.525	21.475
Seculum II - Faria Lima Conj 102	10.524	–
8 Salas - Condomínio I.N.C 50 Nova Itu	–	2.904
4 Unidades - Edifício Park Tower	–	30.048
Apartamento 11 - Edifício Campo Verde	–	2.440
	21.049	**56.867**

Movimentação das propriedades para investimento	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**56.867**
(–/+) Alteração do valor justo	(426)
(–) Transferência para estoque	(35.392)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**21.049**

8.2 Obras de arte

	2023	2022
Objeto de arte	26.712	25.730
	26.712	**25.730**

Movimentação das obras de arte	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**25.730**
(–/+) Alteração do valor justo	982
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**26.712**

a) O valor justo das obras de arte foi avaliado por especialistas independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria dos objetos que estão sendo avaliados. Os avaliadores independentes forneceram o valor justo das obras de arte a cada 12 meses.

9. Obrigações tributárias:

	2023	2022
IRPJ e CSLL sobre o faturamento	843	62
PIS e COFINS a recolher	218	8
IOF s/ nútuo	23	64
Impostos diferidos	10.837	10.837
Outros tributos	4	2
	11.925	**10.973**
Passivo circulante	1.088	136
Passivo Não circulante	10.837	10.837

10. Provisão para demandas judiciais: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza civil, tributária e trabalhista. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, considerou como não necessário o reconhecimento de provisão para demandas judiciais em 31 de dezembro de 2023. **11. Patrimônio líquido: 11.1. Capital social:** Em 16 de janeiro de 2023, houve a redução do capital social, no valor de 36.449.452,58 (trinta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e novel mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), sendo destinados a: R$ 32.249.452,58 (trinta e dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos) destinados à absorção de prejuízos, e, de R$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais), por considerarem o capital social da Companhia excessivo com restituição desse montante aos acionistas, na proporção de suas respectivas participações no capital social, em moeda corrente do país e sem o cancelamento de ações, passando o capital social da Companhia de R$ 86.689.682,13 (oitenta e seis milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, seiscentos e oitenta e dois reais e treze centavos) para R$ 82.489.682,13 (oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e oitenta e dois reais e treze centavos). Nesta data, o capital social da Companhia ficou assim dividido:

	Quantidade de ações
José Seripieri Filho	24.088.061
L2 Participações Fundo de Investimento em participações	112.271.976
	136.360.037

11.2. Reserva legal: Será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. **11.3. Dividendos:** O lucro líquido do exercício terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, observando-se as disposições legais aplicáveis e a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% de tal lucro ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **11.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** O saldo de 21.418 refere-se ao valor justo do registro inicial do valor justo das obras de arte e dos imóveis classificados como Propriedade Para Investimento. **12. Receita líquida de vendas e aluguel:** A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos produtos vendidos é como segue:

	2023	2022
Receita Bruta de Vendas		
Receita de venda	60.546	6.429
Receita de aluguel	3.398	2.817
	63.944	**9.246**

13. Despesas administrativas:

	2023	2022
Impostos e taxas	(2.325)	(391)
Depreciação e amortização		
Condomínio	(813)	(600)
Advocacia	(708)	(448)
Auditoria e Consultoria	(638)	63
Outras despesas	(54)	(84)
	(4.538)	**(1.586)**

14. Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2023	2022
Receita de Aluguel	3.398	2.948
Lucro presumido 32%	1.087	943
Venda de Imóvel	60.546	
Lucro Presumido 8%	4.844	
Rendimento Aplicação Financeira	1.129	137
Outras Receitas		
Base de cálculo IRPJ e CSLL corrente	**7.060**	**1.080**
(=) Provisão para imposto de renda e contribuição sobre o lucro corrente	**2.185**	**343**
Obras de Artes e Imóveis		778
Imóveis		2.086
(=) Base de cálculo diferido		**2.864**
(=) Provisão para imposto de renda e contribuição sobre o lucro diferido		**974**

A Companhia adota o método do lucro presumido para apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social. **15. Cobertura de seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

A Diretoria

Contadora: Magda Zanata - CRC: 1SP185587/O-8 - CPF: 105.152.448-21

Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Serimob Empreendimentos Imobiliários S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Serimob Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentado para fins de comparação, foi auditada pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., conforme relatório emitido no dia 04 de abril de 2024. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da entidade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 04 de abril de 2024

Marcelo Reis de Morais - CRC 1SP264780/O-9

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

EMPA S.A. SERVIÇOS DE ENGENHARIA

GRUPO TEIXEIRA DUARTE — 100 ANOS — CONSTRUINDO UM MUNDO MELHOR

CNPJ 17.159.856/0001-07 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 062.012061.0034

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.219	48.402
Contas a receber de clientes	5	58.200	31.689
Estoques		119	131
Impostos a recuperar	6	7.448	10.440
Adiantamento a fornecedores		459	757
Partes relacionadas	8	83.613	64.218
Depósitos judiciais		-	2.403
Outros créditos	7	29.803	21.764
Total do ativo circulante		211.861	179.804
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes	5	-	5.350
Impostos diferidos	20	2.627	5.562
Partes relacionadas	8	669	669
Outros créditos	7	7.627	2.008
Imobilizado e intangível	9	79.197	15.417
Total do ativo não circulante		90.120	29.006
TOTAL DO ATIVO		301.981	208.810

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	17.653	18.365
Empréstimos e financiamentos	11	55.952	29.451
Passivo de arrendamentos		608	584
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		7.015	5.822
Impostos e contribuições a recolher		2.853	3.720
Adiantamentos de clientes	12	12.784	16.450
Partes relacionadas	8	15.736	8.158
Outros passivos e provisão	14	22.129	8.823
Total do passivo circulante		134.730	91.373
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	19.271	1.356
Passivo de arrendamentos		910	493
Provisões contenciosas	13	4.433	3.836
Outros passivos e provisões	14	5.007	5.991
Total do passivo não circulante		29.621	11.676
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
Capital social		120.000	120.000
Reservas de lucros		17.630	(14.239)
Total do patrimônio líquido		137.630	105.761
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		301.981	208.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**120.000**	**-**	**-**	**(21.941)**	**98.059**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.702	7.702
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**120.000**	**-**	**-**	**(14.239)**	**105.761**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	31.869	31.869
Constituição de reserva legal	-	1.593	-	(1.593)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	16.037	(16.037)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**120.000**	**1.593**	**16.037**	**-**	**137.630**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicada)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Empa S.A. Serviços de Engenharia ("Companhia"), constituída em 31 de agosto de 1956 com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901, Torre Norte – 2º Andar – Brooklin - São Paulo/SP, possui por objeto atuar na indústria da construção civil, implantação e pavimentação de rodovias e vias urbanas, construção de ferrovias, pontes, viadutos, túneis, barragens, aeroportos, portos, montagens mecânicas e industriais, aluguel de equipamentos, obras em concreto armado, obras metroviárias, hidrelétricas e termoelétricas, obras de saneamento, empreendimentos imobiliários, obras hidráulicas e de irrigação, edificações em geral, obras urbanas, concessão de serviços públicos, incluindo rodovias, energia, exploração de hidrocarbonetos, saneamento, distribuição de água, limpeza urbana, industrial, metrô, coleta de lixo, aterros sanitários, arrendamentos e explorações comerciais em geral, prestação de serviços nas áreas de gestão de projetos, planejamento, gestão global, análise, diagnóstico, condução e manutenção técnica em todo tipo de edifícios, empreendimentos e instalações, designadamente desportivas, imobiliárias e industriais, remodelações, instalações técnicas especiais, principalmente na área da eletricidade, eletromecânica, aquecimento, ventilação, refrigeração, ar condicionado, instalações técnicas associadas, energias renováveis e outras conexas, bem como quaisquer outras atividades privativas da engenharia civil, podendo fazer importações e exportações para uso próprio e participar de outras sociedades, consórcios, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A Companhia é uma empresa do Grupo Teixeira Duarte, de Portugal, que é controlada pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., e possui como controlador final a Teixeira Duarte, S.A. **1.1. Consórcios** - A Sociedade participa em diversos Consórcios, cujos montantes de seus ativos e passivos, bem como de suas receitas e despesas, estão linha a linha e proporcionalmente a participação da Sociedade, considerados nas demonstrações financeiras, como segue: • Consórcio Santa Rita, constituído em 01 de agosto de 2019, com participação de 23,57% na fase de I Mina, 33,33% na fase II Mina e fase III Barragem, e que teve por objetivo a prestação de serviço de perfuração e desmonte de rochas com explosivos, escavação, carga, transporte, descarga de minério e estéril, espalhamento e conformação do material transportado, serviços de infraestrutura geral e serviços eventuais por meio de utilização de máquinas e equipamentos, serviço de alteamento da barragem, além de serviços eventuais por meio de utilização de máquinas e equipamentos;(B100380 / B100383). • Consórcio Mota-EMPA-Concresolo - Rodovia BR-101/BA, constituído em 28 de agosto de 2014, com participação de 48,25%, e que tem por objetivo a elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras de duplicação e restauração com melhoramento, da rodovia BR-101/BA - lote 01 e 02; (B100323). • Consórcio Amorim Barreto-EMPA-Patrol-Basitec - Rodovia BR-116/BA - Feira de Santana, constituído em 19 de fevereiro de 2015, com participação de 48,50%, e que tem por objetivo a elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras de duplicação, implantação de vias laterais, adequação de capacidade, restauração com melhoramentos e obras de arte especiais, na rodovia BR- 116/BA - lote 06; (B100374). • Consórcio Fronteiras, constituído em 10 de dezembro de 2021, com participação de 45,95%, e que tem por objetivo a execução das obras remanescentes para a construção da Barragem Fronteiras no município de Crateús-CE; (B100386)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS - 2.1 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no curso normal do negócio, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração avalia regularmente a capacidade da Sociedade em dar continuidade normal às suas atividades operacionais. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Moeda funcional e de apresentação - A moeda funcional da Sociedade é o Real (R$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.2 Resumo das principais práticas contábeis** - 2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa - Incluem saldos em conta corrente e aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na nota explicativa nº 4. 2.2.2 Contas a receber de clientes - Registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos faturados e ajustados pelo reconhecimento da receita em virtude da evolução de cada obra. São ajustados a valor presente quando aplicável. Quando julgada necessária, é registrada perda por redução ao valor recuperável, com base na avaliação dos saldos com risco de realização e negociações em andamento por cliente, e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. 2.2.3 Estoques - Os estoques de almoxarifado são apresentados pelo custo médio de aquisição. O custo médio de aquisição corresponde ao preço de compra deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável. A provisão para perdas nos estoques corresponde a estimativa de perda apurada pela Sociedade. 2.2.4 Imobilizado - Registrado ao custo de aquisição ou construção e acrescido dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção de bens, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9. Custos posteriores à aquisição são capitalizados se aumentarem os futuros benefícios econômicos do ativo específico com que se relacionam. Outros gastos que não cumprirem com essa condição são reconhecidos no resultado conforme forem incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. 2.2.5 Intangível - A avaliação da vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Os gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software são registrados ao custo de aquisição, sendo amortizados de acordo com o prazo de vida útil estimado. Gastos subsequentes apenas são capitalizados quando aumentarem os futuros benefícios econômicos dos ativos a eles vinculados. Nos demais casos é feita apropriação direta ao resultado conforme os gastos forem incorridos. 2.2.6 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *"impairment"*) - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, em especial, o imobilizado e o intangível, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não foram identificados ajustes ao valor recuperável de ativos. 2.2.7 Outros ativos e passivos - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Os outros ativos e passivos são acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos. 2.2.8 Provisões - Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 2.2.9 Instrumentos financeiros - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, sob condições correntes de mercado, em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício. Ativos financeiros - A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado correspondem a ativos mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou c) For um derivativo que não seja designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Os ativos financeiros são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. (ii) Investimento mantido até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixo que a Sociedade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. (iii) Empréstimos e Recebíveis: representam contas a receber e outras contas a receber com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo e são classificados como "Empréstimos e recebíveis". Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. (iv) Ativos financeiros "Disponíveis para venda": correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "Disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros - Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". (i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. (ii) Outros passivos financeiros: incluindo fornecedores, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida do passivo financeiro. 2.2.10 Contratos de prestação de serviços de construção - A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida em virtude da evolução de cada obra. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de aditivos contratuais. A receita do contrato é reconhecida no resultado de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos para fazer frente aos custos reconhecidos como resultado no período em que são incorridos. Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo na rubrica "Contas a receber de clientes". Os valores recebidos antes da realização do correspondente serviço são registrados no balanço patrimonial como passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes". 2.2.11 Apuração do resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. 2.2.12 Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social são calculados, respectivamente, às alíquotas de 15%, com adicional de 10% quando exceder R$240, e de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de imposto de renda e contribuição social e diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS - Julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e as incertezas relativas a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros. Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas demonstrações financeiras, que envolvem risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício estão a seguir apresentadas: • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Adicionalmente, há o uso de estimativas referentes à vida útil do ativo imobilizado, provisões para riscos e perdas com redução do valor recuperável de ativos financeiros e desembolsos futuros tidos como prováveis. Essas estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e o impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos bancários	903	400
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	31.316	48.002
Total	32.219	48.402

(*) Referem-se a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário - CDB, com remuneração média de 87,50% do CDI (102,50% do CDI em 2022) para as quais inexistem multas ou outras restrições para seu resgate imediato.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2023	31/12/2022
Prestação de serviços faturados (a)	8.153	21.915
Prestação de serviços a faturar	44.836	19.288
Prestação de serviços - consórcios	5.045	415
Prestação de serviços - cauções	206	2.342
Provisão para perdas	(40)	(6.921)
Total	58.200	37.039

(a) Refere-se, basicamente, a faturas próprias da Sociedade bem como o percentual de recebíveis em cada Consórcio em que participa, com vencimentos em até 30 dias, cujos valores foram substancialmente recebidos em janeiro de 2024.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	4.654	4.750
Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL	920	2.431
Programa de Integração Social – PIS	247	262
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	923	991
Instituto Nacional Seguridade Social – INSS	702	1.543
Outros	2	463
Total	7.448	10.440

7. OUTROS CRÉDITOS - Refere-se a gastos com seguros e gastos com equipamentos em comodato que são apropriados ao resultado conforme o período de vigência dos contratos.

	31/12/2023	31/12/2022
Cauções de aluguel	487	397
Despesas antecipadas	1.026	1.012
Contas a receber de consórcios	28.905	15.391
Aquisição de consórcios	988	6.555
Outros	6.024	417
Total	37.430	23.772
Circulante	29.803	21.764
Não circulante	7.627	2.008

8. PARTES RELACIONADAS - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos no balanço patrimonial apresentam os seguintes valores:

Ativo

	2023 Contas a receber (a)	2023 Mútuo a receber (b)	2023 Outras contas a receber (c)	2023 Total	2022 Contas a receber (a)	2022 Mútuo a receber (b)	2022 Outras contas a receber (c)	2022 Total
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas S.A.	-	6.687	-	**6.687**	-	-	-	**-**
Gongoji Montante Energia S.A.	-	-	32	**32**	32	-	-	**32**
Paredão de Minas Energia S.A.	-	1.047	139	**1.186**	139	900	-	**1.039**
Somafel – Engenharia e Obras Ferroviárias Ltda.	-	-	8	**8**	32	-	-	**32**
TDGI Facilites e Manutenção de Instalação Ltda.	-	-	64	**64**	13	-	-	**13**
TDO - Investimento e Gestão S.A.	-	-	519	**519**	519	-	-	**519**
Alvorada Petróleo S.A.	-	-	4.643	**4.643**	-	-	-	**-**
TDSP - Fernandes Moreira Empreendimentos Imobiliários	-	-	-	**-**	-	-	1	**1**
TDSP - Participações Ltda.	-	17.846	-	**17.846**	1	56.892	-	**56.893**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Matriz)	627	2.058	-	**2.685**	-	2.066	627	**2.693**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Br)	-	45.741	1.206	**46.947**	-	-	-	**-**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Co)	2.793	-	451	**3.244**	451	-	2.835	**3.286**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Sas Co)	42	-	-	**42**	-	-	-	**-**
TDGP II, S.A.	-	-	379	**379**	379	-	-	**379**
	3.462	**73.379**	**7.441**	**84.282**	**1.566**	**59.858**	**3.463**	**64.887**
Circulante				83.613				64.218
Não circulante				669				669

(a) refere-se substancialmente a faturas de venda de ativos imobilizados entre empresas do grupo. (b) os mútuos entre empresas vinculadas são corrigidos pela SELIC acrescidos de um spread de 0,15% a.m. com vencimento até 2026. (c) refere-se substancialmente a transferências de custos entre empresas vinculadas e rateio dos serviços financeiros-administrativos e outros reembolsos de custos.

Passivo

	2023 Contas a pagar (a)	2023 Mútuo a pagar (b)	2023 Outras contas a pagar (c)	2023 Total	2022 Contas a pagar (a)	2022 Mútuo a pagar (b)	2022 Outras contas a pagar (c)	2022 Total
EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas S.A. (Suc Br)	-	3.560	-	**3.560**	2	3.569	-	**3.571**
Somafel – Engenharia e Obras Ferroviárias Ltda.	-	-	6	**6**	-	-	-	**-**
TDGI Facilites e Manutenção de Instalação Ltda.	-	-	31	**31**	19	-	5	**24**
TDSP – Participações Ltda.	-	-	1.514	**1.514**	1.319	-	-	**1.319**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Matriz)	27	-	37	**64**	-	-	700	**700**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Br)	-	-	4.499	**4.499**	1.439	-	-	**1.439**
Teixeira Duarte S.A (Matriz)	1.164	-	-	**1.164**	-	-	1.076	**1.076**
Alvorada Petróleo S/A	-	-	700	**700**	29	-	-	**29**
ALE Participações Societárias S.A.	-	-	4.198	**4.198**	-	-	-	**-**
	1.191	**3.560**	**10.985**	**15.736**	**2.808**	**3.569**	**1.781**	**8.158**
Circulante				15.736				8.158

(a) refere-se substancialmente a faturas de serviços financeiros, administrativos e gerenciais rateados com as empresas Matrizes. (b) os mútuos entre empresas vinculadas são corrigidos pela SELIC acrescidos de um spread de 0,15% a.m.com prazo previsto de pagamento até 2024. (c) refere-se substancialmente a transferências de custos entre empresas vinculadas e rateio dos serviços financeiros-administrativos e outros reembolsos de custos.

Transações nas demonstrações do resultado do exercício:

31 de dezembro de 2023

	Vendas	Serviços	Despesas e repasses	Juros	Total
EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas S.A. (Suc Br)	3	-	-	591	594
EMPA S/A Serviços de Engenharia	-	-	-	-	-
TDGI - Tecnologia e Gestão de Imóveis S.A.	1	-	-	-	1
TDGI Facilites e Manutenção de Instalação Ltda.	-	-	-	-	-
TDSP - Participações Ltda.	-	(2.856)	-	9.594	6.738
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Matriz)	141	-	-	(8)	133
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Co)	-	-	-	-	-
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Br)	-	(3.353)	(1.470)	3.599	(1.224)
Teixeira Duarte S.A.	-	-	-	-	-
Alvorada Petróleo S/A	-	-	-	-	-
Total	**145**	**(6.209)**	**(1.470)**	**13.776**	**6.242**

31 de dezembro de 2022

	Vendas	Serviços	Despesas e repasses	Juros	Total
EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas S.A. (Suc Br)	-	-	1	(462)	(461)
EMPA S/A Serviços de Engenharia	-	-	1	123	124
TDGI - Tecnologia e Gestão de Imóveis S.A.	-	-	9	-	9
TDGI Facilites e Manutenção de Instalação Ltda.	-	-	-	79	79
TDSP - Participações Ltda.	-	(2.247)	-	7.836	5.589
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Matriz)	-	-	-	-	-
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Co)	422	-	-	-	422
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Br)	-	(2.109)	(8)	-	(2.117)
Teixeira Duarte S.A.	-	(13)	-	-	(13)
Alvorada Petróleo S/A	-	-	8	-	8
Total	**422**	**(4.369)**	**11**	**7.576**	**3.640**

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, com o parecer do Auditor Independente referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. Estamos à disposição para prestar-lhes os esclarecimentos que julgarem necessários. A Diretoria.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota explicativa	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	321.565	283.672
Custos dos serviços prestados	17	(273.491)	(259.683)
LUCRO BRUTO		48.074	23.989
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas, gerais e tributárias	17	(18.576)	(19.672)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	1.486	3.074
		(17.090)	(16.598)
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS		30.984	7.391
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	15.821	10.775
Despesas financeiras	19	(5.863)	(8.735)
		9.958	2.040
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		40.942	9.431
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	20	(6.138)	(1.999)
Diferido	20	(2.935)	270
		(9.073)	(1.729)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		31.869	7.702
LUCRO POR AÇÃO EM REAIS		0,27	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.869	7.702
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	31.869	7.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - O saldo e a movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados como segue:

	Taxa anual (%)	Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido 31/12/2023	Líquido 31/12/2022
Equipamentos de produção	10%	110.963	(51.248)	59.715	6.641
Equipamentos de transporte	20%	44.352	(42.633)	1.719	4.724
Equipamentos de informática	20%	2.553	(1.582)	971	1.035
Equipamentos administrativos outros	10%	80	(65)	15	18
Ferramentas e utensílios	10%	13.989	(825)	13.164	88
Edificações	10%	627	(436)	191	56
Softwares	20%	792	(649)	143	66
Terrenos		1.678	-	1.678	1.678
Arrendamentos direito de uso	*	2.332	(731)	1.601	1.111
Total		177.366	(98.169)	79.197	15.417

	Taxa anual (%)	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Custo:					
Equipamentos de produção	10%	59.218	58.547	(6.802)	110.963
Equipamentos de transporte	20%	44.917	1.021	(1.586)	44.352
Equipamentos de informática	20%	2.314	260	(21)	2.553
Equipamentos administrativos outros	10%	80	-	-	80
Ferramentas e utensílios	10%	631	13.358	-	13.989
Edificações	10%	469	158	-	627
Softwares	20%	670	122	-	792
Terrenos		1.678	-	-	1.678
Arrendamentos direito de uso	*	3.794	1.792	(3.254)	2.332
Total do Custo		113.771	75.258	(11.663)	177.366
Depreciação:					
Equipamentos de produção	10%	(52.577)	(3.974)	5.303	(51.248)
Equipamentos de transporte	20%	(40.193)	(4.026)	1.586	(42.633)
Equipamentos de informática	20%	(1.279)	(318)	15	(1.582)
Equipamentos administrativos outros	10%	(62)	(3)	-	(65)
Ferramentas e utensílios	10%	(543)	(282)	-	(825)
Edificações	10%	(413)	(23)	-	(436)
Softwares	20%	(604)	(45)	-	(649)
Arrendamentos direito de uso	*	(2.683)	(1.024)	2.976	(731)
Total da depreciação		(98.354)	(9.695)	9.880	(98.169)
Imobilizado e intangível, líquidos		15.417	65.563	(1.783)	79.197

O saldo e a movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro 2022 estão apresentados como segue:

	Taxa anual (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Líquido 31/12/2022	Líquido 31/12/2021
Equipamentos de produção	10%	59.218	(52.577)	6.641	12.312
Equipamentos de transporte	20%	44.917	(40.193)	4.724	9.770
Equipamentos de informática	20%	2.315	(1.279)	1.035	860
Equipamentos administrativos outros	10%	79	(62)	18	8
Ferramentas e utensílios	10%	631	(543)	88	150
Edificações	10%	469	(413)	56	100
Softwares	20%	670	(604)	66	85
Terrenos		1.678	-	1.678	1.679
Arrendamentos direito de uso	*	3.794	(2.683)	1.111	1.654
Total		113.771	(98.354)	15.417	26.618

	Taxa anual (%)	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Custo:					
Equipamentos de produção	10%	63.520	2.177	(6.479)	59.218
Equipamentos de transporte	20%	45.160	101	(344)	44.917
Equipamentos de informática	20%	1.975	451	(111)	2.315
Equipamentos administrativos outros	10%	68	11	-	79
Ferramentas e utensílios	10%	631	-	-	631
Edificações	10%	469	-	-	469
Softwares	20%	654	16	-	670
Terrenos		1.678	-	-	1.678
Arrendamentos direito de uso	*	3.412	945	(563)	3.794
Total do Custo		117.567	3.701	(7.497)	113.771
Depreciação:					
Equipamentos de produção	10%	(50.487)	(4.321)	2.231	(52.577)
Equipamentos de transporte	20%	(36.145)	(4.312)	264	(40.193)
Equipamentos de informática	20%	(1.111)	(273)	105	(1.279)
Equipamentos administrativos outros	10%	(62)	-	-	(62)
Ferramentas e utensílios	10%	(281)	(262)	-	(543)
Edificações	10%	(535)	(45)	167	(413)
Softwares	20%	(570)	(34)	-	(604)
Arrendamentos direito de uso	*	(1.758)	(1.488)	563	(2.683)
Total da depreciação		(90.949)	(10.735)	3.330	(98.354)
Imobilizado e intangível, líquidos		26.618	(7.034)	(4.147)	15.417

* Os ativos de direito de uso (arrendamentos) são depreciados de maneira linear respeitando o tempo de vigência dos contratos de locação.

10. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	12.056	13.875
Fornecedores - consórcios	4.060	2.708
Fornecedores - retenções	1.537	1.782
Total	17.653	18.365

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (a)	75.223	30.807
Total	75.223	30.807
Circulante	55.952	29.451
Não circulante	19.271	1.356

Financiamentos	Taxa a.m.	2024	2025	2026	2027	Total
Banco Mercedes Benz	0,93%	140	-	-	-	140
Banco Daycoval	0,87%	143	117	-	-	260
Banco Daycoval	1,29%	58	66	76	39	239
Banco Komatsu	1,15%	2.866	2.380	2.095	1.747	9.088
Banco Komatsu	1,14%	1.805	1.520	1.338	1.131	5.794
Total		**5.012**	**4.083**	**3.509**	**2.917**	**15.521**

Empréstimos *	2024	2025	2026	2027	Total
Banco Bradesco	6.992	-	-	-	6.992
Banco Bradesco	6.238	8.762	-	-	15.000
Banco ABC	10.210	-	-	-	10.210
Banco Itaú	5.000	-	-	-	5.000
Banco Safra	7.500	-	-	-	7.500
Banco Safra	15.000	-	-	-	15.000
Total	**50.940**	**8.762**	**-**	**-**	**59.702**

* Os empréstimos para capital de giro estão sujeitos a juros de mercado vigentes na data de cada contratação, com o valor médio ponderado em 31/12/2013 de 1,2% ao mês.
(a) As garantias dos financiamentos são os próprios bens financiados e aval.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	30.807	26.610
Novas captações	79.784	25.845
Encargos financeiros apropriados ao resultado	3.633	4.727
Pagamento de juros	(3.253)	(4.535)
Pagamento de principal	(35.748)	(21.840)
Total	75.223	30.807

O vencimento dos empréstimos e financiamentos classificados no não circulante está apresentado a seguir:

	2023	2022
2025	12.845	1.182
2026	3.509	174
2027	2.917	-
Total	19.271	1.356

12. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	31/12/2023	31/12/2022
Consórcio Feira de Santana	6.782	2.090
Consórcio Santa Rita	-	3.353
Itabiruçu	5.658	6.267
Ponte Almada	344	-
Barragem Santana	-	4.740
	12.784	16.450

13. PROVISÕES CONTENCIOSAS - Em 31 de dezembro de 2023, com base na análise individual de processos em andamento e tendo como suporte a opinião dos advogados externos da Sociedade, existem processos provisionados, avaliados como sendo de perda provável, no montante de R$ 4.433 e R$ 3.836 referentes a 31 de dezembro de 2022. A Sociedade também está envolvida em outros processos de natureza cível, tributária e trabalhista, surgido no curso normal dos seus negócios, avaliados como tendo possibilidade de perda possível, estimado em R$ 70.046 em 31 de dezembro de 2023, os quais não estão provisionados por adesão a regra contida no CPC 25.

14. OUTROS PASSIVOS E PROVISÕES

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões trabalhistas	2.796	2.653
Provisão para contrato oneroso	159	2.160
Consórcios	23.240	9.755
Outros	941	246
Total	27.136	14.814
Circulante	22.129	8.823
Não circulante	5.007	5.991

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social é representado por 120.000.000 ações com valor nominal unitário de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritos e integralizados pela Teixeira Duarte Engenharia e Construções S. A.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Receita bruta de serviços	339.796	303.522
(-) impostos e deduções (PIS/COFINS/ISS)	(18.231)	(19.850)
Receita operacional líquida	321.565	283.672

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas, gerais e tributárias	2023
Materiais	(75.546)	(4.215)	(79.761)
Serviços de terceiros	(25.451)	(3.487)	(28.938)
Mão-de-obra e pessoal	(72.074)	(10.001)	(82.075)
Aluguéis e condomínios	(431)	(972)	(1.403)
Depreciações e amortizações	(9.008)	(687)	(9.695)
Equipamentos	(64.853)	-	(64.853)
Despesas tributárias	(271)	(2.513)	(2.784)
Gastos gerais *	(23.578)	(4.801)	(28.379)
Provisões (reversões)	(2.279)	8.100	5.821
	(273.491)	(18.576)	(292.067)

	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas, gerais e tributárias	2022
Materiais	(75.665)	(2.604)	(78.269)
Serviços de terceiros	(30.021)	(1.979)	(32.000)
Mão-de-obra e pessoal	(63.312)	(8.902)	(72.214)
Aluguéis e condomínios	(214)	(726)	(940)
Depreciações e amortizações	(9.854)	(882)	(10.736)
Equipamentos	(55.109)	-	(55.109)
Despesas tributárias	(309)	(1.113)	(1.422)
Gastos gerais	(24.645)	(3.564)	(28.209)
Provisões (reversões)	(554)	98	(456)
	(259.683)	(19.672)	(279.355)

* No montante de R$4.801 apresentados na despesa administrativa, R$499 referem-se a honorários de consultoria advocatícia associados conforme mencionado na nota 18.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	31.869	7.702
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	9.695	10.735
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	1.783	4.167
Juros sobre os contratos de arrendamento	214	259
Provisão créditos com liquidez duvidosa	(6.881)	(3.166)
Provisões contenciosas	597	76
Provisões trabalhistas	1.017	283
Provisões oneroso	(2.001)	2.160
Impostos diferidos	2.935	(270)
Juros sobre mútuos	(13.936)	(8.092)
Variação cambial – com terceiros	280	-
Variação cambial – partes relacionadas	(170)	-
	25.402	**13.854**
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(14.280)	13.174
Estoques	12	685
Impostos a recuperar	2.992	2.743
Adiantamento a fornecedores	298	(86)
Outros créditos	(11.255)	(10.024)
Fornecedores	(992)	5.637
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.193	463
Impostos e contribuições a recolher	6.469	1.999
Adiantamentos de clientes	(3.666)	(8.310)
Outros passivos e provisões	13.306	4.442
Partes relacionadas	1.883	5.574
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.336)	(663)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**14.026**	**29.488**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Partes relacionadas	-	(423)
Adições do imobilizado e intangível	(75.258)	(2.756)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(75.258)**	**(3.179)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes relacionadas	406	2.635
Empréstimos e financiamentos	79.784	25.845
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(35.368)	(21.648)
Arrendamentos	227	(1.667)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**45.049**	**5.165**
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(16.183)**	**31.474**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	48.402	16.928
No fim do exercício	32.219	48.402
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(16.183)**	**31.474**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	31/12/2023	31/12/2022
Alienação de ativos fixos e investimentos	1.229	2.490
Recuperação de impostos*	2.576	-
Outros	(2.319)	584
Total	1.486	3.074

* Correspondem a créditos apurados relativos a pagamentos que a Administração da Sociedade entende ter efetuado a maior, referentes a contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros (INCRA, SENAI, SESI, SENAC, etc.). Esses créditos foram objeto de compensação, em 2023, com os valores de outros tributos federais que deveriam ser recolhidos, através da emissão de várias DCOMP - Declaração de Compensação. Essa redução de passivos tributários, em contrapartida de Outras Receitas Operacionais, baseou-se no fato de até aquele momento haviam sido bem-sucedidos os pedidos administrativos e ações judiciais impetrados por diversos contribuintes, nos quais foi defendida a Tese de que, legalmente, tais contribuições deveriam estar limitadas, em sua base de cálculo, ao teto de 20 (vinte) salários-mínimos. Relativamente a essa questão, em 25 de outubro de 2023 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou e suspendeu (devido ao pedido de vistas de um dos juízes) o julgamento do Tema Repetitivo n.º 1079, no qual justamente se discutia a existência ou não de limitação na base de cálculo a ser usada para recolhimento das mencionadas contribuições parafiscais. Apenas um voto havia sido proferido até o momento da suspensão, pela Ministra relatora, e contrário à Tese da limitação da base de cálculo daquelas contribuições. Dias antes do início desse Julgamento, a Sociedade havia impetrado Mandado de Segurança junto ao Delegado da Receita Federal em São Paulo, em caráter liminar, objetivando a suspensão da exigibilidade da contribuição a terceiros devida ao INCRA, SESI, SENAI, SENAC entre outras do Sistema S, pleiteando a limitação da sua base de cálculo a 20 (vinte) salários-mínimos. A Liminar foi, no entanto, indeferida, já que tratava de matéria ainda sendo discutida pelo Tema Repetitivo no. 1079, no âmbito do STJ, pelo que o MM Juízo suspendeu o tramite da ação até o deslinde da ação no TSJ. Honorários de consultoria advocatícia associados a essas iniciativas montaram em R$ 499 e estão registrados na rubrica Gastos Gerais (Nota 17). A Administração da Sociedade, apoiada na opinião de seus Conselheiros Legais, entende como possível a ocorrência de perda com essa questão, pelo que nenhuma correspondente provisão foi constituída para os valores dos tributos federais e acréscimos não recolhidos, o que está de acordo com as regras do CPC 25 e IAS 37.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	274	56
Juros e atualização monetária	15.466	10.034
Variação cambial	81	685
	15.821	10.775
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(3.633)	(4.727)
Variação cambial	(37)	(501)
Juros, multas e descontos concedidos	(2.098)	(3.248)
Outras despesas financeiras	(95)	(259)
	(5.863)	(8.735)
	9.958	2.040

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	40.942	9.431
Adições e (exclusões) - líquido	(15.049)	(851)
Lucro tributável	25.893	8.580
Compensação de prejuízo fiscal	(7.768)	(2.630)
Lucro real após compensação	18.125	5.950
IRPJ e CSLL diferido sobre prejuízo fiscal (IRPJ e CSLL corrente)	(6.138)	(1.999)

Imposto Diferido

	2023	2022
Despesas temporárias:		
Provisão multa do FGTS	142	510
Provisão contrato oneroso	(2.002)	2.160
Provisão para contingências fiscais	604	969
Provisão créditos com liquidez duvidosa	(275)	-
Perdas em estoques	-	(1)
Outros	306	(297)
Redução de despesas temporárias	(1.225)	3.341
Compensação de prejuízo fiscal	(7.768)	(2.626)
Base imposto diferido	(8.631)	793
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(2.935)	270

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$ 2.627 (R$5.562 em 31 de dezembro de 2022), de impostos diferidos mantidos no ativo não circulante, é originário de diferenças temporárias entre o registro contábil de despesas e sua aceitação como despesas dedutíveis para fins de formação do lucro real, as quais serão compensadas contra lucros tributáveis futuros. A seguir a composição da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos: Composição do Imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo:

Até exercício de 2022	5.562
Exercício de 2023	(2.935)
Total	**2.627**

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à fiscalização pelas autoridades tributárias por um prazo de cinco anos a partir do arquivamento, que deve ocorrer até o dia 31 de julho do exercício subsequente ao de referência. Várias outras declarações de impostos federais, estaduais e municipais, contribuição previdenciária e similares também estão sujeitas à fiscalização por prazos variáveis de tempo, conforme as legislações aplicáveis.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Sociedade possui instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras de liquidez imediata, contas a receber pela prestação de serviços faturados, outras contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar que estão classificados como empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros, avaliados pelo custo amortizado. A Sociedade não tem instrumentos derivativos e não tem nenhum compromisso que não esteja registrado nas demonstrações financeiras nem divulgado em notas explicativas. A Administração da Sociedade é da opinião de que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. A Sociedade não possui instrumentos financeiros avaliados ao valor justo e está exposta a taxas de juros referenciais nos saldos de caixa e equivalentes de caixa, vinculadas à variação do certificado de depósito interbancário -CDI. Gestão dos riscos de liquidez, capital e operacional - A Sociedade gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital tendo em vista o desenvolvimento de suas operações estando sujeita às condições do mercado, economia e indústria.

22. SEGUROS - A Sociedade mantém apólices de seguros de naturezas diversas, contratados com algumas das principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa da Sucursal e levaram em consideração a natureza e o grau de riscos envolvidos nos negócios. A Administração entende que a cobertura é razoável considerando os padrões do setor.

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 29 de fevereiro de 2024.

Diretoria
Fernando Ribeiro Antunes Martins — **José Jorge Lisboa Santos Rosa**
Bruno da Palma Paisana — **Jorge Manuel Henriques Alves Barata**
Contador - Daniel de Souza Joaquim - CRC: 1SP219226/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Empa S.A. Serviços de Engenharia
São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Empa S.A. Serviços de Engenharia ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empa S.A Serviços de Engenharia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Contribuições Parafiscais - Limite de Vinte Salários-Mínimos em sua Base de Cálculo. Conforme explicado na Nota 18, a Sociedade entendeu possuir créditos tributários, devido a pagamentos efetuados (a maior) de contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros (INCRA, SENAI, SESI, SENAC, etc.) sem que a base de cálculo das mesmas tivesse sido limitada a 20 (vinte) salários-mínimos. Como tal, utilizou esses créditos em 2023 para compensar os valores de outros tributos federais, no montante de R$ 2.536, os quais, portanto, deixaram de ser recolhidos em tempo hábil. A Administração da Sociedade, apoiada na opinião de seus Conselheiros Legais, entende como possível a ocorrência de perda com essa questão pelo que, de acordo com o CPC 25 e IAS 37, nenhuma correspondente provisão foi constituída para os tributos federais não recolhidos. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros Assuntos - As demonstrações financeiras da Sociedade correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade com o exercício de 2023, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 03 de março de 2023, sem modificação.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

EMPA S.A. SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CNPJ 17.159.856/0001-07 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 062.012061.0034

GRUPO TEIXEIRA DUARTE 100 ANOS CONSTRUINDO UM MUNDO MELHOR

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

MOORE

MOORE MSLL LIMA LUCCHESI
Auditores e Contadores Ltda.
CRC 2SP019.874/O-3

Sérgio Lucchesi Filho
Contador CRC 1 SP 101.025/O-0

pág. 02/02

Viksa SP Participações S.A.

CNPJ/MF nº 17.919.748/0001-95 - NIRE 35300452011

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 - Em reais mil, Exceto quando indicado de outra forma

Relatórios de Administração: Senhores Acionistas, a administração da Viksa SP Participações S.A. ("Companhia") apresenta o Relatório da Administração, que acompanha as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2023, elaboradas em conformidade com a legislação societária, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes. Mensagem aos acionistas: A Companhia prosseguiu no desenvolvimento de seu objeto social, mediante o desenvolvimento de projetos imobiliários no Estado de São Paulo. Desempenho: A Companhia apresentou lucro no exercício de 2023. As demonstrações financeiras completas encontram-se na sede da Companhia. **A Administração**

Balanco Patrimonial	2023	2022
Ativo Circulante	**53.884**	**28.189**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.208	27.346
Outras contas a receber (Nota 6)	511	472
Tributos a recuperar	156	17
Despesas antecipadas	24	42
Adiantamento a Fornecedores	4	312
Estoques	51.981	–
Não circulante	**535.818**	**551.983**
Realizável a Longo Prazo		
Partes relacionadas (Nota 7)	354.426	312.977
Investimentos (Nota 8)	177.321	176.860
Imobilizado (Nota 9)	4.071	62.146
Total do ativo	**589.702**	**580.172**

Balanco Patrimonial	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**3.617**	**4.470**
Fornecedores	34	222
Obrigações tributárias (Nota 10)	3.583	4.248
Não circulante	**7.429**	**4.195**
Fornecedores e outras contas a pagar	1	1
Obrigações tributarias (Nota 10)	4.448	1.214
Impostos diferidos (Nota 17)	2.980	2.980
Patrimônio Líquido (Nota 11)	**578.656**	**571.507**
Capital Social	653.500	641.500
Reserva Legal	982	982
Prejuízos Acumulados	(75.826)	(70.975)
Total passivo patrimônio líquido	**589.702**	**580.172**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**661.500**	**(20.000)**	**188**	**(83.962)**	**557.726**
Reserva Legal	–	–	794	(794)	–
Lucro do exercício	–	–	–	13.781	13.781
Saldos em 31/12/2022	**661.500**	**(20.000)**	**982**	**(70.975)**	**571.507**
Ajuste de avaliação patrimonial exercício anterior	–	–	–	(24)	(24)
Reserva legal	–	–	–	–	–
Lucro do exercício	–	–	–	(4.827)	(4.827)
Integralização de Capital	–	12.000	–	–	12.000
Saldos em 31 /12/2023	**661.500**	**(8.000)**	**982**	**(75.826)**	**578.656**

Demonstrações de resultado	2023	2022
Receita líquida de vendas	8.000	14.000
Receita líquida de aluguel	7.340	6.937
Receita de Vendas, líquidas (Nota 13)	**15.340**	**20.937**
Custo dos produtos vendidos	**(5.247)**	**(11.637)**
Lucro bruto	**10.093**	**9.300**
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas administrativas (Nota 14)	(5.567)	(6.362)
Outras receitas/(despesas) operacionais (Nota 15)	(3.607)	2.931
Resultado operacional	**919**	**5.869**
Receitas financeiras (Nota 16)	7.848	12.065
Despesas financeiras (Nota 16)	(11.854)	(358)
Resultado financeiro líquido	**(4.006)**	**11.707**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(3.087)**	**17.576**
Imposto de Renda e contribuição social correntes (Nota 17)	(1.740)	(2.868)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos (Nota 17)	–	(927)
	(1.740)	(3.795)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício	**(4.827)**	**13.781**

Demonstrações dos fluxos de caixa	2023	2022
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Lucro líquido do exercício	**(4.827)**	**13.781**
Ajustes para reconciliar o lucro ou prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.025	1.419
Ajustes do valor justo	(2.972)	(2.726)
Juros de Partes Relacionadas (Mutuo)	(5.889)	(5.752)
Imposto diferido	–	927
	(12.663)	**7.649**
Decréscimo/(Acréscimo) nos ativos e passivos operacionais		
Outras contas a receber	(39)	(20.789)
Tributos a recuperar	(139)	(17)
Despesas antecipadas	18	–
Adiantamento a Fornecedores	308	(276)
Fornecedores	(188)	(6.141)
Obrigações tributárias	2.569	(3.147)
Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades operacionais	**(28.004)**	**(22.721)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Baixa de imobilizado	5.246	–
Aquisição de ativo imobilizado	(177)	–
Venda de investimento, PPI e Obra de arte	2.487	11.637
Compra de investimento, PPI e Obra de arte	–	(2.883)
Aumento de parte relacionada	(35.560)	(893)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(28.004)**	**7.861**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	12.000	–
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**12.000**	**–**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(26.138)**	**(14.860)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.346	42.206
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.208	27.346
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(26.138)**	**(14.860)**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Informações gerais: A Companhia foi constituída em 25 de março de 2013 como holding de instituições não financeiras e sociedade anônima fechada com endereço na Av. Paulista nº 2073, e em 04 de dezembro de 2013 foi adquirida pelo Sr. José Seripieri Filho, incluindo em sua atividade a incorporação de empreendimentos imobiliários, compra e venda de imóveis próprios e alterando o endereço do escritório da Companhia para Rua Pedroso Alvarenga, 584, 19º andar, conjunto 191, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04531-001. A Companhia passou a ser administrada por um Conselho de Administração composto por três membros (acionistas da Companhia ou não) e uma Diretoria composta por Diretores (acionistas da Companhia ou não) e todos renunciaram ao pró-labore que tinham direito. A necessidade de caixa para liquidação das obrigações de curto e longo prazos da Companhia é avaliada permanentemente pela Administração que solicita aporte de capital ao acionista sempre que necessário. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 04 de abril de 2024. **2. Resumo das principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária. **2.1. Base de elaboração e preparação:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME). **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico reconhecidos nos balanços patrimoniais. **2.3. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (moeda funcional). **2.4. Caixa e equivalentes de caixa e:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **2.5. Instrumentos financeiros:** Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado. Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto. **(a) Ativos financeiros, classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado; (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **(i) Custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na Rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. **(ii) Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros nessa categoria. **(iii) Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na Rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos". **2.6. Outras contas a receber (circulante e não circulante):** Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. **2.7. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

	Anos
Edificações	25
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:** Os itens de ativo imobilizado que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **Reclassificação para propriedade para investimento:** Quando o uso da propriedade, muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. **2.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos:** O valor contábil líquido dos ativos, que não aqueles mensurados pelo seu valor justo são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, a perda é reconhecida. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.9. Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo de quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. **Informações sobre o valor justo das propriedades para investimento:** Para a mensuração do valor justo das propriedades para investimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração da Companhia contratou laudos técnicos de avaliação por meio de empresas qualificadas e sem qualquer tipo de vínculo. Os laudos obtidos foram revisados pela Companhia para que os valores dos ajustes pudessem ser reconhecidos com suficiente segurança. **2.10. Participação societária:** Os investimentos da companhia em suas investidas são avaliados a valor de custo. A companhia mantém participação em sociedades, substancialmente, representadas por "SCP". **2.11. Obras de arte:** As obras de arte são inicialmente mensuradas a valor de custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. **2.12. Fornecedores e outras contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13. Provisões para riscos processuais:** Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 12. **2.14. Imposto de Renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O Imposto de Renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que Lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.15. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.16. Receita operacional: Venda de bens:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos imóveis foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **2.17. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações em fundos de investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o regime de competência. As despesas financeiras abrangem as despesas de juros sobre o parcelamento do tributo federal (IOF). A despesa de juros é reconhecida no resultado conforme o regime de competência. **2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC PME - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Gestão de risco financeiro: 3.1. Considerações gerais e políticas:** A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é avaliada mensalmente e posteriormente submetida à apreciação dos do Conselho de Administração. A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Companhia. **3.2. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. **(a) Risco de mercado:** A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **(i) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. **(b) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **3.3. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. **3.4. Estimativa do valor justo:** Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia: • **Nível 1:** Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais; • **Nível 2:** Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); • **Nível 3**: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023, a mensuração da totalidade dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de suas controladas corresponde às características do Nível 2. **Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado: Aplicações financeiras:** Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. **Contas a receber e fornecedores:** Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas. A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso. **4. Estimativas e premissas contábeis críticas:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Estas demonstrações contábeis não possuem julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **4.1. Novas norma e alterações do CPC PME R1:** Não estão previstas alterações no CPC PME R1 com impactos retrospectivos e prospectivos em relação a essas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023. **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2023	2022
Aplicações financeiras	1.208	27.346
	1.208	**27.346**

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por aplicações em Fundo de Investimentos Renda Fixa Referenciado DI Portifólio e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) mantidas em instituições financeiras nacionais, consideradas de "primeira linha" e não possuem garantias atreladas ou penalidades em caso de resgate antecipado, remuneradas à média de 101 % da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Esses títulos são considerados pela Administração como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

6. Estoques:	2023	2022
10 Lotes Caratinga - MG (5 Lt.na Rua 5 e 5 Lt na Rua 5.A)(a)	1.683	–
05 Lotes Quadra A - Fazenda Boa Vista (b)	8.652	–
04 Aptos - Fazenda Boa Vista (c)	8.724	–
Apto. 61 - Edifício Ametista (d)	559	–
Quinta da Baroneza (e)	38.322	–
Apto. 14 e Vagas - Edifício Siriema (f)	970	–
	58.910	**–**

Os saldos de estoques foram constavam na rubrica de imobilizado e foram reclassificados no exercício de 2023. A reclassificação deve-se a intensão da administração em comercializar esses imóveis. **Movimentação das propriedades do estoque:**

	2023
Saldo Inicial	
(+) Adições	58.910
(+/–) Transferências	–
(–) Baixas (g)	(6.929)
Saldo Final	**51.981**

(a) Construtora Ambientalmente Sustentável 10 (dez) lotes de terrenos junto à Parques do Vale Loteamento e Empreendimentos Imobiliários Ltda., parcelados em 10 (dez) vezes. Porém, em janeiro/23, houve a devolução dos terrenos, através de distrato contratual; (b) Lotes 01, 02, 03, 04 e 05, matrículas 67.623, 67.624, 67.625, 67.626 e 67.627, respectivamente, registrados no Registro de Imóveis e Anexos de Porto Feliz - SP; (c) Apartamentos 310, 300, 311, 401, matrículas 68.172, 68.171, 68.173 e 67.977; respectivamente, registrados no Registro de Imóveis e Anexos de Porto Feliz - SP; (d) Apartamento 61, Edifício Ametista, matrícula 2.416, registrado no 15º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, reclassificado de Bens Imóveis para Estoque. (e) Quinta da Baroneza Quadra I lote 01 02 10 11, matrícula 63.827, registrado no Oficial de Registro de Imóveis da Cidade de Bragança Paulista - SP, reclassificado de Bens Imóveis para Estoque; (f) Apartamento 14 e Vaga de Garagem, matrículas 53.956 e 53.957, respectivamente, registrado no 2º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, reclassificado de Bens Imóveis para Estoque; (g) Baixas: 10 Lotes Caratinga - MG - Baixados por Distrato Contratual; Vendas: Lotes 01 e 02 matrículas 67.623, 67.624, respectivamente, e Apartamento 310 matrícula 68.172, registrados no Registro de Imóveis e Anexos de Porto Feliz - SP.

7. Partes relacionadas:	2023	2022
Seripatri Participações (a)	15.049	14.753
Jose Seripieri Filho (b)	339.377	298.224
	354.426	**312.977**

(a) Corresponde à valores a receber da empresa Seripatri Participações Ltda., conforme contrato de mútuo firmado entre as partes, que será liquidado em até 15 de fevereiro de 2025, com incidência de juros; **(b)** Referem-se a empréstimo com acionista José Seripieri Filho (partes relacionadas) que será liquidado até 15 de fevereiro de 2025, com incidência de juros. **7.1 Movimentação de partes relacionadas:**

	2023	2022
Saldo Inicial	312.977	319.622
(+) Adições	35.560	893
(+) Juros	5.889	5.752
Saldo Final	**354.426**	**312.977**

8. Investimentos:	2023	2022
Propriedades para investimentos	164.250	163.315
Obras de arte	13.071	11.862
Outros investimentos	–	1.683
	177.321	**176.860**

8.1. Propriedade para investimento:	2023	2022
6 Unidades P11 - Rua dos Pinheiros (a)	18.397	–
8 Unidades Edifício Evaristo Comolatti (b)	74.392	72.944
Villagio Alameda Santos (c)	17.772	17.352
Imóvel Rua Noruega (d)	11.179	10.519
Adiantamentos para propriedade para investimentos (e)	42.510	62.500
	164.250	**90.296**

8.2 Movimentação das propriedades para investimento:	2023	2022
Saldo Inicial	163.315	172.696
(+) Adições	–	100
(–) Baixas	–	(11.637)
(+/–) Ajuste a valor justo	935	2.156
Saldo Final	**164.250**	**163.315**

(a) Imóvel Composto por Seis Salas Comerciais, Situado na Rua dos Pinheiros, n° 603, Pinheiros, Cidade e Estado de São Paulo. **(b)** Em 18 de dezembro de 2013, a Viksa investiu na empresa Stan Tibiriça Empreendimentos Ltda. e se comprometeu a investir um total de R$ 55.772 mil a ser integralizado até 2017, conforme acordo firmado entre os sócios nesta data. A Companhia é a sócia participante e possui 99% do capital social da investida, porém não tem participação na gestão do negócio sendo que todas as atividades relevantes são decididas pelo sócio ostensivo. As empresas estão em fase de construção e não obteve resultado no exercício. Em abril de 2017, conforme Ata de Assembleia e fluxo de caixa apresentado foi solicitado aumento na chamada de aporte de capital no valor R$ 11.840 mil a serem integralizados até 2018. Em abril de 2018, finalização das obras e entrega das chaves. Em 2019 assinatura do contrato mediante dação em pagamento de oito unidades autônomas, transferência para conta de investimentos, disponível para venda e locação; **(c)** Condomínio Edifício Alameda Santos 1826, unidades: 61, 62, e 71 e 72. **(d)** Em Aquisição Prédio residencial e seu respectivo terreno situados na Rua Noruega, nº 303, no 28º subdistrito - Jardim Paulista, consistente de uma casa de dois pavimentos, adquirido por meio de escritura em 02 de outubro de 2020 registrado na Matrícula nº 172.287 no 15º Tabelião desta Capital, imóvel para investimento. **(e)** Adiantamentos para propriedades para investimentos: I. Em 04 de dezembro de 2019 a Viksa investiu na 555 SPE - SCP VIKSA. e se comprometeu a investir um total de R$ 17.200.000,00 a ser integralizado em parcelas mensais, com data-base de dezembro/2019, corrigidas monetariamente pela variação do INCC, correspondentes a todos os custos necessários e devidamente apurados e fixados pela Sócia Ostensiva. Como retorno do investimento, fará jus a 29% da receita proveniente da venda das 7 unidades detidas pela SPE no momento e nas mesmas condições que as unidades forem vendidas à mercado, descontadas as verbas destinadas ao pagamento de comissão pela intermediação de até 6%. A Companhia é sócia participante e possui 99,99% do capital social da investida, porém não tem participação na gestão do negócio sendo que todas as atividades relevantes são decididas pelo sócio ostensivo. O empreendimento está em fase de construção. Todavia, em 23 de setembro de 2021, houve permuta das unidades acima pela cobertura Duplex pelo preço ajustado de R$ 27.686 cujo pagamento ocorrerá da seguinte forma: a) R$ 15.264 através de nota promissória com vencimento na data de assinatura do contrato; b) transferência bancária no montante de R$ 9.621 em 31/10/2021; c) saldo de R$ 2.729 em 8 parcelas mensais e consecutivas com primeiro vencimento em 25/10/2021 e uma parcela de R$ 1 vencendo-se em 01/10/2024, corrigidas monetariamente e mensalmente. II. Em 13/12/2021, houve a assinatura do contrato entre as partes: Villagio 23 Participações Ltda e Viksa SP Participações S/A. No Primeiro Aditamento ao Contrato de Constituição de Sociedade em Conta de Participação, o valor do aporte de R$ 16.325, foi convertido na unidade do 8º andar, que corresponde ao valor de R$ 14.825. Tendo em vista que o valor atribuído à unidade convertida foi menor do que o valor aportado, a Viksa recebeu a diferença de R$ 1.500.

8.2. Obras de arte:	2023	2022
Obras de Arte **(j)**	13.071	11.862
	13.071	**11.862**

8.3 Movimentação das obras de arte:	2023	2022
Saldo Inicial	11.862	10.192
(+) Aquisições	289	1.100
(+/–) Ajuste a valor justo	920	570
Saldo Final	**13.071**	**11.862**

(j) O valor justo das obras de arte foi avaliado por especialistas independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria dos objetos que estão sendo avaliados. Os avaliadores independentes forneceram o valor justo das obras de arte a cada 12 meses. Em 2023, tivemos o montante de R$ 920.000,00 (novecentos e vinte mil reais) de variações relativas ao valor justo das obras de arte.

9. Imobilizado:

Descrição	Taxa anual de depreciação (%)	Valor de Custo em 2023	Depreciação Acumulada	Líquido: Imobilizado líquido em 2023	Líquido: Imobilizado líquido em 2022
Imóveis	2,5%	2.300	(533)	1.767	42.494
Móveis e utensílios	10%	1.241	(556)	685	821
Máquinas e equipamentos	10%	–	–	–	–
Veículos	20%	–	–	–	–
Benfeitorias em imóveis	2,5%	1.619	–	1.619	1.455
Adto. p/aquisição imobilizado	2,5%	–	–	–	17.376
		5.160	**(1.089)**	**4.071**	**62.146**

9.1 Movimentação do ativo imobilizado:

	2022	Adições	Baixas	Depreciação	2023
Imóveis	42.494	–	(39.851)	(876)	1.767
Móveis e utensílios	821	12	–	(149)	684
Benfeitorias em imóveis	1.455	164	–	–	1.619
Adto p/aquisição imobilizado	17.376	–	(17.376)	–	–
	62.146	**176**	**(57.227)**	**(1.025)**	**4.070**

10. Obrigações fiscais:	2023	2022
IRPJ e CSLL sobre o faturamento	1.824	1.043
PIS e COFINS a recolher	1.260	501
IOF a recolher **(b)**	4.946	3.909
Tributos retidos	1	8
	8.031	**5.461**
Passivo circulante	3.583	4.248
Passivo não circulante	4.448	1.213
	8.031	**5.461**

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	2.980	2.980
	2.980	**2.980**

(a) Os saldos foram constituídos em decorrência da valorização dos imóveis Unidades Comolatti e das obras de arte; **(b)** IOF a recolher referente os mútuos com as partes relacionadas, acionista José Seripieri Filho e empresas do grupo. Os saldos encontram-se parcelados. **11. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2017, o valor do Capital realizado era de R$ 546.000.802,57 representado por 850.164.652 ações ordinárias, sendo que deste total 27.250.000,40 de ações foram subscritas em período subsequente. Em fevereiro de 2018 aumento do capital social da Companhia no valor R$ 80.000.000,30, passando o mesmo dos atuais R$ 546.000.802,57 para R$ 626.000.802,87, com a emissão de 137.931.035 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 0,58 por ação. As ações emitidas em razão do aumento de capital ora aprovado são todas subscritas no curso desta assembleia geral pelo acionista L2 PARTICIPAÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA e serão por ele integralizadas no prazo de até 24 meses. Sendo que deste total 26.300.000,70 de ações foram subscritas em período subsequente. Em março de 2019 aumento do capital social da Companhia no valor R$ 50.000.000,40, passando o mesmo dos atuais R$ 626.000.802,87 para R$ 676.000.803,27, com a emissão de 89.285.715 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 0,56 por ação. E em setembro de 2019 aumento do capital social da Companhia no valor R$ 100.000.000,40, passando o mesmo dos atuais R$ 676.000.802,87 para R$ 776.000.803,67, com a emissão de 200.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 0,50 por ação. As ações emitidas em razão dos aumentos de capital ora aprovado são todas subscritas no curso destas assembleias geral pelo acionista L2 PARTICIPAÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA e serão por ele integralizadas no prazo de até 24 meses. Sendo que deste total R$ 78.000.001,50 de ações serão subscritas em período subsequente. Em 10 de janeiro de 2020, houve uma redução do capital social no montante de R$ 78.000.001,50 (setenta e oito milhões, um Real e cinquenta centavos), mediante o cancelamento de 156.000.003 (cento e cinquenta e seis milhões e três) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, na mesma data foi deliberada nova redução do capital social, no valor de R$ 66.500.000,00 (sessenta e seis milhões e quinhentos mil reais), ambas por considerarem o capital social da Companhia excessivo, com base no art. 173 da Lei n. 6.404/76, com restituição desse montante aos acionistas, na proporção de suas respectivas participações no capital social, em moeda corrente do país e sem o cancelamento de ações. O capital social da Companhia após ambas as reduções, passou de R$ 776.000.803,27 (setecentos e setenta e seis milhões, oitocentos e três Reais e vinte e sete centavos) para R$ 631.500.801,77 (seiscentos e trinta e um milhões, quinhentos mil e oitocentos e um Reais e setenta e sete centavos). Em 28 de outubro de 2021, houve aumento do capital social da Companhia no valor R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), passando o mesmo dos atuais R$ 631.500.801,77 (seiscentos e trinta e um milhões, quinhentos mil e oitocentos e um reais e setenta e sete centavos) para R$661.500.801,77 (seiscentos e sessenta e um milhões, quinhentos mil, oitocentos e um reais e setenta e sete centavos), mediante a emissão de 60.000.000 (sessenta e um milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 0,50 (cinquenta centavos) por ação, conforme artigo 170, §1º da Lei 6.404/76. As ações emitidas em razão do aumento de capital ora aprovado são todas subscritas no curso desta assembleia geral pelo acionista L2 PARTICIPAÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA e serão por ele integralizadas no prazo de até 18 (dezoito) meses a contar desta data. Nesta data, o capital social da Companhia ficou assim dividido:

	2023
Jose Seripatri Filho	800
L2 Participações Fundo de Investimento em Participações	1.181.380.599
	1.181.381.399

(b) Reservas de Lucros: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. **12. Provisão para demandas judiciais:** A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza civil, tributária e trabalhista. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, considerou como não necessário o reconhecimento de provisão para demandas judiciais em 31 de dezembro de 2023. **13. Receita líquida:** A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos produtos vendidos é como segue:

	2023	2022
Receita de Aluguel	7.340	6.937
Receita de Venda	8.000	14.000
	15.340	**20.937**

14. Despesas administrativas:	2023	2022
Consultoria	(2.301)	(1.891)
Condomínio	(532)	(306)
Impostos e taxas	(183)	(184)
Bens de Natureza Permanente	(2)	(10)
Manutenção e Reparos	(1.118)	(797)
Advocacia	(383)	(576)
Outras despesas	(50)	(1.179)
Despesas com depreciação	(998)	(1.419)
	(5.567)	**(6.362)**

15. Outras receitas/(despesas) operacionais:	2023	2022
Outras receitas (despesas)	(6.555)	205
Ajuste de valor justo	2.948	2.726
	(3.607)	**2.931**

16. Receitas e despesas financeiras:	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	1.750	5.033
Juros e multa	5.889	5.753
Descontos Obtidos	7	3
Variação Monetária	202	–
	7.848	10.789
Despesas financeiras		
Juros e multa	(4.116)	(353)
Despesas bancárias	(7.671)	(4)
IOF	(34)	(1)
Descontos concedidos	(33)	–
Despesas financeiras, líquidas	**(11.854)**	**(358)**

17. Imposto de Renda e Contribuição Social:	2023	2022
Receita de Aluguel	7.340	6.937
Lucro presumido 32%	2.349	2.220
Vendas	8.000	14.000
Lucro presumido 8%	640	1.120
Outras Receitas	7.848	5.033
(=) Base de cálculo total	10.837	8.373
(=) Provisão para imposto de renda e contribuição sobre o lucro	1.740	3.795

A Companhia adota o método do lucro presumido para apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social. **18. Cobertura de seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

A Diretoria

Contadora

Magda Zanata - CRC: 1SP185587/O-8 - CPF: 105.152.448-21

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Viksa SP Participações S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Viksa SP Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentado para fins de comparação, foi auditada pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., conforme relatório emitido no dia 06 de abril de 2023. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da entidade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 04 de abril de 2024

Marcelo Reis de Morais - CRC 1SP264780/O-9

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

comerc energia

new com ENERGIA

Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.

CNPJ nº 28.758.086/0001-35

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	3	**32.130**	34.900
Contas a receber	4	**72.196**	90.600
Instrumentos financeiros derivativos	16	**158.753**	340.850
Impostos e contribuições a recuperar		**1.337**	611
Partes relacionadas	5	**824**	15
Outros ativos		**170**	1.046
Total do circulante		**265.410**	**468.022**
Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar		**252**	78
Instrumentos financeiros derivativos	16	**107.974**	110.403
Direito de uso	6	**148**	–
Imobilizado	7	**127**	163
Intangível		**11**	11
Total do não circulante		**108.512**	**110.655**
Total do ativo		**373.922**	**578.677**

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	**57.963**	72.160
Obrigações sociais e trabalhistas		**6.283**	3.911
Imposto de renda e contribuição social a pagar		**–**	656
Outros tributos a pagar		**3.425**	3.010
Adiantamento de clientes		**514**	435
Partes relacionadas	5	**646**	1.016
Instrumentos financeiros derivativos	16	**155.812**	338.998
Passivo de arrendamento	6	**68**	–
Provisão para demandas judiciais e administrativas	9	**1.878**	3.676
Total do circulante		**226.589**	423.862
Não circulante			
Impostos e contribuições diferidos	15	**5.034**	1.765
Adiantamento de clientes		**117**	173
Passivo de arrendamento	6	**87**	–
Instrumentos financeiros derivativos	17	**86.362**	**101.013**
Total do não circulante		**91.600**	**102.951**
Patrimônio líquido			
Capital social		**35.000**	35.000
Reserva de capital		**4.583**	4.583
Reserva de lucros		**16.150**	12.281
Total patrimônio líquido		**55.733**	**51.864**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**373.922**	**578.677**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	35.000	4.583	(914)	(13.551)	25.118
Lucro líquido do exercício	–	–	–	26.746	26.746
Absorção de prejuízos acumulados	–	–	13.195	(13.195)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	35.000	4.583	12.281	–	51.864
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**3.869**	**3.869**
Constituição de reservas de lucros	**–**	**–**	**3.869**	**(3.869)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**35.000**	**4.583**	**16.150**	**–**	**55.733**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. ("Empresa"), constituída em 29 de setembro de 2017, tem como objetivo a comercialização de energia elétrica no mercado atacadista (compra e venda). A Empresa é controlada pela Comerc Participações S.A. A Empresa é uma sociedade empresária limitada e domiciliada no Brasil, cujo escritório principal é domiciliado na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909 - 21º andar - Torre Norte, no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as principais políticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Empresa em dar continuidade às suas atividades, não possuindo conhecimento de nenhuma incerteza material que pudesse gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Os membros da Administração da Empresa examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 9 de abril de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração da Empresa. Revisões em relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis. As principais estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras: provisão para demandas judiciais e administrativas, valor justo de instrumentos financeiros; realização do imposto de renda e contribuição social diferido (disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados). **2.5. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis da Empresa, descritas em detalhes a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas presentes demonstrações financeiras. 2.5.1. Instrumentos financeiros: *Ativos financeiros:* Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Empresa avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características de fluxo de caixa contratual do ativo Financeiro. Os principais ativos financeiros estão descritos a seguir: *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As aplicações financeiras possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias. De acordo com o modelo de negócios da Empresa, os saldos de caixa equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal. *Contas a receber:* Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada aos consumidores livres, geradores e comercializadores e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizada com base no regime de competência. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registradas pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidas das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável perda. *Contratos futuros de energia (compra e venda):* A Empresa possui um portifólio de contratos de energia futuros, que compreendem a compra e venda de energia, visando atender ofertas de consumo ou fornecimento de energia. A Empresa possui flexibilidade para gerenciar estes contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando suas políticas internas e limites de risco. Os contratos futuros podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (como exemplo, celebrando com a contraparte contrato de compensação). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumento financeiro, devido ao fato de serem liquidados pelo valor líquido à vista e serem prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos, e são reconhecidos no balanço da Empresa pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. O valor justo desses derivativos são estimados com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera premissas internas de análise de submercados e suas respectivas ofertas e demandas, cenários de estresse para preços de alta e de baixa, entrada de novos geradores que possam impactar preços de mercado, lastro capturado pelos últimos doze meses junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre outros aspectos. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos for diferente do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. O efeito do valor justo dos contratos de compra e venda de energia está divulgado na rubrica de valor justo. O efeito no resultado dos exercícios é reconhecido na margem por se tratar de operação principal do segmento de comercialização de energia. *Passivo financeiros: Fornecedores:* Incluem compra de energia elétrica faturada e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência, bem como saldos a pagar relativos às prestações de serviços e compra de materiais. É utilizado o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos. 2.5.2. Imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável. No fim de cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Nos exercícios apresentados, a Empresa não identificou eventos que possam indicar que os ativos não serão recuperados através das atividades operacionais futuras. 2.5.3. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não possuía nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras. 2.5.4. Resultado do exercício: *Reconhecimento de receitas:* A receita de comercialização de energia é registrada com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A receita é reconhecida no momento da satisfação da obrigação de performance do fornecimento de energia, que é a única obrigação de performance identificada pela Empresa. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou que a Empresa espera receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Empresa reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado - diferença entre os preços contratados e os de mercado - das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações contábeis. *Custos de compra de energia:* As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Empresa, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado. Os custos de vendas e serviços prestados são reconhecidos e mensurados: • Líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e • Com base na associação direta da receita. O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comprada para comercialização vinculada à atividade operacional da Empresa. Os custos de vendas são reconhecidos e mensurados: Líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável e com base na associação direta da receita. 2.5.5. Imposto de renda e contribuição social: a) *Imposto de renda e contribuição social correntes:* A Empresa é tributada pela sistemática do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. No final do exercício, a Empresa contabiliza líquido os valores feitos a título de adiantamento de impostos ao longo do exercício com o saldo a pagar, demonstrando somente o saldo remanescente que será liquidado no exercício subsequente. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. b) *Imposto de renda e contribuição social diferidos:* Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo de 10 anos. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados na Empresa "não circulante", de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem. 2.5.6. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *"impairment"*): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Empresa não identificou perdas (*"impairment"*) a serem reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **2.6. Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes:** Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões às normas já existentes. As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras, sendo as principais: Alterações no IAS 8 (CPC 23), IAS 1 (CPC 26 (R1)) e IAS 12 (CPC 32): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Definição de estimativas contábeis; • Divulgação de políticas contábeis; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação; e • Reforma tributária internacional - Regras do modelo do pilar dois. Definição de estimativas contábeis: As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contábeis. Divulgação de políticas contábeis: As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras) e o IFRS *Practice Statement* 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação: As alterações ao IAS 12 *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. Reforma tributária internacional - Regras do modelo do pilar dois: As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	**367**	791
Aplicações financeiras	**31.763**	34.109
	32.130	34.900

O caixa da Empresa está composto por saldo de depósitos bancários à vista, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os equivalentes de caixa referem-se às aplicações financeiras e correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com garantias de compromisso de recompra do próprio emissor, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização com taxa média de 99,42% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (taxa média de 109,06% da variação do DI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

4. Contas a receber de clientes: Compostas basicamente por valores a vencer decorrentes de comercialização e venda de energia elétrica. O prazo médio de recebimento dos valores relativos à comercialização de energia é de aproximadamente 6 dias úteis após o faturamento.

	31/12/2023	31/12/2022
Cliente de energia - faturados	**14.676**	16.918
Clientes de energia - medidos e não faturados (a)	**57.520**	73.682
	72.196	90.600

(a) Os saldos de clientes "não faturados" são compostos pelas vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia elétrica convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo consumo de energia ocorreu até o final do período e o faturamento ocorreu no mês subsequente com recebimento até o 9º dia útil do mês subsequente ao consumo. A composição das contas a receber por idade de vencimento estão demonstradas abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	**71.782**	90.581
Vencidos até 30 dias	**414**	19
	72.196	90.600

A Empresa adota o reconhecimento das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa com base na avaliação do risco associado as operações. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não havia registrado saldos de provisão para recuperabilidade dos saldos das contas a receber visto não haver histórico de inadimplência.

5. Partes relacionadas: A seguir são apresentadas as principais transações e saldos:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Comerc Power Trading Ltda.	**834**	100
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	**–**	16.713
Comerc Participações S.A.	**13.795**	–
Contas a receber (b)	**14.629**	16.813
Comerc Participações S.A..	**824**	–
Newcom Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda.	**–**	8
Newcom Financial Trading Comercializadora de Energia Ltda.	**–**	7
Partes relacionadas - outros ativos circulantes (a)	**824**	15
	31/12/2023	**31/12/2022**
Passivo circulante		
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.		13.540
Comerc Participações S.A.	**4.882**	–
Fornecedores (b)	**4.882**	13.540
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	**–**	392
Comerc Participações S.A.	**646**	624
Outros passivos (a)	**646**	1.016
Total passivo circulante com partes relacionadas	**5.528**	14.556
Resultado do exercício	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receitas		
Venda de energia (b)		
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	**106.071**	87.330
Comerc Participações S.A.	**53.696**	–
Comerc Power Trading Ltda.	**9.816**	384
Compra de energia (b)		
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	**(38.298)**	(58.322)
Comerc Participações S.A.	**(19.353)**	–
Efeito no resultado	**111.932**	29.392

(a) Despesas operacionais comuns a todas as empresas alocadas na Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. agora incorporada pela Comerc Participações S.A. e pendentes de ressarcimentos pelas demais empresas do Grupo. Por se tratar de compartilhamento de despesas, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam. Por esse motivo, não constam no resultado das Empresas como transações entre partes relacionadas. (b) Transações de compra e venda de energia. Em 13 de setembro de 2023, foi realizada Assembleia Extraordinária da Empresa, na qual foi aprovada a incorporação da Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. pela Comerc Participações S.A. Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2023	2022
Remuneração fixa anual	**2.234**	1.088
Total	**2.234**	1.088

6. Direito de uso e passivo de arrendamento: A Empresa possui arrendamentos com a natureza de locação de imóveis e equipamentos e prestação de serviços, utilizando cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos. A taxa nominal de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseado em cotações efetuadas com instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes aos contratos de arrendamento. A taxa incremental de captação, aplicável à carteira de ativos arrendados. Por meio desta metodologia a Empresa obteve uma taxa média de 10,0% a.a. Os arrendamentos contratados pela Empresa são apresentados abaixo:

	Taxa média	Prazo máximo	Quantidade contrato	Direito de uso 31/12/2023	Direito de uso 31/12/2022	Arrendamento 31/12/2023	Arrendamento 31/12/2022
Aluguel	10%	fev/26	1	**148**	–	**155**	–
Total			1	**148**	–	**155**	–
Circulante						**68**	–
Não circulante						**87**	–
						155	–

	Direito de uso 31/12/2023	Direito de uso 31/12/2022	Arrendamento 31/12/2023	Arrendamento 31/12/2022
Saldo inicial	**–**	62	**–**	65
Depreciação	**(68)**	(67)	**–**	–
Juros	**–**	–	**18**	4
Pagamentos	**–**	–	**(79)**	(74)
Remensuração	**216**	5	**216**	5
Saldo final	**148**	–	**155**	–

Informações adicionais: Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento têm os seguintes vencimentos:

	Principal	Juros	Total
até 1 ano	**82**	**(14)**	**68**
até 2 anos	**76**	**(2)**	**74**
até 3 anos	**13**	**–**	**13**
Total	**171**	**(16)**	**155**

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e está alinhada com as características de seus contratos.

7. Imobilizado: Composição do ativo imobilizado:

Descrição	Taxa anual %	Custo	Depreciação	31/12/2023 Líquido	31/12/2022 Líquido
Ativo imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	10%	**25**	**(8)**	**17**	18
Móveis e utensílios	10%	**58**	**(19)**	**39**	45
Equipamentos de processamento de dados	20%	**182**	**(111)**	**71**	100
Benfeitorias em imóveis	49%	**398**	**(398)**	**–**	–
Ativo imobilizado em andamento					
Imobilizado em andamento		**–**	**–**	**–**	–
		663	**(536)**	**127**	163

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	31/12/2022	Adições	Transferência	31/12/2023
Ativo imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	24	**–**	**1**	**25**
Móveis e utensílios	58	**–**	**–**	**58**
Equipamentos de processamento de dados	176	**–**	**6**	**182**
Benfeitorias em imóveis	398	**–**	**–**	**398**
(–) Depreciação acumulada	(493)	**(43)**	**–**	**(536)**
Ativo imobilizado em andamento				
Imobilizado em andamento	–	**7**	**(7)**	**–**
	163	**(36)**	**–**	**127**

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2021	Adições	Transferência	31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	24	–	–	24
Móveis e utensílios	58	–	–	58
Equipamentos de processamento de dados	166	–	10	176
Benfeitorias em imóveis	398	–	–	398
(-) Depreciação acumulada	(279)	(214)	–	(493)
Ativo imobilizado em andamento				
Imobilizado em andamento	2	8	(10)	–
	369	(206)	–	163

8. Fornecedores:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de energia	**57.946**	72.126
Demais fornecedores	**17**	34
	57.963	72.160

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	11	**539.631**	674.989
Marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos	16	**12.471**	25.036
Custos de vendas de energia e serviços prestados	12	**(524.335)**	(648.728)
Lucro bruto		**27.767**	51.297
Despesas administrativas, comerciais e gerais	13	**(15.384)**	(12.734)
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(8.651)**	174
Total das receitas/(despesas) operacionais		**(24.035)**	(12.560)
Despesas financeiras	14	**(1.058)**	(1.196)
Receitas financeiras	14	**3.193**	2.657
Resultado financeiro, líquido		**2.135**	1.461
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**5.867**	40.198
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	**–**	(5.661)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	**(1.998)**	(7.791)
Lucro líquido do exercício		**3.869**	26.746

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**3.869**	26.746
Total do resultado abrangente do exercício	**3.869**	26.746

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**3.869**	**26.746**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	**43**	214
Amortização de direito de uso	**68**	67
Juros sobre passivo de arrendamento	**18**	4
Demais juros (incluindo juros sobre mútuos)	**367**	357
Marcação de marcado de instrumentos financeiros derivativos	**(13.311)**	(25.504)
Resultado de contratos futuros de energia elétrica PIS e COFINS diferidos	**1.271**	1.098
Tributos diferidos	**1.998**	7.791
Decréscimo/(acréscimo) em ativos		
Contas a receber	**18.404**	3.965
Impostos e contribuições a recuperar	**(900)**	6.308
Outros ativos	**876**	(433)
Transações com partes relacionadas	**(1.179)**	929
Acréscimo (decréscimo) em passivos operacionais		
Fornecedores	**(14.197)**	(15.287)
Adiantamentos de clientes	**23**	337
Obrigações sociais e tributárias	**3.357**	5.387
Outros passivos	**–**	(248)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(655)**	(5.177)
Pagamento de provisão para demandas judiciais e administrativas	**(2.736)**	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das/(aplicados nas) atividades operacionais	**(2.684)**	**6.554**
Das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	**(7)**	**(8)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(7)**	**(8)**
Das atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamentos por direito de uso	**(79)**	(74)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(79)**	**(74)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.770)**	**6.472**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**34.900**	28.428
No fim do exercício	**32.130**	34.900
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.770)**	**6.472**

9. Provisão para demandas judiciais, administrativas e outras: A Empresa, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Empresa revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Natureza	31/12/2022	Pagamentos	Atualizações	Transferências (b)	31/12/2023
Tributária - PIS e COFINS(a)	3.676	**(2.736)**	**367**	**571**	**1.878**
Total circulante	3.676	**(2.736)**	**367**	**571**	**1.878**
Natureza	**31/12/2021**		**Atualizações**		**31/12/2022**
Tributária - PIS e COFINS (a)	3.319		357		3.676
Total circulante	3.319		357		3.676

(a) A Empresa havia aderido ao regime especial de tributação do PIS e COFINS conforme estabelecido pelo artigo 47 da Lei nº 10.637, de 30.12.2002 ("Lei 10.637/02"). Como há incerteza quanto à base a ser utilizada, a Administração sempre acompanhou o risco com pareceres legais. Ao longo de 2021, foi identificado um aumento no risco, havendo a necessidade de recalcular o impacto retroativamente considerando a não cumulatividade para suas operações. Em novembro de 2023, a Empresa efetuou pagamento no montante de R$ 2.736, referente aos autos de infração dos períodos de 2020 e 2021. A Empresa continua aguardando o desfecho dos autos de infração de exercícios anteriores. Os saldos são atualizados mensalmente pela taxa SELIC. (b) Valores reclassificados para a rubrica de impostos a recuperar com expectativa de compensação ao longo de 2024. Provisão para contingências - casos possíveis: Não existem casos possíveis referente a contingências a serem divulgados em 2023 e 2022.

10. Patrimônio líquido: 10.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Empresa era de R$ 35.000 composto por 35.000.000 quotas no valor nominal de R$ 1,00 cada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve declaração de dividendos pela Empresa. **10.2. Destinação do resultado:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade apurou lucro líquido no montante de R$ 3.869, o qual está sendo destinado para reserva de lucros, acumulando o montante de R$ 16.150 em 31 de dezembro de 2023. No exercício findo em 31 dezembro de 2022, a Empresa apurou lucro líquido de R$ 26.746. O referido montante foi destinado para a absorção de prejuízos acumulados de R$ 14.465 e o saldo remanescente de R$ 12.281 foi destinado para reserva de lucros.

11. Receita operacional líquida:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita de venda de energia	**626.742**	765.436
(–) Dedução da venda de energia - impostos incidentes	**(87.111)**	(90.447)
Receita operacional líquida	**539.631**	674.989

12. Custos de vendas de energia e serviços prestados:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Compra de energia	**(584.198)**	(721.192)
Créditos de PIS e COFINS	**60.630**	73.048
Custo de serviços prestados	**(767)**	(584)
	(524.335)	(648.728)

13. Despesas administrativas, comerciais e gerais:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal (a)	**(13.117)**	(10.853)
Serviços de terceiros	**(2.108)**	(1.433)
Depreciação	**(111)**	(281)
Arrendamento e aluguéis	**(5)**	(6)
Despesas com seguros	**(3)**	–
Outras despesas administrativas	**(40)**	(161)
	(15.384)	(12.734)

(a) Aumento decorrente do rateio com CSC no exercício de 2023.

14. Resultado financeiro:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	**3.129**	2.600
Juros e atualizações monetárias	**203**	195
PIS e COFINS sobre receita financeira	**(156)**	(152)
Outras receitas financeiras	**17**	14
Subtotal receitas financeiras	**3.193**	2.657
Despesas financeiras		
Cartas fianças	**(9)**	(36)
Juros sobre passivo de arrendamento	**(18)**	(4)
Marcação a mercado de derivativos - SWAP	**(431)**	(630)
Atualizações monetárias diversas	**(177)**	(145)
IOF	**(3)**	(10)
Despesas bancárias	**(7)**	(14)
Atualização da provisão para demandas judiciais e administrativas	**(367)**	(357)
Outras despesas financeiras	**(46)**	–
Subtotal despesas financeiras	**(1.058)**	(1.196)
Resultado financeiro, líquido	**2.135**	1.461

15. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e de contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos: O IRPJ e a CSLL são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente. A seguir são demonstrados os cálculos das despesas de IRPJ e da CSLL para os exercícios findos indicados: **15.1. Imposto de renda e contribuição social correntes:**

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(prejuízo) antes das provisões tributárias	**5.867**	40.198
Alíquota vigente combinada de 34%	**(1.995)**	(13.667)
Outras adições/exclusões não dedutíveis para fins fiscais	**(3)**	(47)
	(1.998)	(13.714)
Incentivos fiscais	**–**	262
	(1.998)	(13.452)
Imposto de renda e contribuição social Lucro Real - correntes	**–**	(5.661)
Imposto de renda e contribuição social Lucro Real - diferidos	**(1.998)**	(7.791)
Total	**(1.998)**	(13.452)
Alíquota efetiva	**34%**	33%

15.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Impacto no resultado do exercício		
Variação do resultado de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	**(4.240)**	(8.512)
Variação prejuízo fiscal/base de cálculo no exercício	**1.733**	(686)
Variação no resultado de outras despesas temporárias	**509**	1.407
	(1.998)	(7.791)
Movimentação Ativo/(passivo) fiscal diferido	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Saldos iniciais	**(1.765)**	7.124
Impacto no Resultado de contratos futuros de energia IR e CSLL	**(4.240)**	(8.512)
Impacto sobre diferidos diferenças temporárias	**509**	1.407
Impacto sobre Prejuízo fiscal/Base negativa da CSLL	**1.733**	(686)
Impacto nos impostos de Pis e Cofins diferidos	**(1.271)**	(1.098)
Saldo finais	**(5.034)**	(1.765)
	31/12/2023	**31/12/2022**
Ativo/(Passivo) fiscal diferido		
Passivo de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	**(7.903)**	(3.663)
Outras despesas temporárias	**3.505**	2.996
Prejuízo fiscal/Base negativa da CSLL	**1.733**	–
Subtotal IRPJ/CSLL diferidos	**(2.665)**	(667)
Resultado de contratos futuros de energia elétrica Pis e COFINS diferidos	**(2.369)**	(1.098)
Passivo fiscal líquido	**(5.034)**	(1.765)

A abertura entre ativo e passivo fiscal diferido é como segue:

	31/12/2023
Movimentação ativo/(passivo) fiscal diferido	
Outras despesas temporárias	**3.505**
Prejuízo fiscal/base negativa da CSLL	**1.733**
Subtotal IRPJ/CSLL diferido ativo	**5.238**
Passivo de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	**(7.903)**
Subtotal IRPJ/CSLL diferido passivo	**(7.903)**
PIS e COFINS diferidos	**(2.369)**
Subtotal diferido passivo	**(10.272)**
Total IRPJ/CSLL diferidos, líquidos	**(5.034)**
Passivo líquido	**(5.034)**

A Empresa possui saldos ativos de tributos diferidos referentes a prejuízo fiscal/base negativa e sobre diferenças temporárias. Por apresentarem saldos passivos de tributos diferidos superiores aos ativos por conta do MTM de contratos de compra e venda de energia, elas apresentam os efeitos dos tributos diferidos líquidos em seus respectivos balanços. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico. Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Newcom Comercialização de Energia Elétrica Ltda. - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

Expectativa de realização do ativo fiscal registrado: As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Empresa e de suas controladas e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

	Ativo fiscal diferido
2024	4.680
2025	558
Total	**5.238**

16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: Gerenciamento de riscos: A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Adicionalmente a Empresa não incorreu em reclassificação de categoria de seus instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. Instrumentos financeiros por categoria valor de justo: O valor contábil dos principais instrumentos financeiros ao custo amortizado não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos. O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Mensurados a valor justo por meio do resultado	Hierarquia	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	Nível 2	**266.727**	451.253
Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	Nível 2	**242.174**	439.381
Custos amortizado (ativos financeiros)			
Caixa e equivalente de caixa		**32.130**	34.900
Contas a receber		**72.196**	90.600
Partes relacionadas		**824**	15
Custos amortizado (passivos financeiros)			
Fornecedores		**57.963**	72.160
Passivo de arrendamento		**155**	–
Partes relacionadas		**646**	1.016

Hierarquia: A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Empresa para cada instrumento. O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Abertura dos instrumentos financeiros derivativos (mensurados a valor justo por meio do resultado):

	31/12/2023	31/12/2022
Contratos futuros de comercialização de energia	**25.614**	11.872
SWAP - outros	**(1.061)**	(630)
	24.553	11.242
Ativo circulante	**158.753**	340.850
Ativo não circulante	**107.974**	110.403
Passivo circulante	**(155.812)**	(338.998)
Passivo não circulante	**(86.362)**	(101.013)

Contratos futuros de comercialização de energia: A Empresa opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Essas transações resultaram em ganho e perda com excedente de energia para Empresa, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, está demonstrada abaixo:

Valor justo contratos futuros de comercialização de energia	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	**158.753**	340.850
Ativo não circulante	**107.974**	110.403
Passivo circulante	**(155.268)**	(338.998)
Passivo não circulante	**(85.845)**	(100.383)
	25.614	11.872
(–) PIS e COFINS diferidos	**(2.369)**	(1.098)
Total do ativo líquido	**23.245**	10.774
Efeito no resultado do exercício	**12.471**	25.036

A Empresa tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício de 2038. O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando a data-base de 31 de dezembro de 2023. O valor justo dos contratos de compra e venda de energia da Empresa foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Utilizamos os preços definidos internamente pela Empresa na última semana do mês de dezembro, que representavam a melhor estimativa do preço do mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno livre de risco de mercado, ajustada pelo índice de inflação de cada contrato. **16.1. Considerações sobre riscos:** As operações da Empresa estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos: a) Risco de crédito: A Empresa restringe a exposição a riscos de crédito associados à caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha, sem concentração de investimentos em único grupo econômico. Com relação a contas a receber de clientes, A Empresa restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuo. Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas, por meio de acompanhamento dos limites individuais de posição, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência com essas contas a receber. b) Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Empresa não possui operações com derivativos para a proteção na variação de taxa de juros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários) estão mencionadas na Nota nº 3. c) Risco com taxa de câmbio: O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado. A Empresa não possui operações em moeda estrangeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. d) Risco de estrutura de capital: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a sua Administração monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna. e) Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. A Empresa não possui em 31 de dezembro de 2023 passivos com risco de liquidez. A expectativa é que os passivos sejam liquidados em até 1 ano. **16.2. Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros:** A Empresa efetua análises de sensibilidade, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do exercício, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia: O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado. As análises de sensibilidade foram preparadas, considerando, para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre a curva futura de preços de mercado em 31 de dezembro de 2023, para cada uma das datas de vencimento das obrigações contratuais. A Empresa entende que o cenário provável está refletido nos montantes contabilizados, uma vez que esses contratos estão marcados a mercado com base em cotações disponíveis. Os resultados obtidos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Variação no preço	Base 31/12/2023	Cenários projetados: Cenário 1 (25%)	Cenário 2 (50%)
Ganhos não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	**25.614**	**(13.971)**	**(53.556)**
	Queda	**25.614**	**65.120**	**103.545**

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias: A Empresa desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. No caso da Empresa, somente o ativo de caixa e equivalentes de caixa está sujeito a tal risco. Para o cenário-base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31 de dezembro de 2023 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 9,00%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen. Para os cenários I e II, foram consideradas deteriorações de 25% e 50%, respectivamente, no indicador de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável; nos cenários III e IV, foram consideradas elevações de 25% e 50%, respectivamente sobre a mesma base.

	Indexadores	Base 31/12/2023	Cenário I (50%)	Cenário II (25%)	Cenário Provável	Cenário III 25%	Cenário IV 50%
			4,50%	**6,75%**	**9,00%**	**11,25%**	**13,50%**
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	**32.130**	**1.446**	**2.169**	**2.892**	**3.615**	**4.338**

Gestão de capital: Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital da Empresa consiste em passivos financeiros e caixa e equivalentes de caixa. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

17. Cobertura de seguros: A Empresa tem como política contratar cobertura de seguros para responsabilidade civil, seguros para determinados veículos e outras necessidades, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. O resumo da apólice vigente em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Tipo	Valor do Principal	Vigência: Início	Fim
Seguro garantia	**4.014**	01/01/2023	23/04/2024

18. Eventos subsequentes: Em 28 de março de 2024, a controladora Comerc Participações S.A. celebrou um Acordo de Associação e Outras Avenças" com a Copersucar S.A. ("Copersucar"), para formação de uma *Joint Venture*, para comercialização de energia elétrica no mercado livre de energia ("Operação"), por meio da Companhia. Após a conclusão da Operação, a Companhia atuará de forma independente e em modelo de plataforma aberta, com foco no mercado livre de energia, e terá seu capital e controle igualmente divididos entre Companhia e Copersucar. A conclusão da Operação ainda se encontra sujeita à implementação de determinadas condições precedentes usuais para esse tipo de negócio, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e órgãos regulatórios.

A Diretoria

Contador - Renato Resende Paes - 1SP308201/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da **Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de abril de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

831 Participações S.A.

CNPJ nº 30.369.129/0001-32

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Relatórios de Administração: Senhores Acionistas, a administração da 831 Participações S.A. ("Companhia") apresenta o Relatório da Administração, que acompanha as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2023, elaboradas em conformidade com a legislação societária, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes. **Mensagem aos acionistas:** Durante o exercício financeiro de 2023, a Companhia prosseguiu no desenvolvimento de seu objeto social, como previsto em seu Estatuto Social. **Desempenho:** A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2023. As demonstrações financeiras completas encontram-se na sede da Companhia. **A Administração**

Balanço patrimonial	2023	2022
Ativo/Circulante	**2.254**	**19.984**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	33	18.212
Tributos a recuperar	2.221	1.772
Não circulante	122.024	119.694
Investimentos - Ações de companhia Aberta	4	6
Partes relacionadas (Nota 6)	122.020	119.688
Total ativo	**124.278**	**139.678**

Balanço patrimonial	2023	2022
Passivo e patrimônio social/Circulante	40.132	40.129
Fornecedores	4	2
Obrigações tributárias	10	22
Parcelamentos tributários (Nota 7)	40.118	40.105
Não circulante	87.495	95.111
Parcelamentos tributários (Nota 7)	87.495	95.111
Patrimônio social (Nota 8)	**(3.349)**	**4.438**
Capital social	69.119	39.119
Capital social a integralizar	(27.490)	
Prejuízos acumulados	(44.978)	(34.681)
Total passivo e patrimônio líquido	**124.278**	**139.678**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social subscrito	Reserva de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**39.120**	**60.600**	**(93.914)**	**5.806**
Prejuízo do exercício	–	–	(1.368)	(1.368)
Absorção de prejuízos	–	(60.600)	60.600	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**39.120**	–	**(34.682)**	**4.438**
Prejuízo do exercício	–	–	(10.297)	(10.297)
Aumento de capital social	30.000	–	–	30.000
Capital social a integralizar	(27.490)	–	–	(27.490)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**41.630**	–	**(44.978)**	**(3.349)**

Demonstrações do resultado	2023	2022
Operações em continuidade		
Renda Fixa e outros títulos e valores mobiliários	(2)	5
Total das Rendas	(2)	5
(Prejuízo)/Lucro Bruto	**(2)**	**5**
Despesa administrativas (Nota 9)	(775)	(1.693)
Outras (despesas)/receitas operacionais (Nota 10)	(5)	4.906
(Prejuízo)/Lucro operacional	**(782)**	**3.218**
Receitas financeiras (Nota 11)	2.933	7.169
Despesas financeiras (Nota 11)	(12.448)	(11.754)
Resultado Financeiro	**(9.515)**	**(4.585)**
(Prejuízo) do Exercício	**(10.297)**	**(1.367)**

Demonstração do fluxo de caixa	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(10.297)	(1.367)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Ajuste de avaliação patrimonial - Valor justo ações	–	16
Receita de juros partes relacionadas	(2.332)	(2.344)
	(12.629)	(3.695)
Decréscimo/Acréscimo nos ativos e passivos operacionais		
Tributos a recuperar	(449)	(886)
Outras contas a receber	–	242
Fornecedores e outras contas a pagar	2	2
Obrigações tributárias	(12)	(54)
Fornecedores e outras contas a pagar	–	2
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(13.088)**	**(4.389)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Venda de ações	2	(5)
Partes relacionadas	–	(972)
Capital integralizado	2.510	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**2.512**	**(977)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Parcelamento tributário	(7.603)	(37.993)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(7.603)**	**(37.993)**
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**(18.179)**	**(43.359)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.212	61.571
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	33	18.212
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**(18.179)**	**(43.359)**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Informações gerais: A 831 Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, fundada em 30 de agosto de 2018. A Companhia tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades empresárias ou não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, bem como a participação em empreendimentos comerciais e industriais seja no Brasil e ou no exterior. As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 04 de abril de 2024. **2. Resumo das principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com base nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram e serão aplicadas de modo consistente em todos os exercícios, salvo indicação contrária. **2.1. Base de elaboração e preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com base nos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), também aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados em milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico reconhecidos nos balanços patrimoniais. **2.3. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). **2.4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos: a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **2.5. Instrumentos financeiros:** Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado. Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior, incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto. **Ativos financeiros, classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **(i) Custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. **(ii) Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros nessa categoria. **(iii) Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Resultado dos instrumentos financeiros derivativos". **2.6. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.7. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **3. Gestão de risco financeiro: 3.1. Considerações gerais e políticas:** A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelos acionistas da Companhia. A gestão de riscos é realizada pelos acionistas, que têm também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pela Companhia. **3.2. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. **(a) Risco de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **3.3. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. **3.4. Estimativa do valor justo:** Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia: **• Nível 1**: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais; **• Nível 2**: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); **• Nível 3**: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023, a mensuração da totalidade dos instrumentos financeiros da Companhia corresponde às características do Nível 1. O valor justo dos investimentos é determinado com base nos preços cotados em mercados ativos. **Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado: Aplicações financeiras:** Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. **3.5. Estimativas e premissas contábeis críticas:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não utilizou premissas e estimativas significativas que possa causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos. **4. Normas, revisões e interpretações: 4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25);** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. **b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado:** Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado. **c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020:** Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo; **d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15:** Inclui correções nas referências com relação à Estrutura Conceitual das IFRS. **4.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2022:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26: Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos. **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2023	2022
Banco conta movimento	33	76
Aplicações financeiras		18.136
	33	**18.212**

Depósitos bancários à vista para atender as necessidades de Caixa e investimentos da Companhia no curto prazo. As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos bancários (CDB). **6. Partes relacionadas:**

	2023	2022
José Seripieri Filho (a)	122.020	119.688
	122.020	**119.688**

(a) Referem-se a empréstimo com acionista José Seripieri Filho (partes relacionadas) que será liquidado em até 15 de fevereiro de 2026, conforme contratos de mútuos, com incidência de juros. **7. Parcelamentos tributários:**

	2023	2022
Parcelamentos federais	127.613	135.216
	127.613	**135.216**
	2023	**2022**
Circulante	40.118	40.105
Não Circulante	87.495	95.111
	127.613	**135.216**

Referem-se aos processos de parcelamentos de débitos tributários de IRPJ e CSLL, em 60 (sessenta) parcelas mensais consecutivas (1º Trimestre de 2020: nº 19679.413237/2021-5 (deferido em abril de 2021) e 1º Trimestre de 2021: nº 10880.770105/2021-58 (deferido em outubro de 2021), respectivamente. A partir de 01/06/2023, os pagamentos relativos a estes parcelamentos foram suspensos. Em 14/07/2023, através do Processo nº 13032.531536/2023-41, houve o pedido de desistência destes parcelamentos, fim de possibilitar a inscrição em dívida ativa e, por sua vez, o pagamento dos débitos inscritos em dívida ativa da União com benefícios, como entrada reduzida, descontos e prazos diferenciados via transação tributária. **8. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 12 de maio de 2023, houve o aumento do capital social da Sociedade no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) com a emissão de 16.393.443 (dezesseis milhões, trezentos e noventa e três mil, quatrocentas e quarenta e três) ações ordinárias sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1,83 (um real e oitenta e três centavos) por ação, passando o capital dos atuais R$ 39.119.638,33 (trinta e nove milhões, cento e dezenove mil, seiscentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos) para R$ 69.119.638,33 (sessenta e nove milhões, cento e dezenove mil, seiscentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos). As ações emitidas em razão do aumento de capital ora aprovado foram todas subscritas em 12/05/2023, pelo acionista **L2 Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** e serão por ele integralizadas no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses a conta desta data. Nesta data, o capital social da Companhia ficou assim dividido:

	Quantidade de ações
José Seripieri Filho	500
L2 Participações Fundo de Investimento em Participações	18.293.443
	18.293.943

(b) Reservas de Lucros: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. A reserva para investimentos e capital de giro está representada pelos Lucros não distribuídos. **(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do Lucro Líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. No exercício de 2023 não houve distribuições de dividendos e Juros sobre capital próprio.

9. Despesas administrativas:	2023	2022
Consultoria e Auditoria	(20)	(71)
Advocacia	(463)	(917)
Despesas legais	(3)	(362)
Outras despesas	(289)	(343)
	(775)	(1.693)

10. Outras receitas/(despesas) operacionais:	2023	2022
Ajuste de avaliação patrimonial	(5)	(16)
Outros (a)	–	4.922
	(5)	**(4.906)**

(a) Reversão de multas relativas a Parcelamentos Tributários.

11. Receitas e despesas financeiras:	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	541	4.825
Juros e correção monetária sobre os contratos de mútuos	2.392	2.344
	2.933	7.169
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(3)	(187)
Juros bancários	(12.445)	(11.567)
	(12.448)	(11.754)
	(9.515)	(4.585)

12. Eventos subsequentes: Em 07/02/24, a PGFN aprovou a Transação Individual nº 9731149, na qual a empresa obteve por meio de renegociação um desconto em seu passivo tributário e o reparcelamento do valor residual em 36 parcelas iguais e consecutivas, acrescidas de juros (Selic).

A Diretoria

Contadora

Magda Zanata - CRC: 1SP185587/O-8 - CPF: 105.152.448-21

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **831 Participações S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da 831 Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentado para fins de comparação, foi auditado pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., conforme relatório emitido no dia 06 de abril de 2023. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da entidade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 04 de abril de 2024

Marcelo Reis de Morais - CRC 1SP264780/O-9

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

EPOS - EMPRESA PORTUGUESA DE OBRAS SUBTERRÂNEAS, S.A.

GRUPO TEIXEIRA DUARTE 100 ANOS CONSTRUINDO UM MUNDO MELHOR

CNPJ: 32.382.742/0001-15 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

<u>**RELATÓRIO DA DIRETORIA**</u> **-** Senhores, em cumprimento as disposições legais, submetemos a apreciação e aprovação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31/12/2023. Estamos à disposição de V.Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos que julgarem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	210	16.461
Contas a receber de clientes		225	-
Estoques	5	7.453	7.757
Impostos a recuperar	6	2.310	2.700
Adiantamento a fornecedores		96	237
Despesas antecipadas	7	1.313	2.540
Partes relacionadas	15	28.300	14.312
Outros créditos		11	139
Total do ativo circulante		**39.918**	**44.146**
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos	23	1.117	1.514
Outros créditos		70	11
Imobilizado	8	10.595	18.465
Total do ativo não circulante		**11.782**	**19.990**
TOTAL DO ATIVO		**51.700**	**64.136**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	6.459	10.012
Financiamentos	10	1.818	7.847
Passivo de arrendamentos	11	-	814
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	497	4.338
Impostos e contribuições a recolher	13	3.554	2.703
Adiantamentos de clientes	14	-	10.090
Partes relacionadas	15	17.952	14.875
Outras contas a pagar		83	37
Total do passivo circulante		**30.363**	**50.716**
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	10	350	2.035
Passivo de arrendamentos	11	-	11
Partes relacionadas	15	111	78
Provisões contenciosas	16	238	34
Provisões trabalhistas	17	281	1.656
Total do passivo não circulante		**980**	**3.814**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18		
Capital social		50	50
Retenção de lucros		20.307	9.556
Total do patrimônio líquido		**20.357**	**9.606**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**51.700**	**64.136**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota explicativa	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	**129.907**	**130.165**
Custos dos serviços prestados	20	(116.250)	(124.655)
LUCRO BRUTO		**13.657**	**5.510**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas, gerais e tributárias	20	(3.506)	(3.239)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	1.989	-
		(1.517)	(3.239)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**12.140**	**2.271**
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	22	4.988	6.912
Despesas financeiras	22	(879)	(144)
		4.109	**6.768**
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**16.249**	**9.039**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	23	(5.101)	(2.932)
Diferido	23	(397)	12
		(5.498)	**(2.920)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**10.751**	**6.119**
Lucro líquido por ação em Reais		215	122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.751	6.119
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**10.751**	**6.119**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reserva de lucros Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**50**	**-**	**3.437**	**3.487**
Lucro líquido do exercício	-	-	6.119	6.119
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	9.556	(9.556)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**50**	**9.556**	**-**	**9.606**
Lucro líquido do exercício	-	-	10.751	10.751
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	10.751	(10.751)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**50**	**20.307**	**-**	**20.357**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	10.751	6.119
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais:		
Depreciações	9.301	10.188
Valor residual do ativo imobilizado baixado (líquido)	457	2
Juros sobre os contratos de arrendamento	43	100
Provisões estoque	(27)	58
Provisões contenciosas	204	11
Provisões trabalhistas	(1.375)	577
Impostos diferidos	397	(12)
Variação cambial – financiamentos	(1.130)	(3.275)
Variação cambial – fornecedores	50	(50)
Variação cambial – partes relacionadas	(194)	(1.269)
	18.477	12.449
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(225)	-
Estoques	331	(1.058)
Impostos a recuperar	390	(1.370)
Adiantamento a fornecedores	141	584
Despesas antecipadas	1.227	(409)
Outros créditos	69	197
Fornecedores	(3.603)	4.680
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.091	5.084
Adiantamento de clientes	(10.090)	3.720
Partes relacionadas	(3.207)	1.146
Outras contas a pagar	46	(860)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.081)	(4.819)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	566	19.344
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Partes relacionadas	-	1.879
Adições do imobilizado	(1.888)	(2.969)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.888)	(1.090)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes relacionadas	(7.477)	(5.321)
Pagamento de financiamentos	(6.584)	(8.274)
Arrendamentos	(857)	1.463
Pagamento de arrendamentos	(11)	(1.001)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(14.929)	(13.133)
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(16.251)	5.121
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	16.461	11.340
No fim do exercício	210	16.461
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(16.251)	5.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicada)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A ("Sociedade") iniciou suas operações em 08 de janeiro de 2019, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem por objeto a indústria de construção civil e obras públicas ou privadas, especialmente as de caráter subterrâneo, bem como a realização de quaisquer atividades conexas ou afins com todas as indicadas. A EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A é uma subsidiaria integral da EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A, sediada em Portugal. Em outubro de 2023 foi objeto de rescisão o contrato mantido com a empresa Anglogold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S.A, que respondia pela quase totalidade das receitas auferidas pela Sociedade. A sociedade controladora e os administradores da Sociedade têm articulado ações e promovido iniciativas no sentido de prospectar outras obras e receitas, quer junto a novos clientes ou, até mesmo, no sentido de utilizar o parque de máquinas para prestar serviços em projetos de outras empresas do grupo, de maneira a dar continuidade normal às suas atividades operacionais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no curso normal do negócio, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração avalia regularmente a capacidade da Sociedade em dar continuidade às suas atividades operacionais. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. <u>Moeda funcional e de apresentação</u> - A moeda funcional da Sociedade é o Real (R$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. 2.2. Resumo das principais práticas contábeis - 2.2.1. <u>Caixa e equivalentes de caixa</u> - Incluem saldos em conta corrente e aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Informações adicionais sobre essas aplicações constam da nota explicativa n° 4. 2.2.2. <u>Estoques</u> - Os estoques de almoxarifado são apresentados pelo custo médio de aquisição. O custo médio de aquisição corresponde ao preço de compra deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável. A provisão para perdas nos estoques corresponde a estimativa de perda apurada pela sociedade. 2.2.3. <u>Imobilizado e avaliação do valor recuperável</u> - Registrado ao custo de aquisição ou construção e acrescido dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção de bens, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8. Custos posteriores à aquisição são capitalizados se aumentarem os futuros benefícios econômicos do ativo específico com que se relacionam. Outros gastos que não cumprirem com essa condição são reconhecidos no resultado conforme forem incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, em especial o imobilizado, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados ajustes ao valor recuperável de ativos. 2.2.4. <u>Outros ativos e passivos</u> - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Os outros ativos e passivos são acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos. 2.2.5. <u>Provisões</u> - Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 2.2.6. <u>Instrumentos financeiros</u> - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, sob condições correntes de mercado, em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício. <u>Ativos financeiros</u> - A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado correspondem a ativos mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou c) For um derivativo que não seja designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Os ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. (ii) Investimento mantido até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixo que a Sociedade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. (iii) Empréstimos e Recebíveis: representam contas a receber e outras contas a receber com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo e são classificados como "Empréstimos e recebíveis". Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. (iv) Ativos financeiros "Disponíveis para venda": correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "Disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. <u>Passivos financeiros</u> - Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". (i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. (ii) Outros passivos financeiros: incluindo fornecedores, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida do passivo financeiro. 2.2.7. <u>Contratos de prestação de serviços de construção</u> - A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida conforme a evolução da obra. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de aditivos contratuais. A receita do contrato é reconhecida no resultado quando o cliente obtém o controle dos serviços e de acordo com o percentual de conclusão do projeto para fazer frente aos custos reconhecidos como resultado no período em que são incorridos. Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo na rubrica "Contas a receber de clientes". Os valores recebidos antes da realização do correspondente serviço são registrados no balanço patrimonial como passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes". 2.2.8. <u>Apuração do resultado</u> - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. 2.2.9. <u>Imposto de renda e contribuição social</u> - O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelo regime de lucro real anual considerando, respectivamente, alíquotas de 15%, com adicional de 10% quando exceder R$240, e de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS <u>Julgamentos</u> - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e as incertezas relativas a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros. <u>Estimativas e premissas</u> - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas demonstrações financeiras, que envolvem risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício estão a seguir apresentadas: • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Adicionalmente, há o uso de estimativas referentes à vida útil do ativo imobilizado, provisões para riscos e perdas com redução do valor recuperável de ativos financeiros e desembolsos futuros tidos como prováveis. Essas estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e o impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos bancários	22	44
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	188	16.417
Total	210	16.461

(*) Referem-se a aplicações financeiras em certificado de depósito bancário – CDB, com remuneração média de 99% do CDI (99% em 2022) para as quais inexistem multas ou outras restrições para seu resgate imediato.

5. ESTOQUES	31/12/2023	31/12/2022
Material de consumo	7.861	8.192
Provisão para perdas em estoques	(408)	(435)
Total	7.453	7.757

6. IMPOSTOS A RECUPERAR	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda pessoa jurídica	1.694	1.580
Contribuição social sobre o lucro líquido	540	540
PIS a recuperar	13	13
COFINS a recuperar	58	58
Instituto nacional do seguro social	4	4
Outros	1	505
Total	2.310	2.700

7. DESPESAS ANTECIPADAS - Refere-se a gastos com seguros e gastos com equipamentos em comodato que estão sendo apropriados ao resultado conforme a vigência dos contratos.

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros (Obras, Equipamentos e Veículos)	277	1.340
Gastos com desembaraços de equipamentos em uso	1.036	1.200
Total	1.313	2.540

8. IMOBILIZADO - O saldo e a movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados como segue:

	Taxa anual (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2023	Líquido 2022
Equipamentos de produção	10%	38.593	(28.241)	10.352	17.413
Equipamentos de informática	20%	288	(215)	73	111
Ferramentas e utensílios	10%	246	(102)	144	167
Softwares	20%	31	(5)	26	-
Arrendamentos - direito de uso	*	-	-	-	774
Total		39.158	(28.563)	10.595	18.465

	Taxa anual (%)	2022	Adições	Baixa	2023
Custo:					
Equipamentos de produção	10%	36.835	1.837	(79)	38.593
Equipamentos de informática	20%	268	20	-	288
Ferramentas e utensílios	10%	246	-	-	246
Softwares	20%		31	-	31
Arrendamentos - direito de uso	*	3.593	-	(3.593)	-
Total do Custo		40.942	1.888	(3.672)	39.158
Depreciação:					
Equipamentos de produção	10%	(19.422)	(8.854)	35	(28.241)
Equipamentos de informática	20%	(157)	(58)	-	(215)
Ferramentas e utensílios	10%	(79)	(23)	-	(102)
Softwares	20%	-	(5)	-	(5)
Arrendamentos - direito de uso	*	(2.819)	(361)	3.180	-
Total da depreciação		(22.477)	(9.301)	3.215	(28.563)
Imobilizado, líquido		18.465	(7.413)	(457)	10.595

O saldo e a movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentada como segue:

	Taxa anual (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2022	Líquido 2021
Equipamentos de produção	10%	36.835	(19.422)	17.413	25.074
Equipamentos de informática	20%	268	(157)	111	145
Ferramentas e utensílios	10%	246	(79)	167	192
Arrendamentos - direito de uso	*	3.593	(2.819)	774	275
Total		40.942	(22.477)	18.465	25.686

	Taxa anual (%)	2021	Adições	Baixa	2022
Custo:					
Equipamentos de produção	10%	35.349	1.486	-	36.835
Equipamentos de informática	20%	254	20	(6)	268
Ferramentas e utensílios	10%	246	-	-	246
Arrendamentos - direito de uso	*	2.130	1.463	-	3.593
Total do Custo		37.979	2.969	(6)	40.942
Depreciação:					
Equipamentos de produção	10%	(10.275)	(9.147)	-	(19.422)
Equipamentos de informática	20%	(109)	(52)	4	(157)
Ferramentas e utensílios	10%	(54)	(25)	-	(79)
Arrendamentos - direito de uso	*	(1.855)	(964)	-	(2.819)
Total da depreciação		(12.293)	(10.188)	4	(22.477)
Imobilizado, líquido		25.686	(7.219)	(2)	18.465

*Os ativos de direito de uso (arrendamentos) são depreciados de maneira linear respeitando o tempo de vigência dos contratos de locação.

9. FORNECEDORES - Refere-se, substancialmente, a compras de materiais e serviços em obras.

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de material	4.284	6.362
Fornecedores de serviços	2.175	3.650
Total	6.459	10.012

10. FINANCIAMENTOS	31/12/2023	31/12/2022
Financiamentos	2.168	9.882
Total	2.168	9.882
Circulante	1.818	7.847
Não circulante	350	2.035

Composição dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentados como segue:

	Taxa a.m.	2023	2024	2025	Total
Banco Caterpillar S.A.	0,94%	-	118	34	152
Banco Luso	1,02%	-	460	-	460
Banco Safra	1,09%	-	1.240	316	1.556
Total		-	1.818	350	2.168

	Taxa a.m.	2023	2024	2025	Total
Sandvik Credit	0,33%	5.708	-	-	5.708
Banco Caterpillar S.A.	0,94%	133	109	34	276
Banco Luso	1,02%	581	427	-	1.008
Banco Safra	1,09%	1.425	1.149	316	2.890
Total		7.847	1.685	350	9.882

11. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO	Valor
Saldo em 2022	825
Arrendamentos reconhecidos CPC 06 (R2) / IFRS 16	(412)
Juros sobre os contratos de arrendamento	43
Pagamento de arrendamento	(456)
Saldo em 2023	-

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	31/12/2023	31/12/2022
INSS/Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS	3	1.071
Provisão para férias e encargos sociais	440	2.884
IRRF sobre assalariado a recolher	-	320
Outros	54	63
	497	4.338

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	31/12/2023	31/12/2022
PIS a recolher	211	226
COFINS a recolher	968	1.042
ISS a recolher	528	538
CIDE	808	884
CSLL a recolher	257	4
IRPJ a recolher	655	-
Outros	127	9
	3.554	2.703

Provisões para impostos a pagar, incluídas nos saldos acima e incidentes sobre importações efetuadas junto a partes relacionadas, a serem quitados quando da realização das remessas para o exterior, estão a seguir demonstradas:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS a recolher	173	169
COFINS a recolher	796	777
ISS a recolher	453	442
CIDE	905	884
Outros	33	58
	2.360	2.330

14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES - Refere-se a valores recebidos antes da realização dos correspondentes trabalhos refletidos na receita societária contabilizada conforme a evolução da obra.

15. PARTES RELACIONADAS - Em 31 de dezembro de 2023, os saldos no balanço patrimonial apresentam os seguintes valores:

Ativo	2023 Contas a receber (a)	2023 Mútuo a receber (b)	2023 Outras contas a receber (c)	2023 Total	2022 Contas a receber (a)	2022 Mútuo a receber (b)	2022 Outras contas a receber (c)	2022 Total
EMPA S/A SERVIÇOS DE ENGENHARIA	-	3.560	-	3.560	-	3.560	-	3.560
SOMAFEL – ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS, LTDA	-	-	-	-	-	803	-	803
TEIXEIRA DUARTE ENGENHARIA E CONSTRUCOES, S.A. (SUC. BR)	-	23.626	32	23.658	-	8.388	-	8.388
TDGI FACILITES E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÃO LTDA	-	1.082	-	1.082	-	1.561	-	1.561
	-	**28.268**	**32**	**28.300**	**-**	**14.312**	**-**	**14.312**
Circulante				**28.300**				**14.312**
Não circulante				-				-

(a) refere-se substancialmente a faturas de venda de ativos imobilizados entre empresas do grupo. (b) os mútuos entre empresas vinculadas são corrigidos pela SELIC acrescidos de um spread de 0,15% a.m. com vencimento até 2024. (c) refere-se substancialmente a transferências de custos entre empresas vinculadas e rateio dos serviços financeiros-administrativos e outros reembolsos de custos.

Passivo	2023 Contas a pagar (a)	2023 Mútuo a pagar (b)	2023 Outras contas a pagar (c)	2023 Total	2022 Contas a pagar (a)	2022 Mútuo a pagar (b)	2022 Outras contas a pagar (c)	2022 Total
EPOS - EMPRESA PORTUGUESA OBRAS SUBTERRÂNEAS, SA (PT)	9.984	-	111	10.095	-	-	13.479	13.479
SOMAFEL – ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS, LTDA	-	-	-	-	-	-	78	78
TDSP - PARTICIPACOES LTDA	-	2	533	535	597	210	-	807
EMPA S/A SERVIÇOS DE ENGENHARIA	-	6.687	-	6.687	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE ENGENHARIA E CONSTRUCOES, S.A. (SUC. BR)	-	-	642	642	589	-	-	589
EPOS S/A – SUCURSAL COLÔMBIA	104	-	-	104	-	-	-	-
	10.088	**6.689**	**1.286**	**18.063**	**1.186**	**210**	**13.557**	**14.953**
Circulante				**17.952**				**14.875**
Não circulante				**111**				**78**

(a) refere-se substancialmente a faturas de serviços financeiros, administrativos e gerenciais rateados com as empresas Matrizes. (b) os mútuos entre empresas vinculadas são corrigidos pela SELIC acrescidos de um spread de 0,15% a.m.com prazo previsto de pagamento até 2024. (c) refere-se substancialmente a transferências de custos entre empresas vinculadas e rateio dos serviços financeiros e administrativos.

Transações nas demonstrações do resultado do exercício:

31 de dezembro de 2023	Materiais	Serviços	Despesas com pessoal	Juros	Total
EMPA S/A SERVIÇOS DE ENGENHARIA	-	-	(208)	(591)	(799)
EPOS - EMPRESA PORTUGUESA OBRAS SUBTERRÂNEAS, SA. (PT)	-	-	-	-	-
TDSP - PARTICIPACOES LTDA	-	(1.128)	-	(4)	(1.132)
SOMAFEL – ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS, LTDA	-	-	-	4	4
TEIXEIRA DUARTE ENGENHARIA E CONSTRUCOES, S.A. (SUC. BR)	-	(1.180)	-	3.323	2.143
TDGI FACILITES E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÃO LTDA	-	-	-	168	168
Total	**-**	**(2.308)**	**(208)**	**2.900**	**384**

31 de dezembro de 2022	Materiais	Serviços	Despesas com pessoal	Juros	Total
EMPA S/A SERVIÇOS DE ENGENHARIA	-	-	-	(464)	(464)
EPOS - EMPRESA PORTUGUESA OBRAS SUBTERRÂNEAS, SA. (PT)	(377)	722	(1.021)	-	(676)
TDSP - PARTICIPACOES LTDA	-	(757)	-	17	(740)
SOMAFEL – ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS, LTDA	-	-	-	(45)	(45)
TEIXEIRA DUARTE ENGENHARIA E CONSTRUCOES, S.A. (SUC. BR)	-	(712)	-	(1.535)	(2.247)
TDGI FACILITES E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÃO LTDA	(291)	(709)	-	(336)	(1.336)
Total	**(668)**	**(1.456)**	**(1.021)**	**(2.363)**	**(5.508)**

16. PROVISÕES CONTENCIOSAS - A Sociedade é ré em ações de natureza trabalhista envolvendo riscos de perda avaliados com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2023, as causas trabalhistas classificadas como prováveis de perda totalizam R$238 (R$34 em 2022) e estão registradas nas demonstrações financeiras. As causas trabalhistas e tributárias classificadas como possíveis totalizam R$1.569 (R$360 em 2022), e conforme as práticas adotadas no Brasil para as referidas causas não foram constituídas as provisões para riscos.

17. PROVISÕES TRABALHISTAS - Refere-se a provisão de multa sobre saldo FGTS incidente na demissão dos colaboradores.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social é representado por 50.000 ações com valor nominal unitário de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritos e integralizados pela EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A sediada em Portugal.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2023	2022
Receita bruta de serviços	138.007	137.796
(-) impostos e deduções (PIS, COFINS e ISS)	(8.100)	(7.631)
Receita operacional líquida	129.907	130.165

20. CUSTOS E DEPESAS POR NATUREZA

	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas, gerais e tributárias	2023
Materiais	(13.730)	-	(13.730)
Serviços de terceiros	(1.637)	(1.595)	(3.232)
Mão-de-obra e pessoal	(41.249)	-	(41.249)
Aluguéis e condomínios	(492)	-	(492)
Depreciações	(8.412)	(889)	(9.301)
Equipamentos*	(41.666)	-	(41.666)
Despesas tributárias	(31)	(510)	(541)
Gastos gerais**	(10.408)	(307)	(10.715)
Provisões (reversões)	1.375	(205)	1.170
	(116.250)	**(3.506)**	**(119.756)**

	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas, gerais e tributárias	2022
Materiais	(31.232)	-	(31.232)
Serviços de terceiros	(4.017)	(951)	(4.968)
Mão-de-obra e pessoal	(51.746)	(481)	(52.227)
Aluguéis e condomínios	(368)	-	(368)
Depreciações	(9.283)	(905)	(10.188)
Equipamentos*	(19.514)	-	(19.514)
Despesas tributárias	(53)	(812)	(865)
Gastos gerais	(7.865)	(55)	(7.920)
Provisões	(577)	(35)	(612)
	(124.655)	**(3.239)**	**(127.894)**

* Refere-se à locação de equipamentos.

** No montante de R$ 307 apresentados na despesa administrativa, R$ 295 referem-se a honorários de consultoria advocatícia associados conforme mencionado na nota 21.

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	2023	2022
Alienação de ativos fixos e investimentos	58	-
Recuperação de impostos*	1.966	-
Outras receitas/despesas	(35)	-
Total	**1.989**	**-**

* Correspondem a créditos apurados relativos a pagamentos que a Administração da Sociedade entende ter efetuado a maior, referentes a contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros (INCRA, SENAI, SESI, SENAC, etc.). Esses créditos foram objeto de compensação, em 2023, com os valores de outros tributos federais que deveriam ser recolhidos, através da emissão de várias DCOMP - Declaração de Compensação. Essa redução de passivos tributários, em contrapartida de Outras Receitas Operacionais, baseou-se no fato de até aquele momento haviam sido bem-sucedidos os pedidos administrativos e ações judiciais impetrados por diversos contribuintes, nos quais foi defendida a Tese de que, legalmente, tais contribuições deveriam estar limitadas, em sua base de cálculo, ao teto de 20 (vinte) salários-mínimos. Relativamente a essa questão, em 25 de outubro de 2023 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou e suspendeu (devido ao pedido de vistas de um dos juízes) o julgamento do Tema Repetitivo n.º 1079, no qual justamente se discutia a existência ou não de limitação na base de cálculo a ser usada para recolhimento das mencionadas contribuições parafiscais. Apenas um voto havia sido proferido até o momento da suspensão, pela Ministra relatora, e contrário à Tese da limitação da base de cálculo daquelas contribuições. Dias antes do início desse Julgamento, a Sociedade havia impetrado Mandado de Segurança junto ao Delegado da Receita Federal em São Paulo, em caráter liminar, objetivando a suspensão da exigibilidade da contribuição a terceiros devida ao INCRA, SESI, SENAI, SENAC entre outras do Sistema S, pleiteando a limitação da sua base de cálculo a 20 (vinte) salários-mínimos. A Liminar, no entanto, ainda aguarda manifestação do MM Juízo, provavelmente por tratar de tema ainda sendo objeto de apreciação através do Tema Repetitivo no. 1079, no âmbito do STJ. Honorários de consultoria advocatícia associados a essas iniciativas montaram em R$ 295 e estão registrados na rubrica Gastos Gerais (Nota 20). A Administração da Sociedade, apoiada na opinião de seus Conselheiros Legais, entende como possível a ocorrência de perda com essa questão, pelo que nenhuma correspondente provisão foi constituída para os valores dos tributos federais e acréscimos não recolhidos, o que está de acordo com as regras do CPC 25 e IAS 37.

22. RESULTADO FINANCEIRO	2023	2022
Receitas financeiras:		
Rendimento sobre aplicação financeira	63	69
Juros e atualização monetária	3.505	2.448
Variação cambial	1.420	4.395
	4.988	6.912
Despesas financeiras:		
Variação cambial	(162)	-
Juros e despesas bancárias	(703)	(144)
Outras despesas	(14)	-
	(879)	(144)
	4.109	**6.768**

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.249	9.039
Adições (exclusões) – líquido	(1.177)	(342)
Lucro tributável	15.072	8.697
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(5.101)	(2.932)
Imposto diferido:		
Despesas temporárias:		
Provisão sobre multa do FGTS	(1.375)	568
Perdas em estoques	(27)	57
Provisão de impostos sobre importações de serviços a pagar	29	190
Provisão de contingências fiscais	204	11
(Reversão) e outras provisões	-	(792)
Base de cálculo:	(1.169)	34
Imposto de renda e contribuição social – diferido – 34%	(397)	12

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo:	
Até Exercício de 2022	1.514
Exercício de 2023	(397)
	1.117

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à fiscalização pelas autoridades tributárias por um prazo de cinco anos a partir do arquivamento, que deve ocorrer até o dia 31 de julho do exercício subsequente ao de referência. Várias outras declarações de impostos federais, estaduais e municipais, contribuição previdenciária e similares também estão sujeitas à fiscalização por prazos variáveis de tempo, conforme as legislações aplicáveis. Como o sistema tributário brasileiro é complexo, cujas normas, inclusive, às vezes admitem mais de uma interpretação, como as relacionadas, por exemplo, com as regras de preços de transferência e a tributação de remessas para o exterior, aí incluídas as despesas com compartilhamento de custos, não há garantia de que as práticas fiscais adotadas pelos contribuintes sejam sempre aceitas pelas autoridades fiscais quando de eventual fiscalização.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Sociedade possui instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras de liquidez imediata, contas a receber pela prestação de serviços faturados, fornecedores, financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar que estão classificados como empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros, avaliados pelo custo amortizado. A Sociedade não tem instrumentos derivativos e não tem nenhum compromisso que não esteja registrado nas demonstrações financeiras nem divulgado em notas explicativas. A Administração da Sociedade é da opinião de que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. A Sociedade não possui instrumentos financeiros avaliados ao valor justo e está exposta a taxas de juros referenciais nos saldos de caixa e equivalentes de caixa, vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. <u>Gestão dos riscos de liquidez, capital e operacional</u> - A Sociedade gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital tendo em vista o desenvolvimento de suas operações estando sujeita às condições do mercado, economia e indústria.

25. SEGUROS - A Sociedade mantém apólices de seguros de naturezas diversas, contratados com algumas das principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa da Sociedade e levaram em consideração a natureza e o grau de riscos envolvidos nos negócios.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 29 de fevereiro de 2024.

Diretoria

José Jorge Lisboa Santos Rosa — **Antônio José Lopes Faria Costa**

Hélder Fernando da Conceição Isidro — **Rui Miguel Tatá Santos Silva**

Fernando Ribeiro Antunes Martins

Contador: Daniel de Souza Joaquim CRC: 1SP219226/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE <u>AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u>

Aos Acionistas e Administradores da

EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A. São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases - **Atividades Operacionais** - De acordo com o descrito na Nota 1, a Sociedade vem envidando esforços para alcançar níveis de novas receitas que propiciem a continuidade normal de suas atividades. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Contribuições Parafiscais - Limite de Vinte Salários-Mínimos em sua Base de Cálculo - Conforme explicado na Nota 21, a Sociedade entendeu possuir créditos tributários, devido a pagamentos efetuados (a maior) de contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros (INCRA, SENAI, SESI, SENAC, etc.) sem que a base de cálculo das mesmas tivesse sido limitada a 20 (vinte) salários-mínimos. Como tal, utilizou esses créditos em 2023 para compensar os valores de outros tributos federais, no montante de R$ 1.966, os quais, portanto, deixaram de ser recolhidos em tempo hábil. A Administração da Sociedade, apoiada na opinião de seus Conselheiros Legais, entende como possível a ocorrência de perda com essa questão pelo que, de acordo com o CPC 25 e IAS 37, nenhuma correspondente provisão foi constituída para os tributos federais não recolhidos. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

MOORE

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

MOORE MSLL LIMA LUCCHESI

Auditores e Contadores Ltda. CRC 2SP019.874/O-3

Sérgio Lucchesi Filho - Contador CRC 1 SP 101.025/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

Leverage Companhia Securitizadora

CNPJ: 48.415.978/0001-40

Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 26 de outubro a 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, A Administração da **Leverage Companhia Securitizadora**, em cumprimento às disposições legais e estatuárias, submete à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes relativas ao exercício findo 31 de dezembro de 2023. Em atendimento a instrução nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa Mazars Auditores Independentes Sociedade Simples foi contratada pela Companhia, para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 15 de abril de 2024 **A Diretoria**

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	31/12/23	31/12/22
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	5	172.450	1.000
Contas a receber	6	14.033	–
Impostos a recuperar		2.034	–
		188.517	1.000
Não circulante			
Ativo mantido para venda	7	360	–
Investimentos	8	390	–
Imobilizado	9	4.139	5.219
		4.889	5.219
Total do ativo		193.406	6.219

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/23	31/12/22
Circulante			
Contas a pagar	10	579	9.905
Impostos a recolher	11	33.547	–
Partes relacionadas	12	8.753	–
		42.879	9.905
Não circulante			
Partes relacionadas	12	84.752	–
		84.752	–
Patrimônio líquido	13		
Capital social subscrito		10.000	10.000
Capital social a integralizar		(9.000)	(9.000)
Reserva legal		3.239	–
Reserva de dividendos a distribuir		61.536	–
Prejuízos acumulados		–	(4.686)
		65.775	(3.686)
Total do passivo e do patrimônio líquido		193.406	6.219

Demonstração dos resultados abrangentes	31/12/23	Período de 26/10 a 31/12/22
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício/período	69.460	(4.686)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultados abrangentes do exercício/período	69.460	(4.686)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Leverage Companhia Securitizadora ("Companhia"), constituída em 26 de outubro de 2022, tem como objeto social: (i) aquisição e securitização de quaisquer direitos creditório originados por pessoas físicas ou jurídicas, fundos de investimentos ou outras pessoas, de quaisquer segmentos e atividades empresariais, inclusive do agronegócio, imobiliárias, créditos financeiros, mercantis, industriais, energia, infraestrutura, prestação de serviços, dentre outros, assim como quaisquer títulos e valores mobiliários, incluindo ativos com variação cambial, representativos de tais direitos creditórios ou lastreadas em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente ("Créditos"); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitado os trâmites da legislação aplicável, tais como, mas não se limitando, Debêntures, Notas Comerciais, títulos de crédito em geral, Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), Certificados de Recebíveis ("CR"), ou de outros títulos e valores mobiliários representativos de operações de securitização, inclusive ativos digitais e/ou tokenizados no mercado local ou exterior; (iii) a realização de negócios e prestação de serviços relacionado as operações e securitização e créditos supracitados; (iv) a gestão e administração dos Créditos, sendo permitida a contratação de terceiros para a apresentação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos; (v) a aquisição e alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos; (vi) a emissão, recompra, revenda ou resgate dos valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiros e de capitais, com lastro nos Créditos; (vii) a prestação de serviços incluindo, mas não se limitando: (a) a estruturação de operações de securitização dos Créditos; (b) digitação, registro, colocação, no mercado financeiro e de capitais, primário e secundário, bem como a administração e recuperação dos Créditos; (viii) a realização de operações de hedge e outros nos mercados derivativos visando cobertura de risco na sua carteira de créditos; (ix) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ele emitidos; (x) emissão de dívidas, tais como, mas não se limitando, a debêntures, notas comerciais; (xi) a participação em outras sociedades. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha R$ 102 milhões em Certificados de Recebíveis do Agronegócio emitidos (a valor nominal nas respectivas datas de emissão).

Data	Emissão/Série	Tipo Lastro	Montante total (na Data de Emissão)
23/10/23	1ª Emissão/Série Única	Nota Comercial	R$ 66 milhões
19/12/23	2ª Emissão/Série Única	CPR-F	R$ 36 milhões

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Autorização: A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria da Companhia em 15 de abril de 2024. **2.2 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Visto que a Companhia está registrada na CVM como Companhia Securitizadora, na Categoria S1, suas emissões públicas de títulos de securitização estão sujeitas à instituição de regimes fiduciários, que resultam em patrimônios separados nos termos da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, cuja contabilidade é mantida de maneira apartada, por emissão pública de título de securitização. As demonstrações financeiras objeto deste relatório em 31 de dezembro de 2023, no entanto, incluem somente os saldos relativos ao patrimônio próprio da Leverage Companhia Securitizadora. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que entraram em vigor em 31 de dezembro de 2023. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **3.2 Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados conforme a seguir: (i) **Custo amortizado** - que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto; (ii) **Valor justo por meio do resultado** - que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de resultado; No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar individualmente cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da administração. Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: - A Companhia não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou - A Companhia transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. **3.3 Passivos financeiros e instrumentos de capital outorgados pela Companhia:** Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo; • Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável; • Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: - O valor da provisão para perdas; e - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios estabelecidos em política contábil. • Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: - O valor da provisão para perdas; e - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida. Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Contratos de Garantia" e "Compromissos de conceder empréstimos", os quais mensurados conforme mencionado anteriormente. Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares). Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado. **3.4 Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado pelo custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. **3.5 Passivos:** Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou como resultado de eventos passados, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-los. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6 Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. **Receita de "spread":** O "spread" da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito do agronegócio e o preço de colocação dos títulos de securitização, o que inclui os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro aplicando determinada taxa de desconto que somente é em parte repassada como forma de remuneração do CRA, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no "spread" reconhecido à vista. Dessa forma, não é observado "spread" quando as taxas (preços) de compra e venda dos créditos forem as mesmas. A Companhia não se beneficia de "spread" nas operações de securitização realizadas pela Companhia. **Receita de serviços de administração:** A receita com a prestação de serviços de administração do patrimônio fiduciário é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber e reconhecida no momento da efetiva prestação do serviço. **Receita de serviços de estruturação, emissão e distribuição:** A receita de serviços de estruturação, emissão e distribuição decorre do desenvolvimento de operações de securitização nos termos da Lei nº 14.430. Os valores e as condições são acordados entre as partes e tais receitas são reconhecidas no resultado de acordo com a competência, ou seja, à medida que o serviço é prestado. **3.7 Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R$ 240.000, e a provisão para Contribuição Social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **3.8 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos estão demonstrados pelo valor líquido de realização e/ou formação. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do encerramento do trimestre. **3.9 Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver alguma evidência de *"impairment"* para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa registrada no patrimônio líquido é transferida e reconhecida na demonstração do resultado. **3.10 Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** A legislação societária brasileira requer a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras. **3.11 Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa. **3.12 Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico por ação é obtido dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações. **4. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Pronunciamento - Descrição - Aplicável a períodos anuais com início em ou após:** IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) - Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor--arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém - 01/01/2024; IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante - Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses - 01/01/2024 (devem ser aplicadas retrospectivamente); IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores - Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade - 01/01/2024. A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima, tenham impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades da Companhia representadas por montante em caixa, depósitos bancários. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos estavam assim compostos:

	31/12/23	31/12/22
Bancos - conta corrente	1.001	1.000
Aplicações financeiras - Itaú (a)	171.449	–
	172.450	1.000

(a) Referem-se a aplicações em CDB remuneradas em 98% do CDI, e com liquidez imediata.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social realizado	(–) Capital social à integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 26 de outubro de 2022		10.000	(10.000)	–	–	–	–
Resultado do período	–	–	–	–	–	(4.686)	(4.686)
Integralização de capital	13	–	1.000	–	–	–	1.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022		10.000	(9.000)	–	–	(4.686)	(3.686)
Resultado do exercício		–	–	–	–	69.460	69.460
Reserva legal		–	–	3.239	–	(3.239)	–
Dividendos mínimos obrigatório		–	–	–	15.384	(15.384)	–
Reserva de dividendos a distribuir		–	–	–	46.152	(61.536)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		10.000	(9.000)	3.239	61.536	–	65.775

Demonstração dos resultados

	Nota	31/12/23	Período de 26/10 a 31/12/22
Receita operacional líquida		206.112	–
Receita operacional líquida	14	206.112	–
Despesas operacionais		(113.804)	(4.686)
Despesas gerais	15	(85.841)	(4.686)
Despesas tributárias	16	(27.963)	–
Resultado financeiro	17	(913)	–
Receitas financeiras		703	–
Despesas financeiras		(1.616)	–
Resultado antes do IR e da CS		91.395	(4.686)
Imposto de renda		(13.709)	–
Contribuição social		(8.226)	–
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício/período		69.460	(4.686)
Quantidades total de ações		10.000	10.000
Lucro/(Prejuízo) por ação no fim do exercício/período - R$		9,1395	(0,4686)

Demonstração do valor adicionado

	31/12/23	Período de 26/10 a 31/12/22
Receitas		
Receitas de serviços prestados	228.126	–
Insumos adquiridos de terceiros	(84.761)	(4.506)
Valor adicionado líquido gerado pela Securitizadora	143.365	(4.506)
Valor adicionado recebido em transferência	(1.993)	(180)
Resultado financeiro	(913)	–
Depreciações e amortizações	(1.080)	(180)
Resultado de equivalência patrimonial	–	–
Valor adicionado total a distribuir	141.372	(4.686)
Tributos		
Despesas tributárias	27.963	–
PIS e COFINS	10.608	–
Imposto de renda e contribuição social	21.935	–
Imposto sobre serviços	11.406	–
Remuneração de capitais próprios		
Lucro(Prejuízo) do exercício	69.460	(4.686)
Distribuição do valor adicionado	141.372	(4.686)

6. Contas a receber:	31/12/23	31/12/22
Contas a receber (a)	14.033	–
	14.033	–

Referem-se a notas de prestação de serviços emitidas em dezembro de 2023 e recebidas integralmente em janeiro/2024. Não houve necessidade de provisões para perdas.

7. Ativos para venda:	31/12/23	31/12/22
Leverage EF 001 S.A.	360	–
	360	–

A Leverage EF 001 S.A. foi adquirida para ser utilizada como veículo em uma operação que contou com o investimento direto do AZ-Athon Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Ilimitada (CNPJ 52.148.267/0001-24) nas debêntures da 1ª emissão de debêntures da Leverage EF 001 S.A., para investimento desta em ações preferenciais de emissão da Athon Energia S.A. (CNPJ 27.512.695/0001-47). As ações da Leverage EF 001 S/A, os ativos por ela adquiridos e os respectivos direitos políticos estão onerados em favor do referido fundo, em garantia do pagamento das Debêntures, de modo que a Companhia não se beneficiará de nenhum rendimento ou lucro da Leverage EF 001 S.A. e, tampouco, arcará com qualquer prejuízo decorrente desse investimento, motivo pelo qual o investimento nas ações da Leverage EF 001 S.A. foi escriturado como um ativo não circulante mantido para venda, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 31.

8. Investimentos:	31/12/23	31/12/22
Leverage MED 001 Companhia Securitizadora	390	–
	390	–

A Leverage MED 001 Companhia Securitizadora foi constituída em 7 de dezembro de 2023 conforme assembleia de constituição da mesma data. A Leverage Companhia Securitizadora subscreveu 390 ações ordinárias, mas não integralizou até a presente data. A companhia constituída não teve nenhuma movimentação e encontra-se totalmente inativa. **9. Imobilizado:** A movimentação do ativo imobilizado pode ser resumida como segue:

Imobilizado		31/12/22	Adições	31/12/23
Custo				
Computadores e periféricos		5.399	–	5.399
Total		5.399	–	5.399
Depreciação	**Taxa**	**Depreciações**	**Adições**	**31/12/22**
Computadores e periféricos	20%	(180)	(1.080)	(1.260)
Total		(180)	(1.080)	(1.260)
Saldo líquido		5.219	(1.080)	4.139

10. Contas a pagar: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos estavam assim compostos:

	31/12/23	31/12/22
Fornecedores - Serviços de informática	–	7.899
Fornecedores - Serviços de despachante	–	1.650
Outras contas a pagar	579	356
	579	9.905

11. Impostos a recolher: Em 31 de dezembro de 2023, os saldos estavam assim compostos:

	31/12/23	31/12/22
Pis	745	–
Cofins	4.583	–
ISS	5.729	–
Impostos retidos a recolher	555	
Imposto de renda sobre o lucro	13.709	–
Contribuição social sobre o lucro	8.226	–
	33.547	–

12. Partes relacionadas: A Companhia mantém operações com partes relacionadas, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	31/12/23	31/12/22
Leverage EF 001 S/A (a)	8.363	–
Leverage MED 001 Companhia Securitizadora (b)	390	–
Leandro Issaka (c)	69.549	–
Jazz Capital Assessoria Participações Ltda. (c)	24.203	–
	93.505	–
Passivo circulante	8.753	–
Passivo não circulante	84.752	–

Demonstração dos fluxos de caixa

	31/12/23	Período de 26/10 a 31/12/22
Fluxo de caixa das atividades operacionais	70.541	(4.506)
Resultado do exercício/período	69.460	(4.686)
Depreciação	1.081	180
Variação nos ativos e passivos	101.659	9.905
(Aumento)/diminuição em contas a receber	(14.033)	–
(Aumento)/diminuição em impostos a recuperar	(2.034)	–
Aumento/(Diminuição) em partes relacionadas	93.505	–
Aumento/(Diminuição) em contas a pagar	(9.326)	9.905
Aumento/(Diminuição) em impostos a recolher	33.547	–
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	172.200	5.399
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo mantido para venda	(360)	
Aquisições de investimentos	(390)	–
Aquisições de imobilizado	–	(5.399)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(750)	(5.399)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	–	1.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	–	1.000
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	171.450	1.000
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.000	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	172.450	1.000
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	171.450	1.000

(a) Refere-se a pagamento de despesas da Leverage EF 001 S/A que serão reembolsadas no próximo exercício. (b) Refere-se a capital a integralizar na Leverage MED 001 Companhia Securitizadora a ser realizado exercício. (c) Aportes iniciais efetuados pelos acionistas, que poderão ser convertidos em aumento de capital. **13. Patrimônio líquido:** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 6.000 (seis mil) ações ordinárias e 4.000 (quatro mil) ações preferenciais, todas de forma nominativa e sem valor nominal. As ações preferenciais terão as seguintes características: (i) prioridade no reembolso do capital sem prêmio, em caso de encerramento das atividades da Companhia; e (ii) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária. A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui reserva legal de R$ 3.239 e reserva de dividendos a distribuir de R$ 61.536, incluindo o dividendo mínimo obrigatório no montante de R$ 15.384. A destinação do resultado do exercício está demonstrada abaixo:

	31/12/23	31/12/22
Lucro(prejuízo) líquido do exercício	69.460	(4.686)
Absorção de prejuízo acumulado anterior	(4.686)	–
Reserva legal	(3.289)	–
Base de cálculo para dividendos	61.536	–
Dividendos mínimos obrigatórios	15.384	–
Reserva de dividendos a distribuir	46.152	–

14. Receita operacional líquida: A receita da Companhia é oriunda da prestação de serviços de Emissão, Distribuição, Estruturação e Administração de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

	31/12/23	31/12/22
Receita bruta	228.126	–
Taxa de emissão e distribuição - CRA	143.420	–
Taxa de estruturação - CRA	58.462	–
Taxa de administração - CRA	26.244	
Impostos	(22.014)	–
ISS	(11.406)	–
PIS	(1.483)	=
Cofins	(9.125)	–
Receita líquida	(206.112)	–

15. Despesas gerais e administrativas:	31/12/23	31/12/22
Despesa com auditoria e serviços de contabilidade	(46.796)	–
Anúncios e publicações	(21.319)	–
Informática	(16.130)	–
Outras despesas administrativas	(1.596)	(4.686)
	(85.841)	(4.686)

16. Despesas tributárias:	31/12/23	31/12/22
IOF	10	–
TFE	7.616	–
CVM	15.716	–
Junta Comercial	4.621	–
	27.963	–

17. Resultado financeiro:	31/12/23	31/12/22
Receitas financeiras	703	–
Taxa de emissão e distribuição - CRA	703	–
Despesas financeiras	(1.616)	–
Juros	(545)	–
Despesas bancárias	(1.071)	–
Resultado financeiro líquido	(913)	–

18. Imposto de renda e contribuição social: As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/23	31/12/22
Lucro líquido/(Prejuízo) antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL	91.395	–
(–) Exclusões	–	–
Resultado tributável	91.395	(4.686)
IRPJ - 15%	13.709	–
Adicional de IRPJ - 10% - **(a)**	–	–
CSLL - 9%	8.226	–
Total de IRPJ/CSLL 34%	21.935	–

(a) Adicional de 10% da parcela do lucro tributável que excedeu R$ 240 mil.

19. Instrumentos financeiros por categoria: Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	2023 Nível 1	2023 Nível 2	2023 Nível 3	2022 Nível 1	2022 Nível 2	2022 Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo (VJR)	–	172.450	–	–	1.000	–
Contas a receber	Custo amortizado	–	14.033	–	–	–	–
Ativo mantido para venda	Valor justo (VJR)	–	360	–	–	–	–
Contas a pagar	Custo amortizado	–	579	–	–	9.905	

20. Gerenciamento de riscos: A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos: **(a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus valores de contas a receber. **(b) Risco de liquidez:** Trata-se do risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis. Na atual data-base, a Administração não identificou passivos financeiros com risco de liquidez. **(c) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI. **(d) Risco de estrutura de capital (Ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Administração monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. **(e) Análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo:** Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia informa que não está exposta a riscos de mercado considerados relevantes por sua Administração, considerando as características dos instrumentos financeiros, bem como o fato de que o lastro dos CRA por pertencerem a um único projeto, são indexados a um indexador comum. **21. Contingências:** A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza tributária, trabalhista ou cível, que devessem estar registrados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e de 2022. **22. Operação por segmento:** Em 31 de julho de 2009, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM emitiu a Deliberação no. 582, que aprovou o CPC 22 - "Informações por Segmento", tornando mandatório para demonstrações financeiras cujos exercícios se encerram a partir de 31 de dezembro de 2010. A Administração efetuou análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento (securitização de créditos), não sendo necessária nenhuma divulgação adicional sobre outros segmentos. **23. Eventos subsequentes:** Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o encerramento das demonstrações financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria
Leandro Issaka - Diretor Presidente

Contador
Sergio Venditti - CRC: 1SP124501/0-7

Declaração dos Diretores

Os diretores declaram que: (a) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; (b) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores da **Leverage Companhia Securitizadora -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Leverage Companhia Securitizadora. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Reponsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de Receita: Porque é um PAA:** A Companhia, no contexto de suas operações, conduz a aquisição de direitos creditórios de atividade de securitização vinculados às suas emissões de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA), bem como o gerenciamento e administração desses ativos, pagamento dos certificados dos recebíveis do agronegócio em conexão às suas obrigações. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria, tendo em vista o processo de reconhecimento de receitas operacionais ser considerado como uma área crítica e de risco, por se tratar da principal atividade da Companhia e os valores das respectivas receitas representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, entre outros: (i) Entendimento junto a administração referente ao processo de reconhecimento de receitas e avaliação do desenho dos controles; (ii) Testes com base em amostras, das receitas registradas, inspecionando as evidências de sua ocorrência, integridade, exatidão e adequada contabilização; (iii) Avaliar as divulgações nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento e mensuração das receitas operacionais, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Barueri, 15 de abril de 2024. **Mazars Auditores Independentes -** CRC 2SP023701/0-8; **Douglas Souza de Oliveira -** Sócio - Contador - CRC 1SP191325/0-0.

CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 02.591.787/0001-39 - NIRE 35300479017
Companhia aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de setembro de 2021. 1. Data, Hora e Local: Realizada às 14:00 horas do dia 06 de setembro de 2021, por meio eletrônico, utilizando a plataforma digital Zoom, através de endereço disponibilizado aos membros do Conselho de Administração da Companhia. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do art. 10, §2º do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Srs. Alberto Coppola Bove, Marcos Navajas e Fábio Navajas. **3. Composição da Mesa:** Sr. Marcos Navajas, Presidente da Mesa e Sr. José Carlos Rodrigues Rosa, Secretário. **4. Ordem do Dia: (i)** Apreciação da renúncia apresentada pelo Sr. Joedir Dilson do Lago ao cargo de Diretor Técnico; **(ii)** Eleição de novos membros da diretoria da Companhia; **(iii)** Consolidação da composição da nova Diretoria da Companhia; e **(iv)** Alteração da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ao Mercado. **5. Deliberações:** O Conselho de Administração deliberou e aprovou, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o quanto segue: **a)** Receber e aceitar a renúncia do Sr. Joedir Dilson do Lago ao cargo de Diretor Técnico, outorgando-lhe a mais plena, ampla e geral quitação em relação a todos os seus atos como diretor. Eleger os membros da Diretoria, sendo eleito: **(i)** o Sr. Fabio de Almeida Navajas, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 21.471.072, inscrito no CPF/MF sob n.º 294.890.518-45, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Honduras 174, Jardim Paulista, para ocupar, o cargo de Diretor Técnico, com mandato de 2 (dois) anos a contar da presente data; **(ii)** o Sr. Marcos Navajas, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.471.071-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 273.130.558-46, com escritório na Rua Joaquim Floriano, 466, Ed. Corporate, 10º Andar, Itaim Bibi, CEP 04534-002, São Paulo, SP, para ocupar os cargos de Diretor Administrativo, Diretor Econômico-Financeiro, Diretor de Operações, Diretor de Recursos Humanos e Diretor de Relacionamento com Investidores, com mandato de 2 (dois) anos a contar da presente data; Os Diretores eleitos, presentes nessa reunião do Conselho de Administração aceitam, nesta data, os cargos para os quais foram eleitos, assinando o respectivo termo de posse. Declaram, ainda, para os devidos fins, não estarem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do art. 147, §1°, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **c)** Ratificar e consolidar a nova composição da Diretoria da Companhia, que será composta da seguinte forma: **(i)** Marcos Navajas, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor Administrativo; **(ii)** Marcos Navajas, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor Econômico-Financeiro; **(iii)** Marcos Navajas, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor de Relacionamento com Investidores; **(iv)** Marcos Navajas, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor de Operações; **(v)** Marcos Navajas, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor de Recursos Humanos; e **(vi)** Fabio de Almeida Navajas, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor Técnico. **d)** Alterar a Política de Divulgação de Fato ou Ato Relevante ao Mercado, de modo a possibilitar a divulgação de fato ou ato relevante ao mercado através da publicação em portal de notícias com página na rede mundial de computadores no domínio www. http://capitalpartparticipacoes.mzweb.com.br/index_pt.htm, nos termos do inciso II, do §4º, do art. 3º, da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002. Para tanto, modificando o item 3.3. da Política de Divulgação de Fato ou Ato Relevante ao Mercado, que passará a conter a seguinte redação: *"3.3. Dever de divulgar informação relevante. O Diretor de Relações com investidores da **CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A.**, deverá divulgar e comunicar à CVM, às bolsas de valores e á entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os valores mobiliários sejam admitidos á negociação. Todas as informações sobre ato ou fato relevante serão centralizadas na Diretoria de Relações com Investidores, devendo os administradores, acionistas controladores, conselheiros fiscais, funcionários e membros dos demais órgão com funções técnicas ou consultivas comunicar ato ou fato relevante que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua comunicação aos devidos órgãos e sua divulgação à imprensa. O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar simultaneamente ao mercado ato ou fato relevante a ser veiculado por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado no país ou no exterior. A divulgação deverá se dar através de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela companhia, podendo ser feita de forma resumida, contendo os elementos mínimos necessários à sua compreensão e a indicação dos endereços na rede mundial de computadores – Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido á CVM, e se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação. A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da **CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A**. sejam negociados."* **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas dos Membros do Conselho de Administração Presentes: Alberto Coppola Bove; Marcos Navajas; e Fábio Navajas.** São Paulo, 06 de setembro de 2021. *A presente Ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.* **José Carlos Rodrigues Rosa -** Secretário. JUCESP nº 219.307/22-2 em 02/05/2022.

CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 02.591.787/0001-39 - NIRE 35300479017
Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 06 de setembro de 2021. 1. Data, Horário e Local: Aos 06 (seis) dias do mês de setembro de 2021, às 10:00 horas, por meio eletrônico, utilizando a plataforma digital Zoom, através do endereço na redemundial de computadores https://us06web.zoom.us/j/89886923111?pwd=NFNXRmU5ZjE1ZWxETml4aHJreTFlQT09, identificação da reunião: 898.8692.3111, senha de acesso: 427036. **2. Convocação:** Realizada a convocação mediante Edital de Convocação publicado nos dias 07, 10 e 11 do mês de agosto de 2021, do Diário Oficial do Estado de São Paulo e do Diário Comercial de São Paulo, nos termos dos artigos 124 e 289 ambos da Lei n° 6.404/76. **3. Presença:** Presentes os acionistas dispostos no Anexo I desta, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, os quais representam aproximadamente 99,3% do capital socialda Companhia. **4. Mesa:** Presidente: Marcos Navajas. Secretário: José Carlos Rodrigues Rosa. **5. Ordem do dia: 1.** Aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente; 2. Destinação dos resultados apurados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente; 3. A eleição dos administradores da Companhia. **6. Deliberações:** Iniciada a Assembleia foi dispensada a leitura da ordem do dia, foi aprovado, pela unanimidade dos acionistas presentes, que a ata a que se refere esta Assembleia seria lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, que ficarão arquivadas na sede da Companhia. Em seguida, os acionistas passaram ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e das Contas da Diretoria, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Feitos os esclarecimentos e encerradas as discussões pertinentes, o Sr. Presidente colocou em votação a primeira parte do item 1 da Ordem do dia, tendo sido aprovados, sem reservas ou ressalvas e por unanimidade as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em continuidade, os acionistas passaram ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e das Contas da Diretoria, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Feitos os esclarecimentos e encerradas as discussões pertinentes, o Sr. Presidente colocou em votação a segunda parte do **item 1** da Ordem do dia, tendo sido aprovados, sem reservas ou ressalvas e por unanimidade as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Passou-se, então, ao exame da primeira parte do item 2 da Ordem do dia, tendo sido aprovada, de forma unânime pelos acionistas presentes, a alocação do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 à conta de Prejuízos Acumulados, sem destinação de qualquer quantia à reserva legal ou de distribuição de dividendos no presente exercício. Na sequência teve lugar o exame da segunda parte do **item 2** da Ordem do dia, tendo sido aprovada, de forma unânime pelos acionistas presentes, a alocação do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 à conta de Prejuízos Acumulados, sem destinação de qualquer quantia à reserva legal ou de distribuição de dividendos no presente exercício. Por fim, passou-se, então, ao exame do **item 3** da Ordem do dia, tendo sido aprovada, de forma unânime pelos acionistas presentes, a eleição dos Srs. **Alberto Coppola Bove**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.037.786-2 SSP/SP e inscrito no CPF MF sob nº 166.255.498-27; **Marcos Navajas**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.471.071-3 SSP/SP e inscrito no CPF MF sob nº 273.130.558- 46; e **Fábio Navajas**, brasileiro, divorciado, engenheiro, da portador da Cédula de Identidade RG nº 24.976.677 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 428.974.838-49, como membros titulares do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 2 (dois) anos. Os acionistas aprovaram, ainda, também por unanimidade, a designação do Srs. Marcos Navajas e Alberto Coppola Bove como Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, respectivamente. **7. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária, que foi aprovada e assinada pela unanimidade dos presentes. Foi autorizada a publicação desta ata com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes. **8. Assinaturas:** Mesa: Marcos Navajas - Presidente; e José Carlos Rodrigues Rosa - Secretário. **Acionista Presente:** Marcos Navajas. São Paulo, 06 de setembro de 2021. JUCESP nº 245.115/22-5 em 17/05/2022.

Valid Trust is Power

VALID SOLUÇÕES S.A.

CNPJ Nº 33.113.309/0001-47

Edital de Segunda Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Valid Soluções S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada em segunda convocação no dia 29 de abril de 2024, às 14:00, **de forma exclusivamente digital**, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81/22"), por meio da plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da **Ordem do Dia:** (i) A proposta de alteração e consequente consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma da proposta divulgada pela administração da Companhia ("Proposta da Administração"). **Informações Gerais:** 1. A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE" ou "Assembleia") será realizada de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM 81/22 e do Manual para Participação, divulgado pela Companhia no endereço eletrônico www.ri.valid.com. 2. Em decorrência do disposto no parágrafo acima, a participação do acionista ocorrerá mediante o acesso da plataforma digital ("Plataforma Digital"), disponibilizada através do link (https://assembleia.ten.com.br/018149836) também disponível no site de relações com Investidores da Companhia www.ri.valid.com. 2.1. O acionista que desejar participar via Plataforma Digital, poderá: (a) participar da Assembleia, independentemente de ter enviado ou não o boletim de voto a distância ("Boletim"); ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que quanto ao Acionista que tenha enviado o Boletim e que, caso vote na Assembleia via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio do Boletim serão desconsideradas pela mesa, seguindo o disposto no Art. 28, parágrafo 2º, inciso II, da Resolução CVM 81/22. 2.2. Com relação ao procedimento para participar via Plataforma Digital da Assembleia, o Acionista, ao acessar a página citada acima, deverá preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para habilitar sua participação e/ou voto na Assembleia, com no mínimo de 2 (dois) dias de antecedência da data designada para realização da Assembleia, ou seja, 25 de abril de 2024. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá por meio do e-mail utilizado para o seu cadastro, o login e senha individual para acessar a Plataforma Digital. 3. A Companhia esclarece que na forma do parágrafo único do art. 49 da Resolução CVM 81/22, as instruções de voto referentes à ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária recebidas pela Companhia por meio de boletim de voto à distância por ocasião da realização da referida Assembleia em primeira convocação serão validamente consideradas para a realização da AGE em segunda convocação. 4. Encontram-se à disposição dos acionistas, no site de Relações com Investidores (http://ri.valid.com/pt-br/), bem como no site da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias previstas na Ordem do Dia acima. São Paulo, 17 de abril de 2024. **Sidney Levy -** Presidente do Conselho de Administração.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ n.º 02.591.787/0001-39 - NIRE 35300479017 - COMPANHIA ABERTA

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2022. **1. Data, Horário e Local:** Aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 2022, às 11:00, por meio eletrônico, utilizando a plataforma digital Zoom, através do endereço na rede mundial de computadores (https://us06web.zoom.us/j/87932920412?pwd=eStSVEFkUjJ1eGQ1dE94RTR2dUNCUT09), identificação da reunião: 879 3292 0412, senha de acesso: 222293. **2. Convocação:** Realizada a convocação mediante Edital de Convocação publicado no dia 9, 11 e 12 do mês de abril de 2022, do Diário Oficial do Estado de São Paulo e do Diário Comercial de São Paulo, nos termos dos artigos 124 e 289 da Lei n.º 6.404/76. **3. Presença:** Presentes os acionistas dispostos no anexo I desta, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, os quais representa 99,504% do capital social da Companhia. **4. Mesa:** PRESIDENTE: José Carlos Rodrigues Rosa; SECRETÁRIO: Caio Carvalho Alvarez. **5. Ordem do Dia:** **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; 2. Destinação dos resultados apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; 3. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Proposta de Alteração de sede. **6. Deliberações:** Iniciada a Assembleia foi dispensada a leitura da ordem do dia, foi aprovado, pela unanimidade dos acionistas presentes, que a ata a que se refere esta Assembleia seria lavrado sumário, facultado o direito de apresentação das manifestações e dissidências, que ficarão arquivadas na sede da Companhia. Em seguida, os acionistas passaram ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Feitos os esclarecimentos e encerradas as discussões pertinentes, o Sr. Presidente colocou em votação o **item 1** da Ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, tendo sido aprovados, sem reservas ou ressalvas e por unanimidade as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Passou-se, então, ao exame do **item 2** da Ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, tendo sido aprovada, de forma unânime pelos acionistas presentes, a alocação do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 à conta de Prejuízos Acumulados, sem destinação de qualquer quantia à reserva legal ou de distribuição de dividendos no presente exercício. Os membros do Conselho de Administração Marcos Navajas, Fabio Navajas e Alberto Coopola Bove apresentaram Carta de Renúncia dos seus respectivos mandatos, e a renúncia destes foi aceita e homologada pela Assembleia, bem como outorgaram Carta de Quitação em favor da Companhia. Passou-se, então, ao exame do **item 3** da Ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, tendo sido aprovada, de forma unânime pelos acionistas presentes, a eleição do Srs. **Luiz Henrique de Carvalho Vieira Gonçalves**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o n.º 246.328, inscrito no CPF/ME sob o n.º 220.022.838-42, com endereço na Rua René Zamlutti 160, apartamento 12, Jardim Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP 04116-260; e **Sergio Spinelli Silva Junior**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade n.º 15.520.707-6, inscrito no CPF/ME sob o n.º 111.888.088-93, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.277, 18º andar, 1801/1802, CEP 01452-000; **Caio Carvalho Alvarez**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 214.461, e sob o CPF 131.467.297-50, como membros titulares do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 2 (dois) anos. Os acionistas aprovaram, ainda, também por unanimidade, a designação do Srs. Sergio Spinelli Silva Junior e Luiz Henrique de Carvalho Vieira Gonçalves como Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, respectivamente. Em seguida, colocou-se em votação o **item 1** da Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária, tendo sido aprovada, por unanimadade a alteração da sede da Companhia atualmente situada na Avenida Jamaris, 100, cj 1301, Planalto Paulista, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04080-922 para a Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277, 21 andar, conjunto 2101, Jardim Paulistano, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01452-000. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que foi aprovada e assinada pela unanimidade dos presentes. Foi autorizada a publicação desta ata com omissão das assinaturas dos acionistas presentes. **Assinaturas: Mesa:** José Carlos Rodrigues Rosa - Presidente; Caio Carvalho Alvarez - Secretário. **Acionistas Presentes: São Paulo, 30 de abril de 2022.** Caio Carvalho Alvarez - Secretário. **ESTATUTO SOCIAL. CAPÍTULO I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º** - Sob a denominação de **CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A.**, fica constituída uma sociedade anônima, que se regerá pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277, 21 andar, conjunto 2101, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante resolução da Diretoria, independentemente da Assembleia Geral. **Artigo 3º** - A companhia tem por objeto: (i) a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos. **Artigo 4º** - O prazo de duração da companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º -** O capital social é de R$5.159.755,03 (cinco milhões, cento e cinquenta e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e três centavos), dividido em 143.243 (cento e quarenta e três, duzentas e quarenta e três) ações ordinárias, todas sob a forma nominativa, sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral. **Parágrafo 2º -** As ações da Companhia poderão ser escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pelo Conselho de Administração,podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do art. 35 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 3º** - O Conselho de Administração poderá deliberar, dentro do limite do capital autorizado, que a emissão de ações preferenciais, inclusive com a criação de classe mais privilegiada, seja feita sem guardar proporção com as ações ordinárias, respeitado sempre o limite legal de 2/3 (dois terços) para as ações preferenciais. **Parágrafo 4º -** As ações preferenciais não terão direito a voto, porém, terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da companhia e direito a um dividendo no mínimo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do disposto no Artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 9.457/97. **Parágrafo 5º -** A Companhia poderá emitir ações preferenciais resgatáveis que terão (i) direito a um dividendo mínimo equivalente à variação da Taxa de Juros Longo Prazo - TJLP em cada exercício social, acrescido de 6% (seis por cento), incidente sobre o preço de subscrição dessas ações à época de sua emissão; (ii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade; e (iii) direito ao resgate no período compreendido entre o 5º ano e 2 meses e o 6º ano, contados da data da subscrição dessas ações preferenciais resgatáveis. **Parágrafo 6º** - Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela companhia, nas hipóteses previstas no Artigo 172 da Lei nº 6404/76. **Parágrafo 7º** - Na hipótese das ações virem a tornar-se escriturais, serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares em instituição credenciada, a ser designada pelo Conselho de Administração para prestar esse serviço. **Parágrafo 8º** - O pagamento dos dividendos e a distribuição de ações provenientes de aumento de capital, quando for o caso, realizar-se-ão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o primeiro, contado da sua declaração, a segunda, contada da publicação da ata respectiva na forma da lei, salvo se a assembléia geral, quanto ao dividendo, determinar que este seja pago em prazo superior, mas no curso do exercício social em que for declarado. **Artigo 6º** - A companhia está autorizada a aumentar o seu capital independentemente de decisão assemblear, até o limite de R$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie, classe e quantidade de ações a serem emitidas,o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e colocação. **CAPÍTULO III - Da Administração. Artigo 7º** - A administração normativa da companhia será exercida pelo Conselho de Administração e executada pela Diretoria, na forma da lei e deste estatuto social. **SEÇÃO I - Do Conselho de Administração. Artigo 8º** - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) Membros, todos acionistas e residentes no país, com a denominação de Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Único** - Findo o mandato, os Conselheiros permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos administradores que os substituam, nos termos da lei e deste estatuto. **Artigo 9º** - O Conselho de Administração terá, escolhido entre seus Membros: a) um Presidente, que convocará e presidirá suas reuniões; b) um Vice-Presidente, que substituirá o Presidente, em seus impedimentos e ausências. **Artigo 10** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário, com metade de seus Membros, no mínimo, convocado pelo Presidente ou pela maioria dos Conselheiros. **Parágrafo 1º** - As reuniões serão convocadas, mediante comunicação por escrito, expedida com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, devendo dela constar o local, data e hora da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia. **Parágrafo 2º** - A convocação prevista no parágrafo anterior será dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos Membros em exercício do Conselho de Administração. **Parágrafo 3º** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus Membros em exercício, dentre eles o Presidente do Conselho, sendo considerado como presente aquele que esteja, na ocasião, representado por seu substituto ou pessoa legalmente nomeada, ou que haja enviado seu voto por escrito, cabendo também ao Presidente do Conselho, ou a seu substituto ou representante, o voto de desempate. **Parágrafo 4º** - O Conselho de Administração deliberará por maioria dos votos, cabendo ao Presidente do Conselho, ou a seu substituto ou representante, o voto de desempate. **Parágrafo 5º** - A ata de reunião do Conselho de Administração que eleger, destituir, designar ou fixar as atribuições dos Diretores deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado e publicada em órgão da imprensa local, adotando-se idêntico procedimento para atos de outra natureza, quando o Conselho de Administração julgar conveniente. **Artigo 11** - Em caso de vacância no cargo de Conselheiro, caberá ao Conselho de Administração escolher o substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral a se realizar. **Parágrafo 1º** - No caso de vaga da maioria dos Membros do Conselho de Administração será convocada uma assembleia geral dos acionistas para preenchimento dos cargos. **Parágrafo 2º** - Em caso de ausência ou impedimento temporário, o Conselheiro ausente ou impedido temporariamente indicará, dentre os Membros do Conselho de Administração, aquele que o representará. **Parágrafo 3º** - Nas hipóteses previstas neste artigo, de vaga, ausência ou impedimento temporário, o substituto ou representante agirá, inclusive para efeito de votação em reuniões do Conselho, por si e pelo substituído ou representado. **Artigo 12** - A remuneração dos Membros do Conselho de Administração será global e anualmente fixada pela Assembleia Geral, para ser satisfeita em duodécimos, que homologará, também, quando for o caso, o montante e o percentual da participação que lhes deva caber no lucro, observado o limite disposto no Parágrafo 1º do Artigo 152 da Lei nº 6.404/76. O Conselho de Administração, em reunião, distribuirá tal remuneração entre seus Membros. **Artigo 13** - Compete ao Conselho de Administração: (i) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando necessária, a Assembleia Geral Extraordinária; (iii) nomear e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes atribuições; (iv) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício; (v) fiscalizar a gestão dos Diretores; (vi) examinar atos, livros, documentos e contratos da Companhia; (vii) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (viii) deliberar a emissão de notas promissórias para subscrição pública, nos termos da Resolução nº 1.72390, do Conselho Monetário Nacional; (x) deliberar sobre a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas pelo artigo 172 da Lei nº 6.40476; (xi) submeter à Assembléia Geral o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício; (xii) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; (xiii) escolher e destituir auditores independentes; e (xiv) autorizar a compra de ações da Companhia, para sua permanência em tesouraria ou cancelamento, nos termos da lei e das disposições regulamentares em vigor. **SEÇÃO II - Da Diretoria. Artigo 14 -** A Diretoria é composta de, no mínimo 2 (dois) diretores e no máximo 5 (cinco) Membros, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração. É a seguinte a competência específica de cada um dos Membros da Diretoria: (a) Do Diretor Administrativo - a execução da política, das diretrizes e das atividades de administração de material e serviços da Sociedade, conforme especificado pelo Conselho de Administração; (b) Do Diretor Econômico-Financeiro - a execução da política, das diretrizes e das atividades econômico-financeiras e contábeis da Sociedade, conforme especificado pelo Conselho de Administração; (c) Do Diretor de Operações - a execução da política, diretrizes e atividades relacionadas com operações de investimentos, conforme especificado pelo Conselho de Administração; (d) Do Diretor de Recursos Humanos - a execução da política, das diretrizes e das atividades de administração de pessoal, conforme especificado pelo Conselho de Administração; e (e) Do Diretor Técnico - a execução da política, das diretrizes e das atividades de planejamento e coordenação da implantação e expansão dos estudos e análises, conforme especificado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 1º** - O prazo de gestão de cada Diretor será de 2 (dois) anos, permitida a recondução. **Parágrafo 2º** - Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores. **Parágrafo 3º** - Ocorrendo vaga no cargo de Diretor, poderá o Conselho de Administração designar substituto, cujo mandato expirará com os demais Diretores. **Parágrafo 4º** - Os Membros do Conselho de Administração, até o máximo de um terço, poderão ser eleitos para cargos de Diretores, com exercício cumulativo de funções. Ocorrendo esta hipótese, ao conselheiro-diretor, "ad honorem", caberá optar pela remuneração que fizer jus, como Conselheiro ou administrador-executivo. **Parágrafo 5º** - Em caso de ausência ou impedimento temporário, os Diretores substituir-se-ão, reciprocamente, por designação da Diretoria. **Artigo 15** - Compete à Diretoria exercer a atribuições que a lei, o estatuto e o Conselho de Administração lhe conferirem para a prática de atos, por mais especiais que sejam, desde que em direitos permitidos, necessários ao regular funcionamento da Companhia. **Artigo 16** - A Diretoria, exercerá as seguintes atribuições: (i) executar os trabalhos que lhe forem determinados pelo Conselho de Administração; (ii) elaborar, anualmente, o relatório de administração, o demonstrativo econômico-financeiro do exercício, bem como balancetes, se solicitados pelo Conselho de Administração; (iii) preparar anteprojetos de plano de expansão e modernização da Companhia; (iv) submeter ao Conselho de Administração o orçamento geral e os especiais da Companhia, inclusive os reajustes conjunturais, no decurso dos exercícios anual e plurianual a que os Membros se referirem; (v) aprovar, para referendo do Conselho de Administração, a nomeação de titulares para cargos da Administração Superior; (vi) aprovar e modificar organogramas e regimentos internos. **Artigo 17** - A representação ativa e passiva da Companhia, em atos e operações que impliquem em responsabilidade societária é, como regra, privativa de dois diretores, em conjunto. A Diretoria, no entanto, poderá autorizar que a representação se cumpra por 1 (um) só Diretor, por designação do órgão, ou 1 (um) só procurador, este com mandato especial, outorgado em nome da Companhia por 2 (dois) diretores. **Parágrafo Único** - A Companhia será representada por qualquer Diretor, isoladamente, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimentos pessoais; representar-se-á, nos casos permitidos em lei, por prepostos nomeados, caso por caso, por via epistolar. **Artigo 18** - Nos limites de suas atribuições, 2 (dois) Diretores poderão constituir procuradores ou mandatários para, em conjunto ou separadamente, na forma estabelecida nos respectivos instrumentos, representar a Companhia na prática legítima de atos e operações. Os mandatos definirão, de modo preciso e completo, os poderes outorgados. **Parágrafo Único** - Os mandatos "ad negotia" serão outorgados, sempre, por prazo determinado. **Artigo 19** - A remuneração dos Diretores será fixada global e anualmente pela Assembleia Geral, que também fixará, quando for o caso, o montante e o percentual da participação da diretoria no lucro da Companhia, observado o limite disposto no Parágrafo 1º do Artigo 152 da Lei 6.404/76. **Parágrafo 1º** - A verba para honorários "pro-labore" paga em duodécimos, assim como a de participação, será partilhada aos Diretores, por deliberação do Conselho de Administração, consignada, por termo, no livro próprio. **Parágrafo 2º** - O empregado de alto nível, eleito pelo Conselho de Administração para o cargo de Diretor, enquanto no exercício do cargo, terá seu contrato de trabalho suspenso, passando a receber honorários e eventual participação nos lucros na forma estabelecida neste estatuto, ficando-lhe assegurado o retorno ao cargo anteriormente ocupado, de acordo com a legislação social vigente. **Artigo 20** - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e as suas reuniões serão presididas pelo Diretor que na ocasião seja escolhido. **Parágrafo 1º** - As reuniões serão sempre convocadas por quaisquer 2 (dois) diretores. Para que possam ser instaladas e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois diretores, se só houverem dois diretores em exercício. **Parágrafo 2º** - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo também ao Presidente da reunião, em caso de empate, o voto de desempate. **Parágrafo 3º** - Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, este poderá indicar um substituto, ficando o ato sujeito à aprovação da Diretoria. O substituto aprovado exercerá todas as funções, com todos os poderes, inclusive o direito de voto e deveres do diretor substituído. **Parágrafo 4º** - O substituto poderá ser um dos demais diretores que, neste caso, votará nas reuniões da Diretoria por si e pelo diretor que estiver substituindo. **CAPÍTULO IV - Do Conselho Fiscal. Artigo 21** - A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) Membros efetivos e igual número de suplentes, o qual funcionará em caráter não permanente. **Parágrafo 1º** - Os Membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificados, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, a pedido de acionistas que preencham os requisitos estipulados no parágrafo 2º do artigo 161 da Lei nº 6.404/76, com mandato até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a eleição. **Parágrafo 2º** - Os Membros do Conselho Fiscal somente farão jus a remuneração que lhe for fixada pela Assembleia Geral, durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício das funções, observado o parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei nº 6.404/76 com redação dada pela Lei nº 9.457/97. **Parágrafo 3º** - O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus Membros. **CAPÍTULO V - Das Assembleias Gerais. Artigo 22** - A Assembleia Geral dos Acionistas, nos termos da lei, reunir-se-á: a) Ordinariamente nos quatro primeiros meses, depois de findo o exercício social para: I - tomar as contas dos administradores, discutir e votar as demonstrações financeiras; II - eleger o Conselho de Administração nas épocas próprias e o Conselho Fiscal, quando for o caso; III - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, e a distribuição de dividendos, quando for o caso; IV - fixar a remuneração dos administradores. b) Extraordinariamente sempre que, mediante convocação legal, os interesses sociais aconselharem ou exigirem a manifestação dos acionistas. **Artigo 23** - A Assembleia Geral será instalada e dirigida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada por outro Conselheiro e dirigida por um Presidente escolhido pelos Acionistas. O secretário da mesa será de livre escolha do Presidente da Assembleia. **Artigo 24** - Os anúncios de convocação, publicado na forma e nos termos da lei, conterão, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia explicitada e, no caso de reforma do estatuto,a indicação da matéria. **CAPÍTULO VI - Do Exercício Social. Artigo 25 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro. **Artigo 26 -** Ao final de cada exercício social a diretoria fará elaborar o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas em lei. **Artigo 27** - Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **Artigo 28 -** Ao fim de cada exercício social, o Conselho de Adminstração apresentará à Assembleia Geral, para aprovação, proposta sobre a destinação total do lucro líquido do exercício, observando as seguintes deduções ou acréscimos, realizadas decrescentemente e nessa ordem: a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício será aplicado na constituição de Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do Capital Social; b) a Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração, determinará a importância a ser destinada à formação de Reservas para Contingências e reversão daquelas constituídas em exercícios anteriores, observando o Parágrafo 1º do Artigo 195 da Lei 6.404/76; e c) a Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração, determinará o montante a ser destinado à constituição da Reserva de Lucros a Realizar. **Parágrafo 1º** - Os acionistas da Companhia receberão como dividendo obrigatório, em cada exercício, o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado na forma prevista neste Estatuto, sem prejuízo do pagamento aos acionistas preferencialistas de um dividendo no mínimo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do disposto no Artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 9.457/97. **Parágrafo 2º** - Na hipótese de ainda haver saldo, terá ele o destino que for deliberado pela Assembleia Geral. **Parágrafo 3º -** As demonstrações financeiras demonstrarão a destinação da totalidade do lucro líquido, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária. **Artigo 29** - A companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **CAPÍTULO VII - Da Liquidação, Dissolução e Extinção. Artigo 30** - A Companhia, a qualquer tempo, tendo em mira aperfeiçoar seus serviços e adaptar-se às novas técnicas de administração, poderá adotar processos mecânicos de emissão e autenticação de documentos de efeitos mercantis, obedecendo a padrões e sistemas consagrados em usos e praxes em vigor. JUCESP nº 292.271/22-0 em 08/06/2022.

CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 02.591.787/0001-39 - NIRE 35300479017

Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de maio de 2022. **1. Data, Hora e Local:** Realizada às 11:00 horas do dia 03 de maio de 2022, por meio eletrônico, utilizando a plataforma digital Zoom, através de endereço disponibilizado aos membros do Conselho de Administração da Companhia. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do art. 10, §2º do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Srs. Luiz Henrique de Carvalho Vieira Gonçalves, Sergio Spinelli Silva Junior e Caio Carvalho Alvarez. **3. Composição da Mesa:** Sr. Sergio Spinelli Silva Junior, Presidente da Mesa e Sr. Caio Carvalho Alvarez, Secretário. **4. Ordem do Dia:** (i) Apreciação das renúncias apresentadas pelos Srs. Marcos Navajas e Fabio de Almeida Navajas, aos cargos de Diretores da Companhia; (ii) Eleição de novos membros da diretoria da Companhia; e (iii) Consolidação da composição da nova Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** O Conselho de Administração deliberou e aprovou, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o quanto segue: (i) Homologar as renúncias apresentadas pelos Srs. Marcos Navajas, CPF/ME n.º 273.130.558-46, e Fabio de Almeida Navajas, CPF/ME 294.890.518-45, aos cargos de Diretores da Companhia. (ii) Eleger os membros da Diretoria, sendo eleito: **(a)** o Sr. Sergio Spinelli Silva Junior, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade n.º 15.520.707-6, inscrito no CPF/ME sob o n.º 111.888.088-93, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 18º andar, 1801/1802, CEP 01452-000, os cargos de Diretor Administrativo, Diretor Econômico-Financeiro, e Diretor de Recursos Humanos, com mandato de 2 (dois) anos a contar da presente data; **(b)** o Sr. José Carlos Rodrigues Rosa, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB sob o n.º 106.774 e inscrito sob o CPF/ME sob o n.º 080.038.257-92, com endereço profissional na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4200, Bloco 7, Salas 107A a 110A, CEP 22640-102, o cargo de Diretor de Operações, Diretor Técnico e Diretor de Relacionamento com Investidores, com mandato de 2 (dois) anos a contar da presente data. Os Diretores eleitos, presentes nessa reunião do Conselho de Administração aceitam, nesta data, os cargos para os quais foram eleitos, assinando o respectivo termo de posse. Declaram, ainda, para os devidos fins, não estarem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do art. 147, §1°, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (iii) Ratificar e consolidar a nova composição da Diretoria da Companhia, que será composta da seguinte forma: (i) Sergio Spinelli Silva Junior, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor Administrativo; (ii) Sergio Spinelli Silva Junior, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor Econômico-Financeiro; (iii) Sergio Spinelli Silva Junior, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor de Recursos Humanos; (iv) José Carlos Rodrigues Rosa, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor de Relacionamento com Investidores; (v) José Carlos Rodrigues Rosa, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor de Operações; e (vi) José Carlos Rodrigues Rosa, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor Técnico. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas dos Membros do Conselho de Administração Presentes: Luiz Henrique de Carvalho Vieira Gonçalves, Sergio Spinelli Silva Junior, Caio Carvalho Alvarez.** São Paulo, 03 de maio de 2022. *A presente Ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.* Caio Carvalho Alvarez - Secretário. JUCESP nº 362.321/22-0 em 14/07/2022.

Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores

CNPJ nº 65.913.436/0001-17 - NIRE 35.300.131.177

Edital de Convocação - AGOE

Ficam convocados os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará via conferência eletrônica através de link a ser disponibilizado previamente pela Companhia, conforme permitido pela Lei nº 14.010 de 10/06/20, em 29 de abril de 2024, às 11h, para: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar conhecimento das contas da administração e demonstrações financeiras da Companhia, para exame, discussão e votação do relatório da administração, das demonstrações financeiras, bem como do relatório do auditor independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Aumentar o capital social da Companhia no montante de até R$ 23.252.388,60 (vinte e três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos), por meio da emissão de até: (a) 15.883 (quinze mil, oitocentas e oitenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R$ 963,55 (novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) e (b) 8.249 (oito mil, duzentas e quarenta e nove) ações preferenciais, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R$ 963,55 (novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos). As ações não subscritas no âmbito do direito de preferência no prazo de 32 (trinta e dois) dias corridos serão objeto de subscrição em período de sobras de 3 (três) dias corridos, a ser comunicado em assembleia, e as Ações remanescentes não subscritas serão canceladas; **(ii)** Alterar a redação do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo capital social após o aumento de capital e exercício do direito de preferência; **(iii)** Autorizar os diretores da Companhia a realizar todos os atos necessários à formalização e execução das deliberações a serem tomadas, incluindo, mas não se limitando, à instrução do processo ao Banco Central do Brasil, bem como a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Instruções Gerais:** Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações ordinárias ou preferenciais emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que a cópia autenticada dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes sejam encaminhados à Companhia até a data que anteceder a realização da assembleia, aos cuidados do Departamento Jurídico (societario@guide.com.br ou Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3064, 12º andar, Jardim Paulistano, São Paulo/SP). São Paulo, 19/04/24. **Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores.**

Serra Negra Empreendimentos Turísticos S.A.

CNPJ 44.846.236/0001-19

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

São convidados os Srs. Acionistas da Cia a se reunirem em AGO a realizar-se no dia 30/04/2024, às 10:00h. Na sede social sita à Praça João Pessoa, 143, Serra Negra-SP, a fim de discutirem e deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar discutir e votar relatório da diretoria, Balanço Patrimonial e demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; b) Destinação do lucro líquido do exercício; c) Eleição do Conselho Fiscal; d) Outros Assuntos de interesses da companhia. Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, no endereço da sede, todos os documentos e demonstrativos previstos em Lei. Serra Negra, 13/04/2023. (a) Sra. **Maria Elizabete Mendes de Toledo Bulk -** Diretora Presidente.

CONCRETO REDIMIX DO BRASIL S.A.

CNPJ/ME 27.701.564/0001-08 - NIRE 33 3 0000911 6

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem no dia 26 de abril de 2024, às 08:00 horas em chamada única e de modo digital, através da plataforma de videochamadas "Zoom", cujo link será encaminhado após a confirmação de presença através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, devendo no mesmo constar nome completo, RG, CPF e e-mail do solicitante, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**: **1.** Tomar conhecimento, discutir e aprovar o balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **2.** Eleição dos membros da diretoria para mandato no período de 30 de abril de 2024 a 29 de abril de 2027. **3.** Instalação de conselho fiscal e eleição de seus membros.

São Paulo, 18 de Abril de 2024

Eneida Melo Cruz - Diretora Presidente.

Combio Energia S.A.

CNPJ/MF nº 10.376.555/0001-96 - NIRE 35.300.358.813

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Combio Energia S.A. ("Companhia"), com sede social em SP/SP, R. Fradique Coutinho nº 30, 3º, Conjuntos 31 a 36, Pinheiros, ("Local da Assembleia"), convoca os acionistas representando a totalidade de seu capital social, para se reunirem em AGO, no dia **29/04/2024,** às 09h, em 1ª convocação, considerando o quórum de instalação previsto no estatuto social da Companhia e dos acordos de acionistas celebrados pelos acionistas, e às 10:30hs, em 2ª convocação, considerando o quórum de instalação previsto no estatuto social da Companhia e dos acordos de acionistas celebrados pelos acionistas, para deliberar sobre os assuntos da Ordem do Dia abaixo. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar a respeito das seguintes matérias: **(i)** aprovação do relatório da administração, das contas da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicadas em 28/03/2024, nas págs. B156 e 207 das versões impressa e digital do Jornal Diário Comercial, respectivamente, e erratas publicadas em 16/04/2024, nas págs. B23 e 41 das versões impressa e digital do Jornal Diário Comercial, respectivamente; e **(ii)** destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **Conselho de Administração -** Roberto Lombardi de Barros; Marcos Tobler Brant de Carvalho; Fabio Tobler Brant de Carvalho; Adilson Serrano da Silva; Gustavo Gava Verdelli Costa; Edson Gustavo Georgette Peli.

Recepta Biopharma S.A.

CNPJ nº 07.896.151/0001-19

Retificação

Em nossa publicação das Demonstrações Financeiras, neste jornal, no dia 11.04.2024, consta o nome da Sra. **Miriam Albagli -** Diretora Financeira erroneamente, pois ela não faz mais parte do quadro de diretores da empresa. Considerar apenas os nomes do **José Fernando Perez -** Presidente e **Antônio Carlos Lopes -** Contador - CRC 1SP104823/O-3.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

DIGIMAIS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

CNPJ/ME N.º 45.437.527/0001-16 - NIRE 3530058747-2

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2024

Data, Hora e Local: Em 25 (vinte e cinco) de março de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 9h (nove horas), na sede da Digimais Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., localizada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, n.º 250 – Conjunto 1.102, Bairro Vila Olímpia, CEP. 04552-040 ("Companhia"). **Convocação e Presença**: Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas, dispensada a convocação prévia e sanada a falta das formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Mesa**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Cristiano Duarte Fraga** e secretariados pelo Sr. **João Alves de Campos**. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** alteração da sede social da Companhia; **(ii)** a alteração do *caput* do Artigo 3º do Estatuto Social, a fim de refletir a alteração no endereço da sede social da Companhia; **(iii)** a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(iv)** a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das matérias aprovadas, nos termos da legislação vigente. **Deliberações**: A Assembleia Geral Extraordinária, por votação unânime e sem ressalvas, aprovou: **1.** Aprovar a alteração do endereço da sede social da Companhia para **Rua Cubatão, n.º 320 – 4º andar – Sala Suíça - Bairro Paraíso – São Paulo/SP – CEP. 04012-911**. **2.** Em razão da deliberação tomada no item 1 acima, o *caput* do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte e nova redação: "**Artigo 3º** - A Companhia tem sede e foro na Rua Cubatão, n.º 320 – 4º andar – Sala Suíça - Bairro Paraíso – São Paulo/SP – CEP. 04012-911 e, por deliberação da Diretoria, poderá abrir, transferir e extinguir filiais ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior." **3.** Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual, refletindo as alterações ora aprovadas, passará a vigorar com a redação prevista no **Anexo I** a esta Ata. **4.** Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todas as providências que forem necessárias à efetivação das matérias ora aprovadas. **5. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária e lavrada a presente ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Mesa; Cristiano Duarte Fraga – Presidente; João Alves de Campos – Secretário. São Paulo/SP, 25 de março de 2024. **Mesa**: **Cristiano Duarte Fraga -** Presidente, **João Alves de Campos -** Secretário. **Acionistas Presentes**: **Banco Digimais S.A**. - **João Alves Campos -** Diretor, **Fernanda de Sousa Grecco Alves** - Diretora, **João Luiz Urbaneja.** JUCESP nº 141.727/24-0 em 08.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO - DIGIMAIS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A. - CNPJ/ME N.º 45.437.527/0001-16 - NIRE 3530058747-2. **CAPÍTULO I Denominação, Objeto, Sede e Duração: Artigo 1º** - A Digimais Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.("Companhia") é regida por este Estatuto Social e pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial pela Resolução n.º 2.686 do Conselho Monetário Nacional, de 26 de janeiro de 2000. **Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto: (a) a aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de operações ativas praticadas por instituições financeiras e pelas demais entidades que compõem seu grupo econômico; 9b0 a distribuição, a recompra, a revenda, a amortização e o resgate de qualquer título e valor mobiliário, nos termos da legislação aplicável, junto ao mercado financeiro e de capitais de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites legais da legislação aplicável; (d) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastrados em aludidos créditos; (e) a gestão e a administração dos créditos financeiros acima mencionados; (f) a realização de operações nos mercados de derivativos visando à cobertura de riscos; e (g) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. **Parágrafo 1º** - Até o pagamento integral dos valores representados pelos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, fica vedada a prática dos seguintes atos, observados os termos previstos na documentação dos títulos e valores mobiliários a serem emitidos e na Resolução n.º 2.686/00 do Conselho Monetário Nacional: (a) transferência do controle da Companhia; (b) redução do Capital Social, incorporação, fusão, cisão ou dissolução da Companhia; e (c) cessão de créditos financeiros objeto de suas operações de securitização, ou atribuição de qualquer direito sobre os mesmos, ao(s) controlador(es) da Companhia, ou a qualquer pessoa a ele(s) ligado9s), em condições distintas das previstas na documentação relativa à emissão dos títulos e valores mobiliários pela Companhia. **Parágrafo 2º** - O disposto no § 1º acima não se aplicará caso haja prévia autorização dos detentores de 50% (cinquenta por cento) ou mais do valor nominal dos referidos títulos e valores mobiliários, excluídos de tal cômputo aqueles eventualmente detidos pelo(s) controlador(es), sociedade(s) coligada(s) ou submetida(s) a controle comum da Companhia, em assembleia geral especificamente convocada e realizada segundo as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Parágrafo 3º** - Independentemente do disposto no § 2º acima, a cessão de créditos de que trata o §1º, poderá ocorrer se realizada por valor igual ou superior ao valor nominal dos créditos, deduzidos os juros ainda não incorridos e os encargos financeiros incorporados em seu valor nominal sob a forma desconto, calculados proporcionalmente ao número de dias a decorrer até a data de vencimento de tais créditos. **Parágrafo 4º** - No âmbito das securitizações e emissões de valores mobiliários realizadas pela Companhia será permitida a recompra dos créditos financeiros pelos cedentes originais desde que a recompra seja efetuada à vista. No mesmo sentido, será permitida a substituição dos créditos financeiros. **Artigo 3º** - **Artigo 3º** A Companhia tem sede e foro na Rua Cubatão, n.º 320 – 4º andar – Sala Suíça - Bairro Paraíso – São Paulo/SP – CEP. 04012-911 e, por deliberação da Diretoria, poderá abrir, transferir e extinguir filiais ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo 4º** - A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **CAPÍTULO II Capital Social e Ações: Artigo 5º** - O Capital Social, totalmente subscrito, é de **R$ 173.007.097,00** (cento e setenta e três milhões, sete mil, noventa e sete reais), representado por **1.730.070** (um milhão, setecentos e trinta mil e setenta) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia, não sendo reconhecido mais de um proprietário por ação. **Parágrafo 3º** - A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá criar outras classes e espécies de ações. **Artigo 6º** - Por deliberação da Assembleia Geral, o Capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. **Parágrafo Único** – A capitalização poderá ser feita sem modificação no número de ações. **Artigo 7º** - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registros de Ações Nominativas". **CAPÍTULO III Assembleia Geral: Artigo 8º** - A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia, que poderá ser ordinária ou extraordinária, com poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e deliberar sobre matérias de interesse da v. **Artigo 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, nos casos legais ou previstos neste Estatuto, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral será convocada, na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo 2º** - Todas as convocações deverão indicar local de realização da Assembleia Geral e a ordem do dia, explicitando, ainda, no caso de reforma estatutária, a matéria objeto da alteração. **Parágrafo 3º** - A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar entre os presentes. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Parágrafo 4º** - Caso os créditos financeiros (inclusive bens e direitos deles decorrentes) de titularidade da Companhia não sejam suficientes para liquidar integralmente as obrigações por ela assumidas no âmbito da securitização dos créditos financeiros, a Companhia não será responsável perante os respectivos credores por qualquer pagamento adicional a qualquer título que não puderam ser liquidados por meio dos referidos créditos financeiros (inclusive bens e direitos deles decorrentes) de sua titularidade, estando qualquer ato de cobrança ou de execução contra a Companhia limitado a tais créditos financeiros (inclusive bens e direitos deles decorrentes) de sua titularidade. **Parágrafo 5º** - Tendo em vista o disposto nos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Artigo 2º acima, os acionistas declaram estar cientes e de acordo com as vedações previstas, sendo que qualquer operação realizada em desacordo com o disposto neste Estatuto será considerada nula de pleno direito. **Artigo 10º** - As seguintes matérias exigem voto favorável de pelo menos ¾ (três quatros) do Capital Social votante para serem adotadas: (a) qualquer alteração ao presente Estatuto Social; (b) a incorporação, a fusão, a cisão e a dissolução da Companhia, ou a cessação de seu estado de liquidação; (c) a nomeação ou a destituição dos Diretores; (d) a aprovação da proposta da administração de destinação do lucro da Companhia, a declaração e a fixação das condições de pagamento de quaisquer proventos aos acionistas pela Companhia, incluindo dividendos e juros sobre capital próprio; (e) a aprovação das contas da administração; e (f) a nomeação e a destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas. **CAPÍTULO IV Administração: Artigo 11** – A administração da Companhia compete à Diretoria, que tem as atribuições conferidas pela lei e pelo Estatuto Social, estando os Diretores dispensados, observado as disposições legais inerentes, de prestar caução em garantia de sua gestão. Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de Ata lavrada no Livro de Reuniões da Diretoria. **Parágrafo 1º** - Os Diretores eleitos serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse e desimpedimento, lavrados no livro próprio e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus sucessores. **Artigo 12** – A Assembleia Geral deverá fixar, se aplicável, a remuneração dos Diretores da Companhia. A remuneração, se houver, pode ser fixada de forma individual para cada Diretor ou de forma global. **CAPÍTULO V Diretoria: Artigo 13** – A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais, zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias e as deliberações adotadas na Assembleia Geral. **Artigo 14** – A Diretoria é composto por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente, que deverá ser acionista e, os demais, Diretores sem designação específica, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 1º** - Ocorrendo vaga no cargo de Diretor, deverá ser convocada Assembleia Geral para nova eleição. **Parágrafo 2º** - Na ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por qualquer outro Diretor. **Artigo 15** – As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro de ata de reuniões da Diretoria. **Artigo 16** – Os Diretores possuem plenos poderes para representar, administrar e gerenciar os negócios sociais, e podem, conforme estabelecido no presente Estatuto Social, observado o disposto no Artigo 17 abaixo, validamente obrigar a Companhia, e praticar todos e quaisquer atos e operações necessários para cumprir o objeto social da Companhia, e devem ainda deliberar sobre todas as matérias que não foram descritas neste Estatuto Social e nem estão sob a competência exclusiva da Assembleia Geral. A Diretoria também é competente para conduzir as seguintes matérias: (a) garantir o cumprimento da lei, desse Estatuto e das decisões dos acionistas; e (b) submeter para a Assembleia Geral as demonstrações financeiras requeridas pela lei em cada ano fiscal. **Artigo 17** – Observado o disposto no parágrafo segundo deste artigo, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (a) de qualquer Diretor, isoladamente; (b) de dois procuradores devidamente nomeados para representar a Companhia, quando assim for determinado nas respectivas procurações e apenas na extensão dos poderes ali concedidos. **Parágrafo 1º** - As procurações devem sempre ser outorgadas por, no mínimo 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto, e devem estabelecer os poderes do procurador e, exceção feita às procurações concedidas com poderes "ad judicia", não devem possuir prazo de vigência superior a 2 (dois) anos. **Parágrafo 2º** - A representação da Companhia para a prática dos atos abaixo relacionados deverá ser feita, obrigatoriamente, 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto: (a) a alienação, a compra, a venda, a locação, o arrendamento, a permissão, a cessão da propriedade, do uso ou de qualquer outro benefício, e a criação de quaisquer ônus ou gravames, sobre os bens imóveis, móveis, direitos e instalações da Companhia; (b) a tomada ou a concessão de empréstimos em valor superior a R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a exceção da tomada de empréstimos sob uma linha de crédito previamente concedida à Companhia por instituição financeira; (c) a celebração de contratos de cooperação direta ou indireta a longo prazo com outra sociedade ou a rescisão, de qualquer forma, de um contrato de cooperação; (d) a aquisição, a alienação, o comodato ou a oneração de bens imóveis; (e) a assinatura de contratos de locação de bens imóveis; (f) a celebração de contratos através dos quais a Companhia se comprometa como fiadora, avalista, co-devedora solidária, ou de alguma outro forma preste garantias ou se comprometa a garantir dívidas de um terceiro; (g) a celebração de qualquer contrato tendo como valor total uma importância superior a R$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou com validade superior a 12 (doze) meses; e (h) a emissão e a colocação privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais de qualquer título ou valor mobiliário. **CAPÍTULO VI - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros: Artigo 18** -O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço geral e demais demonstrações financeiras previstas em lei. O balanço será auditado por auditores independentes registrados junto à Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 19** – Do lucro líquido apurado no exercício será deduzida a reserva legal e o remanescente, depois de atendidas todas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. **Artigo 20** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá, ainda, declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Artigo 21** – A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. **CAPÍTULO VII Liquidação: Artigo 22** – A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação fixando os poderes e remuneração. **CAPÍTULO VIII Disposições Finais: Artigo 23** – Todos os valores expressos em reais e indicados no presente Estatuto Social serão corrigidos pela variação positiva do Índice Geral de preços do mercado publicado pela Fundação Getúlio Vargas. **Artigo 24** – Este Estatuto Social é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil e fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para resolver todas e quaisquer questões decorrentes do presente Estatuto Social, sendo elas relativa às relações entre os acionistas ou entre os acionistas e a Companhia. **Artigo 25** – Em tudo o quer for omisso o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como de outras normas legais pertinentes. São Paulo/SP, 25 de março de 2024. **Cristiano Duarte Fraga -** Presidente, **João Alves de Campos -** Secretário

Sindal S.A. - Sociedade Industrial de Artefatos Plásticos

CNPJ- 60.944.147/0001-61

Demonstrações Financeiras - Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, em cumprimento aos preceitos legais estatutários submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023. Ficando esta Diretoria ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos a respeito. São Paulo, 31 de Dezembro de 2023.

Balanço Patrimonial

Ativo	31.12.2023	31.12.2022	Passivo	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	**3.786.198,35**	**4.131.210,09**	**Circulante**	**15.997.276,43**	**13.514.558,47**
Disponível	**3.116.163,21**	**3.067.345,64**	**Exigível**	**15.997.276,43**	**13.514.558,47**
Caixa e Banco	26.465,51	27.265,96	Fornecedores	51.680,85	8.649,43
Contas a Receber	3.089.697,70	3.040.079,68	Obrigações		
Realizável C.P.	**670.035,14**	**1.063.864,45**	Tributárias	13.046.419,81	12.253.323,13
Estoque	666.082,34	1.059.658,59	Salários Obr. Sociais	1.238.882,12	1.245.701,93
Prem. Seguro Apropr.	3.952,80	4.205,86	Contas Pagar Diversas	1.660.293,65	6.883,98
Não Circulante	**615.441,77**	**601.805,11**	**Não Circulante**	**642.717,89**	**677.328,89**
Realizavel L.P.	**600.398,96**	**594.456,41**	Parcelamento		
Créditos a Receber			Tributário	86.670,18	121.281,18
Depósitos Judiciais	209.237,02	203.294,47	Empr. Acionistas	556.047,71	556.047,71
Empréstimos Aci. H.W	391.161,94	391.161,94	**Patrimônio Líquido**	**(12.238.354,20)**	**(9.458.872,16)**
Imobilizado	**15.042,81**	**7.348,70**	Capital Realizado	632.000,00	632.000,00
Imobilizado Produção	860.831,50	860.831,50	Lucro/Prej.		
Imobilizado Adminstrat.	246.256,75	234.256,31	Acumulado	(10.090.872,16)	(10.228.766,65)
(–)Depreciações	1.092.045,44	1.087.739,11	Resultado do Exercício	(2.779.482,04)	137.894,49
Total do Ativo	**4.401.640,12**	**4.733.015,20**	**Total do Passivo**	**4.401.640,12**	**4.733.015,20**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas Capital	Ajustes Ex. anter.	Luc/Prej. Ex. anter	Lucros Exercício	Patrimônio Líquido
Saldo em 31.12.2022	632.000,00	–	–	(10.418.278,55)	327.406,39	(9.458.872,16)
Lucros/Prejuízos	–	–	–	–	(2.779.482,04)	–
Ajustes Ex. Anteriores	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31.12.2023	632.000,00	–	–	(10.418.278,55)	(2.452.075,65)	(12.238.354,20)

Notas Explicativas

1 - Diretrizes Contábeis: **a)** As demonstrações financeiras de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, Lei 6.404/76 e 9.249/95. **b)** O resultado pelo regime de competência do exercício, rendimentos e encargos, incidentes sobre Ativo e Passivo contabilizados aos custos das despesas comerciais e administrativas. **c)** Acertos de exercício anteriores. **2 -** Capital Social - Integralizado e constituído por 632.000 Ações no valor de R$ 1,00 cada uma. **3 -** Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 no valor de R$ 4.401.640,12 - (Quatro Milhões Quatrocentos e Um Mil Seiscentos e Quarenta Reais e Doze Centavos). São Paulo, 31 de Dezembro de 2023.

Diretoria

Maria Lucia Placca - Diretora - Presidente - CPF 034.605.158-48

William Faustino Bernardes - Contador - CRC-1SP268558/0-5 - CPF - 255.552.258-14

Focus Group Contabilidade SS Ltda. - ME

Contas de Resultado

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas Brutas de Venda	**8.045.681,53**	**7.613.202,19**
(–) Impostos sobre Vendas	2.394.761,06	2.470.201,81
Receita Líquida Vendas/Serv.	**5.650.920,47**	**5.143.000,38**
(–) Custo dos Produtos Vendidos	3.328.365,19	3.112.714,43
Lucro Bruto	**2.322.555,28**	**2.030.285,95**
(–) Despesas/Receitas Operacionais	**5.095.521,65**	**1.904.315,74**
Custo C/Mão Obra	2.739.319,77	2.177.027,39
Custos Indiretos de Produção	2.739.319,77	2.177.027,39
Despesas C/Pessoal Administrativo	590.935,81	577.855,58
Despesas Administrativas	2.754.357,08	453.572,48
Desp. Tributárias	43.782,10	43.071,99
Desp. C/Vendas	746.345,34	724.483,16
Financeiras	960.101,32	105.332,53
Outras Receitas	**9.120,26**	**69.388,62**
Receitas Financeiras	9.120,26	69.388,62
Resultado Operacional	**5.086.401,39**	**1.834.927,12**
Despesas não Operacional	**15.635,93**	**24.644,05**
Despesas Dedutíveis	15.635,93	24.644,05
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**(2.779.482,04)**	**170.714,78**
Deduções do Resultado	**–**	**32.820,29**
IRPJ - Imposto de Renda P. Jurídica	–	20.512,68
CSLL - Contribuição Social L. Líquido	–	12.307,61
Resultado Líquido	**(2.779.482,04)**	**137.894,49**

Hydro Extrusion Brasil S.A.

CNPJ nº 50.155.134/0001-50

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R$)

Balanços patrimoniais	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante	**340.945**	**300.352**
Caixa e equivalentes de caixa	69.409	57.733
Contas a receber de clientes	53.365	48.804
Contas a receber partes relacionadas	10.054	11.117
Estoques	123.057	142.527
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	13.262	3.359
Impostos a recuperar	69.469	34.896
Outros créditos	2.329	1.917
Não circulante	**214.469**	**239.305**
Impostos a recuperar	39.219	70.450
Contas a receber de clientes	1.566	1.566
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.311	2.635
Depósitos judiciais	5.415	5.379
Investimento	3.709	2.809
Imobilizado	141.894	153.064
Intangível	5.395	2.635
Direito de uso	–	767
Arrendamento	6.322	–
Outros ativos	638	–
Total do ativo	**555.414**	**539.657**

Balanços patrimoniais	31/12/2023	31/12/2022
Passivo/Circulante	**227.343**	**245.191**
Fornecedores	49.457	42.423
Fornecedores - cessão de crédito	11.553	10.392
Fornecedores - partes relacionadas	103.736	119.958
Passivo de arrendamento	2.189	2.513
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	21.058	20.962
Impostos a recolher	22.762	18.099
Adiantamento de clientes	4.483	3.366
Outras contas a pagar	5.843	7.515
Empréstimos e financiamentos	3.380	7.247
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	2.881	12.715
Não circulante	**78.779**	**79.640**
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	67.000	67.000
Passivo de arrendamento	4.556	5.102
Provisão para perdas com processos judicias	5.442	7.538
Outras Obrigações	1.781	–
Total do passivo	**306.122**	**324.832**
Patrimônio líquido	**249.291**	**214.827**
Capital social	375.504	375.504
Ajuste de avaliação patrimonial	–	206
Resultados acumulados	(126.212)	(160.883)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**555.414**	**539.657**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1°/01/2022	**335.504**	**206**	**(145.465)**	**190.245**
Aumento de Capital	40.000	–	–	**40.000**
Resultado líquido do exercício	–	–	(15.419)	**(15.419)**
Saldos em 31/12/2022	**375.504**	**206**	**(160.884)**	**214.827**
Ajuste CTA	–	(206)	–	**(206)**
Resultado líquido do exercício	–	–	34.671	**34.671**
Saldos em 31/12/2023	**375.504**	**–**	**(126.213)**	**249.291**

Demonstrações do resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Receita sobre vendas	947.063	960.328
Custo das vendas e dos serviços prestados	(849.516)	(927.570)
Lucro bruto	**97.547**	**32.759**
Despesas gerais e administrativas	(57.293)	(51.044)
Despesas com vendas	(39.188)	(35.101)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(450)	167
Equivalência Patrimonial	1.105	(0)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais líquidas	4.614	36.438
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	**6.335**	**(16.781)**
Receitas financeiras	49.439	28.292
Despesas financeiras	(28.390)	(37.187)
Resultado financeiro líquido	**21.049**	**(8.895)**
Resultado antes do IR e da CS	**27.384**	**(25.675)**
Imposto de renda e contribuição social	(390)	(629)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7.676	(13.740)
Resultado do exercício	**34.671**	**(40.046)**

Demonstrações do resultado abrangente

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**34.671**	**(40.046)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**34.671**	**(40.046)**

A Diretoria

Contador

José Fabio Bezerra Cabral - CRC 1SP304669/O-7

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos	**27.384**	**(40.046)**
Ajustes por: Depreciação e amortização	22.115	21.391
Custo residual dos ativos imobilizados baixados	1.850	–
Adições e reversões das provisões, líquidas	–	(6.497)
Variações sobre empréstimos com terceiros	–	7.247
Resultado de equivalência patrimonial	(1.105)	–
Provisão (reversão) para processos judiciais	2.068	–
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	449	–
Provisão (reversão) de estoques	2.048	–
Provisão de juros a pagar sobre empréstimos com terceiros	231	–
Reclassificação diferenças temporárias	–	27.073
Provisão de juros a pagar sobre empréstimos com partes relacionadas	10.019	9.885
	65.059	**19.054**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(5.010)	(3.985)
Contas a receber partes relacionadas	1.062	143.516
Estoques	17.422	(101.251)
Impostos a recuperar	(9.665)	(55.224)
Depósitos judiciais	(36)	3.299
Outros créditos	704	1.643
Fornecedores	6.467	11.203
Fornecedores - cessão de crédito	1.161	–
Fornecedores - partes relacionadas	(16.221)	39.012
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	4	1.106
Impostos a recolher	4.663	(9.507)
Outras obrigações	(977)	10.811
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**64.633**	**59.677**
Juros pagos sobre empréstimos com instituições financeiras	(231)	–
Juros pagos sobre empréstimos com partes relacionadas	(9.847)	(9.615)
Pagamento de antecipação de IR e CS	(3.971)	–
Caixa líquido proveniente (consumido) das atividades operacionais	**50.584**	**50.061**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(18.670)	(55.516)
Aquisição de ativo intangível	(3.077)	(121)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(21.748)**	**(55.637)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos, financiamentos	50.830	251.329
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(54.697)	(257.643)
Captação empréstimo com parte relacionada	96.994	55.000
Pagamento de empréstimo com parte relacionada	(107.000)	(55.000)
Pagamento de arrendamento	(3.287)	–
Integralização de capital	–	40.000
Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento	**(17.160)**	**33.686**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**11.675**	**28.110**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	57.733	29.623
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	69.409	57.733
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(11.676)**	**(28.110)**

Wilkes Participações S.A.

CNPJ nº 04.745.350/0001-38

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: 31 de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **Wilkes Participações S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, nº 3.172, 3º andar, Sala Wilkes, Jardim Paulista, CEP 01402-000 ("**Companhia**"). **2. Convocação e Presença:** Em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), é dispensada a publicação de edital de convocação em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Juan Javier Bordaberry Herran; Secretário: Sr. Carlos Eduardo Prado. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** o *"Instrumento Particular de Protocolo de Incorporação e Justificação da **Helicco Participações Ltda.** pela **Wilkes Participações S.A.**"*, celebrado em 31 de março de 2024 entre a administração da Companhia e a administração da **Helicco Participações Ltda.; (ii)** ratificar a nomeação dos peritos avaliadores, Sr. **Claudio Bueno da Silva**, Sra. **Katia Cristina Constantina Gonçalves** e Sra. **Monica Ferreira**, para a avaliação do patrimônio líquido da **Helicco Participações Ltda.**, e deliberar a respeito do respectivo laudo de avaliação; e **(iii)** Se aprovadas as deliberações constantes dos itens "i" e "ii" acima, deliberar acerca da incorporação da **Helicco Participações Ltda.** pela Companhia e do respectivo aumento do capital social da Companhia, com a consequente alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Após a discussão das matérias, as acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem restrições, deliberaram o quanto segue: **(i)** Foi **aprovado** o *"Instrumento Particular de Protocolo de Incorporação e Justificação da **Helicco Participações Ltda.** pela **Wilkes Participações S.A.**"*, celebrado em 31 de março de 2024 entre a administração da Companhia e a administração da **Helicco Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, conjunto 21-C, sala 17, Centro, CEP 01009-907, inscrita no CNPJ sob nº 12.972.326/0001-60, com seus atos constitutivos e alterações posteriores devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**"), fazendo parte integrante da presente como **Anexo I**; **(ii)** Foi **ratificada** a nomeação dos peritos avaliadores, **(a)** Sr. **Claudio Bueno da Silva**, brasileiro, casado, contador, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 1SP221.662/O-7, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.941.583-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 029.296.288-63; **(b)** Sra. **Katia Cristina Constantina Gonçalves**, brasileira, solteira, contadora, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, sob nº 1SP283321/O-9, portadora da Cédula de Identidade RG nº 24.742.636-2, inscrita no CPF nº 196.167.318-58; e **(c)** Sra. **Monica Ferreira**, brasileira, solteira, contadora, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 1SP232.678/O-5, portadora da Cédula de Identidade RG nº 21.758.365-9, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 140.913.988-39, todos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 293, 21º andar, Centro, CEP 01.009-907, presentes neste ato, para avaliação do patrimônio líquido da **Helicco Participações Ltda.**, acima qualificada, e elaboração do competente laudo de avaliação, o qual, tendo sido por eles entregue, foi aprovado sem quaisquer reservas, ressalvas ou restrições, sendo o referido laudo de avaliação parte integrante do presente instrumento como **Anexo II**; **(iii)** Foi **aprovada** a incorporação da **Helicco Participações Ltda.**, acima qualificada, pela Companhia, nos termos do "*Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da **Helicco Participações Ltda.** pela **Wilkes Participações S.A.***" referido no item (i) acima, com a versão do acervo líquido da sociedade incorporada à Companhia, resultando no aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 34.234.054,96 (trinta e quatro milhões, duzentos e trinta e quatro mil, cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos), mediante a emissão de 135.864.333 (cento e trinta e cinco milhões, oitocentas e sessenta e quatro mil, trezentas e trinta e três) novas ações ordinárias e sem valor nominal, sob a forma escritural, ao preço de emissão unitário de R$ 0,25 (vinte e cinco centavos de real), calculado nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso II, da Lei das S.A., as quais são totalmente subscritas e integralizadas pela **Ségisor**, sociedade regularmente constituída e validamente existente de acordo com as leis da França, com sede em 1, Cours Antoine Guichard, 42008, Saint-Etienne, França, inscrita no CNPJ sob o nº 05.710.423/0001-19, em substituição aos seus direitos de sócia da sociedade incorporada, que são extintos, conforme Boletim de Subscrição que faz parte integrante da presente ata como **Anexo III**. Dessa forma, o capital social da Companhia passa a ser de R$ 65.610.929,97 (sessenta e cinco milhões, seiscentos e dez mil, novecentos e vinte e nove reais e noventa e sete centavos), dividido em 359.562.901 (trezentas e cinquenta e nove milhões, quinhentas e sessenta e duas mil, novecentas e uma) ações ordinárias e sem valor nominal, sob a forma escritural. Tendo em vista o disposto acima, o Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia é neste ato alterado, passando a vigorar com a seguinte e nova redação: "***Artigo 4º -** O capital social da Companhia é de R$ 65.610.929,97 (sessenta e cinco milhões, seiscentos e dez mil, novecentos e vinte e nove reais e noventa e sete centavos), dividido em 359.562.901 (trezentas e cinquenta e nove milhões, quinhentas e sessenta e duas mil, novecentas e uma) ações ordinárias e sem valor nominal. Todas as ações do capital social da Companhia terão a forma escritural e serão mantidas em conta depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada a operar como agente custodiante, sem a emissão de certificados. **Parágrafo Primeiro** - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia. **Parágrafo Segundo** - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto na Assembleia Geral.*" Em razão das deliberações acima, ficam os administradores da Companhia autorizados a praticar todos os atos necessários para a efetivação da incorporação ora aprovada. **(iv)** Tendo em vista as deliberações aprovadas acima, foi **aprovada** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passou a vigorar com a redação constante do **Anexo IV** da presente Ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, dos quais se lavrou esta Ata no Livro de Registros de Atas das Assembleias Gerais, em forma de sumário, nos termos do art. 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações que, lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas:** Mesa (Presidente, Sr. Juan Javier Bordaberry Herran; Secretário, Sr. Carlos Eduardo Prado) e acionistas da Companhia presentes (**Ségisor**, por Carlos Eduardo Prado; e **Casino Guichard Perrachon S.A.**, por Juan Javier Bordaberry Herran). Certifico que esta Ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. **Carlos Eduardo Prado -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 143.508/24-6 em 12/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo IV** - Ata da Assembleia Geral Extraordinária da **Wilkes Participações S.A.** realizada em 31 de março de 2024. **Estatuto Social da Wilkes Participações S.A. -** CNPJ Nº 04.745.350/0001-38. **Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Prazo: Artigo 1º -** A **Wilkes Participações S.A.** (a "**Companhia**") é uma sociedade por ações fechada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 3.172, 3º andar, Sala Wilkes, Jardim Paulista, CEP 01402-000, regida pelo disposto neste Estatuto Social e na Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Artigo 2º -** A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como a administração de bens próprios. **Artigo 3º -** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações: Artigo 4º -** O capital social da Companhia é de R$ 65.610.929,97 (sessenta e cinco milhões, seiscentos e dez mil, novecentos e vinte e nove reais e noventa e sete centavos), dividido em 359.562.901 (trezentas e cinquenta e nove milhões, quinhentas e sessenta e duas mil, novecentas e uma) ações ordinárias e sem valor nominal. Todas as ações do capital social da Companhia terão a forma escritural e serão mantidas em conta depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada a operar como agente custodiante, sem a emissão de certificados. **Parágrafo Primeiro -** As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia. **Parágrafo Segundo -** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto na Assembleia Geral. **Capítulo III - Da Administração: Artigo 5º -** A Companhia será administrada pela Diretoria. **Parágrafo Primeiro -** Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas da Diretoria, devendo permanecer em seus cargos na hipótese de sua reeleição ou, ainda, até a eleição e investidura de seus sucessores. **Parágrafo Segundo -** Os Diretores ficam dispensados de prestar caução como garantia para o desempenho de suas funções. **Seção I - Diretoria Executiva: Artigo 6º -** A Companhia terá pelo menos 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) Diretores, nomeados pela Assembleia Geral para um mandato de três (3) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único -** No caso de vacância de qualquer cargo de Diretor da Companhia, a Assembleia Geral elegerá um substituto, que deverá completar o mandato do Diretor substituído, de acordo com o disposto neste Estatuto Social. **Artigo 7º -** Compete à Diretoria: (a) Dirigir os negócios sociais e fazer cumprir este Estatuto Social; (b) Cumprir com os deveres e responsabilidades que a Assembleia Geral confiar a este órgão; (c) Assegurar que o objeto social da Companhia esteja sendo cumprido; e (d) Representar a Companhia, como autora ou ré, em juízo ou fora dele, e em relação a terceiros, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Parágrafo Primeiro abaixo, praticando todos os atos e/ou assinando todos os documentos necessários para a Companhia, desde que tais atos e/ou documentos sejam executados e/ou assinados em conformidade com este Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro -** A Companhia deverá ser representada pela assinatura de: (a) 2 (dois) Diretores em conjunto; ou (b) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador especialmente nomeado, devidamente constituído na forma do Parágrafo Segundo deste Artigo 7º, agindo dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração; ou (c) 2 (dois) procuradores em conjunto, especialmente nomeados, devidamente constituídos na forma do Parágrafo Segundo deste artigo 7º, agindo dentro dos limites estabelecidos nas respectivas procurações; ou (d) 1 (um) procurador isoladamente, especialmente nomeado, devidamente constituído na forma do Parágrafo Segundo deste Artigo 7º, agindo dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração. **Parágrafo Segundo -** As procurações outorgadas em nome da Companhia serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, devendo expressamente identificar os poderes outorgados aos procuradores e, com exceção daquelas outorgadas *ad judicia*, deverão ter o prazo de validade máximo de 1 (um) ano. **Capítulo IV - Da Assembleia Geral: Artigo 8º -** A Assembleia Geral deve realizar-se, ordinariamente, durante os 4 (quatro) meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que necessário, de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e com os interesses da Companhia, mediante anúncio de convocação entregue por qualquer Diretor, por iniciativa própria, ou mediante pedido, por escrito, de qualquer acionista. Caso os Diretores deixem de convocar uma Assembleia Geral solicitada por qualquer acionista no prazo de 7 (sete) dias corridos, a partir da data de recebimento do pedido, tal acionista poderá convocar diretamente a Assembleia Geral, mediante a entrega de anúncio, por escrito, a todos os acionistas. **Parágrafo Primeiro -** As deliberações em Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes, salvo quando exigido quórum qualificado pela legislação aplicável ou pelas disposições deste Estatuto Social. **Parágrafo Segundo -** Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral na qual comparecer todos os acionistas. **Artigo 9º -** A Assembleia Geral terá competência exclusiva para decidir sobre as seguintes matérias, além daquelas requeridas em lei: (a) Alteração deste Estatuto Social; (b) Eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros da Diretoria da Companhia; (c) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (d) Emissão de ações e/ou títulos e valores mobiliários conversíveis, bem como os termos e condições da subscrição e pagamento de tais ações e/ou títulos e valores mobiliários conversíveis e aprovação de quaisquer avaliações relativas à contribuição de bens ao capital em bens ou direitos; (e) Aprovação de qualquer proposta de incorporação (incluindo incorporação de ações), cisão total ou parcial, desdobramento, fusão, alteração no tipo societário ou qualquer outra forma de reestruturação da Companhia; (f) Aprovação de liquidação ou dissolução da Companhia, eleição ou substituição de seus liquidantes e aprovação das contas dos liquidantes, bem como qualquer pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência. (g) Nomear ou destituir os auditores independentes da Companhia, conforme aplicável; (h) Aprovar a participação da Companhia em atividade diversa do seu objeto social; e (i) Aprovar a aquisição, alienação e a criação de ônus sobre quaisquer ativos da Companhia. **Artigo 10 -** Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral pessoalmente ou por meio de procuradores, constituídos na forma prevista na legislação aplicável. **Artigo 11 -** As Assembleias Gerais serão presididas por um acionista ou Diretor indicado pela maioria dos acionistas presentes, que deverá indicar também o secretário da Assembleia, dentre os presentes, após verificar, com base nas assinaturas do Livro de Presença de Acionistas, que foi atingido o quórum mínimo necessário para a instalação da Assembleia. **Capítulo V - Do Exercício Social e das Demonstrações Financeiras: Artigo 12 -** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, ocasião que serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas pela legislação aplicável, as quais deverão ser auditadas anualmente por empresa de auditoria independente de primeira linha reconhecida internacionalmente. **Artigo 13 -** A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos inferiores para a distribuição de dividendos em dinheiro ou em outras formas permitidas pela legislação aplicável. **Artigo 14 -** Após a elaboração das demonstrações financeiras anuais, o lucro líquido em cada exercício, deduzidas as provisões legais e tendo sido determinado o montante a ser destinado ao orçamento anual, deverá ser inteiramente distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório. **Parágrafo Primeiro -** Mediante autorização da Diretoria, a Companhia poderá distribuir dividendos intermediários sujeitos à ratificação pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo -** A Companhia poderá, no curso do exercício social, em qualquer período, e em sede de Assembleia Geral Ordinária, pagar ou creditar juros a título de remuneração sobre o capital próprio, observada a legislação aplicável. **Capítulo VI - Da Liquidação: Artigo 15 -** No caso de liquidação da Companhia, os procedimentos legais deverão ser adotados pela Assembleia Geral e 2 (dois) liquidantes deverão ser nomeados para operar a Companhia durante o período de liquidação. **Capítulo VII - Acordo de Acionistas: Artigo 16 -** Os acordos entre os acionistas no tocante à compra e venda de ações, direito de preferência ou quaisquer direitos similares relativos ao exercício de seus respectivos direitos de voto deverão ser sempre observados pela Companhia, desde que arquivados na sede da Companhia. Uma vez arquivados na Companhia, tais acordos de acionistas serão oponíveis contra terceiros. Em caso de conflito ou desconformidade entre os termos constantes deste Estatuto Social e àqueles constantes dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, os termos constantes dos acordos de acionistas deverão prevalecer entre os acionistas, que deverão tomar as medidas necessárias para sanar tal conflito ou desconformidade. Certifico que a versão consolidada deste Estatuto Social é parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da **Wilkes Participações S.A.**, realizada em 31 de março de 2024, como seu **Anexo IV. Carlos Eduardo Prado -** Secretário da Mesa.

Seripieri Participações S.A.

CNPJ/MF nº 08.773.147/000126 - NIRE 35300338987

Definições Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Relatórios de Administração (Referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2023 e 31/12/2022). Senhores Acionistas, a administração da Seripieri SP Participações S.A. ("Companhia") apresenta o Relatório da Administração, que acompanha as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2023, elaboradas em conformidade com a legislação societária, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes. **Mensagem aos acionistas:** A Companhia prosseguiu no desenvolvimento de seu objeto social, mediante o desenvolvimento de projetos imobiliários no Estado de São Paulo. **Desempenho:** A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2023. As demonstrações financeiras completas encontram-se na sede da Companhia.

A Administração

Balanços patrimoniais	2023	2022
Ativo Circulante	**–**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa	–	–
Não Circulante	**7.611**	**7.921**
Realizável a longo prazo		
Imobilizado	7.611	7.921
Total do ativo	**7.611**	**7.921**

Balanços patrimoniais	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar	–	–
Não circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar	–	1.393
Patrimônio líquido	**7.611**	**6.528**
Capital social	14.758	12.977
Capital social a integralizar	(370)	–
Prejuízos acumulados	(6.777)	(6.449)
Total do passivo e patrimônio líquido	**7.611**	**7.921**

Demonstrações do resultado abrangente	2023	2022
Prejuízo do exercício	(328)	(324)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(328)**	**(324)**
Total do resultado abrangente atribuído a:		
Acionistas da Companhia	(328)	(324)
Não controladores	–	–
	(328)	**(324)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**12.977**	**–**	**–**	**(6.125)**	**6.852**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(324)	**(324)**
Saldos em 31/12/2022	**12.977**	**–**	**–**	**(6.449)**	**6.528**
Aumento de capital	1.781	(370)	–	–	**1.411**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(328)	**(328)**
Saldos em 31/12/2023	**14.758**	**(370)**	**–**	**(6.777)**	**7.611**

Demonstrações do resultado	2023	2022
(Despesas)/receitas operacionais		
Despesas administrativas	(328)	(324)
Despesas com pessoal		
Outras receitas/(despesas) operacionais		
Despesas c/ indenização		
Resultado antes do resultado financeiro	**(328)**	**(324)**
Receitas financeiras		
Despesas financeiras		
Resultado financeiro líquido	**–**	**–**
Prejuízo antes do IR e CS	**(328)**	**(324)**
IR e CS correntes		
IR e CS diferidos		
Prejuízo do exercício	**(328)**	**(324)**

A Diretoria

Contadora - **Magda Zanata**

CRC: 1SP185587/O-8 - CPF: 105.152.448-21

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa	2023	2022
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Prejuízo do exercício	(328)	(324)
	(328)	**(324)**
Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades operacionais	**(328)**	**(324)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Caixa líquido das atividades de investimentos	**–**	**–**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**–**	**–**
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	–	–
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(328)**	**(324)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**–**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

Agrovera Agro Industrial Vera Cruz S.A.

CNPJ/MF nº 04.986.188/0001-40

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: De conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação do Resultado do Exercício e demais contas e documentos correspondentes ao exercício de 2023. Esta Diretoria permanece ao inteiro dispor para esclarecimentos. São Paulo, 31/01/2024 **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2023

	2023	2022
Ativo		
Circulante		
Banco Conta Movimento	–	–
Títulos Valores Merc. Aberto	218.872,87	198.049,75
Adiantamento Desp. Futuras	–	–
Outras Contas a Receber	6.976,10	5.040,56
Total	**225.848,97**	**203.090,31**
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Outros Créditos	–	–
Imobilizado	127.900,00	127.900,00
(–) Depreciações	(127.900,00)	(123.389,44)
Sub Total	**–**	***4.510,56***
Total Ativo Não Circulante	**–**	**4.510,56**
Total do Ativo	**225.848,97**	**207.600,87**

	2023	2022
Passivo		
Circulante		
Obrigações Tributárias	521,23	536,27
Credores Diversos	939.436,88	897.471,31
Receita a Apropriar	–	–
Total	**939.958,11**	**898.007,58**
Não Circulante		
Empréstimo Coligada	–	–
Parcelamentos a Pagar	–	–
Total	–	–
Patrimônio Líquido		
Capital Autorizado	1.869.452,00	1.869.452,00
Reserva de Capital	1.006.355,04	1.006.355,04
Prejuízo Acum. Exerc. Anter.	(3.588.063,26)	(3.556.317,83)
Prejuízo Exerc. Corrente	(23.702,43)	(31.745,43)
Ajuste Exerc. Anterior	21.849,51	21.849,51
Total	**(714.109,14)**	**(690.406,71)**
Total do Passivo	**225.848,97**	**207.600,87**

Demonstrações das Mutações Patrimoniais

	Capital Realizado	Reserva de Capital	Prejuízo Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo em 01.01.2022	1.869.452,00	1.006.355,04	(3.588.063,26)	(690.406,71)
Reserva Especial Lucro	–	–	–	#N/D
Ajuste Exerc. Anterior	–	–	–	#N/D
Prejuízo do Exercício	–	–	(23.702,43)	#N/D
Total 31.12.2022	**1.869.452,00**	**1.006.355,04**	**(3.611.765,69)**	**#N/D**

São Paulo, 31 de dezembro de 2023

Valquíria Josália Contiero
Liquidante - CPF 052.783.048-80

Valquíria Josália Contiero
CRC 1SP148248/O-2 - CPF 052.783.048-80

Demonstração do Resultado do Exercício

	2023	2022
Receita Operac. Líquida	**–**	**–**
(–) Deduções Receita	–	–
(=) Receita Oper. Líquida	**–**	**–**
(–) Custo Produto Vendido	–	–
(=) Result. Operac. Bruto	**–**	**–**
(–) Despesas Operacionais	(40.691,29)	(41.030,09)
(–) Outras Desp. Operac.	(1.749,00)	(5.295,94)
(+) Outras Receitas Operac.	24.655,09	20.076,49
(=) Result. Operac. Líquido	**(17.785,20)**	**(26.249,54)**
(–) Desp. Não Operac.	–	–
(+) Receitas Não Operac.	–	–
(=) Result. Antes C.S.L.L.	**(17.785,20)**	**(26.249,54)**
(–) CSLL	(2.218,96)	(3.434,91)
(=) Result. Antes I.R.P.J.	**(20.004,16)**	**(29.684,45)**
(–) IRPJ	(3.698,27)	(2.060,98)
(=) Prejuízo Exercício	**(23.702,43)**	**(31.745,43)**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Atividades Operacionais	**2023**	**2022**
Resultado Líq. do Exercício.	(23.702,43)	(31.745,43)
Ajuste por:		
Depreciação	4.510,56	5.122,08
Redução Result. Acumulado	–	(46.246,65)
(Aumento)/Redução Contas Ativo		
Outras Contas a Receber	(1.935,54)	(2.108,48)
Adiantamento Desp. Futuras	–	2.588,00
Aumento/(Redução) Contas Passivo		
Obrigações Tributárias	(15,04)	10,58
Títulos a Pagar	41.965,57	89.800,80
(=) Cx. Líq. Ativ. Operac.	**20.823,12**	**17.420,90**
Atividades de Financiamento		
(+) Empréstimo Tomado	–	–
(=) Cx. Líq. Ativ. Financ.	**–**	**–**
(=) Aum./Redução Cx. Líquido	**–**	**–**
Caixa e Equivalente - Inicio Ano	198.049,75	180.628,85
Caixa e Equivalente - Final Ano	218.872,87	198.049,75
Aumento/Redução Líq. Caixa	**20.823,12**	**17.420,90**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos acionistas e Administradores da **Agrovera Agro Industrial Vera Cruz S/A - Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Agrovera Agro Industrial Vera Cruz S/A,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis . Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Agrovera Agro Industrial Vera Cruz S/A** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo cm os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a **Agrovera** encontra-se em processo de liquidação, aguardando o desfecho do processo cível ajuizado pelo **Incra** contra a **Agrovera** para que haja a realização da dissolução da Companhia mediante deliberação dos acionistas. As demonstrações contábeis referidas foram elaboradas com base em conceitos e práticas contábeis aplicáveis a entidades em situação de descontinuidade, contemplando, portanto, os ajustes às contas de passivo quanto aos valores que poderão ser necessários para saldar as obrigações, bem como desembolsos futuros ou surgimento de exigibilidades, no processo de liquidação. Chamamos a atenção também para a situação cadastral da empresa mediante a Receita Federal do Brasil, que se encontra como suspensa, pela inexistência de fato, a administração junto ao departamento jurídico está tomando as devidas providências. **Outro Assunto:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, cujo Relatório de Auditores Independentes foi emitido em 31 de março de 2023 sem ressalva. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração da **Agrovera Agro Industrial Vera Cruz S/A** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contáveis, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contáveis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Piracicaba-SP, 30 de março de 2024
Moda Auditores Independentes S/S
CRC nº 2SP021705/O-8
CVM nº 8990
Luis Antonio Moda
Contador CRC n° 1SP143555/O-0

SILTOTAL HOLDING S.A.

CNPJ 26.664.058/0001-23

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022, bem como as Demonstrações de Resultado, Demonstrações de Resultado Abrangentes, das Mutações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa. Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário. SP, 19/04/2024. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	–	1	18.652	15.662
Contas a receber de clientes	–	–	473.528	464.037
Estoques	–	–	362.023	323.393
Impostos a recuperar	–	–	30.646	50.395
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	829
Despesas antecipadas	3.238	3.130	35.630	61.582
Outros ativos	–	–	7.792	7.035
Total do ativo circulante	**3.238**	**3.131**	**928.271**	**922.933**
Não circulante				
Realizavel a longo prazo				
Impostos a recuperar	–	–	53.864	55.281
Despesas antecipadas	–	–	15.251	938
Depósitos judiciais	–	–	11.430	7.226
Aplicação financeira	–	–	19.186	17.393
Impostos diferido	–	–	17.510	15.325
	–	**–**	**117.241**	**96.163**
Investimentos	1.563.391	1.429.429	–	–
Imobilizado	–	–	148.071	143.142
Ativos de direito de uso	–	–	43.643	8.694
Intangível	–	–	859.388	857.450
Total do ativo não circulante	**1.563.391**	**1.429.429**	**1.168.343**	**1.105.449**
Total do ativo	**1.566.629**	**1.432.560**	**2.096.614**	**2.028.382**
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	–	–	243.756	245.533
Obrigações sociais	–	–	40.040	45.428
Impostos, taxas e contribuições	–	–	8.493	7.097
Empréstimos e financiamentos	–	–	137.643	137.157
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	1.240
Passivos de arrendamento	–	–	13.452	8.342
Outros passivos	–	–	15.257	22.796
Total do passivo circulante	**–**	**–**	**458.641**	**467.593**
Não circulante				
Débito com partes relacionadas	9.697	3.223	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	20.044	105.169
Empréstimo com partes relacionadas	–	105.929	–	105.929
Passivos de arrendamento	–	–	37.343	1.762
Outros passivos	–	–	400	400
Instrumento financeiro – opção de compra futura de participação de não controladores	712.171	621.780	712.171	621.780
Impostos, taxas e contribuições	–	–	7.392	8.490
Dividendos e JCP a pagar	22.845	7.614	22.845	7.614
Provisão para riscos	–	–	15.862	15.631
Total do passivo não circulante	**744.713**	**738.546**	**816.057**	**866.775**
Total do passivo	**744.713**	**738.546**	**1.274.698**	**1.334.368**
Patrimônio líquido				
Capital social subscrito	450.973	392.200	450.973	392.200
Reserva de capital	28.927	(16.301)	28.927	(16.301)
Reservas de lucros	342.016	318.115	342.016	318.115
Total patrimônio líquido	**821.916**	**694.014**	**821.916**	**694.014**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.566.629**	**1.432.560**	**2.096.614**	**2.028.382**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31/12 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita líquida	–	–	2.087.186	2.062.592
Custo dos produtos vendidos	–	–	(1.201.358)	(1.156.133)
Lucro bruto	–	–	885.828	906.459
Receitas (despesas)				
Despesas com vendas	–	–	(550.552)	(536.655)
Despesas gerais e administrativas	–	–	(71.872)	(92.002)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	–	2.168	(8.217)
Resultado de equivalência patrimonial	175.244	185.740	–	–
	175.244	185.740	(620.256)	(636.874)
Lucro antes do resultado Financeiro	175.244	185.740	265.572	269.585
Resultado financeiro	(111.112)	(184.937)	(192.657)	(260.341)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	64.132	803	72.915	9.244
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	–	–	(10.032)	(24.627)
Diferidos	–	–	1.249	16.186
	–	–	(8.783)	(8.441)
Lucro líquido do exercício	**64.132**	**803**	**64.132**	**803**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro Líquido do Exercício	64.132	803	64.132	803
Resultado Abrangente Total do Exercício	**64.132**	**803**	**64.132**	**803**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO EM 31/12 (Em milhares de reais)

			Reserva de lucros			
	Capital social	**Reserva de capital**	**Reserva legal**	**Reserva para Expansão**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 31/12/2021	**392.200**	**(16.301)**	**19.996**	**297.330**	**–**	**693.225**
Lucro líquido do período:	–	–	–	–	803	803
Destinação do lucro líquido do exercício:						
(-) Constituição de reserva de lucros	–	–	41	748	(789)	–
(-) Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(14)	(14)
Saldos em 31/12/2022	**392.200**	**(16.301)**	**20.037**	**298.078**	**–**	**694.014**
Aumento de capital social	58.773	45.228	–	–	–	104.001
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	64.132	64.132
Destinação do lucro líquido do exercício:						
(-) Constituição de reserva de lucros	–	–	3.208	45.693	(48.901)	–
(-) Dividendos distribuídos	–	–	–	(25.000)	(15.231)	(40.231)
Saldos em 31/12/2023	**450.973**	**28.927**	**23.245**	**318.771**	**–**	**821.916**

Diretor Presidente - Fernando Gabriel Itzaina Sanchez
Diretor VP Administrativo Financeiro - Fábio Alejandro Baimeluj
Contador - Renato de Oliveira Caetano CRC-RJ 092331/O-7

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31/12 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	64.132	803	72.915	9.244
Ajustes em:				
Depreciação e amortização	–	–	26.713	29.183
Depreciação arrendamento	–	–	10.464	9.502
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(90)	2.432
Custo residual de ativo imobilizado e intangível baixado	–	–	1.350	6.204
Custo residual arrendamento	–	–	1.281	–
Provisão para perda e obsolescência dos estoques	–	–	11.931	(4.515)
Provisão para riscos	–	–	231	4.636
Resultado de equivalência patrimonial	(175.244)	(185.740)	–	–
Provisão (reversão) para participação no resultado	–	–	(5.981)	10.883
Despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos	–	609	34.331	37.820
Despesas dividendos a pagar não controladores	16.282	36.702	16.282	36.702
Despesa (receita) financeira – atualização de dívida com opção de compra de ações de participação não controladores	90.391	147.534	90.391	147.534
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	–	–	(9.400)	(77.885)
Estoques	–	–	(50.561)	(19.569)
Impostos a recuperar	–	–	18.981	(11.424)
Despesas antecipadas	(107)	(3.130)	11.639	11.256
Depósitos judiciais	–	–	(4.204)	(1.734)
Outros ativos	–	–	70	5.193
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	–	–	(8.216)	38.468
Obrigações sociais	–	–	593	2.688
Impostos, taxas e contribuições	–	–	2.504	13.251
Passivo de arrendamento	–	–	55.376	11.288
Outras obrigações	4.546	3.223	(50.965)	(8.148)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**–**	**1**	**225.635**	**253.009**
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	–	–	(34.271)	(36.915)
Juros sobre arrendamentos pagos	–	–	(4.220)	(1.921)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(10.990)	(32.544)
Recebimento de dividendos	25.000	–	–	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**25.000**	**1**	**176.154**	**181.629**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Pagamento pela aquisição de imobilizado	–	–	(17.662)	(16.898)
Pagamento pela aquisição de intangível	–	–	(17.266)	(12.520)
Adiantamento – opção de compra futura de participação de não controladores	–	(105.320)	–	(105.320)
Caixa restrito	–	–	(1.792)	523
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**–**	**(105.320)**	**(36.720)**	**(134.215)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	105.320	100.000	153.215
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	–	–	(184.697)	(136.808)
Pagamento de arrendamento	–	–	(10.465)	(9.549)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(25.000)	–	(41.282)	(43.827)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**(25.000)**	**105.320**	**(136.444)**	**(36.969)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**1**	**2.990**	**10.445**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	–	15.662	5.217
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	1	18.652	15.662
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**1**	**2.990**	**10.445**
Transações que não envolvem caixa				
Aquisição de ativos de arrendamento mercantil	–	–	(46.694)	(9.330)

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações financeiras do ano de 2023, auditadas por Auditoria Independente, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

Banco Fator S.A.

CNPJ nº 33.644.196/0001-06 - NIRE 35300156803

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 04.03.2024

Data: 04 de março de 2024, às 09:00 horas. **Local:** Videoconferência. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme assinatura constante na presente ata. Presentes também o Sr. João Antonio Lopes Filho e a Sra. Bianca de Oliveira Reyes Gandra, na qualidade de Diretores. **Mesa:** Presidente: João Antonio Lopes Filho. Secretária: Bianca de Oliveira Reyes Gandra. **Ordem do Dia: 1.** Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2023, a saber: Balanço Patrimonial, e as seguintes demonstrações: Resultado; Resultado Abrangente; Mutações do Patrimônio Líquido; Fluxo de Caixa; Notas Explicativas; e Relatório dos Auditores Independentes; **2.** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; e **3.** Deliberar sobre a remuneração Anual Global dos Diretores para o exercício de 2024. **Considerações Preliminares:** Preliminarmente, os acionistas autorizaram a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º da Lei das S.A. Tendo em vista a presença da única Acionista representando a totalidade do Capital Social votante da Companhia, considerou-se sanada a falta de publicação dos anúncios previstos no Artigo 133 da Lei das S.A., bem como a inobservância dos prazos referidos em tal artigo, nos termos do parágrafo 4º, Artigo 133, da Lei das S.A. Esta Assembleia Geral Ordinária fora realizada por "Videoconferência" com as assinaturas dos participantes através de plataforma "digital" com sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade. **Deliberações:** Após os esclarecimentos de que os documentos mencionados no item "1" da ordem do dia haviam sido publicados, na integra, no jornal "Diário Comercial" em edição de 28 de fevereiro de 2024, nas páginas 43 e 44, e com divulgação simultânea na versão digital do mesmo jornal, cuja verificação poderá ser feita através do Hash de Publicação nº 8D6CC478D0CE6253FB05CC11F968C98636A20CF4A08B3B26519415D6F054603F, os representantes da única acionista, por unanimidade de votos e sem qualquer restrição, deliberaram o seguinte: 1. Aprovar, sem ressalvas, todos os documentos mencionados no item "1" da ordem do dia. 2. O lucro líquido no exercício findo em 31.12.2023, no montante de R$ 2.523.878,93 (dois milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e setenta e oito reais e noventa e três centavos) foi totalmente absorvido pelos Prejuízos Acumulados de exercícios anteriores. 3. Aprovar a remuneração anual global da diretoria de até R$8.000.000,00 (oito milhões de reais), cuja individualização será definida pelo Diretor Presidente, nos ternos do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada. As partes admitem como válida a assinatura do presente instrumento por meio de plataforma com sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade. São Paulo, 04 de março de 2024. **Presença:** Acionista: **Fator Holding Financeira S.A.,** representada por seus diretores Srs. Walter Appel e Nicolás A. Lanas Lagormarsino. **Assinaturas:** Presidente: João Antonio Lopes Filho; Secretária: Bianca de Oliveira Reyes Gandra. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Mesa: **João Antonio Lopes Filho -** Presidente; **Bianca de Oliveira Reyes Gandra -** Secretária. **JUCESP** nº 140.187/24-8 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TBB Gestão de Restaurantes S.A.

CNPJ/MF nº 23.259.011/0001-96 – NIRE 35.300.489.055

Comunicação de Extravio de Livros Societários

Comunicamos para todos os fins de direito, o **extravio** dos seguintes livros societários, registrados perante a JUCESP: i) Registro de Atas das Assembleias Gerais nº 1, Nº Autenticação 303419, Data Autenticação 28/12/2017; ii) Registro de Atas das RDs nº 1, Nº Autenticação 303418, Data Autenticação 28/12/2017; e iii) Registro de Atas das RCAs nº 1, Nº Autenticação 303421, Data Autenticação 28/12/2017. A administração da Companhia irá tomar as providências necessárias para arquivamento de novos livros.

BANCO DIGIMAIS S.A. - CNPJ/ME nº 92.874.270/0001-40 - NIRE nº 35.300.561.619

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE FEVEREIRO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 06 (seis) de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 9h (nove horas), na sede do Banco Digimais S.A., localizada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, nº 250, conjunto 1.102, bairro Vila Olímpia, CEP 04.552-040 ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas, dispensada a convocação prévia e sanada a falta das formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **João Luiz Urbaneja** e secretariados pela Sr.ª **Fernanda de Sousa Grecco Alves**. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a: (i) a eleição de novo Diretor sem designação específica; (ii) a ratificação da composição da Diretoria; e (iii) autorizar a administração da Companhia a tomar todas as providências que se fizerem necessárias à efetivação das matérias aprovadas, nos termos da legislação vigente. **5. DELIBERAÇÕES:** Após o exame, análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: **5.1.** A eleição do Sr. **Marcelo Ferreira Braga Caldeira**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 12539581-4 DETRANRJ, inscrito no CPF/ME sob nº 055.143.567-44, residente e domiciliado na cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Elvira Ferraz, nº 250, 11º andar, conjunto 1.102, Vila Olímpia, CEP 04.552-040, do cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, com mandato até 30 de abril de 2024, sendo a mesma data do término do mandato unificado da atual Diretoria. **5.1.1** O Diretor eleito declara, sob as penas da lei, não estar impedido, por lei especial, e nem condenado ou se encontrar sob efeitos de condenação, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, bem como preencher as condições da Resolução 4.122, de 02 de agosto de 2012, do Banco Central do Brasil, dando-se posse após a homologação do Banco Central do Brasil, mediante assinatura do respectivo termo de posse. **5.1.2** A ratificação da nova composição da Diretoria da Companhia, formada pelos Srs.: (i) **João Luiz Urbaneja**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, gestor de marketing e vendas, portador da Carteira de Identidade RG nº 11.411.789-5 SPP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 012.137.698-25, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Elvira Ferraz, nº 250, 11º andar, conjunto 1.102, Vila Olímpia, CEP 04.552-040, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor Presidente da Companhia; (ii) **Thiago Rodrigues Urbaneja**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, portador da Carteira de Identidade RG nº 60.565.534-0 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 419.327.108-09, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Elvira Ferraz, nº 250, 11º andar, conjunto 1.102, Vila Olímpia, CEP 04.552-040, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica; (iii) **Cristiano Duarte Fraga**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, administrador de empresas,portador da Carteira de Identidade RG nº 50.652.471-15 SSP-RS inscrito no CPF/ME sob nº 735.743.840-68, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Elvira Ferraz, nº 250, 11º andar, conjunto 1.102, Vila Olímpia, CEP 04.552-040, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica; (iv) **Fernanda de Sousa Greeco Alves**, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bens, bacharel em direito especialista em gestão estratégica de pessoas, portadora da Carteira de Identidade 16.775.968-1, inscrita no CPF/ME sob nº 194.661.058-50, residente e domiciliada em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Elvira Ferraz, nº 250, 11º andar, conjunto 1.102, Vila Olímpia, CEP 04.552-040, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretora sem designação específica; (v) **João Alves de Campos**, brasileiro, casado, contador e advogado, portador da cédula de identidade RG nº 17.167.453-4, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 075.807.908-74, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial no Rua Elvira Ferraz, nº 250, 11º andar, conjunto 1.102, Vila Olímpia, CEP 04.552-040, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica; e (vi) **Marcelo Ferreira Braga Caldeira**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 12539581-4 DETRANRJ, inscrito no CPF/ME sob nº 055.143.567-44, residente e domiciliado na cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Elvira Ferraz, nº 250, 11º andar, conjunto 1.102, Vila Olímpia, CEP 04.552-040, como Diretor sem designação específica. Todos os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024. **5.2** Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todas as providências que forem necessárias à efetivação das matérias ora aprovadas. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária e lavrada a presente ata que foi, lida, aprovada e assinada pelos presentes. Mesa: João Luiz Urbaneja - Presidente; Fernanda de Sousa Grecco Alves - Secretária. Acionistas Presentes: Digimais Participações S.A. e João Luiz Urbaneja. São Paulo, 06 de fevereiro de 2024. Mesa: João Luiz Urbaneja - Presidente, Fernanda de Sousa Grecco Alves - Secretária. Digimais Participações S.A. (Acionista) - João Luiz Urbaneja, Thiago Rodrigues Urbaneja. João Luiz Urbaneja - Acionista. JUCESP nº 151.571/24-7 em 12.04.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Outback Steakhouse Restaurantes Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 17.261.661/0001-73 - NIRE 35.300.463.412

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

São convocados os acionistas da **Outback Steakhouse Restaurantes Brasil S.A.** ("**Companhia**"),

R-Crio Criogenia S/A

CNPJ (MF) nº 19.208.189/0001-30

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Balanço Patrimonial	2022	2021
Ativo/Ativo circulante		
Disponível		
Caixa	3.801,82	3.834,96
Bancos conta movimento	109.671,66	87.820,46
Aplicações financeiras	–	–
Contas a receber		
Clientes	703.002,76	685.981,87
Adiantamentos		
Adiantamento a fornecedores	84.914,51	58.370,58
Adiantamento a funcionários	865,42	2.283,25
Estoques		
Estoques	1.257.217,82	647.148,76
Impostos a recuperar a compensar	127.038,76	88.340,27
Outros valores a receber	112.279,00	113.236,12
Despesas pagas antecipadamente	3.392,79	3.446,77
Total do ativo circulante	**2.402.184,54**	**1.690.463,04**
Ativo não circulante		
Empréstimos	**658,73**	**2.105,69**
Juros s/empréstimos BNDES	658,73	2.105,69
Imobilizado	**1.019.521,02**	**1.233.862,69**
Custo dos bens	4.033.348,17	3.971.582,00
(–) Depreciação/amortização acumulada	(3.013.827,15)	(2.737.719,31)
Intangível	**510.655,52**	**531.266,39**
Custo do intangível	696.769,45	675.153,45
(–) Depreciação/amortização acumulada	(186.113,93)	(143.887,06)
Total do ativo não circulante	**1.530.835,27**	**1.767.234,77**
Total do ativo	**3.933.019,81**	**3.457.697,81**

Balanço Patrimonial	2022	2021
Passivo/Passivo circulante		
Fornecedores nacionais	226.637,79	191.336,37
Obrigações trabalhistas	65.634,95	49.821,75
Obrigações tributárias	29.292,26	26.705,47
Adiantamento de clientes	1.839.588,80	1.538.599,42
Receitas diferidas	–	–
Outras contas a pagar	156.727,34	166.746,54
Total do passivo circulante	**2.317.881,14**	**1.973.209,55**
Passivo não circulante		
Empréstimo BNDES - LP	–	10.318,02
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.617.458,50	34.532.458,50
Total do passivo não circulante	**5.617.458,50**	**34.542.776,52**
Patrimônio líquido		
Capital social	44.600.000,00	10.100.000,00
Capital social	51.600.000,00	17.100.000,00
(–) Capital a integralizar	(7.000.000,00)	(7.000.000,00)
Prejuízos acumulados	(48.602.319,83)	(43.158.288,26)
Total do patrimônio líquido	**(4.002.319,83)**	**(33.058.288,26)**
Total do passivo	**3.933.019,81**	**3.457.697,81**

Demonstrativo do Resultado Líquido do Exercício

	2022	2021
Receita bruta de vendas	**2.152.764,16**	**1.730.983,97**
Prestação de serviços	2.152.764,16	1.730.983,97
Ajuste da receita de venda de serviço	–	12.832,53
(–) Deduções da receita bruta	**(258.281,55)**	**(223.844,99)**
(–) Impostos sobre vendas	**(272.898,81)**	**(223.844,99)**
ISS S/vendas	(107.638,17)	(86.549,20)
COFINS S/vendas	(135.788,08)	(112.809,60)
PIS S/vendas	(29.472,56)	(24.486,19)
Ajuste ISS S/vendas	–	–
Ajuste COFINS S/vendas	–	–
Ajuste PIS S/vendas	–	–
(–) Devoluções/abatimentos	**14.617,26**	**–**
Cancelamento de serviços	14.617,26	–
Perda por cancel. contratual	–	–
Cancelamento de serviços Standard	–	–
Receita líquida de vendas	**1.894.482,61**	**1.519.971,51**
Custos dos serviços vendidos	**(101.717,77)**	**(90.270,00)**
Custos dos produtos/serviços vendidos	(101.717,77)	(90.270,00)
Ganhos/perdas inventário	–	–
Resultado bruto operacional	**1.792.764,84**	**1.429.701,51**
Despesas operacionais	**(7.205.884,98)**	**(6.333.254,86)**
Despesas com pessoal	(1.461.803,75)	(1.317.785,88)
Serviços contratados	(5.170.703,65)	(4.354.586,14)
Despesas gerais	(550.771,19)	(652.210,76)
Despesas tributárias	(22.606,39)	(8.672,08)
Resultado líquido operacional	**(5.413.120,14)**	**(4.903.553,35)**
Resultado financeiro	**42.344,46**	**(54.754,68)**
Receitas financeiras	(36.780,45)	44.827,47
Despesas financeiras	79.124,91	(99.582,15)
Outras receitas/despesas	**(73.255,89)**	**(73.255,89)**
Resultado antes da provisão P/IRPJ e CSLL	**(5.444.031,57)**	**(5.031.563,92)**
Provisão P/imposto de renda e contribuição social	–	–
Provisão para imposto de renda	–	–
Provisão para contribuição social	–	–
Resultado líquido do período	**(5.444.031,57)**	**(5.031.563,92)**

Diretoria: José Ricardo M. Ferreira - Administrador - CPF 003.545.747-36

Contador: Marcelo Augusto P. Ferreira - CRC 1SP3276480-5 - CPF 351.887.548-51

R-Crio Criogenia S/A

CNPJ (MF) nº 19.208.189/0001-30

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Balanço Patrimonial	2023	2022
Ativo/Ativo circulante		
Disponível		
Caixa	3.410,44	3.801,82
Bancos conta movimento	180.677,40	109.671,66
Aplicações financeiras	–	–
Contas a receber		
Clientes	750.365,06	703.002,76
Adiantamentos		
Adiantamento a fornecedores	124.005,65	84.914,51
Adiantamento a funcionários	2.273,22	865,42
Estoques		
Estoques	1.570.146,38	1.257.217,82
Impostos a recuperar a compensar	172.022,61	127.038,76
Outros valores a receber	112.279,00	112.279,00
Despesas pagas antecipadamente	237.004,38	3.392,79
Total do ativo circulante	**3.152.184,14**	**2.402.184,54**
Ativo não circulante		
Empréstimos	**–**	**658,73**
Juros S/empréstimos BNDES	–	658,73
Imobilizado	**626.354,96**	**1.019.521,02**
Custo dos bens	4.055.216,37	4.033.348,17
(–) Depreciação/amortização acumulada	(3.428.861,41)	(3.013.827,15)
Intangível	**532.991,62**	**510.655,52**
Custo do intangível	749.824,41	696.769,45
(–) Depreciação/amortização acumulada	(216.832,79)	(186.113,93)
Total do ativo não circulante	**1.159.346,58**	**1.530.835,27**
Total do ativo	**4.311.530,72**	**3.933.019,81**

Balanço Patrimonial	2023	2022
Passivo/Passivo circulante		
Fornecedores nacionais	275.625,42	226.637,79
Obrigações trabalhistas	85.058,35	65.634,95
Obrigações tributárias	39.959,11	29.292,26
Adiantamento de clientes	2.894.679,50	1.839.588,80
Receitas diferidas	–	–
Outras contas a pagar	752.746,16	156.727,34
Total do passivo circulante	**4.048.068,54**	**2.317.881,14**
Passivo não circulante		
Empréstimo BNDES - LP	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.641.458,50	5.617.458,50
Total do passivo não circulante	**12.641.458,50**	**5.617.458,50**
Patrimônio líquido		
Capital social	44.600.000,00	44.600.000,00
Capital social nacional	51.600.000,00	51.600.000,00
(–) Capital a integralizar	(7.000.000,00)	(7.000.000,00)
Prejuízos acumulados	(56.977.996,32)	(48.602.319,83)
Total do patrimônio líquido	**(12.377.996,32)**	**(4.002.319,83)**
Total do passivo	**4.311.530,72**	**3.933.019,81**

Demonstrativo do Resultado Líquido do Exercício

	2023	2022
Receita bruta de vendas	**2.300.887,47**	**2.152.764,16**
Prestação de serviços	2.300.887,47	2.152.764,16
Ajuste da receita de venda de serviço	–	–
(–) Deduções da receita bruta	**(304.819,23)**	**(258.281,55)**
(–) Impostos sobre vendas	**(300.001,73)**	**(272.898,81)**
ISS S/vendas	(115.044,38)	(107.638,17)
COFINS S/vendas	(151.970,31)	(135.788,08)
PIS S/vendas	(32.987,04)	(29.472,56)
Ajuste ISS S/vendas	–	–
Ajuste COFINS S/vendas	–	–
Ajuste PIS S/vendas	–	–
(–) Devoluções/abatimentos	**(4.817,50)**	**14.617,26**
Cancelamento de serviços	(4.817,50)	14.617,26
Perda por cancel. contratual	–	–
Cancelamento de serviços Standard	–	–
Receita líquida de vendas	**1.996.068,24**	**1.894.482,61**
Custos dos serviços vendidos	**(1.599.906,40)**	**(101.717,77)**
Custos dos produtos/serviços vendidos	(1.599.906,40)	(101.717,77)
Ganhos/perdas inventário	–	–
Resultado bruto operacional	**396.161,84**	**1.792.764,84**
Despesas operacionais	**(8.778.314,86)**	**(7.205.884,98)**
Despesas com pessoal	(1.724.201,10)	(1.461.803,75)
Serviços contratados	(6.083.658,17)	(5.170.703,65)
Despesas gerais	(954.030,12)	(550.771,19)
Despesas tributárias	(16.425,47)	(22.606,39)
Resultado líquido operacional	**(8.382.153,02)**	**(5.413.120,14)**
Resultado financeiro	**(7.580,26)**	**42.344,46**
Receitas financeiras	(97.473,01)	(36.780,45)
Despesas financeiras	89.892,75	79.124,91
Outras receitas/despesas	**14.056,79**	**(73.255,89)**
Resultado antes da provisão P/IRPJ e CSLL	**(8.375.676,49)**	**(5.444.031,57)**
Provisão P/imposto de renda e contribuição social	–	–
Provisão para imposto de renda	–	–
Provisão para contribuição social	–	–
Resultado líquido do período	**(8.375.676,49)**	**(5.444.031,57)**

Diretoria: José Ricardo M. Ferreira - Administrador - CPF 003.545.747-36

Contador: Marcelo Augusto P. Ferreira - CRC 1SP3276480-5 - CPF 351.887.548-51

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BEBE-62F2-E7A4-7F4A.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BEBE-62F2-E7A4-7F4A ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BEBE-62F2-E7A4-7F4A

Hash do Documento

191331E352CD7250CC5B122D5EA89A7F89A3333F18A9A36D5CAD8B0C8B191A6B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 19/04/2024 00:07 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03